UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DE CASA PARA OUTRAS CASAS:

TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS RESIDENTES EM APARECIDA DE GOIÂNIA E TRABALHADORAS EM GOIÂNIA

Renata Batista Lopes
Orientador: Prof. Drº. Alecsandro JP Ratts

Goiânia, 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DE CASA PARA OUTRAS CASAS:

TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS RESIDENTES EM APARECIDA DE GOIÂNIA E TRABALHADORAS EM GOIÂNIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Renata Batista Lopes
Orientador: Prof. Drº. Alecsandro JP Ratts

Goiânia, 2008

LOPES, Renata Batista.
De casa para outras casas: Trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia./ Renata Batista Lopes – Goiânia, 2008.
211. fl. : il.; enc.

Bibliografia

Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – GO, 2008.
1. Trabalhadoras domésticas; 2. Trajetórias socioespaciais; 3. Lugar; 4. Gênero; 5. Etnia/Raça; 6. Corporeidade.
1. Domestic workers; 2. Trajectories; 3. Place; 4. Gender; 5. Etnia/Race; 6. Corporality.

RENATA BATISTA LOPES

DE CASA PARA OUTRAS CASAS:
TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS RESIDENTES EM APARECIDA DE GOIÂNIA E TRABALHADORAS EM GOIÂNIA

Dissertação defendida e aprovada em _____de_____de_____, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

_____
Prof. Drº. Alecsandro JP Ratts – IESA/UFG
Orientador

_____
Profª Drª Lana de Souza Cavalcanti – IESA/UFG
Membro Titular

_____
Profª Drª Marília Luiza Peluso - UNB
Membro titular

_____
Profª. Drª. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira – IESA/UFG
Membro suplente

“No meio da nossa sociedade existe um Brasil notado por poucos. Um Brasil formado por pessoas que, apesar de morar dentro de sua casa, preparar sua comida e mexer nas suas gavetas, é como se não estivessem lá. Aquela mulher que na vida real cuida de seus luxos e seus trapos e que, no cinema, passa lá no fundo com a bandeja e o cafezinho [...]”.

Trecho da sinopse do filme “Domésticas: o filme”

Aos meus amados pais, Sebastião e Ivonete, às minhas irmãs, Deicla e Josy e ao meu companheiro e esposo Odair, que em diferentes momentos e formas me incentivaram e compartilharam comigo a ansiedade de na correria do dia-a-dia concluir este trabalho, que representa uma vitória para todos nós. A todas às mulheres brasileiras que em algum momento de suas vidas tiveram que se submeter às dificuldades materiais e simbólicas do trabalho doméstico remunerado, em especial aquelas que me abriram as portas de suas casas e compartilharam comigo um pouco de suas trajetórias de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por mais está conquista na vida da minha família.

Á minha mãe Ivonete e ao meu pai Sebastião pela educação fundamentada no amor, no respeito, na honestidade e simplicidade, pais que sempre acreditaram em mim e com sacrifício me possibilitaram estudar e perceber desde muito cedo que este é o caminho...

Às minhas queridas irmãs, Deicla e Josy pelo carinho, compreensão e apoio em minhas ausências para me dedicar a minha formação.

Ao meu esposo Odair pela paciência e sabedoria com que lidava comigo nos momentos de *stress* e de ausência; pelo apoio e incentivo, inclusive se aventurando comigo nos trabalhos de campo.

A toda família, em especial: às minhas antepassadas de diferentes textos e contextos; às minhas avós, Valdelice e Sebastiana; ás minhas tias Raquel (*in memoriam*), Kézia, Maria Aparecida ("Dinha") e Divina; a minha prima Aline; e a minha sogra Eulália.

Ao meu orientador Alex que mais do que um orientador o tenho com muita admiração como um amigo que me mostrou desde o primeiro ano de graduação uma complexa realidade que eu era alheia e fazia parte, ser negro(a) no Brasil, enfim, que me ajudou a me (re)encontrar, a me (re)ver.

Às amigas que conquistei durante a graduação, Aline, Ana Paula, Lorena, Luiza, Kênia e Céli, pessoas que eu tenho um carinho muito especial e que sempre aprendo coisas novas e compartilho momentos de minha vida.

Aos amigos e colegas que conquistei durante minha permanência no Programa de Educação Tutorial (PET): Marcelo Jerônimo, Alemar, Paulinho, Ádria, Lucas, Sandres, Eliete, Regiane, Simone, Wildes, Marcelinho, Weder, Dênis, Rodrigo, John Carlos, Emanoel, pessoas com as quais eu aprendi a riqueza de se aprender em grupo e respeitar a diversidade de personalidades, idéias e valores.

A Karla Annyelly, que em sua simplicidade se revelou uma grande amiga, aconselhando, incentivando, compartilhando histórias e projetos de vida, as dificuldades e alegrias de construir uma dissertação.

A professora Lana pelos conselhos, incentivos, orientações, puxões de orelha e momentos de descontração durante minha permanência no Projeto Passagem do Meio e no Programa de Educação Tutorial - PET.

A todos(as) professores(as) da graduação e do programa de pesquisa e pós-graduação, em especial aos professores(as): Eguimar, Ivanilton, Manoel Calaça, João de Deus, Claúdia e Eliana.

As minhas colegas do mestrado Elaine e Edwiges pelas trocas de idéias, risos e desabafos.

Às mulheres trabalhadoras domésticas que contribuíram com esta pesquisa.

Às mulheres próximas e distantes, conhecidas e anônimas que em algum momento de suas vidas tiveram que se submeter às dificuldades materiais e simbólicas do serviço doméstico fora de suas casas.

Aos coordenadores e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – IESA/UFG e aos funcionários Charles, Vandir e Elson (“Roxão”) pela simpatia e atenção que sempre me atenderam.

RESUMO

A origem do trabalho doméstico feminino no Brasil está vinculada ao período escravagista, deste modo é marcado pelo viés racial. Apesar da origem remota, trabalhadoras domésticas persistem como trabalhadoras estigmatizadas, incluídas marginalmente na sociedade e no mundo do trabalho. Representações sociais negativas relacionadas à origem e natureza da profissão (trabalho servil, aviltante, naturalizadamente feminino, desqualificado, "serviço de preto", etc.) sempre fizeram parte do imaginário social coletivo e do cotidiano das mulheres que desempenham esta função, se manifestando dissimuladamente em vários locais e situações sociais. Para tanto é imprescindível questionar: Como as representações sociais sobre a mulher, pobre e trabalhadora doméstica, cristalizadas no imaginário social coletivo (sociedade sexista, racista e de classes) influenciam nas várias dimensões da vida deste grupo de mulheres, seja na vida social, afetiva, profissional,...? E ainda: Quais os vínculos que elas estabelecem com os locais pelos quais quotidianamente se deslocam? Em especial no que diz respeito à constituição do lugar – "a dimensão espacial apropriada e vivida através do corpo"? Os eixos norteadores do estudo são as categorias gênero, raça, corporeidade, trabalhadoras domésticas, representações sociais, trajetórias socioespaciais, segregação/exclusão e lugar. Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é analisar o fenômeno da exclusão/segregação socioespacial na perspectiva de trabalhadoras domésticas que trabalham em Goiânia e residem na cidade de Aparecida de Goiânia, buscando identificar suas trajetórias socioespaciais – "espacialidade diferencial" - e compreender quais os vínculos que estas mulheres estabelecem com os locais que freqüentam, bem como os elementos principais no estabelecimento destes vínculos. O caminho aberto pela Geografia Humanista na década de 1970, com a introdução de novos temas relativos à produção do espaço pelo homem, exigiu ampliação e diversificação do seu arcabouço teórico e metodológico até chegar as "novas geografias" atuais, na verdade geografias negligenciadas, tidas como informais pelo olhar científico tradicional, que na contemporaneidade começam a ganhar visibilidade, ao qual este trabalho pretende contribuir. A pesquisa (multi/trans/inter)disciplinar de abordagem qualitativa, flexível e multimetodológica, contou com a contribuição de trabalhadoras que diariamente se deslocam de suas casas ao local de trabalho cujas histórias de vida foram registradas por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas gravadas. No conteúdo das entrevistas buscou-se apreender os elementos "subjetivos" relativos aos deslocamentos e a corporeidade das trabalhadoras, isto é, a sua condição de mulher pobre, trabalhadora doméstica, negra ou branca.

Palavras-chave: Trabalhadoras domésticas; Trajetórias socioespaciais; Lugar; Gênero; Etnia/Raça; Corporeidade.

ABSTRACT

The origin of female domestic labor in Brazil is linked to the slavery period, in this way; it is marked by racial bias. Despite the remote origin, domestic workers as workers remain stigmatized marginally included in society and the world of work. Negative social representations relating to the origin and nature of the occupation (work servile, degrading, naturalized women, disqualified, "service in black", etc.). Have always been part of the collective imagination and the social life of women, who perform this function, it was expressed covertly in various locations and social situations. For this it is essential question: How social representations on women, and poor domestic worker, crystallized in the social imaginary collective (society sexist, racist and class) influence on the various dimensions of life of this group of women, whether in social, affective, professional ,...? And yet: What are the ties they establish with the local daily basis by which they move? In particular regarding the establishment of the place - "the extent appropriate space and lived through the body? The guiding lines of study are the categories gender, race, corporality, domestic workers, social representations, trajectories sociogeographic, segregation / exclusion and place. Considering the above, the purpose of this study is to analyze the phenomenon of segregation / exclusion socio in view of domestic workers who work and live in Goiânia in the city of Aparecida de Goiânia, trying to identify their sociogeographic trajectories - "Spacely differential" - and understand that the bonds they establish with the local women who attend, and the main elements in the establishment of such ties. The path opened by the Human Geography in the 1970s, with the introduction of new issues on the production of space by mankind, required expansion and diversification of its theoretical and methodological until the "new geographies" current, neglected geographies in fact, taken and informal look at the scientific tradition, that in the contemporary beginning to gain visibility, which this work aims to contribute. The search (multi / trans / inter) disciplinary approach to quality, flexible and multi methodological, had the contribution of workers who daily move from their homes to the workplace whose life stories were recorded by means of semi-structured individual interviews recorded. The content of the interviews sought to seize the items "subjective" account for the displacements and corporality of workers, that is, their condition of poor women, domestic workers, black or white.

KEY-WORDS: Domestic workers; Trajectories sociogeographic; Place; Gender; Etnia/ Race; Corporality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Escrava doméstica. Fotografia de autoria não identificada, Bahia, c. 1865.....70
Figura 02 - Escrava doméstica. Fotografia de autoria não identificada, Bahia, c. 1865.....70
Figura 03 - Ama-de-leite. Cartão-postal. Fotografia de Rodolpho Lindermann, Bahia, c. 1885.....70
Figura 04 - Anastácia. Trabalhadora doméstica da família de Monteiro Lobato.....71
Figura 05 - Laudelina de Campos Melo (1904-1991). Natural de Poços de Caldas, Minas Gerais, trabalhou como doméstica, tornando-se a primeira grande líder sindical de sua categoria no país.....71
Figura 06 - "Fiéis Escudeiras" - Cena contemporânea de uma patroa e sua empregada doméstica.....71
Figura 07 - Mapa da Região Metropolitana de Goiânia.....97
Figura 08 - Avenida Rio Verde ao Fundo Buriti Shopping.....105
Figura 09 - Avenida Igualdade no Setor Garavelo.....105
Figura 10 - Vista Panorâmica do Setor Central de Aparecida de Goiânia (Centro Histórico)... 105
Figura 11- Mapa de Residência e Trabalho das entrevistadas.....157
Figura 12 - Jardim Veneza bairro de residência da entrevistada Laudelina.....158
Figura 13 - Jardim Itapuã bairro de residência da entrevistada Zilda.....159
Figura 14 - Residencial Campos Elíseos bairro de residência das entrevistadas Marinete e Sabrina.....160
Figura 15 - Setor Colonial Sul bairro de residência da entrevistada Dalva.....161
Figura 16 - Setor Bueno bairro de trabalho das entrevistadas Marinete e Dalva.....175
Figura 17 - Setor Aeroporto bairro de trabalho da entrevistada Laudelina.....176
Figura 18 - Mapa de Deslocamento das entrevistadas entre Aparecida de Goiânia e Goiânia. 177
Figura 19 - Shopping Flamboyant e Goiânia Shopping: Exemplos de não-lugar para as entrevistadas.....195
Tabela 01 – Proporção das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) ocupadas(os) no Brasil e na região Centro-Oeste por sexo.....75
Tabela 02 – PEA feminina no Brasil, segundo cor ou raça, por posição na ocupação.....76
Tabela 03 – Trabalhadoras domésticas na PEA feminina ocupada segundo a raça/cor – Brasil e Região Centro-Oeste.....76
Tabela 04 – Proporção das trabalhadoras domésticas em relação ao total das mulheres ocupadas segundo cor/raça – Brasil e Região Centro-Oeste.....77
Tabela 05 – Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo faixa etária – Brasil e Região Centro-Oeste.....77
Tabela 06 – Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo escolaridade – Brasil e Região Centro-Oeste.....78
Tabela 07 – Trabalhadoras domésticas, segundo escolaridade, por cor/raça – Brasil.....79
Tabela 08 – Trabalhadoras domésticas, segundo forma de contratação – Brasil e Região Centro-Oeste.....79
Tabela 09 – Trabalhadora doméstica com carteira de trabalho assinada por cor/raça – Brasil e Região Centro-Oeste.....79
Tabela 10 – Trabalhadoras domésticas segundo contribuição para o Instituto de Previdência – Brasil e Região Centro-Oeste (principal semana de referência).....79
Tabela 11 – Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo carga horária trabalhada por cor/raça – Brasil e Região Centro-Oeste.....80

Tabela 12 – Rendimento médio mensal do trabalho principal dos empregados e trabalhadores domésticos de 10 anos de idade ou mais – Brasil e Região Centro-Oeste (R$).....81
Tabela 13 – Trabalhadoras domésticas segundo forma de contratação por faixa de rendimento mensal – Brasil e Região Centro-Oeste.....81
Tabela 14 – Trabalhadoras domésticas segundo faixa de rendimento mensal por cor/raça – Brasil.....82
Tabelas 15 – Trabalhadoras domésticas segundo associação a sindicatos – Brasil e Região Centro-Oeste.....83
Tabela 16 – Trabalhadoras domésticas associadas a sindicato por cor/raça – Brasil e Região Centro-Oeste.....83
Tabela 17 - Localização dos cinemas freqüentados pela juventude goianiense das escolas A e B – 2003.....185
Tabela 18 – Shoppings mais freqüentados pela juventude goianiense das escolas A e B.....185
Tabela 19 – Locais de outras compras de consumo de jovens da escola A e B – 2003.....186

SUMÁRIO

RESUMO.....09
ABSTRACT.....10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....11
1. INTRODUÇÃO.....14
1.1 DA GEOGRAFIA TRADICIONAL ÀS "NOVAS GEOGRAFIAS": OUTROS OLHARES SOBRE O ESPAÇO GEOGRÁFICO..... 19
1.2 GEOGRAFIA, CORPOREIDADE E GÊNERO: CONTEXTUALIZANDO OS SUJEITOS..... 24
1.3 CONSTRUINDO UM CAMINHO METODOLÓGICO: TROPEÇOS E ACERTOS.....29
1.3.1 A Pesquisa qualitativa e os procedimentos metodológicos.....30
1.3.2 Histórias de vida e representações sociais: entre o individual e o coletivo.....32
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....39

2. TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO, RAÇA/ETNIA E CORPOREIDADE NO BRASIL: TEXTOS E CONTEXTOS.....41
2.1 O DIA-A-DIA DE ESCRAVIZADAS DOMÉSTICAS NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO: CORPOREIDADE NEGRA FEMININA E ESPAÇO.....55
2.2 O DIA-A-DIA DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NAS CIDADES BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS: SUBALTERNIZAÇÃO E PRECONCEITO.....58
2.3 O TRABALHO DOMÉSTICO EM NÚMEROS: O ESTIGMA DA COR E DO GÊNERO..... 72

3. A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA.....84
3.1 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: QUEM SEGREGA QUEM?.....90
3.2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NOS LIMITES DE UMA CAPITAL PLANEJADA.....94
3.3 A SEGREGAÇÃO ALÉM DOS LIMITES DA CAPITAL: O CASO DE APARECIDA DE GOIÃNIA.....98

4. A ESPACIALIDADE DIFERENCIAL DA TRABALHADORA DOMÉSTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA: A VIDA ENTRE DOIS MUNDOS ANTAGÔNICOS.....106
4.1 A MULHER TRABALHADORA DOMÉSTICA BRASILEIRA.....112
4.2 O MUNDO DA TRABALHADORA DOMÉSTICA: O SEU BAIRRO, A SUA CASA E A SUA CORPOREIDADE.....122
4.3 O MUNDO DOS PATRÕES: O BAIRRO NOBRE E A CASA DOS PATRÕES.....162
4.4 O TEMPO LIVRE DA MULHER TRABALHADORA DOMÉSTICA: O LAZER.....178

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....196
BIBLIOGRAFIA.....199
ANEXOS.....206

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é analisar o fenômeno da exclusão/segregação socioespacial na perspectiva de trabalhadoras domésticas que trabalham em Goiânia e residem na cidade de Aparecida de Goiânia, buscando identificar suas trajetórias socioespaciais – "espacialidade diferencial" - e compreender quais os vínculos que estas mulheres estabelecem com os locais que freqüentam, bem como os elementos principais no estabelecimento destes vínculos. Para tanto é imprescindível questionar: Como as representações sociais sobre a mulher, pobre e trabalhadora doméstica, cristalizadas no imaginário social coletivo (sociedade sexista, racista e de classes) influenciam nas várias dimensões da vida deste grupo de mulheres, seja na vida social, afetiva, profissional,...? E ainda: Quais os vínculos que elas estabelecem com os locais pelos quais quotidianamente se deslocam? Em especial no que diz respeito à constituição do lugar – "a dimensão espacial apropriada e vivida através do corpo"?

Os eixos norteadores do estudo são as categorias gênero, raça, corporeidade, trabalhadoras domésticas, representações sociais, trajetórias socioespaciais, segregação/exclusão e lugar. A pesquisa (multi/trans/inter)disciplinar de abordagem qualitativa, flexível e multimetodológica, contou com a contribuição de trabalhadoras que diariamente se deslocam de suas casas ao local de trabalho cujas histórias de vida foram registradas por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas gravadas. No conteúdo das entrevistas buscou-se apreender os elementos "subjetivos" relativos aos deslocamentos e a corporeidade das trabalhadoras, isto é, a sua condição de mulher pobre, trabalhadora doméstica, negra ou branca.

A origem do trabalho doméstico feminino no Brasil se situa no período escravista colonial, realizado pela população negra escravizada eram os denominados escravos não-produtivos, ou seja, os escravos dirigidos para a prestação de serviço, deste modo, a questão racial assim como a de classe social deve ser uma constante nos estudos brasileiros referentes ao trabalho doméstico feminino. Neste contexto sócio-histórico escravizadas domésticas (mães-pretas, mucamas, etc.) eram "promovidas" da senzala à casa grande para o serviço doméstico, atendendo a supostas qualidades físicas e morais: aquelas consideradas mais cuidadosas, limpas, mais bonitas e mais fortes (FREYRE, 1999). Nos espaços da propriedade senhorial destinados aos escravizados, inclusive às escravizadas domésticas, tanto na cidade quanto na zona rural, estava presente o fenômeno da segregação socioespacial, neste contexto motivada mais por diferenças raciais e da condição servil do escravizado: o espaço doméstico reservado aos escravos era o dos fundos da casa, onde se localizava a cozinha e a senzala para

criadagem da casa (NOVAIS, 1997 *apud* SANTOS; MESQUITA & DEIAB, 2003). Entre as escravizadas domésticas e seus senhores(as) era estabelecida então uma relação que melhor observada revelava-se ambígua, permeada por momentos de aproximação e interpenetração porém, intermediada por distâncias irredutíveis, em função, por exemplo, de questões raciais e da associação do trabalho doméstico e manual à servidão, a inferioridade.

Desde modo, apesar de o trabalho doméstico ser um nicho profissional secular no Brasil, trabalhadoras domésticas persistem como uma categoria sócioprofissional estigmatizada e pouco profissionalizada, se sujeitando a condições de trabalho que de fato se aproximam do serviço prestado por suas antecessoras escravizadas domésticas. Argumenta-se que a principal distinção entre escravizadas domésticas e as atuais trabalhadoras domésticas, é o assalariamento, "as horas de trabalho reguladas" e poder ir e vir para o trabalho; sendo as trabalhadoras que dormem no emprego, limitadas em seu tempo livre, portanto tidas como "mais cativas, mais escravizadas". Vivendo, portanto, situação de "visível" subalternidade. Os problemas enfrentados pelas trabalhadoras domésticas são diversos e relativamente comuns em todo o país: contratação informal, permanência ou residência em quartos extremamente pequenos na maioria dos apartamentos das grandes cidades brasileiras; carga horária de trabalho extensa e incerta; baixa remuneração; falta dos direitos trabalhistas básicos concedidos a outras categorias profissionais e negligência por parte dos patrões com os direitos existentes; pobreza política; além de outros mais graves, como o assédio moral e sexual, relacionados a preconceitos: de classe, de raça, de gênero e pelo tipo de trabalho desempenhado (trabalho manual, naturalizadamente de mulher, portanto desvalorizado do ponto de vista do mundo do trabalho extra-doméstico, público e masculino) ou o somatório de todos estes, manifestos de diferentes formas levando essas trabalhadoras a viverem situações de humilhação.

Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) de 2004, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o número de trabalhadores domésticos no Brasil é de pouco mais de 6 milhões, a maioria mulheres (93%). No entanto, apesar de esta ser uma das maiores categorias sócio-profissionais do país, as trabalhadoras domésticas ainda lutam para tentar equiparar os seus direitos trabalhistas às demais trabalhadoras, portanto o emprego doméstico é o maior, mais injusto e mais precário mercado de trabalho para a mulher brasileira pobre e preta/parda (JUSTE, 2005).

Os estudos já realizados com o tema, trabalho doméstico feminino, tanto no âmbito das ciências sociais quanto humanas, em especial na Antropologia e na Sociologia (SAFFIOTI, 1978; SARQUES, 1986; KOFES, 2001; BERNARDINO, 2003; JACQUET, 2003; SANTANA, 2003; SANTOS; MESQUITA & DEIAB, 2003; DEMO, 2005; BERNARDINO-COSTA, 2007) apesar de problematizarem e denunciarem muitas das

dificuldades materiais e simbólicas vividas por trabalhadoras domésticas no Brasil - questões referentes à legislação trabalhista, à conflituosa relação patrões-empregada balizada por representações sociais negativas relativas à origem da profissão, a escravidão, entre outras – pouco evidenciaram a dimensão socioespacial do emprego doméstico feminino – com exceção de Koffes (2001) que estudou a relação patroa-empregada no contexto do espaço doméstico -, isto é, as práticas e trajetórias socioespaciais das mulheres que se tornam trabalhadoras domésticas, pensadas na perspectiva do gênero, da classe e da rotina – do ponto de vista material e simbólico – que o trabalho doméstico impõe às mulheres que desempenham esta função. Mulheres que são mediadoras entre dois mundos contraditórios e segregadores, representados de um lado pelo universo dos financeiramente e socialmente privilegiado dos patrões e do outro o seu marcado pela experiência da escassez e da precariedade (de feminilidade, de moradia, de cidadania, de afeto, de identidade, de visibilidade social), buscando compreender o modo pelo qual estas trabalhadoras conferem significado ao seu modo de viver, aos locais que freqüentam, bem como as suas práticas socioespaciais.

Por ser um trabalho com uma temática (multi/trans/inter)disciplinar e por abordar uma questão de natureza social (de injustiça social) de caráter político e cultural, portanto estrutural, este estudo é destinado a todas as pessoas e instituições interessadas (sensibilizadas) governamentais e não-governamentais (ONG's) em contribuir para mudar a situação trabalhista (socioeconômica) e humana das trabalhadoras domésticas brasileiras, não porque este propõe uma solução para transformar a situação vivida por essas trabalhadoras, mas porque contribui para a reflexão sobre o trabalho doméstico feminino no Brasil no sentido de evidenciar uma das dimensões do trabalho doméstico "não visível" à sociedade brasileira, a dimensão da vida da trabalhadora doméstica que não deixa de ser reflexo de sua condição de mulher pobre e trabalhadora subalterna, do ponto de vista de suas práticas socioespaciais mediadas por sua corporeidade em uma sociedade que as vê e concebe como categoria de trabalhadoras subalternas, em função das representações relacionadas à natureza de sua profissão, ao seu gênero, a sua classe, e por que não à sua raça? Características sociais que chegam até à redefinição de sua condição de cidadã e de mulher. É de suma importância ressaltar que nossa intenção não é vitimizar mulheres negras e pobres trabalhadoras domésticas, mas encampar discursos de afirmação partindo do que está posto sobre estes "dois segmentos sociais", na perspectiva de contribuir na busca de novos horizontes.

Dentre os demais segmentos sociais subalternizados a opção pelas trabalhadoras domésticas, como mencionado, deve-se ao fato da necessidade de colocar à mulher pobre como protagonista de sua história (empoderamento), que apesar de parecer ser simples e

singular sintetiza a realidade vivida por milhares de mulheres brasileiras trabalhadoras domésticas, além de possibilitar a articulação desses relatos e da temática em questão com a história da mulher na sociedade ocidental em geral e com situações vividas por outros grupos de mulheres, analisadas por autoras(res) como, Saffioti (1976; 2004), Fernandes (1978), Gonzalez (1982;1984), Martínez, Muñoz & Moya (1995), Lavinas (1997), Madeira (1997), Perrot (1998; 2005; 2007), Ratts (2003; 2006), Porto (2004), Ribeiro (2004), Hooks (2005), Garcia (2006), Souza (2007), Silva & Lan (2007), Carneiro, dentre tantas outras excelentes pesquisadores e pesquisadoras e suas colaboradoras "anônimas", não podendo deixar de lado um autor que sintetiza a perspectiva androcêntrica (hegemônica) da história da(s) mulher(es), que transcende a história da(s) mulher(es) brasileira(s), Freyre (2004), em especial a parte da história referente a corporeidade no ir e vir entre espaços públicos e privado no período colonial brasileiro, contexto em que o esboço de uma suposta identidade nacional foi forjada pela elite branca e masculina que então formava-se.

A necessidade de ouvir a voz de mulheres trabalhadoras domésticas deve-se ao fato principal de esta ser uma categoria profissional que aglutina duas questões fundantes da cultura brasileira: a questão de gênero e a questão racial, somadas a de classe, de caráter mais geral. O emprego doméstico é um dos principais tipos de emprego ocupado pelas mulheres pobres sem estudo e qualificação profissional, principalmente as negras (pretas e pardas); muitos dos direitos trabalhistas concedidos a outros segmentos profissionais a elas são negados, entre outras injustiças sociais. Portanto, o emprego doméstico é uma atividade profissional que ainda guarda a especificidade da raça, do gênero (serviço de mulher), e da subalternidade, que permite a "inclusão marginal" da mulher no mercado de trabalho, reflexo de uma sociedade sexista, racista e de classes, portanto, segregadora e excludente, que as torna vítimas da injustiça social.

O fato de o recorte espacial ser dois municípios da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), as cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia, não corresponde, a principio, a nenhuma especificidade no que diz respeito ao emprego doméstico feminino ou a segregação socioespacial de trabalhadoras domésticas, pois em outros estudos que tiveram o universo do trabalho doméstico como objeto de estudo, também localizados em centros urbanos brasileiros (São Paulo, Belém, Natal, etc.) as condições de esta categoria socioprofissional no geral pouco se difere. No entanto, a área em questão compreende estas duas cidades da RMG por ser a área que assim como as trabalhadoras domésticas entrevistadas também vivemos, moramos, trabalhamos, estudamos, e que, portanto temos a oportunidade de compartilhar em nossos deslocamentos e trajetórias socioespaciais diários, com mulheres trabalhadoras domésticas. Deste modo, são os deslocamentos, as práticas

espaciais das trabalhadoras em Goiânia – local de trabalho – e na cidade de Aparecida de Goiânia – local de moradia – que definirá o nosso recorte espacial, onde buscaremos o lugar da trabalhadora doméstica na RMG, isto é, a dimensão espacial "apropriada e vivida através do corporeidade".

Minha aproximação com o tema em questão – trabalho doméstico feminino - desenvolvido neste estudo deu-se, do ponto de vista critico/cientifico, de forma indireta, porém do ponto de vista da vivido, do senso comum, de certa forma, o tema faz parte da realidade que vivo enquanto moradora da periferia da cidade de Aparecida de Goiânia, uma das principais fornecedoras desse tipo de mão-de-obra para a cidade de Goiânia. Mesmo antes de ingressar no ensino superior, já ouvia, indiretamente, queixas e relatos de experiências vividas por mulheres que em algum momento de suas vidas foram trabalhadoras domésticas: vizinhas, parentes, desconhecidas desabafando dentro do ônibus. A princípio estas queixas não motivavam em mim uma reflexão critica, uma vez que ainda faltava embasamento teórico que me possibilitasse ver aqueles relatos como um sintoma de um mau maior, de um conjunto de questões estruturais da sociedade brasileira, como o racismo e o sexismo.

Assim que ingressei no ensino superior (ainda no primeiro ano) tive a especial oportunidade de participar de um projeto pioneiro de ações afirmativas implantado na UFG, denominado "Projeto Passagem do Meio" que tinha como objetivo principal garantir a permanência de alunos(as) negros(as) de baixa renda na universidade possibilitando-lhes maior disponibilidade para uma formação de qualidade que lhes permitisse ir além da graduação. Dentre as atividades desenvolvidas neste projeto havia grupos de estudos focados em leituras e discussões centradas em temas referentes à questão racial no Brasil. A partir do processo de conscientização pelo qual passei durante minha participação no referido projeto, em especial no que diz respeito à existência de uma questão racial negra no Brasil, da qual eu era totalmente alienada, mas triplamente fazia parte: enquanto mulher, negra e pobre, iniciou-se em mim um processo de construção de uma situação de alteridade com outras mulheres negras em função do conhecimento sobre como o outro, subjetivava nossos corpos, ditando a nossa corporeidade, a nossa sexualidade, a nossa moral, o nosso ego. Na sociedade brasileira que além de racista é sexista – machista/patriarcal - e classista, as idéias, concepções e imagens que *a priori* o corpo de uma mulher negra suscita não são muito distintas, havendo uma sutil distinção como bem nos ilustra Gonzalez (1984), dependendo do local em que ela se encontra (isso se referindo a papéis sociais, pois idéias outras como as referentes à sua sexualidade, disposição para o trabalho braçal e moral são unânimes): se no espaço público, "bem vestida", produzida, sensual é artista – mulata – se no espaço doméstico de uma casa que financeiramente privilegiada não corresponde à local de moradia de preto na perspectiva

de suas representações (na periferia, na favela, em um casebre, em um barraco inacabado, e outros similares), é a empregada doméstica, que no espaço público é invisibilizada, principalmente se for a "negra preta" a mulher negra de pele mais escura.

Posteriormente participei de outro grupo de estudos com discussões temáticas mais amplas, porém todos os temas eram vinculados à questão racial tanto no Brasil quanto no exterior, que propunha discussões que conjugavam questões raciais, a outras questões como a de gênero e a de "classe", a partir de então comecei articular por meio de outras leituras, toda teoria racial e de gênero estudadas, às experiências relatadas pelas trabalhadoras domésticas, que ao longo de minha vida tive oportunidade de ouvir, chegando à questão do trabalho doméstico feminino, desempenhado por mulheres pobres e a maioria negras (pretas e pardas), que "independente" da cor viviam uma realidade social e subjetiva - difícil, permeada de negligências cujas possíveis justificativas são de diversas naturezas, como veremos. Portanto, foi a minha trajetória de vida (pessoal e acadêmica) que me conduziu a lançar outros olhares sobre o espaço geográfico, desta forma contribuindo para a ampliação de horizontes temáticas na ciência geográfica contemporânea, dando visibilidade a realidades que há muito já estavam aí, mas que, no entanto eram inviabilizadas pelo olhar cientifico tradicional.

1.1. DA GEOGRAFIA TRADICIONAL ÀS "NOVAS GEOGRAFIAS": OUTROS OLHARES SOBRE O ESPAÇO GEOGRÁFICO

A Geografia, como ciência social, que tem o objeto de estudo o espaço, "lócus da reprodução da sociedade", portanto de todas as relações sociais, está sujeita na contemporaneidade a diversificação temática e metodológica e quiçá paradigmática, em função do desdobramento de antigos paradigmas e do surgimento de novas orientações temáticas, como foi com a globalização, a modernidade, o turismo, a questão ambiental, entre outros, favorecendo inclusive o estudo transdisciplinar dos temas.

O estudo do espaço urbano, entendido como expressão dos diferentes modos de vida (do ponto de vista da apropriação – local de moradia e circulação – condicionada por questões econômicas propriamente ditas e por questões de caráter cultural) que coexistem na cidade, (dimensão material, formal do espaço urbano), em função do seu caráter de espaço de encontro e confronto entre diferentes culturas urbanas, suscita da Ciência Geográfica a diversificação, *a priori*, temática, que em muitos casos está sujeita ao olhar enviesado e preconceituoso de muitos geógrafos e não-geógrafos tradicionais, por outro lado há conceituados geógrafos que ressaltam de forma positiva a diversificação temática,

metodológica e mesmo teórica da Geografia, enquanto ciência social que deve acompanhar a dinâmica do contexto social que a compreende:

> O que é a Geografia? Essa é uma questão que atravessa séculos, com diferentes pontos de vista. (...). É lógico que o importante são os trabalhos de pesquisa, as novas idéias (sobre o espaço mundial, sobre uma região, um lugar, um processo na sua dimensão espacial...), e não a definição do que é esse saber ou essa modalidade do conhecimento. Ater-se rigidamente a uma definição ou delimitação (...) na maioria das vezes até mesmo atrapalha o avanço do conhecimento. Mas implícita ou explicitamente essa questão do que é a Geografia emerge dos trabalhos geográficos e podemos mesmo dizer que ela se atualiza constantemente. Todo novo estudo, desde que seja inovador, toda nova abordagem contribui para essa permanente redefinição do(s) objeto(s) de estudos, É por isso que afirmou-se que a Geografia – mas o mesmo poderia ser dito da Física, da História, da Antropologia, etc. – é ao mesmo tempo uma tradição, um corpo de conhecimento e métodos, e também um vir-a-ser, um processo que encerra uma certa indeterminação e que se redefine com novas pesquisas. A Geografia pode ser algo num determinado contexto – numa época, um lugar, numa corrente de pensamento- e outra coisa (relativamente) diferente num outro contexto (VESENTINI, 2002, p. 1).

Sobre a diversificação temática e, portanto da possibilidade de leitura do espaço nos estudos geográficos e da aproximação temática, teórica e metodológica da geografia (transdisciplinaridade) com outras ciências, indica Moraes (1988, p. 28-31):

> A Geografia – como bem aponta Paul Claval na conclusão do seu livro *A evolução da geografia humana* – é um "produto da cultura ocidental". Isto significa que as elaborações, num plano sistemático e padronizado, acerca dos temas advindos da consciência do espaço não trafegam sob este rótulo especifico. Nem por isso deixam de constituir um cabedal significativo a respeito deste temário, um conhecimento "cientifico". Assim, rejeitando uma postura etnocêntrica, deve-se acatar a existência de estas "Geografias" ocultas (ou implícitas), ao lado das "informais". São reflexões espaciais não nomeadas como geográficas.
>
> Mesmo restando na via dos estudos explicitamente denominados como geográficos a diversidade permanece de monta. (...) os estudos que lhe são atribuídos variam enormemente ao longo da história.
>
> (...). O que se define como geográfico, entretanto, são matérias bastante distintas. Uma obra como a *Síntese geográfica* de Ptolomeu – o famoso *Almagesto* da Geografia islâmica- parece, ao leitor de hoje, um tratado de Astronomia. Outras obras clássicas da Geografia, atualmente seriam enquadras em outros campos do conhecimento cientifico.
>
> Além disso, nos momentos de redefinição dos conteúdos que se atribui ao rótulo Geografia, as fontes de inspiração buscadas pelas novas propostas são basicamente constituídas de literatura estrangeira. (...) as rupturas alargam o campo dos trabalhos que interessam consciência cientifica a respeito do espaço.
>
> As rupturas sempre implicaram o rastreamento, no amplo cabedal da Filosofia e das ciências, de fontes alternativas de embasamento. [...]. É o que se vem fazendo atualmente, no limiar de uma nova definição do conteúdo geográfico. [...]. Estes são tomados de outros campos do conhecimento, que

> tratam de temas afins. Hoje os geógrafos estão lendo bibliografias de Urbanismo, de Psicologia, de Economia Política, etc. Observa-se uma formidável complexização das fontes teóricas (...).
> Sintetizando o que foi visto, fica claro que o rótulo Geografia não recobre todo o campo do conhecimento cientifico dedicado ao esmiuçamento da temática espacial. A variedade de conteúdo desse rótulo, e o formalismo de querer circunscrevê-lo em nome da continuidade e da tradição, ficam evidentes já a esta altura da exposição. A Geografia, em toda sua diversidade, hoje não abarca sequer a maior porção desse campo do conhecimento. Como visto, com ela convivem disciplinas que margeiam os temas geográficos, disciplinas que se sobrepõem a seu supostos objetos, "Geografias implícitas" de outras culturas, Geografias passadas com conteúdos superados, obras de fundamento de propostas geográficas, para não falar dos saberes informais "pré-cientificos" (MORAES, 1988, p. 29-31).

Sobre a amplitude do pensamento e dos temas geográficos continua o autor:

> O pensamento geográfico abrangeria os vários significados históricos do rótulo Geografia, suas fontes, as concepções atuais, e também as reflexões oriundas de outras disciplinas que numa ótica central ou marginal tocassem nos temas do conteúdo atualmente assumido. A definição do presente atuaria, de esta forma, como um parâmetro aglutinador de outras formulações. Em certo sentido, ela qualificaria os saberes anteriores, abrindo-se também para o conhecimento popular-tradicional e a cultura de massas.
> Nesse entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura. Eles emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa cientifica etc. [e por que não na história de vida de uma trabalhadora doméstica?] (MORAES, 1998, p.31-32).

Um exemplo real e bem sucedido de ruptura paradigmática ocorreu na Geografia Humana. Na geografia, desde a formação da geografia humana manifestações culturais ocupam um lugar importante, porém não havia a preocupação com a dimensão vivida dos espaços contidos nestas manifestações. Com a consolidação da Geografia Humanista na década de 1970 e posteriormente da Geografia Cultural, alguns geógrafos tomam consciência de que não se explica satisfatoriamente o espaço apenas nas diferenciações já há tanto consideradas, como divisões de classe, mas também através de diferenciações resultantes da aproximação, da convivência e indagação dos espaços sobre sua identidade (GOMES, 1996).

A Geografia Humanista que surge na década de 1970, apesar da falta de unidade sobre o plano teórico-metodológico compartilha do mesmo ponto de vista crítico a respeito da ciência institucionalizada objetiva e racionalista, baseada no positivismo lógico que se limita "à quantificação exagerada, e às explicações mecanicistas, deterministas, reducionistas, de uma geografia sem homem" que até então orientavam o desenvolvimento do pensamento geográfico (GOMES, 1996). Essa geografia inicialmente eclética (método) a partir da introdução de novos temas relativos à produção do espaço pelo homem exige ampliação e

diversificação do seu arcabouço teórico e metodológico, criando então perspectivas para o surgimento de novos paradigmas, uma vez que o espaço passa a ser "visto sob diferentes ângulos: dos valores, da alienação, da distância existencial, do comportamento e do mundo vivido" (GOMES, 1996). Referindo-se à abordagem humanista e ao pioneirismo do geógrafo chinês Yi-Fu Tuan diz Claval:

> Desde que em 1976 Yi-Fu Tuan propõe falar simplesmente de abordagem humanista [...]. A nova corrente aparece como um dos componentes indispensáveis de toda *démarche* geográfica. Insistindo sobre o sentido dos lugares, sobre a importância do vivido, sobre o peso das representações religiosas, torna indispensável um estudo aprofundado das realidades culturais. É necessário conhecer a lógica profunda das idéias, das ideologias ou das religiões para ver como elas modelam a experiência que as pessoas têm do mundo e como influem sobre sua ação (CLAVAL, 2001, p. 53).

O humanismo moderno é um movimento que tem como características principais a oposição ao modelo de ciência baseada no positivismo lógico; e colocar o "homem" com toda sua complexidade cultural e antropológica no centro de suas preocupações. Dentre as características do humanismo moderno retomadas pela geografia humanista segundo Gomes (1996) estão: "o homem é a medida de todas as coisas" (visão antropocêntrica do saber); "a ação humana não pode jamais estar separada de seu contexto, seja ele social ou físico" (posição epistemológica holística); o "homem" é considerado produtor de cultura; o método adotado é o hermenêutico que leva em conta os contextos próprios e específicos a cada fenômeno; a arte é, em geral, considerada como o meio de acesso às manifestações de um grupo social que a ciência não chega a reconhecer, devido aos limites impostos pelo método, a arte o consegue por meio não-racional.

Dentre as categorias analíticas em Geografia – espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população (SILVA, 1986) - na geografia humanista de estaca-se o lugar associado a categorias filosóficas como cultura, representações, simbolismo, entre outros que atentam para a compreensão do lugar enquanto espaço vivido:

> Os lugares, entretanto, formam a trama elementar do espaço. Eles constituem, sobre uma superfície reduzida e em torno de um pequeno número de pessoas, as combinações mais simples, as mais banais, mas também talvez as mais fundamentais das estruturas do espaço: o campo, o caminho, a rua, a oficina, a casa, a praça, o cruzamento... Como diz muito bem o termo, pelos lugares, os homens e as coisas se l*ocalizam* [grifo do autor] (FRÉMONT, 1976, p. 99-100 *apud* GOMES, 1996, p. 324).

Entre as correntes humanistas a Geografia Cultural é um exemplo significativo de continuidade da abertura temática, teórica e metodológica possibilitada pela Geografia Humanística até chegar as "Novas Geografias" contemporâneas. A Geografia Cultural ao aliar aspectos culturais e geográficos tem na Geografia Humana suas primeiras contribuições, até

chegar à caracterização das grandes problemáticas atuais, em que elege a cultura como componente nas relações entre o homem e o meio e nas relações sociais (CLAVAL, 2001). Dentre os objetos privilegiados pelos geógrafos culturais estão: música, gênero, identidades, literatura, *shoppings centers*, atrações turísticas, consumismo, raça, etnia, festas, representações, a juventude, etc. (SEEMANN, 2003).

> Portanto, a cultura, que é um campo de estudo comum para o conjunto das ciências humanas, revela-se, na atual conjuntura de tendência à homogeneização e revalorização dos espaços, um elemento essencial na diferenciação das "sociedades complexas" (CLAVAL, 2001).

Partindo do pressuposto que as visões de mundo – "novas racionalidades" – na contemporaneidade globalizada tendem cada vez mais a se diversificarem, ao invés da maior solidariedade entre os diferentes saberes – não apenas os institucionalizados - em prol de um saber com enfoque totalizante, muitas das vezes há o comprometimento da construção do conhecimento, da constituição de "intelectuais genuínos" e da constituição de "Novas Geografias" descomprometidas com questões epistemológicas mais gerais (como já aconteceu em períodos anteriores) concernentes à Ciência Geográfica. Isto ocorre em função da sujeição das pesquisas a interesses particulares e particularistas. Por outro lado, estas "Novas Geografias" surgem como contraposição à homogeneização, uma vez que valorizam, voltam o olhar para temas antes negados enquanto geográficos, que, no entanto, fazem parte do cotidiano dos diferentes grupos sociais alheios a racionalidade da ciência hegemônica (de orientação paradigmática ocidental), geografias "ocultas" que ganham visibilidade, possibilitando a retomada e inauguração de algumas reflexões, porém a partir de novos ângulos. É importante ressaltar que as denominadas "Novas Geografias" não propõem ruptura com a Geografia Cultural, pelo contrário, ao se aproximar de outras ciências e compartilhar (categorias, conceitos, metodologias,...) a ciência geográfica retira de cena o relativismo cultural permitindo a critica cultural, desta forma o que era simplesmente diferente ganha o seu foco de desigualdade (BERNARDO, 1998), seja de gênero, raça, orientação sexual, faixa etária, classe, que deve ser considerada na contextualização de cada corporeidade estudada.

1.2. GEOGRAFIAS, CORPOREIDADE E GÊNERO: CONTEXTUALIZANDO OS SUJEITOS

Dentro deste contexto de reaproximação da geografia a temas mais próximos das realidades cotidianas (porém em sintonia com as implicações globais) dos diferentes grupos sociais, que surge a necessidade de se pensar a Geografia dos Corpos, pois "ao falar de corpo na história (e conseqüentemente no espaço) a possibilidade de analisar fenômenos sociais

tendo este corpo como referência – um corpo contextualizado" (SALLES, 2002), uma vez que o 'homem' ou o 'corpo' é 'a medida de todas as coisas' e "não é uma entidade fechada e lacrada, mas uma 'coisa' relacional que é criada, delimitada, sustentada em última análise dissolvida num fluxo espaço-temporal de múltiplos processos" (HARVEY, 2004, p. 137).

A proposta de recorrer aos corpos e as corporeidades em estudos no âmbito da Geografia – corporeidade- vêm da necessidade de pensar o espaço geográfico a partir de novas perspectivas, como a do gênero, - Geografia do Gênero –, segundo a diversidade que a própria categoria compreende, posto que "la Geografía feminista o del género es el lugar de encuentro entre el género y sus variaciones espaciales" (Martínez; Moya & Muñoz (1995, p. 16): étnica/racial, sexual, classe social/nível econômico, faixa etária, profissão, casta, elementos culturais como estrutura familiar, matrimonio/estado civil e religião, deste modo qualificando os fluxos e as espacialidades dos diferentes grupos sociais em movimento. Grupos cuja Geografia produzida por seus corpos e corporeidades durante muito tempo ficou invisibilizada, mas que estudos geográficos recentes vêm buscando desvendar por meio da compreensão de aspirações e valores pertinentes aos grupos humanos, refletindo-se em suas práticas sociais bem como em sua organização espacial, isto é, no seu modo de vida. Martínez; Moya & Muñoz (1995) afirmam que "las mujeres fueram invisibles para la Geografia: un breve repaso mental de cualquiera de los manuales básicos de Geografía corrobora esta afirmación". Sobre a evolução dos estudos geográficos de gênero continuam as autoras,

> [...] la aproximación o acercamiento a los enfoques de género se plantea como una necesaria reconceptualización de la Geografía, mediante la cual se va asumiendo que la Humanidad no es un todo homogéneo, uniforme y asexuado, sino que las diferencias sociales entre hombres y mujeres [y entre las próprias mujeres en la utilización del espacio] deben de ser tenidas en consideración en todo momento [...] (*idem*, p.11).

No presente estudo o grupo de mulheres em questão é de trabalhadoras domésticas (mensalistas não residentes e diaristas) negras e brancas, de diferentes faixas etárias, esposas e mães, que trabalham em Goiânia e moram na cidade de Aparecida de Goiânia.

Os trabalhos iniciais de Geografia de Gênero/Feminista[1] foram no âmbito de países anglo-saxões, durante os primeiros anos da década de 1970. Desde então Estados Unidos seguido por países europeus, como Espanha, Alemanha, Holanda e Reino Unido, e

[1]Segundo Martínez; Moya & Muñoz (1995, p. 16), "se entiende por Geografía Feminista aquella que incorpora las aportaciones teóricas del feminismo a la explicacón e interpretación de los hechos geográficos", [...] "las diferencias com respecto a la Geografía del Género son muy sutiles, en cuanto ésta incorpora de forma sistemática la cuestión de las relaciones de género, aunque no haga referencia a la teória feminista expressa".

Austrália na Oceania são os que se de estacam na participação em grupos de estudos internacionais sobre o tema; por outro lado ainda são poucos os estudos produzidos em países subdesenvolvidos, especialmente na América Latina e na África (Martínez; Moya & Muñoz, 1995). Ainda segundo as autoras, para que haja um bom desenvolvimento de uma perspectiva feminista no campo da Geografia, são determinantes que exista uma presença feminina importante entre os investigadores e professores universitários de nossa ciência e também a formação de grupos específicos para os estudos de gênero dentro das associações geográficas nacionais.

No Brasil, os primeiros movimentos feministas aparecem durante a ditadura militar, na década de 1970. No entanto, os primeiros estudos feministas realizados em universidades públicas datam da década de 1980 (SILVA & LAN, 2007). De acordo com SILVA & LAN (2007) para o tema ter mais visibilidade na Geografia brasileira assim como tem na Geografia espanhola ou anglo-saxônica,

> [...] necesita prestar atención a los movimientos sociales y utilizar la categoría género más como un instrumento de análisis de lo social, que como consecuencia de producción de diferentes espacios geográficos. Se deben incorporar las contribuiciones teóricas del feminismo y estudiar empíricamente como el espacio es modificado por estos movimientos y por las desigualdades de género. De está manera se convierte es un reto para aquéllos que pretenden comprender nuevos espacios geográficos. (SILVA & LAN, 2007, p. 111).

Confundido com conceito de sexo, segundo a gramática, gênero corresponde de forma reduzida aos caracteres biológicos de classificar os seres. Dentro das perspectivas feministas, gênero possui uma perspectiva relacional, "ele existe para dar conta dos atributos específicos que cada cultura impõe ao masculino e ao feminino, partindo do princípio que os lugares sociais e culturais, de cada um, são construídos como a relação de poder entre homens e mulheres, ou seja, hierarquicamente" (SANTANA, 2003). Desde modo o conceito de gênero torna-se ferramenta importante na explicação da produção do espaço urbano, evidenciando o feminino como agente produtor do espaço, de uma "Nova Geografia", que além de questionar a hegemonia de determinados paradigmas questiona o caráter andrógeno do conhecimento geográfico produzido até então e mesmo a falsa neutralidade cientifica proposto pelo modelo positivista de fazer ciência, o privilégio dado às paisagens visíveis e hegemônicas do espaço, o apego aos dados quantitativos e a abordagem economicista da perspectiva marxista (SILVA, 2005). Evidenciada por mulheres (principalmente geógrafas feministas norte-americanas e européias), a Geografia do Gênero vinculada à nova Geografia Cultural (nas novas possibilidades de se abordar manifestações culturais no espaço – 'Novas Geografias") critica as abordagens até então construídas abriu possibilidades de novas

abordagens em função da complexidade dos diferentes e simultâneos processos espaciais, exigindo, portanto novos métodos. De esta forma, incluir o gênero como objeto de estudo da geografia não é tarefa simples, a principio, em função da dificuldade de demarcação clara das fronteiras do objeto em questão, pois

> O ser mulher se define num contexto de relações sociais, e a identidade feminina se apresenta no plural e permanentemente reelaborada. Produto complexo de relações sociais, a definição identitária feminina está intimamente ligada à construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional. As fronteiras identitárias entre os gêneros masculino e feminino, tornam-se cada vez mais tênues e menos nítidas na sociedade ocidental contemporânea, dificultando uma expressão espacial material desse processo (SILVA, 2005, p. 176).

Ainda segundo a autora, "um ponto crucial do debate dessas geógrafas é a construção teórica da relação entre gênero e espaço fora do discurso hegemônico masculino", concordando com Silva acreditamos que o passo inicial é partir do discurso que está posto, isto é, dos lugares socioespaciais culturalmente atribuídos à mulher, por exemplo, os relativos a profissões, tais como trabalhadoras domésticas, professoras, enfermeiras, comissárias de bordo, prostitutas, ou simplesmente a papeis sociais atribuídos as mulheres pela cultura patriarcal, dona-de-casa, mãe, esposa, entre outros, isto é, do cotidiano, da "espacialidade diferencial" produzida por estes diferentes grupos de mulheres. Partindo da desconstrução do discurso instituído (representações e ideologias) sobre o lugar socioespacial historicamente atribuído à mulher teremos subsídios teóricos para contribuir para o estabelecimento das bases teóricas, metodológicas e epistemológicas de uma geografia do gênero.

Tendo o discurso instituído como ponto de partida faremos a princípio uma espécie de geografia da subalternidade (subgeografia, do ponto de vista da relevância dada a perspectiva e ao tema pela ciência geográfica hegemônica) uma vez que é a condição hierárquica histórica da mulher em relação ao homem. É o que nos propomos fazer ao eleger as trabalhadoras domésticas como protagonistas de nosso estudo, além de contribuir com outros estudos realizados Brasil com temas afins, como fizeram os/as autores/as mencionados e tantos outros estudos que por motivos diversos não chegaram ao nosso conhecimento, em muitos casos por ficarem no anonimato, no isolamento das instituições que são produzidos.

Deste modo, diante da histórica realidade socioeconômica, política e cultural vivida pelas trabalhadoras domésticas no Brasil é pertinente indagar: Quais são as representações sociais sobre o ser mulher, pobre e trabalhadora doméstica cristalizadas no imaginário social coletivo (sociedade sexista, racista e de classes) que compõem a corporeidade das mulheres que desempenham esta função? Até que ponto essas representações são compartilhadas e vividas por estas trabalhadoras na constituição de suas

identidades enquanto mulheres, mães, esposas, trabalhadoras, cidadãs, entre outras funções sociais assumidas pelas mesmas? Quais os vínculos e sentidos que elas estabelecem e atribuem aos locais pelos quais quotidianamente se deslocam ou deslocaram (trânsitos rememorados), sejam espaços públicos ou privados, em especial no que diz respeito ao lugar, ao espaço sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (sua casa, a casa dos patrões, a igreja, a escola, locais de lazer)?

Para se tecer reflexões iniciais acerca das questões postas acima e assim contribuir para a complexa questão do trabalho doméstico feminino no Brasil, no que se refere à injustiça social na qual se insere esta categoria sócio-profissional é imprescindível saber quem são as mulheres que desempenham a função de trabalhadora doméstica em Goiânia? Qual a origem das mulheres que desempenham esta função? Quais são os locais freqüentados e trajetórias socioespaciais feitas pelas trabalhadoras na cidade? Quais destes locais são (ou tornam-se) lugares aos quais elas se sentem pertencentes? Enfim, quais são os lugares das empregadas domésticas que trabalham em Goiânia? Quais são os espaços "permitidos" a esta categoria socioprofissional?

Deste modo, o presente estudo tem por objetivo principal, identificar e compreender as trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas e como as representações sobre o trabalho doméstico, o gênero, a classe e a raça/etnia, enfim a sua corporeidade influencia em suas práticas espaciais.

De maneira alguma nossa intenção é vitimizar a mulher trabalhadora doméstica, ao denunciar e analisar a difícil realidade humana e material historicamente experienciada por mulheres que por motivos vários (a principio étnico/racial) acabaram desempenhando esta função tão desvalorizada no mundo, tanto ocidental quanto oriental. Na verdade, o que propomos fazer ao analisar e dialogar com a realidade historicamente vivida por mulheres trabalhadoras domésticas no Brasil é compreender o quanto o dialético cerceamento de um grupo social (do ponto de vista étnico/racial e econômico) determina suas práticas espaciais, sua circulação e localização do/no espaço urbano, pensando em específico no local de moradia destas mulheres, uma vez que o solo é uma mercadoria, cujo valor é determinado em função de sua proximidade de áreas centrais e de sua infra-estrutura urbana.

Áreas dantes distantes, isoladas em relação às áreas centrais, são mercadorias cotadíssimas, em função da busca da tão propalada "qualidade de vida" sinônimo de distanciamento de todo tipo de poluição e situações estressantes comuns a qualquer grande centro urbano, que ao mesmo tempo em que promove a aproximação da elite com a natureza o promove também com seu oposto sociocultural, dando maior visibilidade às desigualdades socioespaciais. Na verdade o "isolamento" e distanciamento e que não duram muito tempo,

pois a ida destes condomínios fechados para áreas dantes "desvalorizadas" – atraentes a princípio do ponto de vista dos atrativos naturais preservados em áreas periféricas – topografia, vegetação, drenagens) somado a localização geográfica – posição e possibilidades de deslocamento em relação às áreas centrais dotadas de infra-estrutura urbana equipamentos de uso coletivo - acaba atraindo outros investimentos que acarretam a descaracterização dos atrativos primeiros do local e "expulsando" em função da valorização da área vizinha a população vizinha de baixo poder aquisitivo de modo a constituir um espacialidade diferencial, pautada na exclusão e na segregação segundo a etnia/raça e a "classe".

Diante do exposto, a temática proposta no âmbito da Ciência Geográfica surge da necessidade de se pensar o espaço, em particular o espaço urbano - espaço do encontro e do confronto dos diferentes e desiguais segmentos sociais que cotidianamente no anonimato, e porque não dizer invisibilidade, o constroem - na perspectiva do gênero e de um segmento social duplamente subalternizado, do ponto de vista das condições materiais de (re)existência e do ponto de vista simbólico, das representações sociais a ele referente, portanto desvendando estratégias, aspirações e sentimentos pertinentes aos diferentes e desiguais segmentos sociais urbanos, possíveis de serem identificados em suas práticas e trajetórias socioespaciais.

1.3. CONSTRUINDO UM CAMINHO METODOLÓGICO: TROPEÇOS E ACERTOS

As trabalhadoras domésticas, colaboradoras de esta pesquisa, são aqui entendidas enquanto mensalistas e diaristas que prestam serviço de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial dessas desempenhando atividades domésticas diversas: lavar, passar, cozinhar, cuidar de crianças, etc. A pesquisa contemplou trabalhadoras que diariamente se deslocam de suas casas, na cidade de Aparecida de Goiânia, às residências onde trabalham em Goiânia; negras e brancas, em faixas etárias e tempo de exercício da função variado, procurando assim, contemplar "diferentes" experiências de vida no que diz respeito ao trabalho doméstico. Apesar da nossa disponibilidade em entrevistar trabalhadoras negras e brancas, das cinco mulheres que se dispuseram a conceder a entrevista apenas uma é branca (segundo o critério de auto-declaração) refletindo a realidade da composição étnico-racial do universo de trabalhadoras domésticas brasileiras, a maioria são negras (pretas e pardas).

A princípio, o lócus de pesquisa seria o bairro Vila Mutirão localizado na região noroeste de Goiânia - região que concentra um conjunto de bairros que foram assentamentos urbanos para famílias retiradas de invasões em áreas centrais de Goiânia -, em função de dificuldades materiais e de deslocamento mudamos de área. Trabalho como professora em um bairro carente de Aparecida de Goiânia, Setor Residencial Campos Elíseos, sabendo que em

bairros periféricos é comum um número significativo de mulheres que são trabalhadoras domésticas, tivemos a idéia de informalmente questionar meus alunos, do ensino médio, sobre qual era a profissão de suas mães. Com um pouco de dificuldade, em função da vergonha por parte dos alunos, constatei que era significativo o número de mães que trabalhavam como empregadas domésticas e diaristas. Diante de esta sondagem inicial elaborei um pequeno questionário que perguntava sobre a idade da trabalhadora, tempo que exercia a profissão, o bairro que trabalhava e a disponibilidade para conceder a entrevista. Muitas foram às recusas ("ruídos"), que acredito e cheguei a constatar ter sido influenciada pela intermediação dos alunos, pois as entrevistas seriam realizadas em suas casas (não por imposição da minha parte, mas por conveniência e em função da pouca disponibilidade de tempo delas para conceder a entrevista), que muitos tinham vergonha que eu conhecesse principalmente as meninas.

A constatação da influência do aluno na recusa da mãe em conceder a entrevistada ocorreu quando coincidiu de eu distribuir questionários para três alunos em diferentes salas que eu não sabia que eram irmãos (um menino e duas meninas), as duas meninas que eu sabia que eram irmãs me trouxeram a recusa da mãe em conceder a entrevista, já o menino me trouxe a confirmação, somente quando eu cheguei na casa deles para realizar a entrevista tomei conhecimento que os três eram irmãos, diante do constrangimento das meninas. Outras dificuldades foram: encontrar trabalhadoras disponíveis para conceder a entrevista; dificuldade para agendar (dia e tempo disponível), e o mal-estar do pós-entrevista (ser ignorada por algumas entrevistadas quando encontradas em espaços públicos), desconfianças sobre a minha real intenção com aquela entrevista.

Após toda dificuldade para conseguir trabalhadoras dispostas a conceder a entrevista e agendar um dia e horário para que a entrevista acontecesse, foram realizadas cinco entrevistas, de um total de aproximadamente 12 questionários respondidos. Dentre as cinco trabalhadoras estão, duas diaristas e três empregadas domésticas; quatro migrantes (Tocantins, Maranhão, Bahia e interior de Goiás, Carmo do Rio Verde) e uma goianiense; questionadas sobre sua cor duas se auto-declararam negras, duas morenas e uma branca; questionadas sobre a raça, demonstrando incerteza, as quatro se auto-declararam negras e uma branca; se encontram na faixa etária de 30 a 40 anos; são casadas e têm filhos; três são evangélicas e duas são católicas; e são trabalhadoras domésticas entre de 5 e 25 anos.

Para realização da presente proposta de pesquisa, considerou-se como metodologia mais adequada à abordagem qualitativa proposta por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), que deve ser entendida, pela busca de dados qualitativos na perspectiva dos sujeitos envolvidos, não ignorando, contudo, os dados quantitativos. Portanto, a abordagem qualitativa de pesquisa prioriza a compreensão da realidade a partir do ponto de

vista dos sujeitos pesquisados buscando compreender os significados atribuídos por eles aos fenômenos considerados segundo contextos sócio-históricos determinados. Além da consideração da visão de mundo do grupo de sujeitos estudados a abordagem qualitativa de pesquisa deve estar vinculada as convicções teóricas dos investigadores.

1.3.1. A PESQUISA QUALITATIVA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse item nosso objetivo *a priori* é contextualizar historicamente o surgimento e desenvolvimento dos estudos denominados de qualitativos no âmbito das ciências humanas; evidenciar nossa concepção do que vem a ser uma pesquisa de abordagem qualitativa; bem como sua adequação à temática estudada.

Para realização da presente pesquisa, considerou-se como metodologia mais adequada à abordagem qualitativa, pois além de ser a mais adequada para o cumprimento dos objetivos traçados contempla as convicções teóricas dos pesquisadores, além de contribuir, juntamente com outros estudos já realizados, com os estudos que serão realizados com a temática em questão, no âmbito da ciência geográfica das demais ciências humanas e sociais. Assim como objetivamos em relação ao tema estudado, neste tipo de pesquisa, tem prioridade a busca pela compreensão ou interpretação da realidade, uma vez que "essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado" (PATTON, 1986 *apud* ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 131). Portanto, busca-se a partir do ponto de vista dos sujeitos da pesquisa os significados atribuídos aos fenômenos estudados considerados a partir do contexto sócio-histórico dos sujeitos estudados e a análise dessa realidade com base em convicções teóricas dos investigadores – sendo estes, portanto, um dos principais instrumentos de pesquisa.

A origem da abordagem qualitativa de pesquisa é atribuída ao final do século XIX quando os cientistas sociais começam a indagar acerca da generalização do método de investigação científica fundamentado na perspectiva positivista - utilizado até então na investigação das ciências físicas e naturais - ao estudo dos fenômenos humanos e sociais (ANDRÉ, 1995). Segundo André (1995) para Weber e Dilthey pioneiros na busca de uma metodologia de pesquisa alternativa ao modelo positivista então vigente, o fato social e humano em uma pesquisa qualitativa, é encarado em sua complexidade, dinâmica e contexto particular, como elementos importantes para sua compreensão, objetivo que diferencia a ciência social da ciência física. Assim, o objetivo principal da investigação qualitativa deve se

centrar na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos, contextualizados, às suas ações.

Deste modo, ao contrário do que se tende a pensar a priori quando se fala em pesquisa qualitativa, esta não é assim denominada apenas por se opor à abordagem quantitativa de pesquisa, no sentido de esta usar de dados estatísticos como principal recurso metodológico, e daquela utilizar de metodologias subjetivistas, mas sim no que diz respeito à postura do pesquisador diante do "objeto" a ser estudado, e claro da relevância dada a metodologias qualitativas, que possibilitam evidenciar a perspectiva subjetiva do fenômeno estudado. Os princípios da abordagem "Naturalística" ou "Naturalista" de pesquisa - como também ficou conhecida a pesquisa qualitativa - ao contrário da visão empirista – não envolve a manipulação de variáveis, nem tratamento experimental; busca-se o fenômeno no seu acontecer natural. Assim, o caráter qualitativo dessa abordagem que a opõe à abordagem positivista-quantitativista deve-se ao fato de esta se contrapor ao esquema quantitativista de pesquisa, que propõe o parcelamento da realidade em unidades passiveis de mensuração estudando-as isoladamente, defendendo uma visão holística dos fenômenos estudados, isto é, que leve em consideração a articulação e influências recíprocas de uma situação estudada (ANDRÉ, 1995).

Portanto, o caráter qualitativo atribuído ao presente estudo, não se limita ao plano dos procedimentos e técnicas adotadas, mas da postura dos pesquisadores diante do "objeto" a ser estudado e aos postulados a ele ligados. Na verdade "o par qualitativo e quantitativo é entendido enquanto um *continuum* e não enquanto dicotômicos" – em especifico no que diz respeito às metodologias utilizadas -, isto é, buscam-se dados qualitativos na perspectiva dos sujeitos envolvidos, não ignorando, contudo, os dados quantitativos (LESSARD-HÉRBERT; GOYETTE & BOUTIN, 1990).

O planejamento de estudos qualitativos não é uma tarefa simples. Em função de sua diversidade e complexidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos; sua estrutura prévia é mínima, pois as categorias teóricas e o próprio planejamento poderão ser definidos no decorrer do processo de investigação, portanto a flexibilidade é inerente a qualquer projeto de pesquisa e essencial aos estudos qualitativos. Cabe ainda salientar que "as pesquisas qualitativas são multimetodológicas, isto é, usam grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados" (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 163). Dentre os procedimentos metodológicos e etapas da entrevista estão: levantamento bibliográfico; identificação do grupo a ser pesquisado; realização de entrevistas semi-estruturadas gravadas; identificação e mapeamento dos espaços

freqüentados pelas trabalhadoras entrevistadas para identificar suas trajetórias socioespaciais; e análise e interpretação do conteúdo das entrevistas.

Dentre os procedimentos acima mencionados a entrevista merece especial atenção, uma vez que é o nosso principal instrumento de pesquisa. O roteiro de entrevista assim como o questionário são técnicas especiais de coleta de informações, pois permitem compreender de forma eficiente percepções, sentimentos, crenças, motivações ou planos de uma pessoa. Entretanto, ao contrário do questionário, a entrevista – gravada ou anotada - implica um contato maior e um nível de profundidade superior ao obtido pelo questionário. Na entrevista existe o contato pessoal - uma situação social - em que entrevistador e entrevistado interagem entre si, influenciando um ao outro de várias maneiras: palavras que pronunciam a inflexão da voz, gestos, expressão facial e outros traços pessoais, além das manifestações de comportamento que acompanham a comunicação verbal. Uma das vantagens da entrevista é sua "flexibilidade, que possibilita maior sinceridade, o que é adequado para obter informações de indivíduos mais complexos, emotivos, ou mesmo para comprovar sentimentos subjacentes a uma opinião" (DENCKER & VIÁ, 2002).

1.3.2. HISTÓRIAS DE VIDA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

Diante do nosso objetivo geral e da particularidade do grupo social estudado recorrer à memória enquanto recurso metodológico é imprescindível, uma vez que nosso interesse são situações vividas articuladas no tempo e no espaço na forma de relato pessoal, pois este "pode assegurar a transmissão de uma experiência coletiva e constituir-se numa representação que espelha uma visão de mundo" (FERREIRA & AMADO, 1996).

Dentre as várias possibilidades de abordagens da historia oral está a história de vida, enquanto forma de narrar trajetórias "individuais". Criticando a limitação dos estudos que adotam a metodologia da história oral realizados no Brasil e reclamando aprofundamento das reflexões teórico-metodológicas, Ferreira e Amado (1996) afirmam que em geral a história oral consiste em gravar entrevistas e depoimentos. Quanto aos temas abordados, segunda a autora, na década de 80 houve inovações, porém nos encontros da década de 1990, "cresceu consideravelmente número de trabalhos voltados para as camadas populares, sendo retomada assim uma antiga tradição da história oral".

Concordarmos com Ferreira e Amado (1996) de que a história oral é uma metodologia, porém há controvérsias, que em função do recente uso da metodologia na ciência geográfica é válido expor. Segundo a autora é possível resumir a três os principais

posicionamentos a respeito do *status* da história oral. A primeira afirma ser a história oral uma técnica: "experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca"; a segunda, uma disciplina. Baseados em uma argumentação teórica limitada e contraditória, os defensores desse ponto de vista afirmam que a história oral possui corpus teórico particular além de ter inaugurado técnicas especificas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos; e a terceira, que afirma ser história oral uma metodologia, que assim como as demais metodologias "estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens [...] funcionando como ponte entre teoria e prática" (FERREIRA & AMADO, 1996, p. 16).

Deixando de lado a controvérsia entre os diferentes *status* atribuídos à história oral, Ferreira e Amado (1996) se referindo a Mikka e às observações de vários autores da história oral apresentam uma tentativa de condensar perspectivas e temas reconhecidos por grande parte da bibliografia como específicos da história oral – "território comum sobre o qual se erige a historia oral "-, cujas principais, que contemplam a temática abordada neste estudo são:

> - O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa vertente permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos;
> - Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador [pesquisador] a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação;
> - A pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas – porque tradicionalmente relacionados apenas a indivíduos -, como a subjetividade;
> - Na história oral, o objeto de estudo do historiador [pesquisador] é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes [...]. (FERREIRA & AMADO, 1996, p. 144-145).

Antes de refletirmos acerca da matéria prima da história oral: a memória, vale ressaltar que: “narrativas orais referem-se tanto ao passado quanto ao presente, organizando-os e unificando-os, e ao mesmo tempo apontam para o futuro”.

Bernardo (1998) fundamentada em teorias construídas e estudos realizados por Bosi (1979), Pollak (1989) e Halbwachs (1935), por exemplo, procura recorrendo à memória de velhas e velhos negros descendentes de africanos e de velhas e velhos brancos descendentes de italianos, residentes na cidade de São Paulo, como forma de resgatar o quotidiano destes dois segmentos étnico/raciais e de gênero, que apesar de terem partilhado os mesmos espaços no cotidiano da cidade de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX (período de transição entre o regime escravocrata institucionalizado a sua abolição e conseqüente substituição da mão-de-obra negra e escrava pela imigrante branca européia), “o negro com freqüência foi preterido. Assim, suas trajetórias, apesar de se cruzarem, foram profundamente diferentes e marcadas pela desigualdade.” Desde modo, a autora busca por meio da memória resgatar o cotidiano – experiências vividas na cidade - destes homens e mulheres, e através da imaginação vislumbrar as diferentes “São Paulo” do período, considerado na perspectiva de dois segmentos marcados pela distinção de gênero e de raça.

Se o interesse de determinado estudo são situações vividas, segundo Bernardo (1998) o recurso metodológico mais adequado, e legitimado pela antropologia contemporânea, é a memória, a interpretação do significado de sua substância social, que é tanto individual quanto social – “permite ultrapassar as individualidades, atingindo características grupais”. Recurso metodológico que permite talvez melhor do que qualquer outro ir além da dimensão subjetiva do vivido, lidando também com a trama de significação que articula a vida dos sujeitos, pois (BERNARDO, 1998).

> [...] o recurso à memória [...] permite descortinar situações conflitivas, discriminações, jogos de poder entre pessoas e grupos sociais e processos colo o de construção de identidades, uma vez eu memória e identidade se encontram imbricadas. Isso significa que o processo de memorização possibilita reconstruir e redefinir continuamente as identidades tanto individuais quanto coletivas dos grupos [...]. (p. 30)

Se referindo ao estudo da memória coletiva – o autor defende a tese de que a memória em parte se apóia no passado vivido e em parte se conserva no grupo - realizado por Halbwachs (1935), Bernardo (1998) afirma que aquele autor não se prendeu à realidade psíquica dos indivíduos, mas se deslocou para as representações e idéias que se constroem no interior dos diferentes grupos sociais, demonstrando que a memória individual possui estreita relação de dependência com grupos dos quais o individuo faz parte, deste modo,

> [...] é possível, por meio dela, [da memória] reconstruir a família, o trabalho, as diversas formas de o sujeito se comunicar com Deus, seus diferentes tipos

> de lazer, enfim, como foi vivenciada [determinada situação] [...]. [pois] a memória se apóia no passado vivido e, de outro, que ela se conserva no grupo. (BERNARDO, 1998, p. 30-31)

Além da interdependência entre passado e presente (no sentido de que o presente implica em possibilidade de mudança de visão das experiências contidas no passado) no processo de reconstrução e reinterpretação da memória, bem como na atribuição de sentido às experiências contidas na nesta, como destaca Halbwachs (1935), Barros (1989 *apud* BERNARDO, 1998) ressalta também a importância da conjugação da dimensão temporal e espacial neste processo

> No ato de lembrar nos servimos de campos de significados – os quadros sociais – que nos servem de pontos de referencia. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória que as localizações espacial e temporal das lembranças são a essência da memória (*Idem*, p. 30).

Assim, a memória não é apenas fato, recorrendo a esta é possível também captar os sentimentos associados às experiências contidas na memória, "pois a lembrança do acontecimento vivido faz com que aflorem o ódio, o amor, a alegria, a tristeza, o conformismo, a revolta" – "as subjetividades emergem, [...] revelando conteúdos que vão além das interpretações dos significados dos fatos objetivos" (BERNARDO, 1998). É este jogo de significados entre fatos objetivos e subjetivos que nos interessa, pois este jogo possibilita a construção dos diferentes e desiguais quadros de interpretação: das mulheres, dos homens, dos homossexuais, etc.

Tão importante ao nosso estudo quanto às contribuições teóricas de Halbwachs (1935) são as de Pollak (1989), ambas a nós apresentadas através do trabalho de Bernardo (1998). Pollak "ao estudar os grupos dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressalta a importância das memórias subterrâneas, caracterizadas por conflitos e disputas, descortinando, assim a ruptura" (BERNARDO, 1998):

> Essas lembranças que fazem parte da memória subterrânea às vezes transparecem como proibidas, indizíveis, vergonhosas e por meio do silêncio "são zelosamente guardadas em estruturas de comunicações informais e passam despercebidas pela sociedade englobante" (POLLAK, 1989, *apud* BERNARDO, 1998, p. 34).

Ainda segundo Bernardo (1998),

> A análise da memória a partir da contribuição teórica de Pollak permite que os significados dos silêncios, dos não ditos, dos conflitos, dos sentimentos de vergonha, dos constrangimentos sejam interpretados, desnudando relações sociais e por que não dizer de poder, nas quais as discriminações estão embutidas, iluminando inclusive a identidade do discriminado. *Dessa forma, o relativismo cultural sai de cena, permitindo a critica cultural. O que era simplesmente diferente ganha o seu foco de desigualdade* [grifo nosso] (*idem*, p. 34).

Diante do exposto, pretendemos resgatar por meio da história de vida, que é história oral, trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas através de entrevistas gravadas. Buscamos no resgate dessas memórias conteúdos sociais coletivos e individuais (representações sociais) vinculados à experiência de ser trabalhadora doméstica, mulher, pobre, branca ou negra em uma sociedade classista, racista e sexista, portanto que as mesmas vivem historicamente, enquanto segmento social e diariamente enquanto pessoas individuais, experiências de exclusão/segregação socioespacial e violência simbólica por meio do assédio moral e/ou sexual.

Perante esse quadro, é conveniente falarmos das representações sociais, que já mencionamos, porém não tentamos conceituar. Categoria para trabalhar com o pensamento social, a representação social, é utilizada com freqüência em trabalhos de diversas áreas das ciências humanas (Sociologia, Psicologia, Antropologia, Pedagogia, Educação, Geografia, entre outras) sendo, portanto, a representação social um conceito transdisciplinar. Embora oriunda da sociologia de Durkhein (1989)[2] é na psicologia social que a representação social ganha uma teorização, desenvolvida a principio por Serge Moscovici (1978) e posteriormente aprofundada por Denise Jodelet (1984) (ALEXANDRE, 2004).

Moscovici (1978) na tentativa de resgatar do emaranhado de conceitos sociológicos e psicológicos a definição de representação social, afirma que ao contrário da facilidade de apreensão de esta na realidade não o é no plano conceitual em função de sua posição limiar entre uma série de conceitos psicológicos e sociológicos, porém segundo o autor a representação social é "uma modalidade de conhecimento particular [conjunto de conceitos, frases, imagens, valores e explicações com contexto cultural particular que supera as experiências individuais] que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos". Fundamentado na obra de Moscovici (1978) Alexandre (2004) afirma que a modalidade de conhecimento que pode ser considerado representação social: "[...] é somente aquele que faz parte da vida cotidiana das pessoas, através do senso comum, que é elaborado socialmente e que funciona no sentido de interpretar, pensar e agir sobre a realidade".

[2] O conceito de representação social proposto por Moscovici (1978) foi elaborado a partir da idéia de "representação coletiva" de Durkheim (1989). Apesar de intencionar dar conta de um todo, o sociólogo propõe a divisão entre individuo e sociedade ao afirmar que fenômenos coletivos, como a religião e o pensamento mítico, não podem ser explicados em termos de indivíduo, pois ele não pode inventar uma língua ou uma religião, portanto, esses fenômenos são produto de uma comunidade ou de um povo, e ainda que as regras que comandam a vida individual (representações individuais) não são as mesmas que regem a vida coletiva (representações coletivas) (ALEXANDRE, 2004).

Deste modo, partindo da perspectiva psicossocial proposta por Moscovici buscamos no resgate da historicidade do emprego doméstico feminino no Brasil - e até mesmo em outros contextos espaço-temporais e culturais - o conjunto de concepções, idéias e imagens que se tem sobre (subjetivação da realidade objetiva) o trabalho manual, sobre o serviço de mulher, serviço de negros, o emprego doméstico, entre outros, que foram forjadas por um grupo dominante, como forma de legitimar seu exercício de poder (dominação) em detrimento de outros então representados. Portanto, os elementos das representações sociais aqui analisados são as concepções e idéias dominantes na sociedade sobre o emprego doméstico feminino. Porém, apesar de forjada por um grupo, em função dos seus interesses, a representação é coletiva, é social "o discurso de cada indivíduo deve ser visto como originado nas regras e papéis de natureza coletiva", apesar das individualidades conquistadas o grupo persiste dentro de cada indivíduo, que faz parte de uma totalidade social e histórica. Portanto, nosso objetivo ao recorrer às representações sociais na pesquisa enquanto um recurso teórico é compreender as concepções, idéias e imagens existentes no imaginário social brasileiro sobre o emprego doméstico feminino, procurando deste modo as possíveis justificativas para sua histórica desvalorização social. Preuss (1996) citada por Santana (2003) afirma que o trabalho doméstico é um atividade desvalorizada e de pouca importância na maioria das sociedades modernas,

> [...] por não ser reconhecido como um trabalho [produtivo, mas de reprodução dos indivíduos e da sociedade como um todo] é isolado, por ser realizado na unidade doméstica [espaço de pouca valorização social e econômica por ser inerentemente feminino] e invisível do ponto de vista econômico, psicológico e ideológico; sendo também consumido na mesma proporção em que é realizado, ou seja, a todo momento a empregada está realizando tarefas que precisam ser constantemente refeitas, corroborando com sua desvalorização , como é o caso de lavar louça e varrer a casa (PREUSS, 1996 *apud* SANTANA, 2003, p. 77-78).

Vários foram os conceitos de representação social formulados por diversos autores em função do seu foco de interesse e da sua posição teórica. Dentre as definições propostas a de Denise Jodelet (2002) é a mais consensual: "As representações sociais são uma forma de conhecimento [prático] socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (JODELET, 2002, p.22 *apud* ARRUDA, 2002, p. 138). Cabe de estacar que apesar das representações sociais serem elaboradas coletivamente (por um conjunto social) em um determinado contexto espaço-temporal e cultural, como toda relação e produção social, não está isenta de relações de poder. De esta forma apesar de elaborada coletivamente prevalece na estrutura simbólica da representação os valores e sentidos defendidas por um grupo

dominante, que utiliza da representação social como instrumento de exercício do poder segundo seus objetivos referentes a um grupo social ou objeto representado,

> As representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. As lutas de representações têm tanta importância quanto às lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os seus valores, o seu domínio (ALEXANDRE, 2004, p.130).

No entanto, o indivíduo comum que mais compartilha (pratica e vive) do que participa da elaboração de uma representação social não apenas a reproduz ele também cria e recria tais representações, pois desempenha papel ativo e autônomo no processo de construção da sociedade, sendo assim também "age e reage ante representações já produzidas", pois toda representação social é dinâmica e móvel, sendo assim,

> O ato de representar não deve ser encarado como processo passivo, reflexo na consciência de um objeto ou conjunto de idéias, mas como processo ativo, uma reconstrução do dado em um contexto de valores, reações, regras e associações. Não se trata de meras opiniões, atitudes, mas de "teorias" internalizadas que serviriam para organizar a realidade (LEME, 1993, p. 48 *apud* CAVALCANTI, 1998, p. 31).

Essa (re)elaboração do conteúdo das representações é possível, pois:

> [...]. É através da sociedade, da interação e das relações pessoais, que o indivíduo encontra a expressão de sua subjetividade. No compartilhar da intersubjetividade, o ser humano adquire a certeza da realidade vivida e percebe a diferença entre a sua realidade e as outras. A estrutura social é compartilhada pela consciência do senso comum, porque se refere a um mundo que é comum a muitos indivíduos (ALEXANDRE, 2004, p. 128).

Portanto, sendo as representações sociais fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das diversas maneiras pelas quais "circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente", na maioria das relações sociais estabelecidas, nas comunicações trocadas ("uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano"); nos objetos produzidos ou consumidos (ALEXANDRE, 2004; MOSCOVICI, 1978); nas idéias e teorias vulgarizadas ou não (teorias nazistas, racistas e machistas, por exemplo) a representação social, enquanto objeto social "constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto, circunscrito em seus alicerces e em suas conseqüências" revela- se um importante recurso metodológico para a compreensão da complexa realidade vivida por trabalhadoras domésticas brasileiras e da conduta de estas diante de esta realidade, em especifico no que diz respeito as suas práticas espaciais.

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação está dividida em 5 (cinco) partes. Além das considerações iniciais, na segunda parte – **O Trabalho doméstico feminino no Brasil:** textos e contextos – buscamos resgatar no tempo e no espaço, em específico a partir do chamado "Velho Mundo", passando pelo período colonial brasileiro, até os dias atuais, o conjunto de idéias e representações sociais (sexistas, racistas, elitistas) vinculadas à corporeidade feminina e aos espaços socioespaciais destinados às mulheres (de distintas raças/etnias e "classes"), em específico ao espaço doméstico, tido pela cultura sexista e machista que legamos, como espaço naturalizadamente de mulher. Espaço que as preserva das hostilidades e ameaças da possível desonra do espaço público, espaço de exercício de poder do homem (branco). É neste resgate que encontramos as escravizadas domésticas no período colonial brasileiro e analisamos sua corporeidade e espaço. Posteriormente analisamos o dia-a-dia de trabalhadoras domésticas brasileiras e percebemos que muitos dos preconceitos e situação de subalternidade vivida por estas é legado da realidade experienciada por suas antecessoras, escravizadas doméstica; e analisamos também o processo de identificação intragênero (patroa e empregada) de diferentes classes, raças/etnias, nível cultural, enfim de diferentes corporeidades e mundos no espaço doméstico da patroa. Por fim, demonstramos estatisticamente que o estigma da cor e do gênero persiste no mundo do trabalho doméstico brasileiro, o trabalho doméstico ainda é predominantemente feminino e a maioria das trabalhadoras domésticas em quase todas as regiões brasileiras são negras e pardas.

Na parte 3 – **A produção da segregação socioespacial no processo de constituição da Região Metropolitana de Goiânia** – procuramos analisar como na lógica da produção de uma cidade planejada como Goiânia está presente a lógica da produção de espaços segregados e fragmentados. Para tanto consideramos as iniciativas adotadas pelo poder público e pela iniciativa privada para conter o comprometimento do planejamento da capital, através da criação de assentamentos urbanos e loteamentos localizados em áreas da capital distantes do centro planejado e destituídos de qualquer infra-estrutura para a população carente que demandava por moradia na capital cuja lógica de cidade planejada não os incluía – migrantes que serviram de mão-de-obra para a edificação da capital e constantes levas de migrantes que chegavam a capital; e até mesmo em outros municípios, como em Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. Resgatamos também o processo de desenvolvimento e expansão de Goiânia até chegar à condição de Região Metropolitana e em específico sua relação socioeconômica e demográfica com a cidade de Aparecida de Goiânia. Buscamos analisar

está relação tanto do ponto de vista socioeconômico quanto do ponto de vista humana, por meio do ir e vir diário de trabalhadoras domésticas entre estas duas cidades, seja para o trabalho, compras ou lazer. Além disso, nesta parte do trabalho desenvolvemos o mapeamento dos espaços mencionados e apresentamos fotografias de alguns locais citados na trajetória diária das trabalhadoras entrevistadas, em especifico na cidade de residência, em Aparecida de Goiânia.

No parte 4 – **A espacialidade e a mobilidade diferencial da trabalhadora doméstica no seu ir e vir entre Goiânia e Aparecida de Goiânia:** a vida entre dois mundos antagônicos – de posse dos resultados dos dados obtidos com a pesquisa de campo e do suporte teórico escolhido, apresentamos e fizemos uma breve análise de fragmentos da história de vida das trabalhadoras domésticas entrevistadas, procurando de estacar pontos de sua mobilidade e espacialidade diferencial onde buscamos identificar em sua trajetória socioespacial o seu lugar, "o espaço apropriado e vivido através do corpo", o espaço de pertencimento, do bem-estar e acolhida, seja no seu bairro (sua casa, a casa de parentes e amigos, a igreja, locais de lazer extra-doméstico); seja na casa ou no bairro dos patrões; seja em espaços remotos, guardados na memória e no coração (trânsitos rememorados). Na busca do lugar da trabalhadora doméstica residente em Aparecida de Goiânia e trabalhadora em Goiânia temos como referência sua corporeidade, isto é, buscamos compreender os elementos principais de sua corporeidade (mulher, pobre, negra ou branca, trabalhadora doméstica, etc.) considerados em suas práticas espaciais.

Por último, nas **considerações finais**, a guisa de conclusão consideramos que os estudos geográficos devem mais do que nunca responder as demandas que surgem com o descentramento do sujeito e das identidades na modernidade. O que pressupõe a abertura para a convivência com as novas formas de alteridade, de multiplicidade, de diversidade (de gêneros, raças/etnias, orientação sexual, classe, segmento profissional, religião, etc.), de fazer ciência. Deste modo, no contexto do espaço urbano (espaço do encontro e do confronta da diversidade humana) o lugar, enquanto a dimensão espacial da vida é como nos vimos categoria mais adequada para se pensar à diversidade de geografias que a modernidade possibilita enxergar.

2. TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO, RAÇA/ETNIA E CORPOREIDADE NO BRASIL: TEXTOS E CONTEXTOS

De acordo com Saffioti (2004) ao contrário do conceito de sexo que pressupõe uma base biológica e a naturalização das diferenças entre homens e mulheres, o conceito de gênero é uma construção social hierárquica do masculino e do feminino, isto é, o que em determinado contexto espaço-temporal é socialmente estabelecido – hegemonicamente por homens e brancos - como estereótipos do ser homem e do ser mulher. Ainda sobre este conceito continua a autora baseando-se em várias fontes bibliográficas:

> [...] Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: [...] como símbolos culturais evocadores de representações. Conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições e atribuições sociais, identidade subjetiva [...] [grifos nossos]; como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades [...]; como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também ralações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992.1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995). (*Idem*, 2004, p. 45).

Ainda sobre o conceito de gênero e das diferenças entre os conceitos de gênero e sexo, Martínez; Moya; Muñoz continuam:

> Género: este concepto hace referencia a todas las diferencias entre hombres y mujeres que han sido construidas socialmente; por ello la diferencia com respecto al sexo es nítida, en cuanto que éste es biológico.
> La práctica totalidad de diferencias entre hombres e mujeres por lo que se refiere a funciones, dividión del trabajo y relaciones de poder derivan de las diferencias de género (construción social) y no del sexo (constitución biológica); el género como construcición social tiene importantes variciones, lo que no ocurre com el sexo.
> Roles o f*unciones de género*: describen queén hace, dónde y cuando, permitiendo contestar a la pregunta: ¿cómo se reparten el trabajo, la autoridad y el ocio entre hombres y mujeres? (2005, p. 14).

Por trás de essas idéias que estabelece hierarquias entre os homens e as mulheres, sendo estas subjugadas, está a ordem patriarcal de gênero, que nos tempos modernos não é mais uma explicação única para os fenômenos de diferenças entre os sexos enfraquecidos por conquistas galgadas pelas mulheres com a Revolução Francesa que questiona a desigualdade entre os seres humanos; com a separação da empresa capitalista e da esfera administrativa da unidade doméstica; além de conquistas na esfera da sexualidade (controle da prole com a aquisição da pílula anticoncepcional); o direito ao divorcio; maior inserção da mulher no mundo do trabalho produtivo, supostamente masculino; entre outras (SANTANA, 2003). Deste modo, o sistema patriarcal de sociedade é uma categoria de analise histórica e social

que corresponde ao "regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens" (SAFFIOTI, 2004). Vamos a mais algumas definições,

> [...] segundo Badinter (1986) é um sistema em que a forma familiar está baseada no parentesco masculino e no poder paterno, ou seja, esse termo designa toda estrutura social que nasce de um poder do pai. Dessa maneira, o patriarcado não é apenas um sistema de opressão sexual, mas, também é um sistema político apoiado na teologia, sendo a forma de relação homem mulher inscrita num sistema geral de poder que comanda as relações dos homens entre si (SANTANA, 2003, p. 66).

Na perspectiva feminista radical o patriarcado consiste em uma forma especifica de relações de gênero em que "el sistema de relaciones entre hombres y mujeres que conduce a la subordinación de la mujeres", portanto, corresponde à subordinação feminina a partir do controle masculino, inclusive sobre o mundo do trabalho:

> El concepto central em esta concepción es el de *Patriarcado*, al que entiende como um sistema sexual jerárquico em el que los hombres poseen um poder superior y disfrutan de uma situación ecconómica privilegiada al ser beneficiariaos directos del trabajo doméstico de las mujeres. Uma definición sencilla del concepto de patriacado puede ser la que lo determina como la estructura de relaciones sociales entre hombres y mujeres en la cual el hombre como grupo es el dominante. (MARTÍNEZ; MOYA & MUNÕZ, 2005, p. 39).

O sistema patriarcal no contexto doméstico se manteve através da família e do matrimônio, sendo o primeiro papel da mulher o de mãe e esposa, no mundo do trabalho está expresso na divisão sexual do trabalho, isto é, às mulheres cabe as profissões e cargos de menor prestigio e remuneração – espaços desertados pelos homens, o baixo escalão, abandonados a favor de postos de comando - e condizentes com as habilidades femininas naturais, empregadas inicialmente na esfera doméstica - "qualificações reais fantasiadas como 'qualidades' naturais e subsumidas a um atributo supremo, a feminilidade". No Brasil, segundo Freyre (2004) o patriarcalismo se estabeleceu no Brasil como uma estratégia de colonização com bases institucionais no grupo doméstico rural e no regime de escravidão. De forma acentuada o patriarcado é exercido no Brasil na área rural de Pernambuco e da Bahia do século XVI. Este sistema se estrutura na construção e sustentação de teorias e crenças que defendem a superioridade do homem em detrimento da mulher - constante tentativa de comprovação da inferioridade da mulher a partir de diferenças biológicas e físicas - e na "extrema especialização/diferenciação - moral, estética, física, etc. -, entre os dois "sexos".

Antes de essas crenças e práticas de dominação vir para terras brasileiras já eram exercidas na Europa amparadas por instituições como a Igreja Católica – seria o ponto de partida o pecado cometido por Eva ao comer do fruto proibido da árvore do conhecimento? Na Europa do século XIX, era reservado à mulher (branca) o espaço doméstico, suas

atividades e sociabilidade, restrita ao grupo familiar, em oposição ao espaço público tido como de domínio masculino (PERROT, 1998).

Quando se fala em mulher pública a primeira idéia evocada em nossas mentes educadas sob a moral judaico-cristã patriarcal é a de mulher de vida fácil, mulher da vida: "Depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher [...] pública é uma 'criatura', mulher comum que pertence a todos. [...] a mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto de passagem, apropriado, sem individualidade própria". (PERROT, 1998, p. 7). Ao contrário, falar de homem público é falar do homem no espaço que lhe é reservado, de seu domínio, o "espaço público". Espaço do homem influente, que desempenha um papel importante e reconhecido, onde participa do poder, da política. Portanto, "espaço público" é compreendido por oposição ao espaço "privado" (PERROT, 1998, p. 7):

> A "esfera pública", por oposição à esfera privada, designa o conjunto, jurídico ou consuetudinário, dos direitos e dos deveres que delineiam uma cidadania; mas também os laços que tecem e que fazem a opinião pública. Mais concreto e material, o "espaço público", amplamente equivalente à cidade, é um espaço sexuado em que os homens e a mulheres se encontram, se evitam ou se procuram. [...] só nessa dualidade se pode entender o lugar delas [mulheres], nessa relação dinâmica, amorosa ou indiferente, desejante ou conflituosa. O espaço ao mesmo tempo a regula e a exprime, a torna visível (*Idem*, *Ibdem*).

Sobre a questão da mulher no espaço público na história do mundo ocidental continua Perrot:

> O lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no mundo ocidental, o qual, desde a Grécia antiga, pensa mais energeticamente a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder. 'Uma mulher em público está sempre deslocada', diz Pitágoras. Prende-se à percepção da mulher uma idéia de desordem. Selvagem, instintiva, mais sensível do que racional, ela incomoda e ameaça. A mulher noturna, mais ou menos feiticeira, desencadeia as forças irreprimíveis do desejo. Eva eterna, a mulher desafia a ordem de Deus, a ordem do mundo (*Idem*, 1998, p. 8).

Segundo a autora, na França do século XIX, apesar da relativa circulação, de mulheres em espaços públicos, considerando períodos anteriores – espaço da cidade – existem lugares que a elas são praticamente proibidos – políticos, jurídicos, intelectuais, esportivos, etc. – e outros que lhes são quase que exclusivamente reservados – "espaços da sociabilidade feminina na cidade":

> Os grandes magazines, o salão de chá e a igreja são três lugares importantes de sociabilidade para as mulheres de certa condição. As mulheres das classes populares, – domésticas, lavadeiras, etc. – que circulam mais livremente, encontram-se na rua, no mercado e na lavanderia (PERROT, 1998, p 38).

No Brasil colonial, em geral, a situação da mulher não é muito diferente da descrita por Perrot na França do século XIX, além do mais é daquela cultura que herdamos a idéia da superioridade dos homens em relação às mulheres – patriarcalismo - e dos brancos em relação aos negros - racismo. Porém, no caso do Brasil - na verdade abordagem similar poderia ser feita na Europa em função da existência das criadas domésticas - ao se falar do acesso de mulheres a espaços extra-domésticos deve-se levar em conta, além da diferença de classe considerada pela autora, a etnia/raça da mulher que se fala, uma vez que como mencionado à circulação da mulher entre espaços públicos e privado, neste período, se dava de forma acentuadamente diferente entre mulheres brancas e negras, sinhás e escravizadas.

Ao contrário do espaço público, o espaço doméstico ou a domesticidade, na leitura masculina do mundo, é um componente associado à mulher e a "sua história", que segundo Santana (2003) chegam até a se confundir e fundir, uma vez que

> A idéia de que o espaço doméstico é destinado à mulher é uma construção sócio-histórica em que o aspecto biológico e essencialista deu um suporte ideológico para essa afirmação. A mulher foi reconhecida como a "rainha do lar" e ainda o é. Basta observar as propagandas que se faz acerca do papel feminino na família e na sociedade [mãe, esposa e dona-de-casa principalmente no âmbito familiar e na sociedade exercendo as tarefas que eram extensões dos afazeres de suas casas, em profissões que garantem a "manutenção da sociedade como, por exemplo, em funções de professoras, de empregadas domésticas ou de enfermeiras"]. A mídia divulga a mulher como a que sabe, entre outras coisas, escolher a melhor comida e o melhor sabão [além da esponja de aço]. Essa forma midiática de se falar da mulher [contaminada por representações sociais sexistas negativas] está impregnada de um saber que vem sendo construído há algum tempo, colocando a mulher associada a uma domesticidade difícil de ser modificada, não sendo suficiente, para isso, apenas olhar o que ocorre na unidade doméstica [mas também para instituições como "a escola, o Estado, a igreja, lugares onde o principio de dominação são elaborados e impostos"] e o modo como o poder simbólico masculino perpetua-se nesse campo (Bourdieu, 1996) (SANTANA, 2003, p. 62).

Segundo Santana (2003) e conforme o demonstrado por Perrot (1998) na França do século XIX, "a história da mulher no Brasil reflete a herança que veio do velho mundo, pois começa com seu papel muito bem articulado com o espaço privado".

No entanto, apesar de associado à mulher, a relação que a mulher de cada raça/etnia, índia, negras e brancas, desenvolvia com o espaço doméstico e com o trabalho doméstico durante o período colonial brasileiro guarda especificidades, se referindo a Del Priore (1997; 2000) e Góes e Florentino (1999) respectivamente, afirma Santana (2003):

> As índias foram encontradas no Brasil e descritas em 1587, pelo cronista Gabriel Soares de Souza, como mulheres que tinham, em seu cotidiano, o hábito do cuidado com o corpo, com os filhos e com a sobrevivência. [...] Muitas dessas índias [...] casaram-se com europeus e seguiram seus maridos dentro da mata. Suas tarefas eram: fiar algodão, confeccionar redes, amassar barro para fazer vasilhames e panelas, fabricar farinha e vinhos, cuidar da

> roça e preparar a refeição diária dentro de uma [uma] unidade de produção ainda doméstica.
> As mulheres portuguesas – muitas de origem humilde – viviam de suas costuras, de seu comércio, da prostituição ou eram casadas com funcionários do reino português. Desde o início da colonização, elas lutavam, de uma maneira ou de outra, para manter seus parentes. A mulher branca da nobreza não trabalhava, mas era uma especialista em receber e dar banquetes. As meninas, desde cedo, eram ensinadas a bordar e tecer. Eram educadas para serem baronesas ou adquirir conhecimentos básicos para obter um bom marido. Assim sendo, quanto mais prendada, mais preparada para o casamento, ou seja, a mulher era educada para saber desempenhar as tarefas esperadas para uma dama da sociedade da época, que vivia muito em casa, no espaço privado.
> As escravas [escravizadas], [...], executavam todo e qualquer tipo de trabalho, apesar de serem apontadas como menos produtivas que os homens. No engenho, eram encarregadas de moer cana e cozer o melado, de manufaturar o açúcar, desencaralhar o algodão e de descascar a mandioca (Del Priore, 2000). Ela geralmente, tornava-se mucama e trabalhava na casa grande, realizando tarefas domésticas e cuidando de crianças da casa. Todavia, também podia trabalhar com os homens e crianças na lavoura de seus proprietários (*Idem*, p. 70-71).

O trabalho doméstico feminino remunerado existe no mundo, tanto ocidental quanto oriental, desde que se torna possível contratar uma mão-de-obra para executar as tarefas de reprodução de uma casa. Essa realidade pode ser associada ao trabalho servil na Europa, e ao trabalho escravo no Brasil:

> Na Europa do século XVIII, 80% das mulheres do campo deixavam suas casa por volta dos 12 anos para trabalhar nas cidades com a finalidade de angariar fundos para o dote de seus casamentos. Essa migração ocorria em virtude da precária vida no campo e da falta de perspectiva de conseguirem bons casamentos. Por irem à cidade em tenra idade, acabavam encurtando suas infâncias. Essas meninas procuravam o trabalho de criadas. Contudo era uma atividade muito concorrida, devido haver mais oferta que procura. [...]. No Brasil de 1900, vê-se a reprodução de algo parecido: mulheres pobres exercendo atividades de trabalho doméstico extra-lar como forma de sobrevivência [...] (SANTANA, 2003, p. 73).

Estudando as características do trabalho doméstico feminino no Brasil podemos observar que o mesmo apresenta características tanto do trabalho servil das criadas européias do século XVIII quanto do trabalho escravo realizado por mulheres negras escravizadas durante o período colonial brasileiro, ocupadas com as atividades domésticas da casa grande, antecessoras das atuais trabalhadoras domésticas. Santana (2003) se referindo a Hufton (1991) sobre o trabalho doméstico das criadas européias, afirma

> [...] que o trabalho das criadas consistia em lavar e trazer trouxas pesadas de roupas, limpar latrinas, transportar caixas de legumes; podiam se ainda, cozinheiras ou criadas de limpeza. Dentro da hierarquia do trabalho doméstico dessa época [Europa do século XVIII) estavam, e, primeiro lugar, os cozinheiros, seguidos do lacaios, mordomos, damas de companhia, criadas de quarto, lavadeiras, ajudante de cozinha (*Idem*, p. 73)

No inicio do século XX a organização doméstica européia muda, pois há um recuo da domesticidade. “Domesticidade que já é apenas um estágio da vida, talvez um rito de passagem, uma forma de aprendizado e também um formidável [?] canal de mediação cultural”. Diferente da realidade vivida pelas trabalhadoras domésticas brasileiras contemporâneas, nesta época as criadas auferiam remuneração superior a das operárias, porém “as vantagens monetárias de sua situação acompanham-se de uma condição material indigna, de uma sujeição insuportável, de uma solidão às vezes dramática”, acerca das transformações ocorridas na prestação de serviço doméstico na Europa com o advento da modernização afirma Perrot:

> A organização doméstica muda; as grandes casas com criadagem [...] desaparecem, substituídas pela casa da pequena família, estimulada pela existência do automóvel, mas sobretudo da empregada única “que faz tudo”, cujo exercito povoa o sexto andar dos prédios da capital. Entretanto, excetuando algumas “servas fiéis”, vestígio de uma feudalidade decadente, raras são as mulheres que continuam a ser empregadas domésticas por toda sua vida. Ser empregada representa, para a maioria, um momento da existência, o início na vida ativa, ou mais ainda um modo de aclimatação à vida urbana. Elas se empregam para migrar, para fugir da mediocridade do vilarejo, do peso das obrigações familiares, ou para esconder uma gravidez cuja desonra cai apenas sobre as moças. Na cidade, pode-se refazer uma virgindade, juntar um dinheiro e casar-se. (PERROT, 2005, p. 245).

Apesar das diferenças no tempo e no espaço, diante das contribuições de Perrot pode-se verificar que de forma geral são várias as semelhanças da vida das servas européias com a vida de muitas meninas e mulheres brasileiras que “decidem” pelo mundo do trabalho doméstico. Grande parte das trabalhadoras domésticas brasileiras são migrantes de cidades pequenas do interior/zona rural, onde são iniciadas na atividade doméstica remunerada ainda na infância, e posteriormente migram para cidades maiores em busca de melhores salários e ascensão profissional e social, inclusive por meio do casamento. Quando isto não acontece, ou enquanto isso não acontece, a maioria vai morar em bairros periféricos das grandes cidades ou mesmo em cidades próximas (principalmente em regiões metropolitanas) realizando a migração pendular, isto é, migração diária entre o local de moradia e o local de trabalho.

Além das trabalhadoras domésticas brasileiras contemporâneas serem mulheres pobres, a maioria é negra (revelando a íntima relação que o trabalho doméstico contemporâneo tem com a história das mulheres que outrora foram escravizadas). No caso da interação entre patroas e empregadas na unidade doméstica da patroa além da questão da diversidade étnico-racial característica do trabalho doméstico no Brasil deve-se levar em consideração a desigualdade de classe, que combinada com a desigualdade de raça-etnia caracteriza a desigualdade de gênero entre pessoas a principio do mesmo gênero:

> As mulheres, dependendo de sua etnia/raça e sua camada social, têm uma forma diferente de lidar com o trabalho doméstico, tendo em vista que as das camadas populares podem estar, também vendendo sua mão-de-obra para reproduzir a domesticidade de outro lar que não o seu.
> No trabalho doméstico, em geral, travam-se relações entre duas mulheres: a contratante e a contratada. A história dessas duas mulheres, de camadas sociais distintas, desenvolvem-se paralelamente. Cada uma com características próprias, com suas lutas e conquistas, até se encontrarem no interior de uma casa (SANTANA, 2003, p. 71).

Neste encontro, balizado por conflitos de raça/etnia, classe social e gênero,

> [...] fica claro que uma mulher pode manter com outra uma relação de violência e dominação, e com isso, estabelecer uma relação de gênero, ["sistema de relações entre homens e mulheres que conduzem a subordinação das mulheres"] articulando, então, relações de poder. Ou seja, há conflitos e exploração entre uma mulher-patroa e mulher-empregada doméstica que acabam se mesclando com os conflitos de classe social. A dona da casa [que nega ao contratar uma empregada a função de dona-de-casa], ao contratar uma empregada doméstica para realizar as tarefas mais pesadas [e menos valorizadas como a limpeza da casa] enquanto está trabalhando fora de casa ou estudando, [ou mesmo ficando a toa] pode estar transferindo as relações e conflitos que desenvolvia, anteriormente, com o marido, ou com os pais, para a figura da empregada. É evidente que a continuidade da utilização dessa mão-de-obra perpetua-se, pois, na medida que as mulheres entram com mais força no mercado de trabalho e precisam contratar uma mão-de-obra que as auxiliem enquanto não estão em casa [?] (SANTANA, 2003, p. 57).

Deste modo, a patroa por pertencer a uma classe social mais favorecida, podendo inclusive contratar outra mulher para realizar o desvalorizado serviço doméstico, sente-se numa condição superior (de classe, de gênero, e se for o caso de raça) em relação à mulher que contrata para substituí-la na realização do serviço doméstico, transferindo, portanto o conflito de gênero (exercício de poder de um gênero em relação a outro) vivido na relação de gênero homem-mulher para a relação de gênero entre gêneros (intragêneros) a princípio comuns, que em função das diferenças socioeconômicas e raciais são tidas por desiguais, categoria de mulheres inferiorizadas.

Antes de adentrarmos no dia-a-dia dos escravos/das escravas domésticas no período escravagista brasileiro, faz-se necessário alguns esclarecimentos/reflexão a cerca do que compreendemos por corporeidade e sua pertinência na busca pela compreensão dos processos espaciais, considerando a diversidade dos corpos (coletivos e individuais) e suas experiências espaciais. Nosso ponto de partida será a reflexão acerca da constituição da corporeidade feminina de mulheres brancas e negras, livres e escravas, - na sociedade brasileira tendo por ponto de partida o contexto europeu até o seu legado no período colonial, em que este legado ganha matizes singulares da cultura brasileira, ainda em gestação -

respectivamente, pelo seu Outro, masculino e branco, e de mulheres sobre outras mulheres (iguais segundo o gênero, porém em função das diferenças socioeconômicas e mesmo raciais tidas como desiguais e inferiores, no caso em questão patroas em detrimento das empregadas domésticas) como expressão do exercício do poder sobre o outro considerado inferior.

Compreendemos o corpo em seu sentido pleno (e não a partir da dualidade corpo e alma), enquanto manifestação biopsicosocial, isto é, o corpo enquanto um conjunto de órgãos, de sistemas, um organismo regulado pelo fluxo de matéria e energia; o corpo enquanto expressão da emoção, do desejo, "dos valores sexuais, amorosos, estéticos, éticos", identitários, enfim dos valores culturais – atribuídos e vividos - "ligados bem de perto às características da cultura a que pertencemos"; e enquanto individuo social, com responsabilidades sociais/políticas".

Na contemporaneidade é com o advento da globalização que surge a necessidade do retorno ao corpo como medida de todas as coisas. Segundo Santos (2004)

> a globalização faz também redescobrir a corporeidade. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a freqüência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender (*Idem, Ibdem)*.

Segundo Salles (2002), para Crespo (1990), o corpo é um dos temas mais discutidos no mundo contemporâneo, sendo objeto de estudos cada vez mais freqüentes no domínio das ciências humanas e sociais. A emergência das reflexões sobre o corpo processa-se num quadro de profundas mudanças na civilização – costumes, valores, categorias de análise, que o autor conclui serem indicadores de uma mudança. Nesta perspectiva, as práticas do corpo não podem ser compreendidas enquanto realidades simples e homogêneas, mas, sim, no entrecruzamento dos múltiplos elementos econômicos, políticos e culturais de uma totalidade.

Ainda referindo-se a Crespo (1990), Salles (2002) afirma que a história do corpo deve encontrar a sua principal justificação nos problemas que se colocam aos homens do mundo atual. "Em segundo lugar a história do corpo deve ser perspectivada na 'longa duração' e confrontada com a multiplicidade de tempos, de espaços e de técnicas elaboradas a partir de atitudes mentais que não é fácil delimitar" (SALLES, 2002, p. 1). Portanto, em um período da história ocidental considerado por alguns intelectuais como pós-moderno, as identidades do 'sujeito humano' passa por um processo de "duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constituindo uma 'crise de identidade' para o individuo" (HALL, 2003, p. 9), portanto crise com seus corpos. Por fim:

> A história do corpo não pode deixar de ser uma história diferencial, em busca das desigualdades entre os tempos de vida humana, os lugares e os grupos sociais; entre o saber dos eruditos e a espontaneidade das práticas tradicionais, entre o real e o imaginário; enfim, entre mentalidades diversas, maneiras opostas de representar o corpo ou de o exercitar por muitas técnicas (SALLES, 2002, p. 1)

Ratts (2006) referindo-se à obra e trajetória da intelectual negra Beatriz Nascimento, que em uma de suas obras descreve as conseqüências da experiência de "transmigração" de África à América, no corpo e na memória da população negra. A autora afirma ser o corpo negro mais do que a aparência em si, mas esta aparência subjetivada pelo outro – como vimos de uma forma intolerante e preconceituosa -, e que em conjunto define, caracteriza, qualifica um local: lugar de preto, terra de preto, etc.

> As mulheres e os homens africanos experimentaram uma travessia de separação da terra de origem, a África. Nas Américas, passaram por outros deslocamentos como a fugas para os quilombos e a migração do campo para a cidade ou para os grandes centros urbanos. Para Beatriz Nascimento, o principal documento dessas travessias, forçadas ou não, é o corpo. Não somente o corpo como aparência – cor da pele, textura do cabelo, feições do rosto – pelas quais pessoas são identificadas e discriminadas. [...] O corpo é também pontuado de significados. É o corpo que ocupa os espaços e deles se apropria. Um lugar ou uma manifestação de maioria negra é "um lugar de negros" ou "uma festa de negros". Não constituem apenas encontros corporais. Trata-se de reencontros de uma imagem com outras imagens no espelho: com os negros, com brancos, com pessoas de outras cores e compleições físicas e com outras histórias *(Idem*, 2006, p. 5).

No ano 2000, ano de comemoração dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil, Santos (2000) enquanto uma personalidade forte, um intelectual negro que teve oportunidade de viver a experiência de ser negro em vários países do mundo, fala da experiência de ser negro no Brasil, na verdade um corpo negro, como a maioria da população negra anônima é vista, pois "[...] o homem é o seu corpo, a sua consciência, a sua sociabilidade, o que inclui sua cidadania. Mas a conquista, por cada um, da consciência não suprime a realidade social de seu corpo nem lhe amplia a efetividade da cidadania" (SANTOS, 2000a, p. 2). Mesmo em um país tido como o "país da democracia racial e intolerância a qualquer forma de discriminação ou preconceito" permanecem convicções escravocratas arraigadas, mantendo "estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais". Resumindo Santos afirma que "Ser negro no Brasil hoje" é ser vitima de uma olhar vesgo e enviesado em função das marcas visíveis do seu corpo (aparência) ser a condição primeira de objetivação e julgamento (corporeidade) comprometendo a individualidade e cidadania do outro, uma vez que são vitimas de uma avaliação preconceituosa. Na verdade "a chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá em baixo, para os negros [por exemplo, "o fato de que o trabalho do negro

tenha sido, desde os inícios da história econômica é essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes deu-lhe um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária"] e assim tranquilamente se comporta. Deste modo, conclui Santos, "tanto é incomodo [o negro] haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver 'subido na vida".

Milton Santos em entrevista concedida em sua casa em fevereiro de 2000 ao jornalista José Corrêa Leite, revela aspectos de sua vida que evidenciam a tentativa de sua família de lhe dar uma educação que o distanciasse das imagens e praticas sociais associadas à população negra (marginalizada e discriminada), porém, por mais que tenha se tornado uma individualidade forte (um intelectual negro), sua corporeidade ao longo de sua trajetória de vida não o isentou de experienciar uma "cidadania mutilada", em função de ser um "desigual sem remédio", negro e nordestino, vivendo momentos de ambigüidade e sofrimento, pois em certas ocasiões a imagem do seu corpo de homem negro, nordestino de origem humilde, bem sucedido, mais do que sua intelectualidade, era usada como estandarte de que o negro pode dar certo e em outros, mesmo enquanto intelectual, lhe fechava oportunidades, revelando a dissimulação da sociedade brasileira no que diz respeito à corporeidade negra,

> *JC – Como se colocava para o se*nhor a questão da negritude nesse período, *especialmente na Bahia?*
> Para mim é muito complicado, é uma questão que não gosto muito de discutir, mas vou abrir uma exceção. **A biografia do sujeito influi muito na sua história**. Minha família, do lado do meu pai era de lavradores urbanos de Salvador. [...]. Minha avó trazia a produção para entregar no mercado e andava de pé no chão. Do lado da minha mãe era diferente. Meus avós maternos eram professores primários, antes da abolição. Meu avô foi prefeito de Glória, no rio São Francisco, meu bisavô era amigo de Ruy Barbosa. Havia uma pequena burguesia negra que tinha espaço naquela sociedade, uma posição artística, sabia as regras de andar na rua com uma senhora, como falar com uma pessoa bem situada, como pegar a faca. [...] Por isso tive uma educação que me levou a não saber o que era o candomblé, da mesma maneira que me levou a jamais ter entrado num campo de futebol – até hoje não conheço, aliás, um estádio. Você fala de negritude, e ela está pela minha própria condição física, mas ao mesmo tempo tive toda a educação para ser um homem da corte, um homem da vida social plena [grifo nosso] (SANTOS, 2000b, p. 85).

Ainda sobre a prioridade dada à educação formal em seu processo de formação e total aversão a atividades sociais associadas de forma preconceituosa à população negra, continua Santos,

> [...] Não havia televisão, éramos ensinados a não gostar de futebol, sobretudo gente como eu, que tinha origem visivelmente inferior, e que as famílias preparavam para a função de mando. A educação que me foi dada não foi a de obedecer, foi para me preparar para fazer parte dos que iam mandar. Como é que iria gostar de futebol? Não podia. Porque havia o risco de você se perverter no caminho. Todas as atividades ditas populares eram desaconselhadas, de forma não explicita, na produção do homem de elite, do

> bacharel. E o que é o bacharel? É um sujeito que pode ser advogado, promotor, juiz, jornalista, político, diretor de hospital. [...]. E que aprender a falar, o que era uma característica do mando e da política, saber fazer frases, saber amarrar uma idéia com a outra (2000b, p. 76).

Sobre a corporeidade da mulher negra no Brasil, Ratts (2003), afirma que a mulher negra independentemente da forma que tenha sido denominado (preta, parda ou mulata) e a despeito de todo o encantamento que tenha ou tem suscitado, "deslocando-se entre espaços privados e públicos sua figura se confunde com a imagem da mulata e da trabalhadora doméstica". Gonzalez, professora e intelectual negra nos relata uma experiência pessoal emblemática da situação mencionada:

> [...] vendedores que batem à porta de minha casa e, quando abro, perguntam gentilmente: "A madame está? Sempre lhes respondo que a madame saiu e, mais uma vez, constato como somos vistas pelo "cordial" brasileiro. Outro tipo de pergunta que costuma fazer, mas aí em lugares públicos: "Você trabalha na televisão? ou "Você é artista?" E a gente sabe o que significa esse "trabalho" e essa "arte" (*Idem,* 1984, p. 228).

Gonçalves (1994 *apud* SALLES, 2002) contribui quando diz que as concepções que o homem desenvolve a respeito de corporalidade (corporeidade) estão ligados a condicionamentos sociais e culturais, que imprimem suas marcas no indivíduo, ditando normas e fixando idéias nas dimensões intelectual, afetiva, moral e física, pois, cada corpo expressa a história cumulada de uma sociedade que nele marca seus valores, suas leis, suas crenças e seus sentimentos que estão na base da vida social. Diante do exposto é compreensível as várias representações sociais negativas relacionadas a população negra brasileira, herdeira de um passado em que os negro escravizado era tratado como objeto, como "um ser sem personalidade, sem corpo, sem antepassados, sem nome que cognomeou bens próprios", deste modo, "o escravo entendido como corpo sem *persona* é, por definição, para o branco, o próprio vazio social" que é preenchido pelas representações construídas pelos senhores (racistas, sexistas e elitistas), das quais são partes integrantes, do ponto de vista moral, a de que o negro(a) é propenso a vícios e à marginalidade, entre outras, sem se questionar as reais causas da adesão por parte da população negra a estas práticas marginalizadas socialmente, então associadas a sua condição racial e não como sintoma do seu sofrimento humano em função justamente de sua condição de grupo racial e social discriminado e marginalizado. Segundo Freyre (2004) no período colonial e no império era comum entre os escravizados vícios como o de comer terra, o de fumar, mascar ou beber tabaco e o da cachaça, vícios que oscilavam entre o banzo e a intenção do suicídio, do alivio da dor. Nesse sentido Fernandes (1978) e Garcia (2006) contribuem,

> O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 1978, p. 15).

> Com a abolição do regime de trabalho escravo e a Proclamação da República, quando o poder do Estado passa às mãos da oligarquia cafeeira, que já se achava apoiada no colonato de imigrantes europeus, se acentuou a valorização do trabalho branco, imigrante europeu, como agente e símbolo da redefinição social e cultural do trabalho braçal (IANNI, 1988, p. 346). Negros e índios não serviam mais como trabalhadores. Surge o mito da incapacidade dos não-brancos. Os elementos não-brancos passam a ser estereotipados como indolentes, cachaceiros, não persistentes no trabalho. Em contrapartida, elege-se o branco como trabalhador ideal e apela-se para uma política migratória sistemática. As bases do "branqueamento" se fortalecem e esta ideologia das elites dominantes vai refletir-se no comportamento de grande parte da população não-branca. Nesta fase são criados os mecanismos de barragem social, exercidos de forma não institucional, mais eficazes no sentido de favorecer a distancia social, as desigualdades raciais, que permanecem e até se ampliam (GARCIA, 2006, p. 121).

> A absorção de novos padrões de comportamento e do "estilo urbano de vida" dependia, naturalmente, da aquisição prévia e em larga escala das formas de "ganhar a vida" produzidas e reguladas pelo desenvolvimento da civilização urbana e industrial, Enquanto e na medida em que se viam excluídos de tais formas de "ganhar a vida",o negro e o mulato não tinham como participar econômica, social e culturalmente daquele civilização. Ficavam condenados a um isolamento disfarçado, ajustando-se deficientemente ao mundo urbano, através da herança sócio-cultural transplantada do antigo passado rústico do "escravo" e do "liberto" (FERNANDES, 1978, p. 142).

Ao falar da contribuição de cada uma das três etnias que formaram a cultura brasileira (negros, índios e brancos) na produção, apropriação e dinâmica do espaço habitacional colonial o escravo africano aparece vinculado, se não confundido, a todo trabalho doméstico, humilhado, o mesmo se desdobra em um conjunto de objetos conforme as necessidades e caprichos dos seus senhores Costa afirma:

> [...] se as casas remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido aos desconforto é porque o negro está ausente. Era ele que fazia a casa funcionar. Havia negro para tudo, desde negrinhos sempre à mão para recados até negra velha, babá. O negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria, era interruptor de luz e botão de campanhia ["eram substituídos pelo negro os serviços públicos urbanos não existentes"]. O negro tapava goteira, subia vidraça pesada, era lavador automático, abanava que nem ventilador (*Idem*, 1962, p. 174-175 *apud* Oliveira, 1999, p. 845).

São estas e outras representações negativas associadas à corporeidade da população negra brasileira que ainda estão vivas no imaginário social coletivo e expressas nas inúmeras barreiras socioculturais que a população negra tem que suplantar. No que se refere à questão negra - a corporeidade negra - no Brasil, Santos afirma haver três dados centrais

para entender questões relativas ao preconceito, ao racismo e a discriminação: a corporeidade, a individualidade e a cidadania. São as três questões que vão ser a base da maneira como estamos juntos, da maneira como nos vemos juntos, da maneira como pretendemos continuar juntos:

> [...] a corporeidade inclui dados objetivos [*socialmente subjetivados*], a individualidade inclui dados subjetivos e a cidadania inclui dados políticos e propósitos jurídicos. A corporeidade nos leva a pensar na localização (talvez pudéssemos chamar de lugaridade), a mobilidade, a destreza de cada um de nós, isto é, a capacidade de fazer coisas bem ou mal, muito ou pouco e as possibilidades daí decorrentes. E aí em resumo aparece meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo. Eu sou visto no meio, pelo meu corpo. (*IDEM*, 1996/1997, P. 134)

Continuando, Santos (2000c) afirma que a população negra brasileira tem suas "cidadanias mutiladas", são indivíduos incompletos, em detrimento de uma classe média branca, que exerce uma pseudocidadania de privilégios e não de direitos, o que impede aos demais brasileiros usufruírem, de fato, de uma cidadania de direitos (*Idem*, 2000c, p. 13)

> Poderia começar com uma listagem de situações da cidadania mutilada dos negros: das oportunidades de emprego, da menor remuneração do próprio desemprego, das mesmas oportunidades de promoção social, econômica, profissional. Os negros também descolonizados, colocados em posições inferiores na tipologia dos lugares, os negros também diferenciados para baixo na circulação dentro de país e dentro da cidade, não só em função do preço da circulação, mas na oportunidade de cada localização. Por que a minha localização no país ou na cidade tem a ver com o preço do deslocamento, e os negros, vivendo em lugares criminalizados, têm dificuldades em ascender a lugares que para eles se tornam proibidos (*Idem, Ibdem).*

Ainda sobre a questão das dificuldades enfrentadas pela população negra brasileira em função de "sua" corporeidade contribui Gonçalves:

> A realidade é, sempre, mais complexa do que qualquer teoria, do que qualquer disciplina cientifica e o espaço nosso de cada dia é o lugar da coexistência e co-habitação do diferente, ali onde habitar e *habitus* contraditoriamente convivem. Trazemos incorporado a história que nos habita [no sentido de trazer no corpo]. Falamos, também com o corpo pois eles portam os saberes nos gestos. Um negro no Brasil não entra numa agência bancária de cabeça erguida, olhando de um lado, procurando um amigo. Ele *sabe* com seu corpo, o racismo que quase sempre o vê como um ladrão ["olhares vesgos e ambíguos" sentenciam sua corporeidade e individualidade], o que lhe pode ser fatal, ou lhe proporcionar mais um momento de humilhação. Esse negro pode até não falar sobre o racismo ou ter participado do movimento negro, mas ele, com certeza, *sabe* o racismo [vive o racismo]. O negro *sabe* que tem que entrar de cabeça baixa porque a sociedade é racista [grifos nossos] (*Idem*, 2002, p. 278).

Como evidenciados nos depoimentos de vida de Gonzalez e Santos o problema da desigualdade racial no Brasil não é apenas financeira, mas de corporeidade (ao conjunto de

idéias preconceituosas e racistas associadas à estética, à moral e intelectualidade da população negra) cabe ressaltar que ser uma mulher negra e rica ou um homem negro e rico (exceção negra, isto é, o negro bem sucedido) também não é a mesma coisa, do ponto de vista das práticas espaciais e relações sociais, de ser uma mulher branca ou um homem negro, pois a sua corporeidade, que em muitas situações e espaços antecede sua condição financeira favorecida, por exemplo, se este corpo negro anônimo estiver desprovido de adereços culturais e meios de identificação que indique sua classe ou cargo (roupas, jóias, etc.) em um local que normalmente não é freqüentado por negros, e apenas o seu corpo enquanto cartão de visitas não é bem visto, sendo vitima de um "olhar enviesado". Porém, se o corpo negro for uma exceção a regra, isto é, um negro que deu certo (é rico, ocupa cargos de prestígio tradicionalmente ocupados por brancos ou se destaca em atividades esportivas e culturais que ressaltam as "aptidões" físicas "naturais da população negra) a personalidade em questão é usada para afirmar que o que limita a ascensão social igualitária da população negra brasileira com a parcela da branca da população é apenas econômica e não racial.

Apesar de Ratts, Gonzalez, Santos e Gonçalves se referirem à situação referente à problemática social da corporeidade e da cidadania mutilada da população negra, no caso da sociedade brasileira que além de racista é classista e sexista, essas duas problemáticas se ampliam e se combinam atingindo outros segmentos sociais. Grupos sociais subalternizados, como os deficientes físicos e mentais e mesmo mulheres, que apesar de algumas conquistas ainda enfrentam barreiras socioespaciais em função da corporeidade a elas atribuída.

Deste modo, a relevância de retomarmos a ideologia da hierarquia segundo as diferenças étnico-raciais entre negros e brancos no Brasil, bem como sua efetivação corresponde ao fato de que é neste contexto que surge as primeiras "trabalhadoras domésticas" – escravizadas domésticas (mucamas, amas de leite, babás, cozinheiras, lavadeiras, etc.) -, sendo estas selecionadas entre as escravas da senzala segundo critérios físicos e morais: as mais bonitas, limpas, etc. Entre as escravas estas eram as mais bem vestidas, melhor alimentadas diferenciando-se das demais, porém mais diretamente sujeitos aos caprichos da sinhá e do senhor.

Diante do exposto, continuamos em busca da trajetória do corpo feminino negro na sociedade brasileira, resgatando os elementos determinantes no processo de constituição daquela corporeidade.

2.1 O DIA-A-DIA DE ESCRAVIZADAS DOMÉSTICAS NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO: CORPOREIDADE NEGRA FEMININA E ESPAÇO

No Brasil o exercício de poder (dominação) do homem branco europeu sobre a vida da mulher – corpo, espaços de circulação, práticas socioespaciais e comportamentais/moral – desde o Brasil colonial se deu de forma diversa para mulheres brancas e negras, livres e escravizadas, respectivamente, gênese da desigualdade entre mulheres em função da diferença de raça/cor associada à condição socioeconômica. Neste contexto espaço-temporal, às mulheres brancas, esposas, mães e filhas era reservado o espaço doméstico com suas atividades rotineiras e convivência social restrita ao circulo familiar; seu acesso aos espaços extra-domésticos eram controlados. Suas breves e raras incursões para além do espaço doméstico se limitavam à ida até a igreja, quando da proibição da realização das missas domésticas, resguardada por meios de transporte extremamente reservados. Mesmo no espaço doméstico quando da visita de estranhos era proibida sua exposição (FREYRE, 2004). Já as mulheres negras/escravizadas, eram tidas como públicas tanto no sentido de "livre" acesso aos espaços extra-domésticos quanto ao acesso e regulação dos seus corpos.

Às escravizadas, no interior do espaço doméstico, era reservado o espaço dos fundos da cada, onde se localizava a cozinha e a senzala para criadagem da casa (NOVAIS, 1997 *apud* SANTOS; MESQUITA & DEIAB, 2003). O acesso da mulher negra ao espaço público, da rua, era livre e mesmo obrigatório, como forma de atender as demandas de suas senhoras (extensão de suas senhoras aos espaços extra-domésticos) naqueles espaços – fazer as compras, vender quitandas, rendas, etc. - escravas de ganho. As mulheres brancas eram resguardadas, virgens para o casamento e para parir os herdeiros do homem branco; já às mulheres negras tidas como "possuidoras de corpos quentes e sensuais" eram mulheres cujo acesso aos seus corpos era público, no sentido de que seus senhores abusavam/violentavam/possuíam sexualmente de/ seus corpos quando queriam e da forma que queriam. No geral, sua corporeidade era ditada por seu Outro, as representações associadas à sua sexualidade (disposição para o sexo), à sua disposição para o trabalho braçal e servil, as roupas (tecido e corte), a regulação quanto ao uso de adereços que realçavam sua feminilidade, o modo de trazer os cabelos (raspados e cobertos por lenços/turbantes); a saúde física e mental/emocional associada aos maus tratos, à má alimentação, a violência física, sexual e simbólica - mutilações e cicatrizes pelo corpo -, às condições de alojamento -, a doação de seus corpos aos seus – filhos e companheiros - aos seus ritos, além disso, eram as

"responsáveis" pela criação/educação dos filhos dos senhores – em detrimento dos seus-, da amamentação à iniciação sexual. À escravizada doméstica enquanto mucama,

> [...] cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre "livre" das sinhazinhas. E isto sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa grande, cabia – lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc., quase mortos de fome e cansaço (GONZALEZ, 1982, p. 93).

Quanto à distinção estética da mulher branca do sobrado da outra mulher, negra e escravizada, definidor de hierarquia entre elas (definição de uma corporeidade inferior), afirma Freyre (2004)

> Os pés da brasileira de casa-grande e de sobrado foram também deformados pela preocupação do pé pequeno, bem diferente do que [...] do de negra, em geral grande, largo, abrutalhado.[...]. O cabelo grande – tranças, cocos, cabelo soltos, penteados elaboradíssimos, seguros ou completos por pentes, que [...] atingiram no Brasil formas bizarras e tamanhos incríveis – foi outro sinal de sexo que nas mulheres brasileiras chegou a exageros ridículos.[...] O certo é que o trajo da senhora de sobrado ou de casa-grande chegou aos maiores exageros de ornamentação – de babado, de renda, de pluma, de fita, de ouro fino, de jóias, de anel de dedo, de bichas nas orelhas - para se distinguir do trajo da mulher de mucambo ou de casa térrea – de outra classe e de outra raça [...] (*Iden*, 2004, p. 213).

Citando autores como Grant (1809), Wetherell (1855), Vaërting (1930), que registraram os padrões de comportamento da época no que se refere à distinção entre grupos sociais segundo a classe e raça – uma das formas de se estabelecer "relações de poder", dominação - no que se refere à distinção de padrão estético entre negros(as) e brancos(as) no que diz respeito ao modo de usar/trazer os cabelos e a ostentação de jóias, continua Freyre:

> [as mulheres brancas e livres] [...] além da cabeleira, anunciavam-lhes a condição superior à qualidade e o número das correntes de ouro que ostentavam. [...] Wetherel notou na Bahia da primeira metade do século XIX [...] que as mulheres de cor da época geralmente traziam os cabelos cortados e cobertos com turbantes: moda que lhe pareceu expressão de asseio num país em que dominava o piolho nas cabeleiras até das senhoras aristocráticas, que por *ostentação de classe alta e também belo sexo*, conservam-nas tão compridas quanto lhes era possível. A negras crioulas e as mestiças é que, de ordinário, deixavam crescer o cabelo, como para demonstração que estavam acima da condição de usarem turbante.
>
> Os *negros crioulos*, ao contrário dos *africanos*, geralmente de cabelo cortado rente, esmeravam-se em "partir o cabelo" crescido e em andar calçados ou, pelo menos, em ostentar à mão os sapatos às vezes tão caros quanto o usados por brancos.
>
> [...] a ostentação de cabeleira e de pé bem tratado e bem calçado foi, no Brasil patriarcal, ostentação mais de raça branca ou de classe alta – ou pelo menos de classe livre – do que de belo sexo.

> [...] proibia-se aos negros e aos escravos dos dois sexos o uso de jóias e de tetéias de ouro que era para ficar bem marcada no trajo a diferença de raça e de classe. As mucamas bem-vestidas e cheias de jóias, estas representavam um prolongamento das suas iaiás brancas quando se exibiam em festas de igreja ou de rua (*Idem*, 2004, p. 214-216).

Carneiro (2003) afirma que a correlação entre gênero e raça em nosso passado escravista provocou a subalternização do gênero segundo a raça:

> As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecedor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros a plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (*Idem*, p.1).

Freyre (2004), também fazendo analogia entre gênero (sexo) e raça no que diz respeito às características comportamentais e morais destes grupos buscando justificar a dominação, exercício de poder, de homens brancos sobre mulheres e homens negros afirma:

> A mulher se apresenta nas suas tendências conservadoras e docemente conformistas e coletivistas, o sexo que corresponderia à raça negra [...]; o homem, pelo seu individualismo, pendor para divergir da normalidade, quer no sentido do genital, quer no do subnormal, pela capacidade e gosto de diferenciação, o sexo que corresponderia à raça branca (*Idem*, p. 218)

Diante do exposto e a partir de leituras realizadas sobre o tema proposto acreditamos que uma das justificativas para a histórica subalternização e desvalorização do emprego doméstico no Brasil (além do quase universal desprestígio sociocultural do mesmo no mundo por ser um serviço de mulher e não-produtivo), está vinculado à questão racial, isto é, em função do elo de continuidade que o emprego doméstico representa entre a sociedade colonial e a contemporânea, levando a desvalorização social do trabalho doméstico e daquelas que o realizam – predominantemente mulheres, pobres e em sua maioria negras e pardas – por meio da manutenção e transmissão de representações sociais negativas – algumas apenas reelaboradas – referentes à natureza do trabalho doméstico – servil, sujo, aviltante, etc. - e de quem o desempenha – acomodado, burro, etc. - passadas de geração a geração, de dominantes para dominantes, vividas e sentidas por gerações de dominados.

No que diz respeito à limitação e inaplicabilidade dos direitos trabalhistas das domésticas se comparados aos direitos concedidos aos trabalhadores urbanos e rurais, os estudiosos argumentam que isso ocorre em função do seu caráter não capitalista – não gera lucro; e por ser um trabalho prestado no espaço doméstico, ficando a trabalhadora mais sujeita

as normas, valores, costumes, crueldades e neuroses da família que presta serviços[3] - convivência intima que dificulta a imposição de formalidades - do que ao Estado. Diante do exposto, conclui-se que prevalece a dicotomia público *versus* privado, sendo a empregada o elo entre estes; e ainda pelo fato de que quem legisla sobre os seus direitos enquanto trabalhadoras também são patrões, portanto, resistem em ampliar direitos que eles seriam compelidos a cumprir.

Portanto, diante das contribuições dos autores citados e de conhecimento de histórias vividas por mulheres que trabalham ou trabalharam em algum momento de suas vidas como empregadas domésticas, é pertinente pensar o emprego doméstico feminino estruturado a partir da interseção das questões de raça, gênero e classe associada a uma espacialidade particular, a um espaço segregado, marginalizado, escuro; e ainda percebe-se que as representações associadas à corporeidade e a feminilidade da mulher negra ainda presentes no imaginário coletivo brasileiro são praticamente as mesmas construídas e atribuídas pelo seu Outro, geralmente branco (LEITE, 1996; LEITE, 1984, *apud* RATTS, 2003) ainda durante a escravidão. Corpo trabalhador e reprodutor, afeito a atividades braçais, aviltantes, servis; corpo sujeito à violência.

2.2 O DIA-A-DIA DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NAS CIDADES BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS: SUBALTERNIZAÇÃO E PRECONCEITO

Koffes (2001), em sua tese intitulada “Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas” defendida na década de 1970, parte da “suspeita sobre a idéia da equivalência entre sexo, uma categoria, uma experiência, uma identidade (Mulher)”. Segundo a autora contestar esta idéia, sugere que os sentidos de feminilidade precisariam ser buscados em lugares. O lugar em questão é o espaço doméstico, virtualmente (culturalmente) definidor de feminilidade que, portanto formularia um campo de reconhecimento entre sujeitos, mulheres. Entretanto, a pesquisa demonstra que na interação entre mulheres de diferentes classes e grupos sociais, no caso em questão patroas e empregadas domésticas, em um espaço que as igualaria, o espaço doméstico, isso não ocorre, uma vez que esta relação social apesar de localizada e vivida em um local especifico –

[3] Vem-me a memória o caso da menina Lucélia, uma adolescente de 12 anos que foi encontrada neste ano de 2008, acorrentada, amordaçada e com vários ferimentos pelo corpo, em um apartamento no Setor Marista em Goiânia. A autora do crime é a proprietária do apartamento, a empresária de 42 anos Silvia Calabresi de Lima, que criava a menina há dois anos com autorização da mãe biológica. As sessões de tortura envolviam alicates, cadeados, mordaça, pimenta nos olhos e na boca, mutilações nos dedos e na língua, sono interrompido, agressões físicas e pressão psicológica. Ao todo, somam cinco as meninas que teriam sido agredidas e forçadas a trabalhos domésticos na residência da empresária nos últimos 6 anos (CEVAM, 2008).

espacial e estrutural – também está inscrito na cultura, em instituições, na imprensa, na lei, na literatura, etc., isto é, ser mulher branca e rica não é a mesma coisa de ser uma mulher negra ou parda e pobre, que exerce uma função subalternizada em que é mandada executar um serviço que outra mulher, favorecida financeiramente pode rejeitar.

Desde modo, segundo Koffes (2001) as relações de gênero, definidoras de elementos constitutivos da identidade de gênero, entre as empregadas domésticas é duplo, balizados pelas relações de desigualdade, igualdade e diferença: por um lado há a constituição de uma identidade feminina diante de uma sociedade patriarcal machista (isto é, em relação ao gênero masculino); e segundo a redefinição desta identidade de gênero na relação da empregada com a patroa no espaço doméstico da casa daquela, em função de esta pertencer à classe social favorecida, assim a que dá ordens e que de fato simboliza o feminino naquele espaço – mãe e esposa (desigualdade entre iguais em função das diferenças econômicas, seguidas pelas raciais, profissionais, etc., tidas hegemonicamente como inferiores, associada a espaços sociais e geográficos). Portanto, ao invés de falarmos em uma identidade feminina única, em uma mulher única, devemos falar em identidades femininas, em mulheres.

Acerca da desigual identidade de gênero entre patroas e empregadas, citando Melo (1998), contribui Demo (2005):

> Esse trabalho da empregada doméstica herda socialmente o estigma de desvalorização que acompanha essas atividades [de consumo familiar]. Patroas e empregadas domésticas participam de uma relação de identidade mediada pela lógica de servir aos outros como algo natural, embora essa relação trabalhista tenha dois efeitos contraditórios: de um lado, a questão de classe e, de outro, a identidade de gênero que é estabelecida entre as mulheres. Esta questão também envolve um problema se status na sociedade, pois a utilização de empregadas domésticas confere uma certa posição à mulher dona de casa, independente da renda familiar (*Idem*, 2005, p. 325).

Portanto, "embora as representações [a respeito do trabalho doméstico feminino] tenham como referência o vivido nas unidades domésticas, elas são criadas também a partir das elaborações que tecem sobre esta relação social construída por vários sujeitos e instituições" (Koffes, 2001), daí as representações passadas de geração a geração sobre o trabalho doméstico serem marcadas pelo estigma da escravidão. Ainda segundo Koffes, esta interação desigual e hierárquica que há entre empregada e patroa na residência da potroa leva a redefinição da identidade de gênero da empregada, tornando-se gênero inferiorizado, em função de neste espaço esta ser a mulher que serve, cumpre ordens e realiza um trabalho social e culturalmente desqualificado, possibilitando que a outra seja "apenas" esposa, mãe, profissional do espaço extra doméstico e a mulher que manda, a que pode "desempenhar seu papel de destaque lá fora".

Antes de falarmos sobre as representações negativas que cerceiam o dia-a-dia das empregadas domésticas no Brasil, vamos compreender a partir das contribuições teóricas do pioneiro Moscovici (1978) o conceito de representações sociais e a validade dessa categoria enquanto via de compreensão dos fatos/fenômenos reais. Segundo o autor "toda representação é uma representação de alguma coisa que está ausente", isto é, a imagem [idéia] que um indivíduo ou grupo tem de determinado objeto, que, porém é diferente do objeto e como pensamos que ele é, ou deve ser segundo nosso contexto sócio-cultural. Deste modo, a representação social é organizada coletivamente a partir de um sistema de relações socialmente compartilhadas:

> Os preconceitos raciais e sociais [...] jamais estão isolados; eles assentam num fundo de sistemas, de *raciocínio de linguagens*, no tocante a natureza biológica e social do homem, suas relações com o mundo. Esses sistemas são constantemente interligados, comunicados entre gerações e classes, e os que são objeto desses preconceitos vêem-se mais ou menos coagidos a entrar no molde preparado e a adotar uma atitude conformista. (*Idem*, 1978, p. 49).

Ainda segundo o autor "as representações sociais constituem uma das vias de apreensão do mundo concreto, circunscrito em seus alicerces e em suas conseqüências" (MOSCOVICI, 1978, p. 44), portanto essenciais à apreensão de experiências espaciais de trabalhadoras domésticas – em especifico as negras -, historicamente envoltas em um universo de representações sociais preconceituosas relativas a natureza de sua profissão e sobre quem o realizava, negras escravizadas, sujeitas aos mandos e desmandos dos seus senhores, tidos como superiores em função de sua condição de mando, isto é, por serem brancos, moral e intelectualmente auto-definidos raça superior.

O que é culturalmente justificável – o que não quer dizer aceitável -, uma vez que,

> As representações sociais [...] circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. As representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática cientifica e mítica. (MOSCOVICI, 1978, p.41).

Na sociedade brasileira contemporânea são vários os mecanismos que reificam e evidenciam a persistência das representações sociais negativas – preconceituosas - referentes ao universo do trabalho doméstico feminino – associada principalmente à questão racial, a moral e ao baixo nível cultural das trabalhadoras: meios de comunicação em massa – televisão – por meio da divulgação de filmes, novelas, campanhas publicitárias - principalmente as referentes a produtos de limpeza - que veiculam uma imagem estereotipada

da empregada doméstica – negra, fofoqueira, maledicente, brega, ladra, as que se submetem as investidas sexuais dos membros masculinos da casa, etc. Sobre a manutenção e o reforço de um estereótipo negativo das empregadas domésticas através da mídia, afirma Borges (2008) em artigo de publicado no jornal *O Popular*:

> [...]. Basta lembrar do humorístico A Diarista. No seriado havia uma empregada neurastênica e grossa, outra burra e uma terceira que era macumbeira e gostava de apanhar. Na sitcom Sai de Baixo, todas as empregadas que passaram pelo programa eram entronas e folgadas. No programa Toma Lá Dá Cá, a coitada da empregada é um saco de pancadas e todas acham normal desancá-la. Na peça Trair e Coçar é Só Começar, de Marcos Caruso, uma empregada fuxiqueira é o pivô da trama. O diretor Fernando Meirelles,[...], entrou no universo das que fazem o serviço caseiro no filme Domésticas. Meirelles brinca com as imagens que cercam as profissionais e presta uma homenagem a elas, mostrando o outro lado da relação empregada-patroa.

Ainda segundo Borges na literatura, nas novelas e mesmo em meios de comunicação mais modernos como a internet:

> Não são muitas as referências elogiosas às domésticas [...]. Uma das poucas exceções é a personagem Tia Anastácia, da turma do Sítio do Pica-Pau Amarelo, de Monteiro Lobato. Uma das domésticas mais infernais da ficção é a maléfica Juliana, a vilã de O Primo Basílio, de Eça de Queirós. Nas novelas brasileiras, a doméstica costuma ser a pessoa oprimida, sem voz, geralmente negra ou nordestina. As comunidades do site de relacionamentos Orkut é uma amostragem de como as empregadas domésticas são alvo de críticas depreciativas. A mais numerosa, que supera 2 mil e 300 membros, se intitula Vítimas de Empregada Doméstica. Nela as pessoas compartilham experiências ruins com as empregadas, como furtos e agressões aos filhos. Nos fóruns, estimulam abertamente que as "vítimas" dêem o troco, aconselhando ate que partam para as vias de fato. Fora do mundo virtual, as discriminações também são bem claras. Muitos condomínios proíbem as domésticas de utilizar o elevador social ou entrar na piscina do prédio, mesmo que estejam acompanhando crianças. Em algumas cidades, houve uma onda recente de espancamento de mulheres por jovens da classe média pela simples [?] razão de que elas trabalham como domésticas (BORGES, 2008).

Em "Domésticas: o filme", de Fernando Meirelles (2001), no que diz respeito à espacialidade das empregadas retratadas é interessante observar como o autor soube retratar a dimensão espacial das relações e situações sociais vividas pelas empregadas, limitando as cenas filmadas a estes espaços: na casa dos patrões: na cozinha e no pequeno e inadequado quarto de empregada trabalhando ou conversando com as colegas de profissão; no condomínio, na escada e na garagem conversando com o porteiro; na calçada do prédio/casa conversando com o lavador de carros, com o lixeiro ou com o entregador de pizza; situações vividas no ônibus, na rua do bairro de residência dos patrões; em sua humilde casa na

periferia, evidenciando por meio de suas práticas socioespaciais, suas limitações, insatisfações, dramas e alegrias**.**

Sobre as empregadas domésticas espancadas é importante chamar atenção para o fato de que elas foram espancadas a principio em função de sua corporeidade localizada, uma vez que as mesmas não utilizavam crachás que as identificassem como empregadas domésticas, mas eram mulheres negras sozinhas em espaços públicos à noite, confundidas, portanto com prostitutas [uma das imagens estereotipadas na mulher negra no imaginário social coletivo], o que os acusados justificaram para espancá-las.

Segundo Santos, Mesquita e Deiab (2003) em levantamento feito junto a agências de emprego doméstico na cidade de São Paulo, apesar de as patroas cobrarem profissionalismo e maior qualificação, as mesmas ainda têm problemas para lidar com empregadas que possuem tais características, considerando-as, em muitos casos insubordinadas, deste modo, aspectos subjetivos ainda prevalecem nas exigências feitas em relação à candidata ao serviço doméstico em detrimento da qualificação, que no dia-a-dia acabam sendo exigidas, e o conflito estabelecido. Ainda sobre o caráter predominantemente subjetivo das exigências feitas pelas patroas em agências de emprego doméstico no Recife, diz Santana (2003) se referindo a Preuss (1996):

> Quando se contrata uma empregada, em geral, como afirma Preuss (1996), busca-se pré-requisitos subjetivos tais como ser carinhosa com as crianças, respeitadora e cumpridora seus deveres. Muitas vezes, deixa-se de lado o fato da pessoa saber ou não fazer as tarefas domésticas, pois espera-se que saiba, pelo simples fato de ser mulher. Mas, quando a menina não sabe desempenhar bem as tarefas solicitadas, os conflitos entre patroa-empregada começam a surgir. [...]. "Quando a patroa vai contratar uma empregada, ela só pensa se ela é honesta, se é limpinha, se não bebe nem usa drogas..." (sindicato dos trabalhadores domésticos de Recife, 1996, p. 30). As atividades domésticas são vistas como aptidões femininas e não como atividades profissionais que precisam passar por uma habilitação ou treinamento para que possa exercê-las bem. O sindicato, ainda alerta que para a realização de algumas das tarefas domésticas é necessário um conhecimento especifico ou características mais adequadas. Entre elas estão: ser alfabetizada, ter noção numérica, conhecer os alimentos e saber como conservá-los, ter noções de higiene, saber utilizar os equipamentos tecnológicos, ser disciplinada, sociável, criativa, ter disponibilidade e força para algumas tarefas mais pesadas. Porém, nada disso é considerado quando se contrata uma empregada doméstica, mas, muitas vezes, na prática, isso é o exigido (SANTANA, 2003, p. 83).

Koffes (2001) nos chama atenção para o fato de a categoria doméstico enquanto um conceito instrumental "concentra uma representação, designando um conjunto de atividades, definindo pessoas, contendo relações e definindo um lugar", recorrendo ao dicionário à autora salienta:

> [...] o doméstico, como objetivo, refere-se a um lugar, a casa; um conjunto de relações familiares; a um trabalho (a limpeza, a manutenção deste lugar, as atividades que acionam seu funcionamento).
> Mas como substantivo designa apenas um dos personagens deste lugar: empregado(a), cria. Por quê? Talvez a resposta esteja sugerida na definição da palavra "doméstico" como verbo: domesticar, amansar, civilizar.
> Portanto, em uma de [suas] definições, esta palavra contém uma relação entre diferenças. Mas nesta acepção de amansar e civilizar, o verbo domesticar estaria se referindo a quais diferenças? (*Idem, Ibdem)*

A autora sintetiza:

> Haveria aqui, pelo menos, duas leituras possíveis. Domesticar, amansar, civilizar estaria referindo-se àquela função de desnaturalização que é atribuída à família: a socialização dos novos membros da sociedade, à alimentação, à limpeza corporal etc., os quais compreenderiam o que é considerado natural (sexualidade, instintos, impulsos, sujeira) e que deveriam ser civilizados, amansados, isto é, codificados culturalmente.
> Mas pressupondo unidades domésticas em que se intercruzem códigos sociais diferentes – sendo que estas diferenças são conotadas por relações de desigualdade social -, os termos "domesticar, amansar, civilizar", expressariam também estas relações. As diferenças estariam aí sobrecodificadas: pelos valores e comportamentos considerados superiores a outros e pela concepção de que os consideramos inferiores deveriam ser amansados, civilizados. È evidente que, se considerarmos o fato tão recorrente de que muitas diferenças são lançadas à animalidade, ao não-humano, à natureza enfim, as duas acepções interconectam-se.
> Traduzindo, quando a empregada doméstica com uma origem de classe desigual em relação à de seus empregadores, que pertence a outra unidade doméstica que não à da patroa e articula outros códigos culturais, passa a trabalhar na unidade doméstica, convivendo com a família na unidade doméstica [...] o domesticar contém, mas não se restringe a ele, o doméstico. Domesticar, amansar e civilizar não estariam mais apenas no campo da desnaturalização [...], mas também no campo político das relações de desigualdade, onde algumas diferenças deveriam ser situadas (*Idem,* p. 80-81).

Apesar de concordarmos com Santana (2003) de que "o mais importante não é o nome que se atribui à trabalhadora doméstica, mas qual a postura que se assume diante da profissão", não podemos deixar de reconhecer que "socialmente difundida a palavra empregada virou ofensa, e, por isso, muitas vezes essa denominação é evitada". Algumas denominações como "peniqueira" (historicamente associado à limpeza dos penicos da época colonial - realizado por escravizadas domésticas - e outros/as trabalhadores/as similares) estão impregnados de preconceitos e humilhações (SANTANA, 2003). Na tentativa de se furtar do conjunto de representações preconceituosas que a denominação empregada doméstica suscita é comum e em alguns casos considerado "chique" se referir à empregada utilizando termos como, "secretária doméstica", "secretária do lar", "auxiliar do lar", "mocinha que trabalha lá e casa".

Ainda se referindo as representações que cerceiam o dia-a-dia da empregada doméstica, Koffes (2001), em sua tese afirma ser a palavra escravidão constante no discurso das empregadas domésticas, quando procuram de certa forma à explicação de sua própria existência enquanto empregada doméstica, como se afirmassem que a escrava de ontem é a empregada doméstica de hoje, explicação reafirmada pelas queixas por parte das empregadas de falta de tempo e espaço livres, em função da rotina imposta pelo trabalho doméstico. Já na fala das patroas a referência à empregada como animal e máquina negando a pessoa humana são bem comuns como atesta Koffes:

> É muito presente, na fala das empregadas domésticas, em geral, a referência à escravidão, presente como uma "sombra" na situação de trabalho vivida por elas, sombra reconhecidamente presente e a ser negada, isto é, negar-se como "máquina", afirmar-se como "trabalhadora" e não "animal", ou como "membro da família". Na fala das patroas, mistura-se a idéia de tratar a empregada como "pessoa humana", com a expectativa de uma "máquina" – "um robô"[4], como foi verbalizado (*Idem*, 2001, p. 64-65).

No que diz respeito à relação cor e trabalho no período de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, Koffes esclarece:

> Durante o período escravagista a equação social e racial indicava certa equivalência entre o exercício de certos trabalhos, as relações de mando-obediência e as linhas de cor. Algo como ser escravo e ser negro. Aponta, ainda mais especificamente. No quadro da escravidão, para a identificação do trabalho doméstico servil com a escravidão (e a negritude), embora esse quadro não esgote as outras possibilidades de trabalho servil sem as demarcações escravidão e linhas de cor [...] A mudança histórica dessas relações acarretará profundas ambigüidades nas representações sobre o trabalho e o trabalhador, se considerarmos que o aspecto mais visível desta relação, a referência a cor, continuou sobre a face dos trabalhadores menos qualificados [...] Mesmo após a abolição, a população negra encarregada dessas ocupações sustentará a representação" degradante do trabalho manual". No Brasil de hoje é ainda usual expressões que indicam esta representação, por exemplo, "serviço de negro", tem dupla conotação, de "serviço mal-feito" e de "serviço desqualificado". Outras associações também freqüentes são entre cozinheira e negra; empregada doméstica e negra; "ser da cozinha" com negritude e escravidão [...] (*Idem*, p. 131 - 132).

No caso específico da escravidão doméstica e do empregado doméstico moderno a autora afirma que sua superação se deu apenas do ponto de vista histórico, ressaltando que não subsume a existência do trabalho doméstico à escravidão, pois outras sociedades o tiveram ou o têm, sem que tenham passado por um regime escravista, entretanto, na sociedade brasileira:

---

[4]Na fala e atitude das patroas a referência às empregadas como uma figura indesejada no espaço doméstico familiar refere-se ao fato desta compartilhar da intimidade da família, e não ser da família – a não ser no plano do discurso em momentos arbitrários, convenientes aos patrões - tidas, portanto por parte dos patrões como uma ameaça a privacidade da família, uma vez que representa um elo entre espaço público e o privado, daí ser o ideal de empregada para as patroas o robô, a máquina.

> [...] a escravidão deixou suas marcas na organização doméstica e familiar, marcas que podem ser atualizadas pela presença das empregadas domésticas [...]. Se considerarmos que os negros livres passaram a compartilhar com os brancos pobres a pertinência às classes subalternas, que fornecem as empregadas domésticas para as famílias das classes superiores, cor e classe asseguram a desvalorização do trabalho manual e também certos hábitos das famílias das classes que puderam e pode ainda ter empregadas domésticas. A escravidão doméstica não impõe sua marca apenas no fazer, mas também nas atitudes e no comportamento daqueles que, na família, se sociabilizam para o mando e para a disponibilidade de alguém que lhes atenda a vontade (*Idem*, p. 137).

Após a abolição da escravatura, as empregadas negras foram (temporariamente) substituídas em peso por empregadas européias, porém segundo Koffes (2001), a preferência por empregadas brancas é permeada de ambigüidades, pois havia a preferência pelo corpo – aparência - da empregada branca e pela corporeidade da empregada negra, acarretando uma ruptura simbólica, ou seja, a desigualdade entre patroa e empregada, ambas brancas, se limita a condição desta ser a que obedece, que executa o serviço doméstico; já a empregada doméstica negra, em função de sua corporeidade, suscita representações sociais vinculadas ao escravismo – continuidade simbólica- demonstrando que persistia no imaginário social a idéia de que uma "boa empregada doméstica" – submissa, servil, etc. - deveria ser negra, portanto já estava estabelecida a associação entre negra (escravizada) e trabalhadora doméstica.

É exatamente em função de ser este elo entre dois mundos antagônicos que as empregadas domésticas representam que é pertinente indagar sobre as representações que estas mulheres fazem delas mesmas como trabalhadoras, como pobres, como mulheres, etc., e o sentido que estas representações imprimem em suas práticas espaciais diárias, bem como nos vínculos que elas estabelecem com os locais que freqüentam.

Quanto às dificuldades materiais e simbólicas enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas no seu dia-a-dia enquanto trabalhadoras solitárias e confinadas em outras casas são diversas, porém recorrentes. Estão sujeitas a comportamentos socioculturais estranhos e até adversos ao seu e a perversão moral[5]: o assédio sexual[6] e o assédio moral[7]. O primeiro já

---

[5] A perversão moral trata-se de um processo inconsciente [?] de destruição psicológica constituída de procedimentos hostis, evidentes ou escondidos, de um ou vários indivíduos sobre o outro, na forma de palavras insignificantes [?], alusões, sugestões e não-ditos, que efetivamente podem desestabilizar alguém ou mesmo destruí-lo, sem que os que o cercam intervenham. A perversidade, que reanima este processo, não provém de um problema psiquiátrico, mas de uma racionalidade fria combinada a uma incapacidade de considerar os outros como seres humanos (FREITAS, 2001, p. 9).

[6] [O assédio sexual consiste] em constranger alguém com intuito de obter vantagens ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condições [condição] de superior hierárquico ou ascedência [ascendência] inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função (CENTRO POPULAR DA MULHER – GO, 2006).

[7] [Assédio moral consiste] de toda a conduta abusiva que se manifesta notadamente por comportamentos, palavras, atos, gestos, que podem causar danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa colocando em risco o emprego desta ou degradando o clima de trabalho (HIRIGOYEN, 1998, p. 55 *apud* FREITAS, 2001, p. 10). Ainda sobre o assédio moral: O mal trato nos locais de trabalho é chamado de ASSÈDIO MORAL, ou seja, atingir a moral da vítima com a injúria (ofender a dignidade e o decoro de uma

cristalizado no imaginário social brasileiro quando se fala em emprego doméstico feminino, quando não dissimulado enquanto uma cantada, uma vez que esta é culturalmente bem aceita e até valorizada na cultura brasileira. Nesta situação muitas das vezes a vítima se torna ré, a empregada é acusada de oferecida e disponível, pois essa representação há muito faz parte do imaginário social coletivos dos brasileiros(as); o segundo (o assédio moral) apesar de cotidianamente vivido por empregadas domésticas brasileiras de várias gerações, em função do sua natureza sutil (violência indireta), favorável pela natureza do espaço doméstico - "espaço por excelência de resistência frente à 'modernização individualizante' oriunda do Estado e do mercado"- (porém não limitado a este, se estende também a esfera pública, organizacional), é menos divulgado e discutido, porém não menos violento, pelo contrário, ambas "situações constituem verdadeiros assassinatos psíquicos".

A vítima do assédio moral, cotidianamente acuada, por agressões diretas, indiretas, insinuantes e não-verbais: xingamentos, suspiros, dar com os ombros, olhares de desprezo, olhar enviesado, não olhar, não cumprimentar, fechar os olhos e balançar a cabeça, falar da pessoa como se referisse a um objeto, trocar de nome, alusões desestabilizadoras ou malévolas, é desqualificada provocando uma "queda de auto-estima, e, cada vez mais, a pessoa sente-se humilhada, usada, suja", deste modo à pessoa cada vez mais interiorize as agressões e passa a pensar que "ela merece o que lhe aconteceu" e que ela é ou age da forma que os pervertidos a acusam, e passa a ser estigmatizada (FREITAS, 2001). Estigma que no caso das trabalhadoras domésticas brasileiras é herança de uma cultura que desvaloriza o trabalho manual; que desvaloriza o serviço doméstico naturalizado como se fosse "de mulher", que, portanto desvaloriza a mulher, enquanto gênero tido como inferior. Atividade que no contexto brasileiro é inicialmente desempenhada por escravizadas negras, portanto herança coletiva que invade a individualidade cotidiana de cada uma das mulheres brasileiras que são trabalhadoras domésticas - tanto na privacidade do espaço doméstico dos patrões quanto nos espaços públicos - por meio da persistência de representações sociais negativas repassadas de geração para geração de patrões, de dominadores, sobre gerações de dominados. Deste modo, cotidianamente milhares de trabalhadoras domésticas são moralmente assediadas em função do gênero, da raça, da classe e da atividade culturalmente desvalorizada, desqualificada, que desempenham.

O assédio sexual que em muitos casos é "confundido" com nossa conhecida e culturalmente aceita "cantada" é uma das facetas do assédio moral. Em países como os Estados Unidos e a França, o assédio moral é reconhecido como uma discriminação sexual, já

---

pessoa) e difamação (imputar a uma pessoa fato ofensivo sua reputação) causando transtornos emocionais e psicológicos que serão tratados muitas vezes como stress. (CENTRO POPULAR DA MULHER – GO, 2006)

na cultura brasileira (machista/sexista) marcada pelo aspecto sensual, pela sinuosidade – "a linguagem com entrelinhas; o erotismo e a sensualidade expressos nas vestimentas, na música, na dança e nas conversas ambíguas; a busca de intimidade, a mania de tocar o outro, a informalidade, a confidência fácil; a saída ou os escapes do 'deixa disso'" (FREITAS, 2001, p. 16), pode facilitar a prática dissimulada do assédio sexual, uma vez que em muitas situações pode se passar por uma cantada[8], duas práticas "distintas", porém não distantes.

Apesar do assédio sexual não ser novidade, é com a flexibilização dos costumes e maior participação da mulher no mercado de trabalho extra-doméstico (público e masculino) que o "evidencia", entretanto não o denuncia (o fato da mulher ser a vítima principal, mas não exclusiva, do assédio sexual é um sintoma de uma sociedade machista como a brasileira). A mulher que se aventurava no mundo do trabalho masculino freqüentemente era denominada "vadia", uma vez que esta mulher vencer e se destacar profissionalmente significava se submeter às investidas sexuais dos seus chefes, aos "testes do sofá". Idéias que assombravam pais, noivos e maridos. No caso das trabalhadoras domésticas, como veremos, a lógica não é a mesma, uma vez que está incrustada no imaginário social coletivo a idéia da receptividade por parte da trabalhadora doméstica das investidas sexuais dos membros masculinos da família que trabalha. Assim, em muitos casos, a trabalhadora doméstica é vista (vista é força de expressão, uma vez que esse tipo de acontecimento é tão humilhante e culturalmente ambíguo que é sufocado por inúmeras vítimas ou informalmente confidenciado a algumas pessoas próximas) não como vítima do assédio sexual, mas como cúmplice. Ainda sobre a natureza e a manifestação do assédio sexual continua a autora:

> O aspecto mais visível ou óbvio nas situações de assédio sexual é que, geralmente não se trata de relações entre iguais, entre pares, nas quais a negativa pode ocorrer sem maiores conseqüências pra quem está fazendo a recusa. Verificamos, ainda que o assédio sexual é entre desiguais não [apenas] pela questão de gênero masculino *versus* feminino, mas porque um dos elementos da relação dispõe de formas de penalizar o outro lado.
> Algumas profissões eram particularmente consideradas de alto risco e muito sujeitas à vitimização potencial do imaginário coletivo, que gravara algumas relações como "inevitáveis": o médico e a enfermeira, o professor e a aluna, o diretor e a atriz, o chefe e a secretária. Normalmente, essas relações acontecem entre um superior e um subordinado, sendo, quase sempre, o primeiro elemento do sexo masculino (FREITAS, 2001, p. 13).

E por que não a trabalhadora doméstica e os patrões (pai, filho ou qualquer outro membro masculino da casa)? Há dúvidas sobre se, de fato, tal situação consiste em assédio

[8] [...] a cantada é uma proposta habilidosa, visando convencer o outro. Utiliza-se de rodeios, floreios, elogios, promessas, sugestões, etc. para que o outro concorde com um relacionamento amoroso. Existe aí uma intencionalidade em buscar a cumplicidade, diferentemente do assédio. A cantada é o signo da sedução e o assédio da ordem autoritária, perversa; a primeira promete um acréscimo, a vivência de uma experiência luminosa; o segundo promete um castigo se não for atendido em suas investidas (FREITAS, 2001, p. 14).

sexual. No contexto em que surge o emprego doméstico feminino no Brasil, de fato as investidas sexuais do patrão (senhor) não se caracterizavam enquanto assédio sexual, como o entendemos hoje, mas sim estupros, pois o que estava em jogo era a vida da escravizada propriedade do seu senhor. Porém hoje a situação, do ponto de vista prático, deveria ser a mesma das demais trabalhadoras, assédio sexual, porém como em muitos outros aspectos (das leis trabalhistas, por exemplo) a situação da trabalhadora doméstica, em função da natureza do seu ambiente de trabalho, é outra, "especial". Lembrando que contraditoriamente no Brasil tudo que é intitulado especial é problema, é situação mal resolvida ou de "difícil" solução, o que nunca foi prioritário**,**

> Quando retrocedemos um pouco mais no passado, e **especialmente** no passado escravagista brasileiro, encontraremos o senhor, dono não apenas do trabalho, mas também do corpo e alma [?] de sua serva. Não podemos dizer que a relação senhor-escrava era da mesma natureza do assédio, pois nela a imposição do domínio trazia implícita a noção de desobediência paga com a morte, o que justifica o pensamento, ainda hoje de algumas correntes ligadas ao movimento negro brasileiro, que consideram "cada mulato ou moreno como fruto de um estupro". A versão intermediária é dada pela relação do patrão ou de seu filho com a empregada doméstica, que poderia "optar" entre o estupro ou a ameaça de dispensa, prática comum na nossa história e que dá origem à expressão popular "ter um pé na cozinha". É conhecimento de todos [e reificado pelas mídias por meio de novelas, filmes e campanhas publicitárias] que o brasileiro das gerações passadas fazia sua iniciação sexual nos prostíbulos ou com as domésticas a seu serviço: no primeiro caso, era prostituição; no segundo assédio [grifo nosso] (FREITAS, 2001, p. 13-14).

Pior do que viver em uma sociedade machista é saber que este não se limita aos seus integrantes masculinos. Mulheres também reproduzem e praticam o machismo, compactuando (fazendo "vista grossa"), por exemplo, com este tipo de violência praticada dentro de suas casas, como mencionado acima, pois afinal o que importa é que seu filho tenha suas primeiras experiências sexuais dentro de casa, geralmente com uma mocinha ingênua e sadia vinda de cidades do interior (é comum a realização de exames médicos exigidos pelos patrões no processo de contratação), que ela não se identifica enquanto mulher, porque a outra mulher é pobre, realiza um trabalho desvalorizado por ela e pela sociedade e na maioria dos casos é negra e/ou pobre, portanto outra categoria de mulher. Excetuando o viés racial do trabalho doméstico feminino (uma das particularidades deste tipo de trabalho no Brasil, o legado do assédio sexual, praticado contra mulheres em geral e mulheres trabalhadoras domésticas não é exclusividade da cultura brasileira, mas um sintoma da cultura européia ocidental, patriarcal e elitista, que herdamos. Cultura que supõe o homem superior a mulher, o rico superior ao pobre. Perrot (2007) se referindo as práticas de subjugação dos corpos femininos na cultura européia afirma,

> O que chamamos de “assédio sexual” já era corrente, principalmente no trabalho. Ele ameaçava várias categorias de moças e de mulheres: serviçais de propriedades rurais, com freqüência engravidadas no torpor estival das granjas, “criadinhas” cujo alojamento ficava no último andar dos imóveis urbanos, descritas por Zola em Pot-Bouille, às voltas com as visitas freqüentes dos patrões, muitas vezes com a cumplicidade das patroas, que preferiam que seus filhos se envolvessem com uma jovem doméstica sadia, recém-chegada do interior, a que freqüentassem o bordel arriscando-se a pegar sífilis (PERROT, 2007, p. 76).

Diante do exposto, como não pensar que esta condição de subalternização e “inclusão marginal” das empregadas domésticas está isenta de sua manifestação espacial, uma vez que “a instituição da sociedade é sempre inseparável daquela do espaço”? Portanto, cabe também à Geografia com seu aparato conceitual, temático e metodológico contribuir para a reflexão sobre papel de mediadora da empregada doméstica entre dois mundos contraditórios e suas conseqüências na forma como estas trabalhadoras vivenciam os diferentes locais que se encontram.

Figura 1. Escrava doméstica. Fotografia de autoria não identificada, Bahia, c. 1865. Coleção particular Apparecido Salatini.
Fonte: SCHUMAHER & VITAL BRAZIL, 2006.

Figura 2. Escrava doméstica. Fotografia de autoria não identificada, Bahia, c. 1865. Coleção particular Apparecido Salatini.
Fonte: SCHUMAHER & VITAL BRAZIL, 2006.

Figura 3. Ama-de-leite. Cartão-postal. Fotografia de Rodolpho Lindermann, Bahia, c. 1885. Acervo monsenhor Jamil Nassif Abib.
Fonte: SCHUMAHER & VITAL BRAZIL, 2006.

Figura 4. Anastácia. Trabalhadora doméstica da família de Monteiro Lobato. Musa inspiradora de uma das personagens negras mais conhecidas da literatura infantil do país, Tia Anastácia, do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Fotografia de autoria não identificada, Taubaté, SP, 1913. Acervo Fundo Monteiro Lobato, Centro de Documentação Alexandre Eulálio, Unicamp.
Fonte: SCHUMAHER & VITAL BRAZIL, 2006.

Figura 5. Laudelina de Campos Melo (1904-1991). Natural de Poços de Caldas, Minas Gerais, trabalhou como doméstica, tornando-se a primeira grande líder sindical de sua categoria no país.
A partir da década de 1930, foi uma das responsáveis pela fundação de várias associações de classe nas cidades de Santos, São Paulo e Campinas. Diante das discriminações das mulheres no mercado de trabalho e indignada com os anúncios preconceituosos publicados à época, integrou-se ao movimento negro, no qual participou da promoção de inúmeras atividades sociais e culturais, especialmente em defesa dos direitos trabalhistas. Em 1988, a Associação de Trabalhadoras de Campinas, sob sua direção, foi transformada em Sindicato.
Acervo Sindicato das Empregadas Domésticas de Campinas.
Fonte: SCHUMAHER & VITAL BRAZIL, 2006.

Figura 6. "Fiéis Escudeiras" - Cena contemporânea de uma patroa e sua empregada doméstica.
Fonte: Domínio Público

2.3. O TRABALHO DOMÉSTICO EM NÚMEROS: O ESTIGMA DA COR E DO GÊNERO

Bernardino-Costa (2007) em sua tese intitulada "Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos" busca a partir das filiadas aos sindicatos das trabalhadoras domésticas[9] no Brasil recuperar a narrativa dessas mulheres com o objetivo de entender como aqueles que estão em uma posição subalterna percebem as relações sociais hierárquicas (patrões-empregadas) entre não-iguais. Para contextualizar a grande representatividade do trabalho doméstico no universo do trabalho e na economia brasileira, bem como alguns aspectos da precariedade material vivida por esta categoria socioprofissional de trabalhadores/as[10], o autor traça um panorama estatístico do emprego doméstico no Brasil agregando os dados segundo categorias raciais e distribuição das trabalhadoras nas regiões brasileiras[11] (Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste) a partir de dados disponibilizados pela PNAD/2005. Além de demonstrar a grandeza estatística o autor objetiva também evidenciar características socioeconômicas deste nicho socioprofissional: marcado pela injustiça social e humana vinculadas a questões raciais e de gênero (BERNARDINO-COSTA, 2007). Portanto, todas as informações estatísticas apresentadas a seguir foram extraídas do rigoroso trabalho de levantamento, síntese e análise feitos por Bernardino-Costa (2007) a partir dos dados da Pnad/2005, captados em setembro de 2005.

Anterior ao trabalho de Bernardino-Costa (2007) e não menos relevante é o trabalho de Demo (2005) sobre a pobreza política ("condição subalterna e manipulada") de mulheres pobres em que o autor elege empregadas domésticas e mulheres chefes de domicilio residentes na periferia de Brasília. Como sugere o título do trabalho: "Dureza: pobreza política de mulheres pobres", o autor, não se limita à análise de dados estatísticos (que apenas evidenciam a pobreza material – baixos salários - do grupo de mulheres consideradas)[12]. Bernardino-Costa (2007) dá maior relevância à perspectiva racial do trabalho doméstico no

[9]De acordo com Bernardino-Costa (2007) a definição de trabalhadora doméstica, do ponto de vista jurídico, não é consensual, em função da divergência em considerar ou não a diarista como trabalhadora doméstica. A divergência deve-se à interpretação do termo 'natureza continua' que aparece na definição de empregado doméstico no Artigo 3º do Decreto Lei 71.885 de 9 de março de 1973, que afirma: "considera empregado doméstico aquele que presta serviço de natureza continua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou a família, no âmbito residencial de essas".

[10]Na verdade de trabalhadoras, pois como visto nos dados apresentados por Bernardino-Costa, o emprego doméstico no país é hegemonicamente feminino, sendo também as "atoras" escolhidas pelo autor.

[11]Em nosso estudo consideraremos apenas os dados referentes à média nacional e da região Centro-Oeste, pois as condições materiais de existência das trabalhadoras domésticas de modo geral são muito semelhantes; e segundo porque nosso estudo tem por objetivo principal compreender a dimensão subjetiva vividas pelas trabalhadoras domésticas.

[12]Bernardino-Costa utilizou os dados disponibilizados pelo IBGE/Pnad no ano de 1995, *apud* Melo, 1998, p. 345; 2001; e Censo Demográfico de 2000).

Brasil (a questão racial é intrínseca ao trabalho doméstico brasileiro), e Demo ao priorizar a variável gênero permite evidenciar que a discriminação de gênero no Brasil persiste até mesmo na desigual remuneração pela realização do trabalho doméstico, uma atividade profissional culturalmente subalternizada por ser de mulher[13] e índice de formalização (no caso da desigualdade na remuneração não é exclusiva deste nicho sócio-profissional), por outro lado, há predomínio de pessoas não-brancas (principalmente negras) no trabalho doméstico, de ambos os gêneros (embora seja inferior a proporção de homens), "indicando que esse tipo de trabalho é certamente desvalorizado na sociedade, tanto para homens quanto para mulheres".

Segundo Demo (2005), no caso específico do trabalho doméstico, a desigualdade experienciada entre homens e mulheres existe em função do "estigma tradicional de que, para o serviço doméstico, a mulher já nasce pronta e para isso é reservada", "indicando frontal estigmatizarão feminina, no sentido clássico de redução da mulher a dona-de-casa, mãe e esposa", do lar (DEMO, 2005). Diante da análise da realidade empírica possível por meio de dados estatísticos, o autor conclui,

> Embora dados empíricos sejam apenas indicação indireta da realidade pesquisada, sugerem que ser mulher em nossa sociedade é "dureza". Ela tende a trabalhar mais, a ganhar menos em geral e menos para o mesmo trabalho, ficar de fora das coberturas oficiais, permanecer em espaços estigmatizados do exercício profissional, e assim por diante (DEMO, 2005, p. 87).

Porém, apesar de desvalorizado o trabalho doméstico

> [...] é porta de entrada importante para a mulher que pretende vencer na vida [porta de entrada mais acessível ao mercado de trabalho das mulheres com nenhuma ou pouca qualificação, tanto profissional quanto de estudo]. Pode, facilmente [assim como veremos nas histórias de vida de algumas trabalhadoras] nesse trajeto tão difícil e arriscado, perder-se pelo caminho, não saindo mais da condição de "doméstica" [como veremos no registro da história de vida de algumas trabalhadoras]. (DEMO, 2005, p. 72)

Não vamos nos deter na apresentação e análise minuciosa dos dados estatísticos apresentados por Demo, pois estes revelam pouca e até nenhuma novidade significativa em relação aos dados apresentados e analisados por Bernardino-Costa[14] tanto no que diz respeito a discriminação de gênero (maior número de mulheres no trabalho doméstico; a desigualdade salarial e de formalização, sendo o do homem em ambos os quesitos superior ao das

[13]Segundo Demo (2005) apesar de persistir o estigma de que, quanto maior o salário, mais masculino será a profissão, no caso do trabalho doméstico masculino e feminino, no período considerado, a disparidade não era das piores, em torno de 15%.

[14]Bernardino-Costa (2007) enfatiza a perspectiva por nos priorizada, no que diz respeito à intersecção das variáveis raça e gênero, além de apresentar os dados estatísticos mais recentes referentes à situação socioeconômica dos trabalhadores domésticos no país.

mulheres)e quanto a particularidade racial (predomínio de trabalhadores de ambos os sexos não-brancos na maioria as regiões do país[15], com exceção da região Sul, em função de sua composição étnica/racial predominante de brancos), etc. Diante da reflexão teórica feita por Demo acerca da dura realidade material e simbólica sobrevivida por empregadas domésticas e mulheres pobres chefes de domicilio, o autor conclui:

> Tanto a empregada doméstica como a mulher chefe de domicilio escancaram o quanto a pobreza acomete a mulher, muito mais que o homem. São condições profundamente estigmatizadas, cujo estigma do estigma está na condição feminina. Explora-se a mulher pela via da dedicação espoliativa do tempo de trabalho (várias jornadas), pela imposição de remunerações tendencialmente menores, pelo abuso de sua função de mãe (cuidado com os filhos), pela subalternidade na família e na sociedade. O sarcasmo espalha-se por todos os lados: a empregada doméstica insere-se numa família estranha, onde muitas vezes mistura-se em excesso, tornando-se quase da família, mas isso serve sobretudo para reduzir sua remuneração, aumentar as horas de trabalho, exigir dedicação canina; [...]. (DEMO, 2005, p. 181).

Antes de apresentar as contribuições de Bernardino-Costa ao nosso estudo, cabe ressaltar que no que concerne ao quesito racial, os dados da Pnad permitem aos indivíduos se auto-classificarem em cinco categorias raciais: preto, pardo, branco, amarelo e indígena. Entretanto, no estudo mencionado o autor fez a opção por agregar os dados a partir das categorias raciais: negras(os) e brancas(os). Esta agregação teve como eixo norteador as condições materiais de vida das cinco categorias raciais consideradas pela PNAD. Desde modo, o estudo em questão "por um lado, agrega na categoria negro(a) os indivíduos auto-classificados como pretos e pardos e, por outro lado, agrega como brancos(as) os indivíduos auto-classificados como brancos e amarelos". Trabalhos e discussões acadêmicas anteriores ao trabalho mencionado já haviam constatado que para efeito de mensuração das condições materiais de vida, pouca diferença estatística existe entre indivíduos auto-classificados como pretos ou pardos", havendo a mesma correspondência entre a população auto-classificada como branca e amarela, com grande contraste com a população brasileira pertencente ao outro grupo formado por pretos(as) e pardos(as). A população auto-classificada como indígena em função da pequena representatividade na população brasileira (353.316) não foi considerada pelo autor (BERNARDINO-COSTA, 2007).

[15]Segundo Demo (2005) a região Centro-Oeste mostrava taxa bem elevada de não-brancos (63%), sugerindo provável resultado da migração intensa de mulheres oriundas do Nordeste e Norte, não apenas pela atração que a capital do país exerce, mas igualmente pela proximidade geográfica. Entre as mulheres empregadas domésticas, a taxa de não-brancas era de 80% no Norte e no Nordeste.

Segundo a PNAD/2005, 6,9% da População Economicamente Ativa (PEA) corresponde à categoria de trabalhadores domésticos[16], o que equivale a 6,65 milhões de brasileiros. Desde total de trabalhadores 93,2% são mulheres, o que confirma o caráter predominantemente feminino do trabalho doméstico no Brasil. Considerando a proporção de mulheres economicamente ativas, 14, 26% são trabalhadoras domésticas, isto é, a cada 100 mulheres ocupadas, 14 são empregadas domésticas (Tabela 1).

Tabela 1 – Proporção dos(as) trabalhadoras(es) domésticas(os) ocupadas(os) no Brasil e na região Centro-Oeste por sexo

Brasil e Região Centro-Oeste	Nº. absolutos	Homens	Mulheres
Brasil	6.658.627	6,79	93,21
Centro-Oeste	576.940	6,67	93,33

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Em função da natureza qualitativa do nosso estudo (que releva as percepções subjetivas das empregadas domésticas), no que diz respeito aos dados por regiões brasileiras, vamos nos deter apenas aos dados estatísticos nacionais e os da região Centro-Oeste, uma vez que em diferentes cidades brasileiras as dificuldades materiais, jurídicas e simbólicas enfrentadas pelos/as trabalhadores/as domésticos/as urbanos/as pouco se diferem[17].

O trabalho doméstico no Brasil se constitui uma atividade predominantemente feminina, inclusive em todas as regiões do país, chegando a média nacional de 93,2%. Na região Centro-Oeste de um total de 576.940 trabalhadores(as) domésticos(as) 93,33% são mulheres. No país há predominância de mulheres negras nesta ocupação. Do total de trabalhadoras 59,3% são negras, sendo estas equivalentes a 47,6% da PEA feminina. Por outro lado, 40,3% das empregadas domésticas são brancas, uma vez que estas representam 52,1% da PEA feminina. Portanto, esta é a ocupação com maior representatividade das mulheres negras (59,32%), inversamente, esta é a ocupação com menor representatividade de mulheres brancas (40,38%). Na região Centro-Oeste a situação não é diferente, pelo contrário, sua média fica superior à nacional, 65,6% das trabalhadoras domésticas são negras (Tabela, 2).

[16]Para a Pnad são classificados como trabalhadores domésticos aquelas pessoas que trabalham prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefício, em uma ou mais unidades domiciliares (BERNARDINO-COSTA, 2007).

[17] O mesmo pudemos verificar por meio do estudo de Bernardino-Costa, acontece com os números referentes a esta população.

Tabela 2 – PEA feminina no Brasil, segundo cor ou raça, por posição na ocupação

Posição na Ocupação	Nº Absoluto	%	Branca	Negra	
Assalariados	17.540.117	42,02	59,92	39,91	100
Autônomos	5.950.880	14,26	51,56	48,21	100
Empregados Domésticos	6.206.202	14,87	40,38	59,32	100
Outros	6.956.549	16,67	48,67	51,12	100
Sem declaração	5.087.396	12,19	45,39	54,38	100
Total	41.741.114	100	-	-	-

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da PNAD/2005.

A maior representatividade das trabalhadoras domésticas negras oscila de forma significativa nas regiões do país, se a média nacional 59,9% das trabalhadoras domésticas são negras, na região Centro-Oeste a média fica um pouco superior a nacional, 65,6% das trabalhadoras domésticas são negras, porem inferior a média da região norte (78,1%) e da região nordeste (77%), isto é em cada 10 trabalhadoras domésticas nestas regiões, aproximadamente 8 são negras (Tabela, 3).

Tabela 3 – Trabalhadoras domésticas na PEA feminina ocupada segundo a raça/cor – Brasil e Região Centro-Oeste

	Nº absoluto	%	Branca	Negra
Centro-Oeste	538.453	100	33,69	65,61
Brasil	6.206.202	100	40,38	59,32

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Se analisarmos a representatividade do trabalho doméstico por grupo racial, isto é, do número total de mulheres negras e brancas ocupadas/que trabalham quantas têm por ocupação o emprego doméstico? Corrobora a relevância da consideração da variável racial no estudo das características do emprego doméstico no Brasil. Constata-se que para um grupo de 100 mulheres brancas ocupadas 11 são trabalhadoras domésticas, considerando esta mesma amostra para um grupo de mulheres negras 18 são empregadas, portanto, a maior representatividade das mulheres negras fica mais evidente, ou seja, 1/5 das mulheres negras participantes da PEA estão no serviço doméstico. Este quadro se repete em todas as regiões brasileiras. No caso da região Centro-Oeste assim como na região sul aproximadamente 21% das trabalhadoras negras são trabalhadoras domésticas, sendo que aquela região apresenta o maior índice de mulheres brancas ocupadas no serviço doméstico (Tabela, 4) (BERNARDINO-COSTA, 2007).

Tabela 4 – Proporção das trabalhadoras domésticas em relação ao total das mulheres ocupadas segundo cor/raça – Brasil e Região Centro-Oeste

	Trabalhadoras domésticas	TD Negras	TD Brancas
Brasil	14,87	18,53	11,51
Centro-Oeste	18,11	21,79	13,55

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Diante do demonstrado pelos números é válida uma reflexão a cerca da relevância da variável raça/cor em estudos sobre o emprego doméstico; bem como ir além procurando compreender por que ao se analisar separadamente mulheres negras e brancas a possibilidade de uma mulher negra ser trabalhadora doméstica é maior; e ainda, as representações a cerca do emprego doméstico e de quem desempenha esta função são as mesmas ou semelhantes, considerando os diferentes grupos étnico-raciais? As experiências vividas por ambos os grupos no que diz respeito a ser uma trabalhadora doméstica são semelhantes? Em suma, além do que a estatística evidencia, do ponto de vista da auto-representação – principalmente enquanto serem mulheres e empregadas domésticas e pobres -, das várias limitações (materiais e simbólicas) impostas pela rotina e pelo caráter subalterno do trabalho que desempenham e das experiências vividas no dia-a-dia, relativas à função que desempenham ser uma empregada branca ou negra é muito diferente e desigual? Continuaremos, por enquanto com os números.

No quesito faixa etária as mulheres trabalhadoras domésticas são maioria na faixa etária dos 25 a 39 anos. No país 40,2% das trabalhadoras estão nesta faixa etária. A região Centro-Oeste aglutina a maior parte das trabalhadoras neste faixa, alcançando 46,3%. “Se aglutinarmos as trabalhadoras pertencentes às faixas etárias dos 18 aos 24 anos e dos 25 aos 39 anos, teremos em todas as regiões do país mais da metade das trabalhadoras domésticas nestas faixas etárias” (61% no Centro-Oeste), (Tabela, 5) (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 27).

Tabela 5 – Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo faixa etária – Brasil e Região Centro-Oeste

	Brasil	Centro-Oeste
10 a 17	6,08	7,31
18 a 24	15,80	14,97
25 a 39	40,21	46,33
40 a 49	23,33	20,64
50 ou mais	14,53	10,70

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

No que diz respeito à escolaridade 50% das trabalhadoras domésticas têm menos de oito anos de escolaridade, isto é, não alfabetizadas e/ou com ensino fundamental incompleto. Na região Centro-Oeste o índice de analfabetismo é de 7,9%. Os resultados demonstram também que em torno de 15% das trabalhadoras domésticas no Brasil têm o ensino fundamental completo, na região Centro-Oeste este índice é de 10,5%. Quanto às trabalhadoras com ensino médio incompleto há uma distribuição homogênea no país, com pequenas variações regionais. Uma proporção consideravelmente uniforme foi encontrada também entre as trabalhadoras domésticas com ensino médio completo - 11 anos de escolaridade -, chegando este índice no Centro-Oeste a 11%. Curiosamente, foi constatado um pequeno percentual de trabalhadoras domésticas que estava na universidade ou já tinha estado, porém não tinha concluído na região Centro-Oeste este índice corresponde a 0,06% (Tabela 6).

Tabela 6 – Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo escolaridade – Brasil e Região Centro-Oeste

	Brasil	Centro-Oeste
Analfabeto	8,27	7,98
Ensino fundamental incompleto	43,35	48,94
Ensino fundamental completo	15,67	10,59
Ensino médio incompleto	4,11	5,10
Ensino médio completo	11,65	11,00
Ensino superior incompleto	0,02	0,06
Ensino superior completo	0,10	0,23

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Quando se considera a escolaridade das trabalhadoras domésticas brasileiras segundo a raça/cor, constata-se que entre as trabalhadoras analfabetas e com menos de oito anos de escolaridade há uma maior proporção de trabalhadoras negras, quase 70% a 59%, respectivamente diante a aproximadamente 30% a 40% das trabalhadoras domésticas brancas. Quando observamos o nível seguinte - ensino fundamental completo – a proporção de trabalhadoras domésticas brancas e negras praticamente é a mesma. Tanto no ensino médio incompleto quanto no ensino médio completo há uma maior proporção de trabalhadoras negras. Já no que diz respeito ao ensino superior incompleto e completo há assim como no ensino fundamental completo praticamente a mesma proporção de trabalhadoras negras e brancas no caso do incompleto, enquanto no ensino superior completo de cada 100 trabalhadoras domésticas com diploma de curso superior, 76 delas são brancas (Tabela 7).

Tabela 7 – Trabalhadoras domésticas, segundo escolaridade, por cor/raça – Brasil

	Analfabeto	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo
Branca	29,93	40,40	50,40	42,48	41,40	52,64	76,46
Negra	69,69	59,33	49,33	57,02	58,20	47,36	23,54
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Quanto à formalização do trabalho doméstico, assim como há tempos é constatado, tem apresentado baixos índices. A Pnad/2005 constatou que apenas 25,5% das trabalhadoras domésticas em todo o país tinham carteira assinada, apresentando grandes variações regionais. A região Centro-Oeste apresenta uma proporção inferior à média nacional, 22,70% (Tabela, 8).

Tabela 8 – Trabalhadoras domésticas, segundo forma de contratação – Brasil e Região Centro-Oeste

	Brasil nº absoluto	Brasil	Centro-Oeste
Com carteira	1.565.025	25,22	22,70
Sem carteira	4.640.549	74,77	77,30

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Considerando o nível de formalização segundo a raça/cor constata-se que as trabalhadoras domésticas brancas apresentam sensivelmente melhor índice em todo o país, 27%, enquanto as trabalhadoras negras representam 23%. Porém, considerando a média regional das mulheres negras ocupadas no serviço doméstico, comparadas às trabalhadoras brancas, o Centro-Oeste é uma das três regiões brasileiras com maior índice de formalização daquelas, 23%, atrás do sudeste, 32%, e do sul, 32,6% (Tabela, 9).

Tabela 9 – Trabalhadora doméstica com carteira de trabalho assinada por cor/raça – Brasil e Região Centro-Oeste

	Total	Branco	Negro
Brasil	25,22	27,64	23,57
Centro-Oeste	22,70	22,01	23,05

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

É igualmente elevado o índice de trabalhadoras domésticas que não contribuem com o INSS. Em todo o país, 27,7% das trabalhadoras domésticas contribuem para o instituto da previdência. Aqui também constata-se uma evidente diferença regional. A região Centro-Oeste juntamente com a região norte e a nordeste apresentam média inferior à nacional, porém superior aos índices verificados nestas, 23,8% (Tabela, 10).

Tabela 10 – Trabalhadoras domésticas segundo contribuição para o Instituto de Previdência – Brasil e Região Centro-Oeste (principal semana de referência)

	Brasil	Centro-Oeste
Contribuinte	27,79	23,86
Não contribuinte	72,21	76,14

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

O fato do número de trabalhadoras domésticas que contribuem para a previdência serem superior as das que têm carteira assinada, segundo Bernardino-Costa (2007), se explica pelo fato de algumas trabalhadoras, possivelmente diaristas, fazerem contribuição à previdência como autônomas.

O grande índice de informalidade do emprego doméstico é um dos grandes responsáveis pelas dificuldades materiais e "situação vulnerável" enfrentada pela trabalhadora doméstica, dentre estas dificuldades está a não uniformidade nas jornadas de trabalho – não regulamentada pela legislação competente-, ficando as trabalhadoras sujeitas A demanda e aos imprevistos da vida patronal, no que diz respeito à demanda por seus serviços e descumprimento do horário verbalmente combinado, como constatado em minhas entrevistas. Cabe ressaltar que os dados da Pnad não permitem diferenciar a trabalhadora doméstica diarista da mensalista, portanto consideramos em um mesmo grupo, trabalhadoras domésticas, nichos profissionais que possuem relações e jornadas de trabalho diferentes.

A média nacional de trabalhadoras que excedem 44 horas semanais é de 34,5%, sendo que jornada das trabalhadoras negras, 37,4%, é superior à das trabalhadoras brancas, 30,2%[18]. As variações regionais são mais significativas do que as variações raciais. Dentre os menores índices verificados por região quanto a jornada de trabalho semanal de trabalhadoras doméstica a região Centro-Oeste é a segunda com menor índice de trabalhadoras que dedicam mais de 44 horas semanais ao serviço doméstico, 28,2%, atrás apenas da região sul, 23,1%. Quanto à variação racial por região, no Centro-Oeste assim como no sudeste, ao contrário do que ocorre nas demais regiões, as trabalhadoras com jornada de trabalho mais extensa são as negras. Portanto, a variável região é o fator determinante das diferentes jornadas de trabalho verificadas no país (Tabela, 11) (BERNARDINO-COSTA, 2007).

Tabela 11 – Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo carga horária trabalhada por cor/raça – Brasil e Região Centro-Oeste

	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	Mais de 44 horas
Brasil	9,33	31,46	24,69	34,50
Negras	9,01	30,06	23,50	37,41
Brancas	9,81	33,56	26,33	30,27
Centro-Oeste	11,10	33,36	27,30	28,20
Negras	10,73	33,04	26,86	29,31
Brancas	11,86	34,23	28,14	25,78

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Quanto às remunerações médias mensais dos trabalhadores domésticos – neste caso considerando homens e mulheres – são os mais baixos quando comparados com os

[18] Limitaremos-nos a falar apenas do numero de trabalhadoras que excedem a carga horária semanal de 40 horas, pois esta é a carga horária semanal dos demais trabalhadores regulados pala CLT e a carga reivindicada pela categoria.

rendimentos de outras categorias de empregados. Para se ter uma noção, enquanto a média nacional dos assalariados foi de R$ 832,00, dos militares e estatutários R$ 1331,00, dos autônomos R$ 467,00, os rendimentos médios do trabalhador doméstico eram de R$ 270,00, inferior ao salário mínimo nacional do ano considerado (em setembro de 2005, quando o salário mínimo era de R$ 300,00). Dentre os trabalhadores domésticos, as trabalhadoras domésticas sem carteira assinada percebiam um salário ainda menor, R$ 225,00, enquanto as com carteira assinada recebiam salário superior ao mínimo, R$ 398,00 (Tabela, 12).

Tabela 12 – Rendimento médio mensal do trabalho principal dos empregados e trabalhadores domésticos de 10 anos de idade ou mais – Brasil e Região Centro-Oeste (R$)

	Brasil	Centro-Oeste
Assalariado	832	797
Militares e estatutários	1.331	1.784
Autônomos	467	577
Trabalhador doméstico	270	269
Com carteira	398	385
Sem carteira	225	233

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Dentre as regiões onde os trabalhadores domésticos recebem melhores remunerações, independentemente da carteira assinada, está a Centro-Oeste (superada pelas regiões sudeste e sul), porém inferior a média nacional. Por outro lado, em todas as regiões do país as trabalhadoras com carteira assinada recebiam rendimentos acima da média nacional.

Quando analisamos as trabalhadoras domésticas por faixa de rendimento mensal constatamos que 30,3% das trabalhadoras recebem menos de ½ salário mínimo por mês. Na faixa de rendimento seguinte – de ½ a 1 salário mínimo - encontramos 44% das trabalhadoras domésticas do país. Neste intervalo constatamos uma proporção sensivelmente maior de trabalhadoras com carteira assinada. No grupo de trabalhadores que percebem remunerações superiores a 1 salário mínimo, encontramos 24,8%, neste intervalo está 50, 6% das trabalhadoras domésticas com carteira assinada, diante de apenas 16, 23% das trabalhadoras sem carteira assinada (Tabela, 13).

Tabela 13 – Trabalhadoras domésticas segundo forma de contratação por faixa de rendimento mensal – Brasil e Região Centro-Oeste

	Até ½ sm	Mais de ½ sm	Mais de 1 até 2 sm	Mais de 2 até 3 sm	Mais de 3 até 5 sm	Mais de5 sm
Trabalhadoras domésticas	30,35	44,31	22,17	2,18	0,44	0,01
Com carteira	0,97	48,33	44,06	4,71	1,29	0,0
Sem carteira	40,32	42,96	14,75	1,32	0,15	0,01

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Ao considerarmos as faixas de rendimentos segundo a cor das trabalhadoras domésticas, constatamos que há um predomínio de trabalhadoras negras no intervalo daquelas que auferem menos de ½ salário mínimo: 33,3% de trabalhadoras negras diante de 26,1% de brancas (Qual será a justificativa para isso?). Na faixa daquelas que ganham de ½ a 1 salário mínimo a proporção entre brancas e negras é quase uniforme, próximo a 44%. No entanto, nos intervalos referentes às mais elevadas remunerações (mais de um salário mínimo) encontramos 21,2% de trabalhadoras negras e 29,9% de brancas (Tabela, 14).

Tabela 14 – Trabalhadoras domésticas segundo faixa de rendimento mensal por cor/raça – Brasil

	Até ½ sm	Mais de ½ até 1 sm	Mais de 1 até 2 sm	Mais de 2 até 3 sm	Mais de 3 até 5 sm	Mais de 5 sm
Trabalhadoras domésticas	30,35	44,31	22,17	2,18	0,44	0,01
Negra	33,33	44,93	19,14	1,67	0,42	0,02
Branca	26,13	43,36	26,50	2,94	0,47	0,0

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Diante do exposto, Bernardino-Costa (2007) conclui que tanto no que diz respeito à diferença de jornada de trabalho quanto ao rendimento auferido pelas trabalhadoras domésticas, a variável regional se caracteriza enquanto um importante fator explicativo. A forma de contratação da trabalhadora doméstica – carteira assinada ou não - também é fator importante a se considerar para avaliar a diferença de salário auferido pelas mesmas, em todas as regiões do país. Embora menos representativa a cor/raça das trabalhadoras domésticas também é um fator que tem relevância na remuneração desta categoria profissional.

O número de trabalhadoras domésticas filiadas a sindicatos é muito baixo, fato justificável pela particularidade deste sindicato e da dificuldade de articulação que local de trabalho favorece, o que até certo ponto justifica a pobreza política característica desta categoria sócioprofissional. Ao contrário de outras inúmeras categorias profissionais que reúne um número significativo de trabalhadores em um mesmo local de trabalho, filiados ao seu sindicato, as trabalhadoras domésticas trabalham isoladas nas residências patronais, o que dificulta a articulação política. No sindicato das empregadas doméstica, por exemplo, não há contribuição sindical, não há desconto em folha, às trabalhadoras que assumem a liderança não são remunerados, etc. Diante disto, apenas 1,64% das trabalhadoras de todo o país (101.701 pessoas) são filiadas a algum sindicato, muitas até mesmo desconhecem sua existência. A região Centro-Oeste, assim como a região norte (1,3%) e a sudeste (1%), está abaixo da média nacional, com 0,9% (Tabela, 15).

Tabelas 15 – Trabalhadoras domésticas segundo associação a sindicatos – Brasil e Região Centro-Oeste

	Associação a sindicato	Sem declaração
Brasil (nº. absoluto)	101.701	6.104.501
Brasil %	1,64	98,36
Centro-Oeste	0,93	99,07

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2007.

Ao considerarmos a cor/raça das trabalhadoras domésticas filiadas a sindicatos constatamos que a maioria das sindicalizadas é negra [?] (61,1%). Este número é levemente superior à proporção de trabalhadoras domésticas negras em todo o país (59,3%). Dentre as regiões brasileiras com maior número de trabalhadoras negras sindicalizadas diante do número de trabalhadoras domésticas negras na região está a região Centro-Oeste (6,2%), seguida das regiões nordeste (5,9%) e da região sudeste (1,4%) (Tabela, 16).

Tabela 16 – Trabalhadoras domésticas associadas a sindicato por cor/raça – Brasil e Região Centro-Oeste

	Brancas		Negras	
	Sindicalizadas	Diferença: sindicalizadas/ td na região (%)	Sindicalizadas	Diferença: sindicalizadas/ td na região (%)
Brasil	38,85	-1,53	61,15	+ 1,83
Centro-Oeste	28,14	-5,71	71,86	+6,26

Fonte: Adaptação de Bernardino-Costa (2007) segundo dados da Pnad/2005.

Analisando conjuntamente o trabalho de Martinez, Moya e Munõz, (2005) e os vários aspectos analisados por Costa no que diz respeito a realidade socioeconômica vivida por trabalhadoras domésticas brasileiras em seu trabalho (composição étnico-racial, informalidade, não regulamentação da jornada de trabalho e de outros direitos trabalhistas estendidas a outras categorias de trabalhadores, baixa escolaridade, entre outras) verificamos que estas dificuldades não são exclusivos das trabalhadoras brasileiras, sendo um problema a ser enfrentado por vários países subdesenvolvidos Latino Americanos:

> Se estima que el 25% de todo el empleo de las mujeres en las ciudades latinoamericanas corresponde al servicio doméstico, y casi sin excepciones estas trabajadoras son negras, indígenas o mestizas. De este modo, el trabajo doméstico perpetua las divisiones de género, etnia y clase, ya que siempre son las mujeres de determinadas etnias y de niveles económicos bajos las que posibilitan el acceso de otras mujeres, blancas, a los trabajos remunerados especializados fuera del hogar (*Iden*, 2005, p. 68).

3. A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

O espaço no atual "período técnico-cientifico-informacional" entendido enquanto "conjunto de sistema de objetos e de sistema de ações" (SANTOS, 2004) nos leva a um conceito de cidade relacionado ao urbano e a modos de vida diversos. Segundo Cavalcanti (2001), a cidade corresponde à dimensão material do espaço urbano, isto é, a cidade corresponde à forma, a organização, e o urbano às dinâmicas que dão vida, movimento ao espaço da cidade, que é o espaço da co-presença, da festa, da diversidade, do encontro e do confronto, da inovação.

Deste modo, na imensidão e complexidade do processo de produção do espaço urbano capitalista contemporâneo, enquanto conjugação de modos de vida, de encontro e confronto de culturas – modos de vida -, de cidadanias diversas e ausentes, de possibilidades diferentes e desiguais de apropriação (uso e consumo), de predomínio do tempo rápido sobre o tempo da vida, existe dimensões espaciais menos complexas, menos heterogêneas, definidas a partir da vida, das práticas e relações socioespaciais cotidianas dos diversos grupos e classes, a essa dimensão se da o nome de lugar.

No que diz respeito à produção do espaço urbano, Cavalcanti (2001) afirma que compreendê-lo implica apreendê-lo para além das formas que o compõem, mas em todas as esferas da vida social: cultural, simbólica, psicológica, ambiental, educacional. É pensá-lo em seu movimento dialético e contraditório (aglomeração-segregação), portanto formado por uma diversidade de lugares de diferentes grupos sociais e classes. Porém, Correa salienta que apesar de contraditório o espaço urban é articulado:

> [...] o espaço é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos [...] aos deslocamentos quotidianos entre áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos freqüentes para compras no centro da cidade [...] e as idas ao cinema, culto religioso [...]. (*Idem*, 1995, p. 7).

Assim, a produção do espaço urbano a partir da racionalidade capitalista define os diferentes lugares na cidade segundo lugares no processo de produção, constituindo, portanto "espacialidades diferenciais"[19] expressão de um modo de vida especifico, por meio das quais

[19] Segundo Lacoste (2001) a forma com que as pessoas vivenciam e se deslocam no espaço constitui um processo de "espacialidade diferencial", isto é, de acordo com as práticas espaciais das pessoas, determinadas por questões de ordem econômica, social, cultural e política, elas têm maior ou menor consciência de conjuntos

se pode compreender o processo de produção de locais públicos e privados, segregados e segregadores: periferias, favelas, bairros operários, praças, igrejas, *Shopping Centers*, estabelecimentos comerciais em geral, locais de lazer, etc. (CAVALCANTI, 2001). Portanto, a metrópole não é lugar, pois

> [...] ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria à discussão do bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança, o ir às compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar. São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Trata-se de um espaço palpável [...]. Nada de espaços infinitos. São a rua, a praça, o bairro [...] (CARLOS, 1996, p. 21-22).

Assim, no âmbito da Ciência Geográfica a categoria lugar, segundo Carlos (1996), corresponde a dimensões espaciais como o do bairro, da praça, da rua, da casa, do trabalho, espaços de lazer, a igreja, entre outros, potenciais lugares, isto é, são espaços que abrem a perspectiva para se pensar o viver o habitar, o uso e o consumo, uma vez que é o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo, dos passos de seus moradores, portanto correspondente à dimensão do espaço mais imediata, onde se dão as relações cotidianas mais íntimas e espontâneas que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar, continua a autora:

> A tríade cidadão-identidade-lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso). A nossa existência tem uma corporeidade, pois agimos através do corpo. Ele nos dá acesso ao mundo, para Perec é o nó vital, imediato, visto pela sociedade como fonte e suporte de toda a cultura. Modos de aproximação da realidade, produto modificado pela experiência do meio, da relação com o mundo, relação múltipla de sensação e de ação, mas também de desejo e, por conseqüência, de identificação com a projeção sobre o outro. Abre-se aqui a perspectiva da análise do vivido através do uso, pelo corpo (*Idem*, 1996, p. 21).

Segundo Ferreira (2002) para autores como Tuan (1983), Relph (1977), Buttimer (1976) e Harvey (1985) apesar de pertencerem a diferentes abordagens teóricas a categoria lugar também está associada a espaços próximos. Tendo a experiência humana ("diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade"), balizada pela diversidade cultural, como ponto de partida para Tuan (1983), a construção da noção de lugar se dá a partir das relações de espaço e lugar, este "é segurança" estabilidade, é a porção do

---

espaciais diversos, em função da limitação da autonomia na escolha, por exemplo, de trajetos, em uma cidade programada segundo uma racionalidade que lhe é alheia, estranha.

espaço que “conhecemos melhor e dotamos de valor” é cada pausa que o espaço permite; já “o espaço é liberdade”, movimento e ameaça, é o espaço indiferenciado, amplo e instável, portanto “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”.

Segundo Ferreira (2002), ao considerar a fenomenologia como aporte teórico que contribui para o surgimento da “Nova Geografia” oposta à Geografia Clássica mecanicista, Relph (1980) propõe que o lugar seja entendido “como um fenômeno de sua essência e de suas fontes de significado”, para tanto destaca três de suas propriedades: “(1) a localização; (2) a paisagem; (3) o envolvimento pessoal. Sendo este o mais importante, pois “irá destacar algumas características que irão influenciar na relação com o lugar com os indivíduos: (1) o tempo; (2) a comunidade; (3) os lugares privados; (4) o enraizamento”. Desde modo, “a experiência comunal não é suficiente para definir a essência do lugar, visto que todos os lugares, para Relph, são experiências individuais [“não-autoconscientes”]”, e a essência do lugar, tido como o “centro profundo da existência humana,” “se define [...] através da experiência da internidade (*insideness*) em oposição a de externidade (*outsideness*). Quanto mais profundo se está dentro de um lugar mais forte a identidade com ele”.

Com um pensamento que se aproxima do proposto por Augé (1994) quanto aos não-lugares da sociedade contemporânea, Relph desenvolveu o conceito de deslugaridade, que na sociedade atual em função da ampliação da escala da uniformização geográfica e cultural promovendo a “diminuição do número de lugares significantes e paisagens diferenciadas” tornando cada vez menos possível a criação autêntica de lugares [por meio da criação de laços de identidade e preocupações simbólicas] e a fruição de um sentido profundo de lugar” (FERREIRA, 2002, p. 61).

Assim como Relph, Buttimer buscará na fenomenologia a base para sua concepção de lugar. Porém, diferentemente de Relph, Buttimer buscará uma aproximação entre a fenomenologia e o existencialismo, propondo uma Geografia que dê “relevância às questões referentes às pessoas em vários contextos” (BUTTIMER, 1976 *apud* FERREIRA, 2002) desta forma a fenomenologia existencial irá compreender a totalidade do ser através da percepção, do pensamento, dos símbolos e da ação, na qual o corpo passa a ser considerado como um ponto de vista sobre o mundo.

Adepto da “Nova Geografia”, porém em um campo oposto ao da fenomenologia Harvey, aposta na Geografia Radical, ou Crítica, de marcada tendência Marxista em que o lugar é uma construção social e deve ser compreendido sob o pano de fundo da relação entre espaço-tempo e ambiente. Para tanto o autor propõe duas diferentes abordagens para a categoria: “a primeira enfocando primeiro o ponto de vista da relação espaço-tempo [lugar entendido enquanto posição ou localização; ou permanência em uma dada localidade] e a segunda abor-

dando o tema pelo viés do processo social [lugar entendido enquanto "configuração de permanências"]" (HARVEY *apud* FERREIRA, 2002, p. 60-61).

No âmbito da antropologia urbana segundo Magnani e Torres (1996) ao se propor estudar práticas que se desenvolvem em espaços de múltiplos usos, como é o caso do lazer no centro da cidade, o primeiro desafio é delimitar as unidades significativas (categorias) para observação e análise" a partir de práticas sociais – formas de apropriação e usos do espaço - do senso comum, uma vez:

> Ruas, praças, edificações, viadutos, esquinas e outros equipamentos estão lá, com seus usos e sentidos habituais. De repente, tornam-se outra coisa: a rua vira trajeto devoto em dia de procissão; a praça transforma-se em local de compra e venda; o viaduto é usado como local de passeio a pé; a esquina recebe despachos e ebós, e assim por diante. Na realidade são as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer e assim por diante. Uma classificação com base nestes eixos não produz tipologias rígidas (MAGNANI &TORRES, 1996, p. 38).

Semelhantes à categoria lugar no viés humanístico da ciência geográfica, se apropriando de práticas espaciais de lazer no centro da cidade, os autores chegam às categorias "pedaço" e "mancha". Segundo os autores, quando um determinado segmento do espaço (nos limites de um bairro) é delimitado por pessoas que se conhecem de alguma maneira, seja por morar próximos ou por utilizar os mesmos equipamentos urbanos, aquele se torna ponto de referência para distinguir determinado grupo de freqüentadores como pertencentes a uma rede de relações (guiadas por vínculos familiares, de vizinhança, de procedência, etc.) recebe o nome de pedaço[20] lugar fora de casa, intermediário "entre o privado (a casa) e o público, (MAGNANI & TORRES, 1984). Deste modo:

> É nesses espaços em que se tece a trama do cotidiano: a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais. É também o espaço privilegiado para a prática do lazer nos bairros populares. Dessa forma, o *pedaço* é ao mesmo tempo resultado de práticas coletivas (entre as quais as de lazer) e condição para o exercício e fruição.
> Pertencer a essa rede implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que funcionam também como proteção, inclusive quando as pessoas aventuram-se para o desfrute de lazer *fora do pedaço*, como acontece com disputas de futebol em outros bairros, excursões, idas a salões de baile ou a

[20] Segundo Magnani e Torres (1996) em regiões centrais também é possível reconhecer a existência de pedaços, quando se trata de áreas marcadamente residenciais, a lógica é mesma; já quanto se trata de outros pontos, como os "lugares destinados ao lazer, a diferença com relação à idéia tradicional de pedaço é que, aqui, os freqüentadores não necessariamente se conhecem – ao menos não pelo intermédio de vínculos construídos no dia-a-dia do bairro -, mas sim se reconhecem enquanto portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo, modo de vida semelhantes ["território que funciona como ponto de referência"]" (MAGNANI & TORRES, 1996, p. 39) .

> outros equipamentos de lazer situados em pontos afastados do bairro (MAGNANI & TORRES, 1996, p. 32-33).

Ainda segundo o autor o pedaço é móvel, uma vez que:

> [...] o determinante são as relações que se estabelecem entre seus membros, pelo manejo de símbolos e códigos comuns, o espaço enquanto ponto de referência é restrito [mesmo inserido em um lugar mais amplo como é o caso da área central da cidade], interessando mais a seu *habitues.*Com facilidade muda-se de ponto, quando então leva-se junto o pedaço (*Idem,* p. 42).

Já em um contexto socioespacial mais amplo e complexo, como o de uma cidade, utiliza-se a categoria mancha, que corresponde a pontos de referência conhecidos espalhados no espaço urbano ("pedaços da cidade") delimitados a partir da relação entre equipamentos e práticas sociais – no caso da pesquisa em questão locais de lazer[21] na cidade - de diferentes categorias (moradores, clientes, passantes, usuários, transeuntes, manifestantes, etc.) e características (socioeconômicas, culturais, étnico/raciais, etc.) de freqüentadores. Ao contrário do pedaço, a mancha aglutinada em torno de equipamentos mais estabelecidos, apresenta uma implantação mais estável tanto na paisagem como no imaginário:

> As atividades que oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso – o que garante uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários (MAGNANI & TORRES, 1996, p. 42-43).

Para articular as descontinuidades espaciais, os espaços vazios de sentido (entre pontos na cidade: manchas, pedaços, circuitos[22], etc.) no conjunto do espaço urbano, que "não é um aglomerado de pontos (*pedaços, manchas ou lugares* excludentes) desarticulados, Magnani e Torres (1996), utilizam o termo trajeto ("caminhos que não são aleatórios" -seguem uma lógica). Segundo os autores, este termo aplica-se "a fluxos no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas". Deste modo, esta categoria foi elaborada com o objetivo de romper o particularismo do pedaço: "É a noção de *trajeto* que abre o *pedaço* para fora para o espaço e âmbito do público" [grifos do autor], pois amplia a possibilidade de uso e apropriação da diversidade do espaço urbano para além do bairro, quando colocada a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas no amplo e diverso espaço da

21 Apesar de o autor estudar a categoria mancha na região central da cidade delimitada por práticas sociais de lazer, a mesma não se limita a este uso, mas também a outras redes de sociabilidades, como por exemplo a propiciada pelo comércio.

22 Para Magnani e Torres (1996, p. 45), circuito "une estabelecimentos, espaço e equipamentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de determinado serviço, porém não contíguos na paisagem urbana, sendo reconhecidos em sua totalidade apenas pelos usuários: *circuito gay, circuito* dos cines de arte, *circuito* esotérico, dos salões de dança e *shows black*, circuito do povo-de-santo, dos antiquários, brechós, clubes e outros" [grifos do autor].

cidade; no interior das manchas, em função da concentração de equipamentos, o trajeto corresponde a deslocamentos na escala do andar, "representam escolhas ou recortes no interior daquela *mancha,* entendida como uma área contígua" [grifo do autor] (MAGNANI & TORRES, 1996).

Deste modo, se o espaço urbano é fragmentado, formado por uma diversidade de lugares, pedaços, manchas, apropriados, usados e vividos por diferentes segmentos sociais e classes o mesmo enquanto "dimensão espacial apropriada e vivida através do corpo" (CARLOS, 1996) é vivido de forma diferenciada segundo o gênero, a categoria sócio-profissional, a raça, a etnia, a faixa etária, enfim a corporeidade, implicando em práticas espaciais específicas, assim, a diversidade de lugares que constituem o espaço urbano devem ser pensados nas especificidades socioeconômicas e culturais de cada grupo ou classe, que o vivenciam. Sobre o desafio de apreender a complexa constituição do lugar para além dos elementos materiais e objetivos afirma Claval (2001), que "[...] os lugares não tem somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os freqüentam".

Apesar de o espaço urbano ser simultaneamente contraditório e articulado, como mencionado por Correa (1995), existem locais e momentos de encontro e confronto entre os opostos do ponto de vista sócio-econômico e cultural. Onde? De forma mais direta e (in)tensa nos espaços públicos das metrópoles, que favorecem o confronto e o encontro da diversidade humana que compõem o espaço urbano. Espaços públicos e semi-públicos (ruas, praças, shoppings, etc., - espaços de "livre" circulação), tidos como democráticos e da isonomia. Resta questionar democracia e isonomia para quem, uma vez que só ocupar/estar um espaço com o corpo não quer dizer que este lhe é permitido, como esclarece Ratts (2003, p. 1) "há espaços aos quais estamos habituados (as) e outros que nos parecem estranhos, sobre os quais nos dizem que não é o nosso lugar ou nos quais nem sonhamos em adentrar". Em sentido semelhante, como afirma Carlos (1996) o ser humano percebe o mundo:

> É através do seu corpo, de seus sentidos que ele constrói e se apropria dos espaços e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos - dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, ["o espaço da casa e dos circuitos de compras, dos passeios"] e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos (CARLOS, p. 20-21, 1996).

No caso das trabalhadoras domésticas esse encontro/confronto também acontecerá no espaço privado/doméstico da casa dos patrões.

3.1. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: QUEM SEGREGA QUEM?

Antes de iniciarmos nossa reflexão acerca do conceito de segregação, categoria não exclusiva da ciência geográfica, cabe ressaltar que por se tratar de uma pesquisa de caráter geográfico, centrada no espaço urbano, o conceito de segregação aqui abordado é socioespacial, uma vez que "a segregação é a expressão espacial [materialização] da desigualdade social", isto é, "a exclusão social implica na segregação", deste modo, "[...] a segregação [socioespacial] é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou conjunto de bairros da metrópole" (VILLAÇA, 2001, p. 143). Porém essas regiões ou conjuntos de bairros não são exclusivos de uma classe ou outra, "o que determina em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole" (VILLAÇA, 2001). Sobre os padrões de segregação afirma o autor:

> O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão (*Idem*, 2001 p. 143).

Por outro lado, a presença de condomínios horizontais[23] ("auto-segregação", "segregação voluntária") em periferias de grandes cidades, leva ao questionamento deste modelo de segregação centro x periferia. Porém, a maioria "desse tipo de empreendimento imobiliário se localiza próxima a vias de acesso rápido como rodovias e marginais e, possuindo mobilidade total, os moradores dos condomínios podem usufruir de todo e qualquer equipamento citadino" (GOMES, 2005, p. 32). Isso tudo nos revela que um dos elementos centrais da dialética segregador-segregado corresponde ao poder (de compra) que grupos sociais economicamente privilegiados têm de escolher onde e como morar, de como e por que vias se deslocar e até mesmo de se isolar do resto da cidade, tida como violenta e insegura, em áreas periféricas, porém atrativas do ponto de vista das condições naturais –vegetação, hidrografia, topografia - e de deslocamento, enquanto o outro grupo (classe), dos derrotados na disputa pela melhor localização na cidade, são segregados ("segregação involuntária") em função da passividade financeira, isto é, por não poder escolher (pagar) onde morar, como e

[23] Se referindo ao estudo antropológico de Caldeira (2000) sobre as "cidades de muros", como a autora denomina os condomínios fechados, Villaça (2001) afirma que a maior proximidade dos ricos dos pobres e miseráveis excluídos (os ricos começam ir para a periferia), justifica a obsessão daqueles em construir muros e cercas fechando seus bairros, portanto não é apenas um momento de incerteza econômica e de medo da criminalidade que justifica esta iniciativa. "Note-se, contudo, que essa maior proximidade dos ricos aos [dos] pobres excluídos não nega a existência da segregação" pelo contrário a reforça.

por que vias se deslocar, etc., portanto, " a segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço". Villaça se referindo aos estudos da "tradição de sociologia empírica" da Escola de Chicago, sobre a dicotomia segregador-segregado esclarece:

> A primeira ["segregação voluntária"] "se produz, quando um indivíduo, por sua própria iniciativa, busca viver como outras pessoas de sua classe". A segregação involuntária ocorreria quando o "individuo ou uma família" se vêem obrigados, pelas mais variadas forças, a morar num setor, ou deixar de morar num setor ou bairro da cidade. Nesse sentido, a segregação dos excluídos na periferia das metrópoles brasileiras seria uma segregação involuntária. [...]. Os primeiros desenvolvem a segregação voluntária e os segundos, a involuntária. Na verdade não há dois tipos de segregação, mas uma só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor (*Idem*, 2001, p. 147-148).

Não podendo escolher o local (pagar pela localização) que gostaria de morar (os melhores espaços da cidade) e muito menos a casa que gostaria de construir[24], só resta aos pobres e miserais excluídos, locais distantes de áreas centrais – periferias -, pouco valorizadas, enquanto mercadoria,

> [...] lugares menos "interessantes"; que podem ser entendidos, de maneira geral, como aqueles distantes do centro, dos serviços básicos, [dos locais de trabalho] aqueles com pouca ou nenhuma opção de lazer, aqueles onde o poder público despende de grandes sacrifícios (em todos os sentidos!) para se mostrar presente, enfim, aqueles longe das condições de melhor qualidade de vida. Lugares esses que estariam – numa aproximação de nossa conceituação – segregados, porque não possuiriam ou, sua população, teria dificuldades de acesso aos bens materiais, como, por exemplo, escolas, postos de saúde, rede de esgoto, parques, [precária rede de transportes e locomoção], etc. (GOMES, 2005, p. 32-33).

Muitas famílias na ânsia pela conquista da casa própria partem para o financiamento de lotes em loteamentos populares, pagando parcelas a perder de vista; ou através de doação[25] do governo, como os assentamentos populares da região noroeste de Goiânia (tendo por marcos iniciais a Vila Finsocial e a Vila Mutirão)[26], o setor Madre

[24]Na maioria das situações as casas são resultado de auto-construções, isto é, as casas são feitas aos poucos pelo dono da casa com a colaboração de conhecidos e familiares durante os finais de semana e feriados, sem nenhum projeto, os conhecimentos de engenharia e arquitetura são práticos. È comum inicialmente à construção da metade da casa, o denominado barracão, que sem nenhum acabamento (reboco, pintura, cerâmica, etc.) já serve como moradia.

[25]Em muitos casos as doações são forçadas, pois muitos assentamentos são resultado de invasões e de intensos conflitos entre os sem-teto e o aparelho repressor do Estado, a polícia; ou pela remoção de famílias de locais inadequadas em áreas centrais – fundos de vales, margens de linhas férreas, etc.

[26]Esses assentamentos e conjuntos habitacionais - resultado da política do regime militar de implantação de loteamentos populares-, são o reflexo de uma política discriminatória do Estado que se instaurou na metrópole desde sua fundação na década de 1930. Dentre os bairros de Goiânia oriundo desta política discriminatória estão:

Germana II[27] localizado na região sudoeste de Goiânia, na divisa com Aparecida de Goiânia, e o mais recente o setor Real Conquista localizado também na região sudoeste de Goiânia,[28] e mesmo o Jardim Tiradentes, localizado nesta cidade, vizinho aos bairros que são o nosso lócus de pesquisa. A respeito da visibilidade na paisagem da desigual apropriação do espaço urbano Carlos afirma,

> As contradições sociais emergem, na paisagem, em toda a sua plenitude; os contrastes e as desigualdades de renda afloram. O acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo e material de construção espelham nitidamente as diferenciações [desigualdades] de classe. O acesso à habitação e aos meios de consumo coletivo serão diferenciados [desiguais] (*Idem*,1997, p. 77)

Em bairros segregados localizados em áreas que a topografia – terreno apresenta significativa declividade, morros - favorece a visão panorâmica do bairro (visão geral da paisagem), como o setor Vale dos Sonhos em Goiânia, separado pela rodovia BR-153 do condomínio fechado Aldeia do Vale (paisagem observada no ano de 2003 em trabalho de campo), também localizado em terreno com grande declividade, evidencia muito bem a desigualdade de classe no processo de apropriação e uso do espaço. De um lado o Condomínio Fechado Aldeia do Vale com suas casas suntuosas, espaçadas, desafiando a topografia - possível em função dos investimentos em projetos de engenharia e arquitetura- coloridas, sem muros – política deste tipo de condomínio - com ruas pavimentadas, cercadas de muito verde; do outro lado da rodovia, o Vale dos Sonhos com sua paisagem monocromática, vermelha, a maioria das casas no tijolo ou rebocadas, sem muros - em função da limitação financeira- sem pavimentação, com ruas cheias de erosões, ausência de saneamento básico, vegetação escassa em função do desmatamento para dar lugar ao bairro. Em suma "a segregação deriva de uma luta ou disputa por localizações" (GOMES, 2005).

Assim, a segregação por classe, evidencia a dimensão de luta das classes pela melhor localização na cidade. Teles (2003) em estudo que compara a natureza da segregação residencial (socioespacial) existente no Brasil e nos Estados Unidos afirma que os

---

Vila Nova, Nova Vila, Vila Nova Esperança (marco inicial do Governo de Goiás no tocante a efetivação de uma nova política habitacional por parte do poder público), Vila Finsocial, Vila Mutirão I, II e III (Vila Mutirão I, Jardim Liberdade e Jardim Planalto), Jardim Curitiba II, III e IV, todos localizados na região Noroeste de Goiânia. A partir da década de 1990, o governo passou a fazer assentamentos também em outras localidades, além da região Noroeste da capital, Jardim das Oliveiras (Senador Canedo), Jardim Tiradentes (Aparecida de Goiânia), Fazenda São Domingos (região Noroeste), Madre Germana II e recentemente o Setor Real Conquista, localizado na região sudoeste de Goiânia, resultado da transferência dos invasores de uma área particular no Setor Parque Oeste Industrial em Goiânia. Sobre o processo de constituição e espacialização dos assentamentos populares e conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação ver entre outros, Oliveira (1999), Visconde (2002) e Gomes (2005).

[27]Sobre o processo de constituição deste assentamento Cf.(GOMES , 2005).

[28] O Real Conquista é o bairro onde hoje moram os antigos moradores da ocupação Sonho Real despejados violentamente de uma área particular localizada no setor Parque Oeste Industrial em Goiânia no ano de 2005.

"estadunidenses" insistem em afirmar que o padrão de segregação residencial por raça existente nos Estados Unidos, guetos urbanos destinados à população negra, é análogo ao existente no Brasil, conclusão advinda da constatação de que nas favelas brasileiras a maioria da população é negra. Entretanto, o autor demonstra que no Brasil a segregação racial nas cidades brasileiras é mais dissimulada e complexa do que nos Estados Unidos. Segundo o autor, até a década de 1980 esta analogia foi aceita, "no entanto, ao discursar a relação entre raça e as cidades, um sociólogo brasileiro[29] revelou que não havia segregação racial [no Brasil], mas apenas segregação por classe social, e que as diferenças raciais no campo habitacional existiam apenas na medida em que eram coincidentes com as diferenças de classes. Portanto, no Brasil as duas formas de segregação – étnico/racial e por classe - se conjugam, uma vez que a maior parte da população pobre e miserável brasileira, moradoras de favelas e áreas periféricas é negra (pretos e pardos). Referindo-se as idéias do mencionado, mas não nomeado sociólogo, Teles (2003) sintetiza:

> Se os habitantes dos bairros pobres são predominantemente negros e os dos bairros de classe média predominantemente brancos é porque o negros são também predominantemente nas classes baixas, enquanto que a classe média é composta principalmente de brancos (*Idem*, p. 161-162).

Por fim, conclui o autor:

> A tese principal é que a segregação racial [socioespacial] no Brasil não é auto-evidente e requer uma mensuração sistemática. Além disso, as interpretações dos índices de segregação devem ser entendidas como um reflexo da história, não implicando pressupostos inerentes aos sistemas de segregação baseados na lei, como os dos Estados Unidos e da África do Sul, nem tampouco abraçando a ideologia da democracia racial, que ofusca o entendimento real de como operam raça e classe no Brasil (p. 163-164).

Deste modo, a exclusão social no Brasil, por classe e por raça, implica na segregação espacial (segregação socioespacial), como esclarece Maricato (1996 *apud* GOMES, 2005, p. 33-34):

> À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (Transporte precário, saneamento deficiente, [...], difícil acesso aos serviços de saúde, educação [principalmente os de melhor qualidade, pois mesmo sendo serviços públicos na maioria dos casos há diferença de qualidade entre os prestados na periferia e os prestados em áreas centrais] e creches, [...], etc.) somam-se menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer (p. 56).

No caso das trabalhadoras domésticas, a maioria negras (pretas e pardas), a segregação socioespacial é histórica (localização e limitada mobilidade socioespacial não

[29] O nome do sociólogo em questão não é citado por Teles.

muito diferente da de suas antecessoras, escravizadas domésticas que com a "abolição da escravidão" quando não continuaram morando com seus senhores iam morar nos promíscuos cortiços) vai desde o quarto de empregada (em muitos casos planejados para serem despensas) ao local de moradia, em áreas periféricas desprovidas de infra-estrutura, saneamento básico ou equipamentos urbanos de uso coletivo, distantes das áreas centrais, dos locais de compra e lazer, quando os momentos dedicados a esta atividade existe, uma vez que o dia-a-dia de uma trabalhadora doméstica é marcado por sua condição de mulher pobre que desempenha uma atividade profissional com um cotidiano de trabalho particular, uma vez que a maioria das trabalhadoras não tem carga horária semanal de trabalho definida, ficando sujeitas aos imprevistos da vida dos patrões – viagens, visitas, festas, etc. -, moram longe dos locais de trabalho, levando muito tempo no deslocamento casa-trabalho.

3.2. A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NOS LIMITES DE UMA CAPITAL PLANEJADA

Não pretendemos, neste item, relatar minuciosamente o processo de idealização e desenvolvimento da moderna capital do sertão goiano, como outros estudos situados em Goiânia e Região Metropolitana já o fizeram (OLIVEIRA, 1999; CHAVEIRO, 2001; VISCONDE, 2002; ARRAIS, 2004; SANTOS, 2008). Objetivamos apenas situar como se deu o processo de institucionalização e a espacialização da segregação em uma cidade moderna e planejada como Goiânia, uma vez que buscamos a segregação vivida, isto é, a segregação do ponto de vista da vivencia de mulheres pobres, trabalhadoras domésticas e moradoras da periferia de Aparecida de Goiânia, portanto vítimas da segregação socioespacial.

Fundada em 1933 para ser a nova capital de Goiás, Goiânia surge ligada a um projeto nacional de interiorização da ocupação do território brasileiro e integração econômica. Planejada sob influência do que havia de mais moderno em arquitetura e urbanismo na Europa, em seu primeiro plano diretor havia a preocupação em estabelecer normas e regras para a ocupação do espaço urbano (OLIVEIRA, 1999). No entanto, planejada segundo uma lógica estranha a dinâmica local, esse espaço não se submeteu plenamente a essa lógica. Planejada para 50 mil habitantes, já na década de 1940 Goiânia alcançou essa população, contrariando a racionalidade dominante imposta de cidade moderna e funcional: "tornando-se um espaço complexo, segregador, com problemas estruturais de serviços básicos e de habitação, enfim, um espaço que expressa à produção social com seus problemas e

conquistas" (CAVALCANTI, 2001, p. 26). De acordo com Oliveira o acelerado processo de aumento populacional deve-se a duas causas principais, a saber

> [...] a primeira está relacionada com a evolução da frente de expansão econômica por sobre a região do cerrado, e, conseqüente política de interiorização da economia através de fluxos populacionais que migraram para o interior de Goiás, iniciado com a campanha publicitária da "Marcha para o Oeste" que, nas décadas de 40 e 50, através do discurso oficial, suscitou o interesse maior de ocupar a região, e cujo fluxo populacional que se ampliou a partir do inicio da construção de Brasília provocando o povoamento do Estado de Goiás; a segunda, foi resultante da política econômica que se instalou sobre o campo a partir da década de 70, promovendo a modernização da agricultura e pecuária, e que veio forçar uma peregrinação em massa de trabalhadores camponeses para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida (*Idem,* 1999, p. 56).

Desta forma, as populações que chegavam a Goiânia e tinham melhores condições financeiras, adquiriam os seus imóveis em locais preestabelecidos pelo poder público, portanto dentro da área planejada, contribuindo para o crescimento programado da cidade. Por outro lado, as populações que não tinham condições de adquirirem seus imóveis nestas áreas programadas (inclusive os milhares de migrantes que com sua força de trabalho ajudou edificar Goiânia[30]), na maioria das vezes conseguiam adquirir um imóvel em loteamentos clandestinos que começaram a surgir na periferia da cidade em função da demanda, ou então ocupavam algum lugar na periferia e até mesmo na área central sob a forma de ocupação irregular, enquanto "se verificava a formação de grandes vazios urbano, entre a área central e os setores periféricos, chegando ao ponto de os lotes vagos existentes serem superiores ao número de lotes ocupados" – especulação imobiliária enquanto forma de reprodução de capital (OLIVEIRA, 1999, p. 59). Portanto,

> Tal expansão desordenada se deu em função do surgimento de ocupações ilegais do solo, conhecidas como "invasões", proporcionadas por famílias carentes, e, sobretudo em conseqüência do aparecimento da política de proliferação dos loteamentos clandestinos, oriundos do parcelamento, de forma irregular e sem a prévia autorização dos órgãos competentes (ou com a omissão destes), dos solos das áreas periféricas distantes do centro da cidade, para atender às classes pobres.

Segundo Silva (2000) citado por Visconde, (2002) o Rio Meia Ponte foi um elemento natural importante no processo de segregação dos bairros em Goiânia:

> A mais antiga forma de segregação espacial [em Goiânia] é a que se baseava nos limites produzidos pelo Meia Ponte: margem esquerda, planejada, e a margem direita, invadida e miserável. O plano de Corrêa Lima [urbanista que elaborou o plano de Goiânia] afastava de seu centro, protegido por um

[30]Segundo Moysés (2005) e Bernardes (2005) a população do estado de Goiás encontrava-se dispersa em um vasto território, com uma grande maioria habitando o campo, vinculados às atividades agropecuárias, e uma minoria nas cidades, o que comprometia o projeto de edificação de Goiânia. A saída encontrada para formar a classe trabalhadora urbana foi buscar mão-de-obra fora do Estado de Goiás.

> cinturão verde, para as cidades-satélites os desdobramentos da cidade [...]. (SILVA, 2000, p. 130 *apud* VISCONDE, 2002, p. 36).

A partir da década de 1970, com a intensificação da mecanização em grande escala nas atividades de agricultura e pecuária, há um novo aumento no fluxo populacional que se dirige para Goiânia e conseqüentemente há o surgimento de novos parcelamentos de solo na periferia da cidade. Na tentativa de conter esse crescimento desordenado e ilegal da cidade, a prefeitura elaborou o PDIG – Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, aprovado em 1971, que tentou organizar o crescimento da cidade a partir de políticas de aprovação de loteamentos mais rigorosas, dificultando novos parcelamentos (OLIVEIRA, 1999). Em contrapartida o PDIG,

> [...], incentivou esta atividade nos municípios circunvizinhos à capital, onde passou a surgir inúmeros loteamentos e muitos dos quais sem qualquer infra-estrutura necessária, principalmente nas áreas limítrofes com Goiânia nos municípios de *Aparecida de Goiânia*, Senador Canedo e Trindade, áreas estas que hoje encontram-se bastante urbanizadas, principalmente no município de Aparecida de Goiânia, formando um única grande área urbanizada. A partir de então novos loteamentos são abertos nessas áreas, de forma que a área urbana de Goiânia se expande consideravelmente, perdendo-se em sua própria divisão territorial, uma vez que se entrelaça com as áreas urbanizadas nos municípios vizinhos num processo de conurbação, constituindo-se num só espaço urbano, que hoje é considerado como a grande Goiânia (*Idem*, p. 62).

No contexto da aprovação de Lei Federal nº 6.766, que regulou o parcelamento do solo urbano em âmbito nacional, em discussões sobre o processo de expansão urbana de Goiânia, destaca-se na década de 1980, a política regional de criação do Aglomerado Urbano de Goiânia, AGLUG. Em 1981, o Decreto Estadual nº 1.909 regulou o parcelamento na esfera estadual e a constituição legal da Área Metropolitana de Goiânia se deu pela Lei complementar nº. 27, de 30 de dezembro de 1999[31].

Assim, em 1980, para dar conta da realidade complexa do espaço urbano de Goiânia, resultado do intenso processo de urbanização e de novas redes de integração socioeconômica, a região do Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG – Lei Estadual nº 8.956, de 27 de novembro de 1980), utilizando o critério de contigüidade territorial[32]. Finalmente "em 1999, através de processo político-administrativo, Goiânia passou a se definir

[31]A Área Metropolitana era constituída pelos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.

[32]Faziam parte desta região os seguintes municípios: Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Guapo, Leopoldo de Bulhões, Neropólis e Trindade.

como Região Metropolitana[33] (Figura 7), composta por Goiânia e 11 municípios no seu entorno" (VISCONDE, 2002).

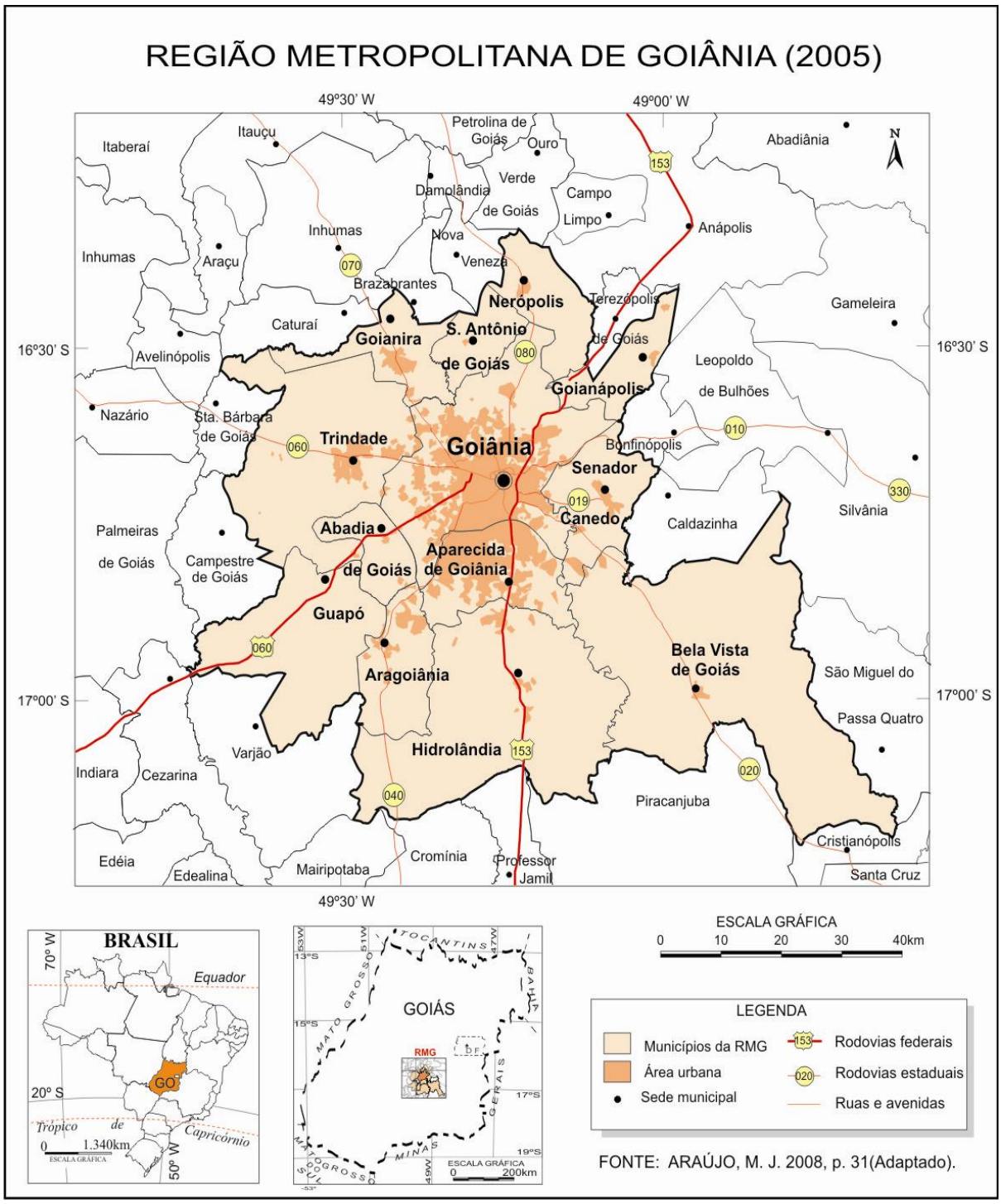

Figura 7. Mapa da Região Metropolitana de Goiânia

[33]A constituição legal da área metropolitana de Goiânia deu-se pela Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999. Essa área é compreendida pelos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.

3.3. A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO ALÉM DOS LIMITES DA CAPITAL PLANEJADA: O CASO DE APARECIDA DE GOIÂNIA.

Como mencionado, além da alternativa de direcionamento dos migrantes pobres que chegavam à capital para os assentamentos populares nos limites da capital, especialmente a região noroeste, entretanto a partir da década de 1990, o governo somado ao setor imobiliário já incentivava a ocupação de áreas limítrofes em municípios vizinhos, passou a fazer assentamentos nas cidades da grande Goiânia, "como no caso do Jardim das Oliveiras, em Senador Canedo, [...] e em Aparecida de Goiânia onde é o atual Setor Jardim Tiradentes, (OLIVEIRA, 1999).

A cidade de Aparecida de Goiânia foi inicialmente uma doação de terras feita por um grupo de fazendeiros da região à Igreja Católica, assim o povoado foi denominado Aparecida em homenagem à padroeira do lugar, Nossa Senhora Aparecida, e pertencia ao Município de Pouso Alto (atual Piracanjuba), logo depois em 1958 passou a integrar-se ao Município de Grimpas (atual Hidrolândia), denominada Vila Aparecida de Goiânia, tornando-se distrito. Em seguida, no ano de 1963, o distrito é elevado à categoria de município, de Aparecida de Goiás emancipou-se de Hidrolândia, passando a se chamar Aparecida de Goiânia (PEREIRA *et al*., 2004).

Os elementos determinantes do crescimento de Aparecida de Goiânia foram à promulgação da lei nº 4.526, de 31/12/71, que acentuou o processo de especulação imobiliária no município e o crescimento populacional de Aparecida de Goiânia o que gera uma grande demanda por habitação.

Segundo IBGE, *apud* Arimatéia, "Aparecida passou a ser alvo de inúmeros assentamentos promovidos principalmente pelo governo do estado, o que a impulsionou na classificação de um dos maiores índices de crescimento populacional do Brasil" (2003, p. 9). Ocupando toda região sul de Goiânia, em menos de duas décadas, Aparecida de Goiânia tornou-se o município de maior crescimento em Goiás, atualmente detentora da segunda população do estado (MELO, 2002).

Hoje, a cidade que nasceu "sob o signo da contradição e da oportunidade" juntamente com outros 10 municípios (Goiânia, Trindade, Aragoiânia, Goianira, Senador Canedo, Abadia de Goiás, Neropólis, Goianapólis, Santo Antônio de Goiás e Hidrolândia) faz parte da Região Metropolitana de Goiânia criada em dezembro de 1999 (ARRAIS, 2004).

Desta forma a relação de proximidade de Aparecida de Goiânia com Goiânia se deu por alguns motivos, porém um dos principais foi a pressão pela moradia. Conforme foi ficando mais caro morar em Goiânia, a alternativa encontrada por milhares de pessoas foi

migrar para municípios mais próximos, onde o valor do solo urbano fosse menor. Isso ocorreu de forma significativa em Aparecida de Goiânia, que passou de uma população de 7.470 habitantes, em 1970, para 42.632, em 1980, para 336.392, em 2000 (ARRAIS, 2004).

Dispersos na cidade de Aparecida, os bairros foram substituindo a cobertura vegetal original, praticamente destruída. Muitos dos bairros irregulares e em sua maioria sem infra-estrutura urbana, fator que barateava o custo dos lotes, atraindo milhares de pessoas que sem condições de adquirir um lote em Goiânia. Sobre este assunto afirma Melo (2002)[34] que Aparecida em função de sua proximidade com a capital nasce com a "destinação residencial" de "plantar raízes metropolizantes" e não de plantar sementes como ocorre com tantos outros municípios goianos:

> Aparecida por estar localizada na região sul de Goiânia, constitui-se em um natural prolongamento da cidade-mãe, tendo uma destinação de plantar raízes metropolizantes, dentro do contexto dessa realidade. Por isso, procurando dimensionar e direcionar essa lógica tendência, fui rapidamente admitindo a aprovação de tantos quantos loteamentos fossem necessários para ocupar o conveniente espaço físico, desde que respeitados os ditames da lei no tocante a regularidade de suas ruas e avenidas, praças, logradouros públicos, reservas legais, suas amarrações, ouvindo inclusive pareceres dos órgãos competentes [...] [?].
>
> Se Aparecida proporcionou a goianos e brasileiros vindos de todos os rincões da pátria a oportunidade de construir a tão necessária moradia [aqui e acolá], acho que os goianienses, em especial, foram os mais beneficiados com a explosão imobiliária verificada a partir da década de 70, quando era impossível a classe menos favorecida da Capital, com menor poder aquisitivo, comprar um lote e construí-lo, com a baixa renda e minguados salários ganhos pela contrapartida dos seus serviços, pois, via de regra, nada sobrava do próprio sustento familiar de cada um.
>
> Posso afirmar que em relação a população goianiense, [goianos e brasileiros de vários estados] praticamos um beneficio relevante e de caráter social sem precedentes, porque motivamos a oportunidade para que mais de 200 mil goianienses, impossibilitados de morar em Goiânia, pudessem se transferir para Aparecida e levantar o seu teto, o que jamais seria possível na Capital (MELO, 2002, p. 81-81).

Na realidade a cidade de Aparecida de Goiânia serviu como uma válvula de escape para os problemas de excesso de migrantes pobres que chegavam a capital comprometendo cada vez mais seu planejamento. Assim a alternativa encontrada foi incentivar a ocupação desordenada em municípios vizinhos como Aparecida de Goiânia. Ao contrário do que tendenciosamente afirma Melo (2002), já que era o prefeito na época, o espaço físico da cidade de Aparecida não foi convenientemente ocupado, uma vez que foi desordenado, descontinuo e ilegal (invasões). Muitos bairros surgiam sem qualquer infra-estrutura ou mesmo conhecimento da prefeitura. Mesmo em loteamentos aprovados pela

[34]Freud de Melo é ex-prefeito de Aparecida cujo período administrativo compreendeu os anos 1977 a 1981 (4º prefeito eleito) é irmão do primeiro prefeito eleito de Aparecida de Goiânia, Tanner de Melo, cujo período administrativo compreendeu os anos de 1966 a 1970.

prefeitura durante vários anos a população carente, morando de forma precária, teve que sobreviver com a mínima infra-estrutura que a cidade oferecia. Ainda hoje a cidade paga o preço da "oportunidade" que "proporcionou a goianos e brasileiros [carentes] vindos de todos os rincões da pátria" ao dar-lhes a oportunidade de construir a tão necessária moradia. Os problemas sociais relativos a falta de infra-estrutura e violência são enormes, problemas que Goiânia não está isenta.

Desde então vários bairros surgiram no município, segundo dados da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia (2004) mais de 230, vários atendidos com precária e mesmo ausente infra-estrutura e equipamentos urbanos de uso coletivo (ARRAIS, 2004).

Com o passar dos anos, Aparecida de Goiânia com o aumento do processo de expansão horizontal, assim como Goiânia também foi construindo suas centralidades/áreas centrais/subcentros (passando de monuclear para polinucleada, isto é, os equipamentos urbanos antes apenas encontrados no centro original da cidade com a expansão da espacialidade urbana passam a ser encontrados em outras áreas da cidade para atender a demanda local), que assim como o centro não está necessariamente no centro geográfico ou ocupa o sitio histórico onde a cidade se originou, "ele é antes de tudo o ponto de convergência/divergência, [...] lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades [...]" (SPOSITO, 1991 *apud* SILVA, 2001). Assim tanto do ponto de vista da estrutura urbana (o centro como algo fixo) quanto da estruturação urbana (o centro como uma rede complexa de fluxos) a centralidade urbana é um elemento que realiza a ligação entre as demais partes da cidade. A partir das contribuições de Sposito (1991) continua Silva (2001):

> As novas centralidades que se formam podem se constituir em subcentros, que seriam áreas distantes do centro tradicional, e que apresentam uma gama de serviços e equipamentos que, em menor escala, conseguem atender às necessidades locais de uma certa população[as centralidades podem aparecer em diferentes escalas, sendo de atuação intra e inter-urbana, e se diferenciando quanto à camada social a que atende]. Surgem, também, áreas de expansão do centro tradicional da cidade, sendo, geralmente especializados em determinadas funções, também em desdobramentos do centro tradicional e ainda shopping centers, que geralmente atendem a um escala regional (interurbana) e a uma população com rendimentos mais elevados, sendo constituídos pelos equipamentos que formavam o centro tradicional mononuclear (SILVA, 2001, p. 112).

Segundo Sposito (1991 *apud* SILVA, 2001) são vários os fatores que contribuem para a ocorrência de novas centralidades, dentre as principais segundo o autor estão: imobiliários na construção de novos equipamentos comerciais e de serviços; acelerada expansão territorial urbana, gerando tecidos descontínuos e fragmentados; ampliação da diferenciação socioespacial e na melhoria das formas de transporte, com destaque para o aumento do uso do transporte individual.

Antes de falarmos do que chamamos de centralidade na cidade de Aparecida de Goiânia, cabe ressaltar que não é nosso objetivo analisar ou compreender o processo [35]de produção dessas áreas nem a sua importância na estrutura e estruturação da cidade de Aparecida de Goiânia, apenas destacaremos as centralidades e/ou subcentros que aparecerem nas trajetórias socioespaciais das trabalhadoras domésticas entrevistadas, são eles: o Setor dos Afonsos (na verdade o Buriti Shopping), o Setor Garavelo e o Setor Central (Centro Histórico). Uma centralidade que se destaca e o da Avenida Rio Verde, na região do Setor dos Afonsos, em especifico a região comercial e de serviços que se desdobra no entorno do Buriti Shopping (um dos poucos atrativos de lazer da cidade) instalado em 1996 com dimensões ainda reduzidas e classificado como *shopping popular* (após sucessivas ampliações de 40 lojas no ano de 1996 o número de lojas em 2004 aumentou para 250) "o Buriti Shopping (Figura 8) rapidamente começa a ser agente impulsionador de transformações naquela área alcançando o *status* de shopping regional (a região mais verticalizada da cidade é a do entorno do Buriti Shopping) (SANTOS, 2008)". Porém, o Buriti Shopping não foi o único empreendimento que provocou a valorização imobiliária e a diversificação do comércio e serviços na área. A presença de dois condomínios horizontais fechados (Jardins Mônaco e Viena) e um condomínio fechado só para empresas (Cidade Empresarial).

Outra centralidade mencionada pelas trabalhadoras é o Setor Garavelo, localizado na fronteira político-administrativa de Goiânia, as margens da GO-040. Na verdade a centralidade que caracteriza o setor se concentra ao longo da Avenida Igualdade (Figura 9) onde há a presença de um grande supermercado, o Tatico, além da oferta de serviços médico-hospitalares, através do CAIS Garavelo, clinicas particulares especializadas em exames laboratoriais e odontologia, serviços relacionados à educação (escolas e cursos pré-vestibulares), enfim, um amplo e diversificado centro de comércio e prestação de serviços. Na verdade o setor Garavelo, com exceção da região do Setor dos Afonsos, é uma centralidade que merece destaque na cidade de Aparecida, pois apresenta uma estrutura comercial diferenciada de muitas outras centralidades da cidade. São várias as redes de lojas nacionais e locais que há alguns anos só existiam em áreas centrais de Goiânia, além de diferentes agências bancárias: Casas Bahia, Lojas Novo Mundo, Lojas Mig, Lojas Ponto Frio Lojas Ricardo Eletro, Fujioka, O Boticário, Bazar do Estudante, Tesoura de Ouro, Flavio's Calçados e Esportes, Óticas Diniz, Óticas Paris, Rede Eletrosom, Supermercado Tático; Sherife; Laboratório Padrão, Tecelagens Avenida, além de quatro agências bancárias: Banco do Brasil, Banco Itaú, Bradesco e Caixa Econômica Federal e de duas lotéricas. Portanto, os moradores do Setor Garavelo e região não necessitam do centro de Goiânia, nem muito menos do Centro

[35] Sobre esta discussão Cf. (SANTOS, 2008).

Histórico da cidade para resolver questões de sua vida cotidiana, segundo Santos (2008) muitos moradores do local nunca foram ao centro histórico da cidade de Aparecida de Goiânia.

O setor Central (Centro Histórico) é uma das regiões menos povoadas do município, onde está localizada a praça da matriz de Nossa Senhora Aparecida e o cemitério. Uma das regiões menos povoadas do município, ainda guarda aspectos interioranos (Figura 10). Sua importância se dá em função da presença dos órgãos públicos ligados ao Executivo, Legislativo e Judiciário local, e um tímido, porém diversificado, centro comercial (ARRAIS, 2004). Contribui Santos (2008):

> O ar interiorano da paisagem, resquício ainda de sua origem do inicio do século XX, a praça da Matriz com a Igreja Nossa Senhora Aparecida, aspectos de arquitetura colonial, com as janelas das casas se encontrando direto com as ruas, as várias lojas de produtos agropecuários, demonstrando que este subcentro polariza toada a área rural das imediações, entram em contato com objetos mais sofisticados, a moderna clinica de olhos instalada recentemente, a instalação de uma loja "Casas Bahia" adaptando uma casa, mas mantendo parte da arquitetura original, a criação de galeria de lojas,etc. são alguns exemplos.
>
> O serviço médico-hospitalar conta com dois estabelecimentos públicos: um posto de saúde e o Hospital São Silvestre [?], além da referida Clínica de olhos, que é privada, vem como vários laboratórios, óticas etc. Os serviços bancários são prestados por três agências bancárias: um Banco do Brasil, outra do Itaú e mais uma do Bradesco além de uma agência lotérica. Vários bares, restaurantes, lojas, etc. compõem o comércio do local (SANTOS, 2008, p. 87).

Além das centralidades mencionadas, Aparecida possui cinco pólos e distritos industriais, sendo três já implantados pela prefeitura, um em implantação e um de iniciativa privada (Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia – DAIAG -, Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia – DIMAG – Pólo Empresarial de Goiás, Cidade Empresarial, Área de influência da BR-153, Parque Industrial Aparecida).

Deste modo, verifica-se que o município de Aparecida é dinâmico do ponto de vista econômico, o que muitas vezes é camuflado por seu perfil de cidade dormitório, limitando então sua complexa configuração socioespacial. Dentre os problemas enfrentados pelo município estão os bairros irregulares, localizados muito distantes das áreas de infra-estrutura urbana e os inúmeros espaços vazios que tornam sua ocupação extremamente desordenada, dificultando inclusive a universalização da oferta de infra-estrutura e equipamentos urbanos de uso coletivo para todo o município. Segundo dados da prefeitura de Aparecida de Goiânia, no ano de 2003, mais de 55% dos lotes do município encontravam-se vagos (ARRAIS, 2004).

Santos (2008) defende a tese de que o processo de metropolização - processo que cria um espaço que transcende os limites de uma cidade, alterando qualitativamente sua forma, suas funções, sua estrutura como um todo - de Goiânia estrutura e organiza o espaço aparecidense, isto é, o processo de estruturação da cidade de Aparecida de Goiânia forma um todo com a dinâmica metropolitana de Goiânia. Apesar das particularidades deste processo com a cidade de Aparecida, isto acontece porque Goiânia exerce uma polarização em relação aos municípios vizinhos, seja no oferecimento de serviços, oportunidades de emprego, lazer, etc. Como mencionado, enquanto cidade planejada a segregação está na origem de Goiânia, não é algo que surgiu após seu exagerado crescimento ocorrido principalmente após as décadas de 1950 e 1960. Deste modo, ao segregar parcela da população "goianiense" a cidade se fragmenta e dita a lógica de fragmentação de municípios vizinhos, na medida em que esta população rejeitada é transferida para estes municípios, daí a lógica de que "a fragmentação antecede e incorpora a segregação" (SANTOS, 2008, p. 15).

Assim, para discutir a estruturação do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia, Santos (2008) o faz a partir do conceito de fragmentação, pois sua complexa geografia, hoje escapa aos modelos de segregação propostos (CALDEIRA, 2000[36]). Segundo o autor a teoria que mais se aproxima da realidade de Aparecida de Goiânia é o estudo de Villaça (2001) no qual a partir do conceito de espaço "intra-urbano"[37] propõe que os estudos intra-urbanos avancem no sentido de compreender o conjunto da cidade, isto é, a estrutura intra-urbana como um todo. Para Villaça (2001, p. 142) a segregação "é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em *diferentes regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole" [grifos no original]. Neste sentido, sobre o município de Aparecida de Goiânia, afirma Santos (2008):

> Deste modo, consideramos *sim Aparecida de Goiânia como uma região geral da cidade* na qual haja o predomínio no assentamento das classes exploradas, entretanto é necessário que tomemos um cuidado redobrado com esta questão. Não podemos aceitar em hipótese alguma que ela seja considerada homogeneamente, pois a complexidade de seu espaço produzido nos conduz a esses cuidados. Em primeiro lugar, Aparecida não é meramente uma periferia expandida[38], como já ressaltamos, pois o surgimento de vários subcentros, complexificação dos serviços (universidades – privadas e estatais, hospitais, serviços bancários etc.) bem o demonstram, consolidação de uma base de transformação industrial em duas zonas industriais (DAIAG

[36] Caldeira (2000) propõe três modelos pelos quais se manifesta a segregação: segregação por diferenciação de residência; segregação de acordo com o modelo centro-periferia; e segregação por superposição das classes sociais na periferia, através dos "enclaves fortificados".

[37] "[...] estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho – seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. (VILLAÇA, 2001, p. 20).

[38] Para Santos (2008) periferia expandida de Goiânia corresponde a uma "realidade sócio-espacial derivada de processos de conurbação, no qual a cidade incorporada depende quase que exclusivamente dos serviços e empregos oferecidos pela cidade-pólo".

> – Distrito Agro Industrial de Goiás e DIMAG – Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia) etc. nos confirmam esta característica.
> Isso se deve evidentemente ao fato de a cidade de Aparecida de Goiânia situar-se em outra unidade administrativa da cidade de Goiânia Embora a lógica metropolitana imposta por Goiânia seja uma força motriz poderosa na produção do espaço metropolitano como um todo, não podemos desconsiderar a ação do corpo burocrático administrativo de Aparecida. [...]. Aparecida de Goiânia, bem como os outros municípios da RMG, com seu corpo burocrático estatal buscam a todo momento sobressair no conjunto do aglomerado metropolitano. A industrialização de Aparecida de Goiânia, a construção da UEG – Unidade Aparecida, a construção do Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia, etc. não são tão fortuitos assim. (SANTOS, 2008, p. 41) [grifos do autor].

Todas as trabalhadoras domésticas entrevistadas moram em bairros de classes exploradas, são bairros vizinhos ao Setor Jardim Tiradentes em Aparecida de Goiânia, cuja origem é um assentamento de famílias pobres que foram expulsas de Goiânia. Os bairros são o Setor Residencial Campos Elíseos, Bairro Itapuã, Jardim Veneza II e o Setor Colonial Sul, cujo modo de vida é bem parecido. O Setor Jardim Tiradentes (e seus os moradores) durante muitos anos foi estigmatizado, em função da pobreza e dos altos índices de violência ali registrados, hoje com 15 anos (segundo o ano de aprovação, 1993) dentre os bairros próximos, inclusive os citados acima, é o que apresenta melhor infra-estrutura (asfalto, várias linhas de ônibus, escolas e comércio).

CENTRALIDADES FREQUENTADAS PELAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA CIDADE DE APARECIDA DE GOIÂNIA

CENTRALIDADES APARECIDA DE GOIÂNIA

Figura 8. Avenida Rio Verde ao fundo Buriti Shopping.
Fonte: LOPES, 2008

Figura 9. Avenida Igualdade no Setor Garavelo.
Fonte: LOPES, 2008

Figura 10. Vista Panorâmica do Setor Central de Aparecida de Goiânia (Centro Histórico).
Fonte: www.seplan.go.gov.br

4. A ESPACIALIDADE DIFERENCIAL DA TRABALHADORA DOMÉSTICA NO SEU IR E VIR ENTRE APARECIDA DE GOIÂNIA E GOIÂNIA: A VIDA ENTRE DOIS MUNDOS ANTAGÔNICOS

Segundo Bernardino (2003) a transição da ordem escravocrata para a ordem livre é marcada pela separação espacial entre os extremos da ordem social brasileira (brancos e negros). Porém, atores ("atoras") sociais como as empregadas domésticas "se configuram como mediadoras entre dois mundos" em particular trabalhadoras domésticas "que transitam diariamente entre o 'sobrado' do patrão e o seu 'mucambo'" (a correlação espaço-temporal do local de moradia da mulher brasileira que presta serviços domésticos a famílias abastadas é a seguinte: senzala, quilombo, cortiços, favelas subúrbios/periferias; sendo para os patrões: casa grande, o sobrado, apartamentos e casas em bairros nobres, condomínios horizontais fechados), isso quando não residem na casa dos patrões, em quartos extremamente desconfortáveis e segregados do resto da casa, sobre o falso argumento de dar maior privacidade para a trabalhadora, como afirma duas trabalhadoras entrevistadas[39].

> **Entrevistadora:** E como era o quarto da senhora?
> **Entrevistada**: Era separado? Não [...] lá no fundo do quintal não, mas era o quarto de empregada mesmo, tanto eu como qualquer outra que entrasse era da empregada, mas tinha todo conforto sabe? Às vezes era até melhor que aqui em casa assim... tudo decoradinho, com televisão, com som, com tudo.
> **Entrevistadora:** A senhora gostava?
> **Entrevistada:** Gostava, sentia assim bem de estar lá. Depois que eu terminava tudo entrava pro meu quarto ...
> **Entrevistadora:** E aí não chamavam a senhora para fazer mais nada?
> **Entrevistada:** Não, ficava tranqüila. Só no outro dia (Zilda).
>
> #
>
> **Entrevistada:** Lá era tipo minha casa, lá eu tinha o meu quarto tinha tudo.
> **Entrevistadora:** Era um quarto comum como os outros da casa?
> **Entrevistada:** Não, era bem arrumado o meu quarto, tinha duas camas de solteiro, tinha dois guarda-roupa, porque sempre a gente trabalhava em duas.
> **Entrevistadora:** Era um quarto separado dos demais da casa?
> **Entrevistada:** Não era na casa, só que a gente tinha que sair na área pra fora e entrar no meu quarto, porque eles fizeram assim pra deixar a gente ficar mais a vontade se a gente quisesse sair, só que lá a gente nem saia à noite, escurecia a gente tinha que tomar cuidado porque a partir das dez horas da noite, até hoje, eles soltam os cachorros e eles são muito bravos, quando a gente chega lá, os meninos chegaram a ver, os cachorro vem na tela.

[39]O nome de todas as trabalhadoras entrevistadas, assim como os nomes citados em suas falas são fictícios. No caso do nome das trabalhadoras optamos pelo nome de três personagens de trabalhadoras domésticas representados em novelas (Zilda, Dalva e Sabrina), uma em programa humorístico (Marinete) e por último, Laudelina, é o nome da fundadora do primeiro Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil, na cidade de São Paulo.

> **Entrevistadora:** Então depois que você se retirava para o seu quarto sua patroa não te chamava mais pra fazer algum serviço?
> **Entrevistada:** Não, não, depois que eu terminava também nem me amolava mais, nunca me incomodou e quando dava 10 horas a gente já tinha que ficar dentro do quarto, o vigia soltava os cachorros ai ninguém sai, porque os cachorros lá são ensinados eles são bons com os guardas e os vigias, tirou daí, estraçalha mesmo, pisou lá está no papo (Laudelina).

Em levantamento bibliográfico sobre a arquitetura residencial no que diz respeito ao espaço destinado a criadagem (negros e negras), Ratts (2003) chega a obra de Lemos (1976) que relata a residência paulista e paulistana durante a segunda metade do século XIX. Segundo Ratts a partir de plantas de casas e sobrados urbanos o autor relata o lugar de confinamento no espaço doméstico das "fazendeiras ricas" no mundo rural:

> A criadagem dormia aqui e ali, nos porões semi-habitáveis, pois dessa época em diante os soalhos exigiam barrotes e dormentes bem elevados do chão e daí os degraus dos corredores de entrada. Nos casos de porões muito baixos, as negrinhas do serviço doméstico dormiam nas despensas e até nas próprias cozinhas, conforme depoimentos vários de pessoas idosas crescidas nessas casas de classe média do interior, casas ainda nos alinhamentos e algumas já com passagem lateral para animais ou carros de lenha ((LEMOS, 1976, p. 122 *apud* RATTS, 2003, p. 9).

Sobre o deslocamento espacial e social da situação das empregadas domésticas, agregando a entrada em cena de uma nova personagem – a empregada doméstica imigrante – continua o autor:

> Nas casas [de] classe média as empregadas foram para os porões ditos habitáveis, como já observamos. Praticamente todas as casas novas tinham porões. Foram raros os quartos de empregada nos quintais, [edícula, casa pequena construída nos fundos da casa principal no período pós-Abolição, destinadas às empregadas como forma de higienização das habitações] só mesmo nas velhas moradas. Nas moradias abastadas, os arquitetos, principalmente os estrangeiros, projetavam quartos de criada dentro de casa com comunicação interna, como se elas fossem, na verdade agregadas à família, e não simples serviçais com convívio muito limitado, e para alguns desagradável. É que as famílias ricas tinha já empregadas de fora, sempre brancas (LEMOS, 1976, p. 140 *apud* RATTS, 2003. p. 10)

Sobre a natureza e o simbolismo do quarto de empregada afirma Santana (2003) mencionando Teles (1998) e DaMatta (1990),

> [...] pode-se associar a senzala ao quarto /dependência de empregada, visto que eram os espaços destinados àquela mulher (Teles, 1998). Sobre a dependência da empregada e a área de serviço, DaMatta (1990) afirma que é um dos locais da casa que se relaciona com o espaço da rua, com o trabalho, com a pobreza e com a marginalidade. Dessa forma, fica ressaltada a diferença entre as trabalhadoras domésticas e patrões (SANTANA, 2003, p. 74).

Ainda sobre o quarto de empregada, Santos (2002) comentando a obra do antropólogo norte-americano James Holston (1993), sobre o modernismo de Brasília, afirma

que a partir os anos 20 (1920) a arquitetura nacional reproduz e assume em seus projetos residenciais o espaço da casa grande e senzala, em que empregados e patrões estão dialeticamente próximos e distantes:

> [...]. A partir dos anos 20, o mercado imobiliário cria apartamento que reproduz o espaço da Casa-Grande e Senzala. [...] apartam-se os empregados do espaço familiar [...]. Todos conhecemos o tradicional quarto de empregada, com sua porta para o tanque na área de serviço. Todos sabemos ainda do chamado elevador de serviço, que nem a África do Sul (em pleno regime de apartheid) teve "peito" de desenvolver (*Idem,* 2002, p. 32).

Próximos realmente só do ponto de vista espacial, pois do ponto de vista das relações humanas o desprezo à dignidade humana a quem presta serviço doméstico continua. Muitos quartos destinados às trabalhadoras domésticas são resultado de um "macete" feito entre arquitetos e os donos dos futuros imóveis, que transformam. "quarto de despejo" em quarto de empregada. Koffes (2001) a partir de um fragmento do Novo Código de Obras do Estado da Guanabara extraído de um jornal revela que muitos quartos destinados às trabalhadoras domésticas são na verdade despensas/depósitos, espaços não-habitáveis que podem inclusive prescindirem de janelas e dimensões estabelecidas para que a obra receba o "Habite-se", deste modo, basta dar ao futuro quarto de empregado o nome de depósito na planta. "E quando esses depósitos são construídos sem a segunda intenção, as donas de casa encarregam-se de depositar suas empregadas, sem a menor cerimônia" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1973 *apud* KOFFES, 2001). Para piorar a situação muitos destes depósitos acumulam a dupla função, depósito de velharias e outros objetos e de quarto de empregada (uma espécie de quarto de segunda classe, reproduzindo a localização socioespacial ocupada pela trabalhadora na cidade).

No geral, a história de vidas destas trabalhadoras é marcada pela pobreza, que as impele a iniciar no trabalho doméstico ainda na infância; pela experiência da migração, a princípio do interior do estado natal para a capital deste, e posteriormente, se for o caso, para os maiores centros urbanos, no caso brasileiro a região sudeste – São Paulo e Rio de Janeiro - em busca de ascensão social e/ou melhores condições de vida ou independência financeira e, por conseguinte em relação ao grupo familiar; o emprego doméstico como provisório – porta de entrada para o mercado de trabalho urbano; o abandono dos estudos para trabalhar, etc.; e evidenciam a continuidade reelaborada de práticas entre empregadas e patroas que tiveram sua origem ainda na escravidão, na relação entre escrava doméstica e a sinhá. Sobre a adoção de mão-de-obra de crianças e jovens para o trabalho doméstico:

> [...] é uma herança que data do final da colonização. As mulheres pobres e provedoras dos recursos do lar tinham uma dupla jornada de trabalho: o doméstico e a extra-lar. Devido à falta dos maridos ou companheiros, essas

> mulheres eram obrigadas a distribuir os filhos entre parentes e compadres com melhores condições materiais. Essas crianças "adotadas" criadas para tornarem-se aptas a prestarem afazeres como, entre outras coisas, ocupar-se do serviço doméstico, tratar de animais de pequeno porte e buscar água, pontuando assim, a herança de aquisição de meninas pequenas para criar e ajudar na casa, ou seja, delas serem criadas da casa. Del Priore (2000) mostra, em seu livro sobre a história das mulheres no Brasil colônia, que esse interesse de criar, possivelmente, encobria um interesse em ter uma mão-de-obra barata, muitas vezes, existindo um rodízio de crianças que eram criadas pelas famílias. Dessa forma, começa a delinear-se um antecedente da prática de se adotar criança, ou seja, criar com o propósito de, em troca, receber ajuda nos serviços da casa (SANTANA, 2003, p. 75).

Quanto às representações relativas às relações de gênero, ao sexo social, "uma das relações estruturantes que situa o individuo no mundo e determina, ao longo da sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses" a escola é patriarcal (LAVINAS, 1997). Madeira (1997) em estudo sobre trajetórias de meninas de setores populares (crianças e adolescentes) busca identificar na família e na escola representações de gênero que expliquem a maior aceitação do menor desempenho e maior evasão escolar por parte de meninas pobres (fracasso escolar) então destinadas à realização de trabalho doméstico em casa ou de forma remunerada. Referindo-se a Abramowicz (1991), Madeira nos revela algumas destas representações por parte da instituição escolar e das professoras da educação básica:

> Tudo indica que, no imaginário social e no inconsciente da instituição escolar, a repetência do menino é de certa forma aceita como "coisa de moleque", "coisa da idade", rebeldia; na menina é burrice, incompetência, "não dá para a coisa", ou seja, não existe para ela lugar no mundo do saber, restando-lhe o lugar do não-saber: o trabalho doméstico (MADEIRA, 1997, p. 89).
>
> De fato, as professoras, acreditando desde logo neste destino inexorável, colaboram à sua maneira para colocar as meninas no seu devido lugar – cabe às meninas condenadas à repetência limpar as salas de aulas, buscar panos de limpeza etc. "As meninas repetentes, por transitarem tanto pela escola, seja porque são buscar vassouras, panos, falar com o diretor etc., acabam se relacionando com as faxineiras, merendeiras e desta forma conquistam coisas para si" (ABRAMOWICZ, 1991, p. 61 *apud* MADEIRA, 1997, p. 89).

Como mencionado, é comum o inicio ainda na infância das meninas pobres no serviço doméstico, na maioria dos casos em detrimento dos estudos, geralmente levadas pelas mães ou outros parentes próximos, isto quando não iniciam prestando serviços para a própria família, cuidando da casa e dos irmãos menores na ausência da mãe que os deixa para trabalhar, e/ou para vizinhos, serviço permitido pelos pais e posteriormente pelos maridos por acreditarem ser um serviço naturalmente feito por mulheres e por suas filhas e esposas estarem "resguardadas" em "casas de família" dos riscos que o mundo pode oferecer à sua inocência e à sua moral (reclusas nos lugares privados, especialmente no âmbito familiar). Na

verdade começar no serviço doméstico ainda na infância e adolescência em detrimento dos estudos é quase uma sentença para estas futuras mulheres passarem o resto de suas vidas limitadas ao universo doméstico, que muitas vão vivendo acreditando ser passageiro:

> O fato de se constatar que a participação de meninas em atividades domésticas diferenciam-se substancialmente segundo os contextos socioeconômicos mais ou menos desenvolvidos é importante porque mostra que as meninas confinadas a afazeres domésticos permanecem nesta condição não somente devido ao componente ideológico de sua socialização, ou por sua contribuição efetiva para a reprodução cotidiana de sua família, e muito menos porque não se sentem atraídas pelo mercado, mas simplesmente porque não existe oportunidade de trabalho. Quando existe, elas respondem.
> O mais grave que meninas nesta situação reúnem três características básicas que as condicionam fortemente a permanecer, por toda a vida, na situação de "domesticidade excludente", como dona de casa, ou trabalhando como empregada doméstica, mas com as mesmas limitações. Trata-se de um circulo vicioso difícil de romper. Essas características são: pertencer aos setores mais empobrecidos da população; residir nas áreas menos desenvolvidas; possuir um baixo nível educacional (MADEIRA, 1997, p. 101).

O pior é que a relação patrões-empregada é permeada na maioria dos casos por uma afetividade oportunista (paternalismo) em detrimento do formalismo do mundo do trabalho extra-doméstico, no caso da empregada que mora no emprego, por exemplo, muitos patrões afirmam permitir a trabalhadora estudar, porém não lhe dá condições adequadas para isso. Deste modo, enquanto a empregada é submissa às condições de trabalho impostas pela família que a contrata, é um boa empregada, "como se fosse da família" – aceita as condições de contratação, cumpre horários, cumpre ordens sem reclamar, é aceada, etc. – enfim, é de fato domesticada, ressocializada – na medida do possível - segundo a cultura da família em que se insere:

> No que tange a relação existente entre patroa e empregada, há que se ressaltar que, a par da condição de dominação-subordinação, ela apresenta certas particularidades, como um caráter paternalista por parte da patroa e a necessidade de um clima afetivo no ambiente familiar pelo lado da empregada. Ambos funcionam como fator de retenção da empregada em determinado emprego ou a sua partida em busca de outro, fato que adquire importância quando se considera o desequilíbrio entre procura e a oferta deste serviço. Como na falta da empregada a patroa quem faz o trabalho doméstico, o qual representa uma sobrecarga na vida da mulher que trabalha fora, têm crianças ou que cuidar de uma pessoa doente na família, ela não mede esforços no sentido de reter uma empregada que corresponde as suas necessidades. Esta, por sua vez, marcada pela solidão ocasionada pela ausência da família (geralmente reside no emprego) e de um grupo de trabalho, confere, às vezes, mais importância às relações pessoais no emprego que ao próprio salário. A participação da vida da família para a qual trabalha significa também uma socialização secundária da empregada, a qual "abandona certos hábitos, substituindo-os por outros, inclusive no que tange ao processo de pensar" (SARQUES, 1986, p. 116).

No entanto, basta a idade avançar, a empregada adoecer e a necessidade de reivindicar direitos que nunca lhe foram concedidos surgir, que a história muda de figura e vai parar nos tribunais e até mesmo nos manicômios[40] – em função da carência e envolvimento afetivo muitas empregadas chegam a abrir mão de seus projetos pessoais, como constituir uma família, por exemplo, para se dedicar a várias gerações da mesma família empregadora, desenvolvendo um vinculo afetivo muito intenso como os familiares, até que um dia não serve mais, na velhice e/ou na doença e é dispensada. Santana (2003) se referindo aos poucos estudos que investigam a repercussão do trabalho doméstico na vida e na saúde das trabalhadoras no que diz respeito ao sofrimento mental (SANTANA & ALMEIDA FILHO, 1994; LOOMIS & NEWMAN, 2001), e ao suicídio (SANTOS-STUBBE, 1995), diz:

> [...] percebe-se uma vulnerabilidade maior, entre as trabalhadoras domésticas, quanto ao sofrimento psíquico e ao suicídio que entre outras trabalhadoras, com causalidade atribuída por estarem em casas que não são as suas, passando por séries de adaptações [e humilhações] na trajetória de suas vidas, trabalhando isoladas e sem ter o produto de seu trabalho valorizado.
> Os maiores conflitos atravessados pelas trabalhadoras domésticas relacionam-se com os poderes diferentes que cada um possui – patrões e empregados. Estes podem passar por humilhações e alienações, em seu ambiente de trabalho, por serem pobres [negras ou pardas, trabalhadoras domésticas, que executam o desprezado serviço de limpeza] (SANTANA, 2003, p. 85-86).

Carneiro, se referindo às experiências de sua mãe e avó enquanto empregadas domésticas, contribui:

> O processo costuma começar em tenra idade, especialmente nas regiões Norte e Centro Oeste do país, como apontam os especialistas. Muitas são, por vezes, doadas por famílias socialmente abandonadas, ou fugitivas da fome e de outras múltiplas carências. São recebidas com paternalismo por famílias que encaram esse trabalho, assemelhado ao trabalho escravo, como justa contrapartida pela ajuda que estariam ofertando ao assegurar-lhes teto e comida [e roupa usada]. Não raro, essa "generosidade" é cobrada em atividades extras ou regulares de atendimento às necessidades especificas dos membros masculinos das famílias. Vão ficando, acabam se tornando estranhos "membros das famílias", e reivindicações de direitos trabalhistas são tratados, nesses casos, como ingratidão (*Idem,* s/d, p.1).

[40]Segundo a Articulação Nacional das Mulheres Negras Brasileiras, que tem apoio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), as empregadas domésticas têm enfrentado um problema pouco abordado publicamente: sua saúde mental. "O trabalho diário faz com que elas se envolvam com as famílias que as empregam de forma que os problemas dos patrões se tornam os seus problemas. Quando são forçadas a encarar a realidade de que não fazem parte dessas casas, o sofrimento é muito grande". A proximidade traz ainda outras dificuldades. "As violências que elas podem sofrer vão desde abusos sutis até espancamento e abusos sexuais (JUSTE, 2005). De acordo com reportagem, exibido no dia 27/04/07, no programa Globo Repórter da Rede Globo de televisão em comemoração ao Dia Nacional da Empregada Doméstica, o sofrimento causado por assédios e abusos sexuais no ambiente de trabalho é silenciado, pois elas precisam do trabalho, porém levam muitas trabalhadoras a estados depressivos e ao alcoolismo; isso sem falar na omissão de doenças dos patrões também para permanecer no emprego.

Deste modo, apesar da superação histórica da escravidão, empregadas domésticas ainda sustentam – suportam - no seu dia-a-dia certas atitudes culturais de um tempo passado. A contratação da empregada é marcada pela informalidade nas relações de trabalho – contato que geralmente acontece por intermédio de parentes e amigos, em função das referências da empregada -, o que favorece algumas práticas inadequadas do ponto de vista do mundo do trabalho público: contratação de trabalhadoras menores de idade, normalmente vindas do interior – em anúncios de jornal verifica-se a preferência por trabalhadoras vindas do interior-do estado ou migrantes de outras regiões do país, indefinição e arbitrariedade nas horas a trabalhar, na remuneração a perceber, nos dias a trabalhar, etc. – que favorecem a continuidade, reelaborada, de certas práticas verificadas nas relações entre senhores e escravizadas domésticas.

4.1 A MULHER TRABALHADORA DOMÉSTICA BRASILEIRA: VÁRIAS MULHERES, PORÉM HISTÓRIAS COMUNS

O trabalho doméstico remunerado, prática quase extinta em alguns países do mundo como na Suécia (MILKMAN, REESE & ROTH, 1998 *apud* SANTANA, 2003) é uma atividade desvalorizada e de pouca importância na maioria das sociedades modernas que consiste em uma prática laboral em que mulheres com pouca escolarização e qualificação profissional exercem (reprodução das atividades executadas gratuitamente em suas casas) atividades que, de um modo geral, sempre foram destinadas às mulheres, independente de sua classe social, porém enquanto profissão, desvalorizada socialmente, é executada por mulheres pobres, a maioria negras e pardas. Quanto à forma de contratação, as trabalhadoras domésticas podem ser diaristas, mensalistas residentes e mensalistas não residentes, cada uma com suas particularidades no que diz respeito à autonomia. O caso da mensalista residente é representativo, pois a redução de sua autonomia está associada a questões ligadas à escolarização, à sexualidade, à vida afetiva em função de trabalho e moradia darem-se no mesmo espaço (SANTANA, 2003).

Como já era sabido, em função de conhecer mulheres trabalhadoras domésticas anteriormente à iniciativa de realizar o presente estudo e posteriormente em função do contado com grande parte da literatura que há sobre o tema, no geral o modo de vida das trabalhadoras domésticas brasileiras e das entrevistadas em pouco se diferem, muitas experiências vividas pelas mulheres trabalhadoras domésticas relativas à sua condição de mulher, pobre, negra e trabalhadora doméstica, tanto no isolamento do seu local de trabalho quanto em suas relações sociais em espaços públicos e privados são recorrentes na história de

vida de milhares de mulheres brasileiras que por motivos não muito diferentes acabam se tornando trabalhadoras domésticas. Segundo Claval:

> Todos aqueles que ocupam os mesmos cargos vêem-se confrontados aos mesmos problemas e têm interesses comuns. Formam objetivamente coletividades mais ou menos homogêneas. Quando aqueles que as constituem comunicam-se facilmente [por exemplo, via sindicato] uns com os outros, é possível tomar consciência da similitude de suas posições e da vantagem que podem obter da defesa em comum; as coletividades transformam-se em classes; as condições geográficas de proximidade e de relações rápidas condicionam esta transformação (CLAVAL, 1973 *apud* CLAVAL, 2001, p. 117).

No caso das trabalhadoras domésticas brasileiras a consciência de classe ainda é fragmentada e pequena, levando a não identificação com a profissão, vergonha, não "man-char" a carteira de trabalho com o registro da profissão, encarar a profissão como transitória, principalmente as mais jovens, apenas porta de entrada para o mercado de trabalho urbano, deste modo não tomam consciência de sua especificidade, organizando-se para obter melhores condições de trabalho "utilizando todos os meios a seu dispor, as manifestações de ruas, as pressões políticas a cada escrutínio, esforçando-se no sentido de fazer conhecer seus proble-mas e suas posições, e consegue obter, do legislador e da opinião pública, solução para os seus problemas" (CLAVAL, 2001, p.118).

Deste modo, o objetivo do presente estudo não se limita a registrar e analisar histórias de vida evidenciando apenas o que há muito se discutiu, as dificuldades materiais, legais e emocionais vividas pelas mulheres trabalhadoras domésticas, mas evidenciar a dimensão socioespacial das experiências vividas por esse segmento social, por meio do resgate de suas trajetórias socioespaciais, isto é, de sucessivas práticas espaciais contextualizadas no tempo e no espaço. Semelhante aos trabalhos de Souza (2007) com professoras negras e Koffes (2001) com empregadas domésticas.

Nesta parte além de apresentar um breve perfil e biografia das trabalhadoras domésticas e apontar algumas congruências em suas trajetórias de vida, nos atentamos brevemente em contextualizar mais no espaço do que no tempo as trabalhadoras entrevistadas, no sentido de resgatar suas origens, "seus trânsitos rememorados". Buscamos o lugar da trabalhadora doméstica no seu ir e vir entre as cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia, identificando sua "espacialidade diferencial". Porém, não deixamos de lado as impressões gerais fruto de vivencias das trabalhadoras domésticas para além dos limites destas duas cidades. Principalmente no caso das trabalhadoras domésticas migrantes, pois estas vivenciam processos de exclusão e marginalização social no contexto da cidade e são submetidos à situação de discriminação. "O migrante interpreta sua permanência nesse novo contexto, num

sistema de confrontamento entre a vivência antiga e a atual, às vezes num caminho sem volta, ou restando-lhe como alternativa novas migrações" (MOYSÉS & BERNARDES, 2005),

> O deslocamento de população, especificamente de mudança de local de moradia, implica não somente a vivência em novos contextos espaciais, culturais, temporais ou históricos, mas implica também a reorganização das formas de sociabilidade, de estrutura cognitiva, de representações, de aprendizados de vivência urbana.
> O migrante deixa o seu lugar de origem – principalmente o migrante pobre – e convive com uma realidade extremamente difícil, de modo que sente saudades do mundo rural, da cidade pequena, da organização familiar, concebendo-os como espaços míticos, de felicidade (Ribeiro, 2001). (*Idem*, 2005, p. 174).

Dentre as cinco trabalhadoras entrevistadas, quando questionada em relação à cor, duas se declararam morenas, duas negras e uma branca, em relação à raça, quatro se auto-declararam negras e uma branca, evidenciando a relevância de se considerar a variável raça/etnia nos estudos cuja temática seja o trabalho doméstico feminino, uma vez que como nossa "amostra" a maioria das trabalhadoras domésticas brasileiras, com mencionado, são negras. Quanto à faixa etária, elas se encontram entre 36 e 43 anos, todas são casadas, tem entre um e quatro filhos, todas são alfabetizadas, apesar da dificuldade de conciliar a rotina da profissão com os estudos, apenas uma delas tem ensino primário, as demais cursaram entre o ensino fundamental completo (até a 8º série) e o ensino médio completo (até o 3º do 2º grau). Sem contrariar a história da maioria das mulheres trabalhadoras domésticas das grandes cidades brasileiras, três são migrantes do interior de outros estados: Maranhão, Bahia e Tocantins; uma é do interior de Goiás, Carmo do Rio Verde; e uma é Goianiense. Para todas a motivação para a migração é a busca por melhor "oportunidade de vida", no caso em questão recebendo melhores salários como trabalhadora doméstica, pois a remuneração no interior, em especial nas cidades do estados da região nordeste, de onde a maioria das entrevistadas são, a situação é pior.

Trabalham entre cinco e vinte cinco anos como trabalhadoras domésticas (considerando as três modalidades de trabalho doméstico feminino, empregadas domésticas mensalistas residentes, mensalistas não residentes e diaristas). Quanto ao tempo que dizem desempenhar a função de trabalhadora doméstica, com exceção de uma trabalhadora que apenas há cinco anos desempenha essa função, em alguns depoimentos uma contradição fica evidente, o tempo que algumas entrevistadas afirmam desempenhar a função não coincide com suas primeiras experiências como trabalhadoras domésticas, entre a infância e pré-adolescência (entre 10 e 14 anos), como constatado em suas falas, no momento que recordam essa fase:

> **Entrevistada:** [...] na época que minha mãe morreu, eu já trabalhava fora de casa, eu saí com 14 anos, inclusive eu saí de Carmo do Rio Verde e vim trabalhar aqui em Goiânia no Setor Aeroporto [...] [afirma ser trabalhadora doméstica há 25 anos] (Zilda).
> **Entrevistada:** [...] Meu primeiro emprego de doméstica, foi com 15 anos, ai eu trabalhava e cuidava do bebezinho e estudava a noite [...] [afirma ser trabalhadora doméstica há 10 anos]. (Dalva).
> **Entrevistada:** Quando eu comecei trabalhar eu tinha uns dez anos. [afirma ser trabalhadora doméstica há 10 anos]. (Sabrina)

A trabalhadora Marinete, a única auto-declarada branca, nasceu na cidade de Imperatriz no estado do Maranhão onde foi criada pelos avôs, com 36 anos, tem um filho é casada e moradora do Setor Residencial Campos Elíseos (aprovado em 1991) e há cinco anos, tempo que chegou a Goiânia, trabalha como empregada doméstica. Sob influência da avó, de um casamento conflituoso e das dificuldades materiais vividas em sua cidade natal, Marinete afirma nunca ter gostado da cidade, então tendo por propulsor para sua migração a dificuldade financeira vivida após o fim de seu casamento e as sedutoras imagens veiculadas pela mídia das cidades grandes e cheias de oportunidade da região sudeste do Brasil, ela construiu e alimentou a sua vontade de morar em outras cidades, maiores e com melhor oportunidade de vida, portando, a vida de Marinete como de muitas outras mulheres trabalhadoras domésticas é marcada pela experiência da migração,

> [...] fui criada com minha avó, e ela condenava aquele lugar a vida inteira, ela culpou meu avô por morar lá, porque ela queria voltar pra Minas Gerais, então, eu ouvi isso durante vinte anos e isso entrou na minha cabeça. Eu cheguei ao ponto que eu via televisão e via São Paulo, Rio, via aquelas estradas, aqueles viadutos, daí eu pensava, eu tenho que morar em um lugar assim, eu gosto de coisa assim, eu não gosto disso aqui, então eu acho que foi influencia, foi uma coisa que criou na minha cabeça. Ai, quando eu vinha pra fora eu gostava, era tudo diferente de lá, muitas novidades. E assim, aqui mesmo com toda dificuldade, pra cá é melhor, não tem nem comparação.

Por outro lado, quando Marinete se recorda, sem muitos detalhes, dos momentos bons vividos durante sua infância, ao lado dos avôs que a criaram, dos quais sem dar muito valor recebeu oportunidade de usufruir de uma educação formal de qualidade, particular, reconhece que sua cidade natal não é de toda ruim, revelando que gostar ou não de um local está associado às experiências lá vividas e registradas na memória,

> Era um local bom, quando eu morava com meus pais era um local bom, e tipo assim, sou filha única, fui criada com avô e avó, eu tive de tudo, colégio particular, mas, nunca quis saber, nunca foi minha praia estudar, de jeito nenhum. Ai casei e fiquei vivendo muito mal do que bem, eu morava no estado de São Paulo com ele, entendeu? Eu já morei em São Paulo também, viajei muito, mas não era pra ser ele entende? Sempre sofrendo [...], era aquela coisa assim, de você por um basta e falar: "Não, vou ter que começar uma vida diferente!" Em questão de minutos eu falei: "Vou pra Goiânia, vou só conseguir o dinheiro e vou pra Goiânia".

Como mencionado pela trabalhadora Marinete ao contrário da maioria das trabalhadoras domésticas brasileiras, que começam a trabalhar ainda na infância em detrimento dos estudos para complementar a renda familiar carente, sua história é atípica, pois a mesma além de não ter precisado começar a trabalhar desde a infância teve a oportunidade de freqüentar escola particular, porém, a mesma sem saber explicar o motivo afirma nunca ter gostado de estudar e nem de ir à escola,

> [...]. Na minha época eu não entendia muita coisa, eu dizia assim, "pai eu quero ir pra uma escola que não paga, eu quero escola que eu possa ir com o uniforme do jeito que eu quiser colégio assim, grande igual ao do menino aqui [vizinho] que vai de todo jeito, não desse colégio que olha até a meia da gente, eu gosto de colégio desse mundo aqui e não desse mundo aqui". É uma coisa assim, que eu sempre fui envolvida, pra cá eu não gostava daqueles filhinhos de papai chegando com muita frescura, aquilo me irritava, eu tinha poucas amigas. Eu não dava conta, eu era muito na minha, ficava lá, no cantinho da sala. Aquelas historinhas de meu pai têm isso, tem aquilo nossa! Para mim aquilo era o fim da picada, então eu sempre fui assim, esse mundo, essas escolas.

Diferente da realidade vivida pelas demais trabalhadoras entrevistadas Marinete teve oportunidade de estudar, inclusive em escola particular que não se identificava. Sobre o significado do estudo na vida da trabalhadora Marinete a mesma afirma ser nenhum, pois,

> Eu sentia que em nenhum momento representava [o estudo] nada, porque eu tinha na minha cabeça que eu ia casar e ficar dentro de casa o dia, do jeito que minha avó me criou, eu não teria que sair pra trabalha fora. O marido ia chegar de tardinha a casa ia estar limpinha, bonitinha, feitinha, a mulher cheirosinha. Mas só que eu tinha na minha cabeça o seguinte, minha avó tinha uma menina que ajudava ela, e eu ficava muito tempo de "tititi" lá na cozinha, e minha avó brigava muito, porque eu ficava de conversinha com a empregada, era uma maneira de descriminação.

A partir da fala da trabalhadora Marinete citada acima, podemos inferir que possivelmente a aversão a principio à escola particular e conseqüentemente ao estudo seja reflexo da educação tradicional dada pelos avôs, marcada por idéias patriarcais sobre o papel da mulher, ou até mesmo de um complexo de inferioridade em função de diferenciar-se dos demais colegas da escola ou mesmo dos primos que convivia e pertenciam a uma estrutura familiar convencional, pais e filhos. Sobre seu primeiro contato com o universo do trabalho doméstico, por meio da convivência com a empregada de sua avó continua:

> Ela era da cor do meu marido [negro], e minha avó era racista, ai ela dizia: "você fica de conversinha com a empregada". Eu dizia: "mãe hoje é a menina ali que está na pia da cozinha amanhã não sei, de repente pode ser eu que esteja em alguma pia". Hoje, quando eu me vejo em algumas pias dos outros eu fico lembrando disso, parecia até que eu sabia que um dia eu ia estar assim. Eu nunca consegui descriminar e sempre fui assim de ficar com as empregadas de tias minhas, de mãe, lá na cozinha, nunca fui de me enfiar no meio da sala com parentes, visitas nunca, gostava de ficar na cozinha com elas, almoçar com elas na mesa. Conversar, eu pegava comida escondida e

> dava pra elas ficava de “tititi” com elas, agente ria, ria, ria, mas quando ela chegava agente ficava caladinha. Então, eu sempre fui mais esse mundo de cá, entendeu? Só que a família tinha uma condição mais pro lado de lá, minhas tias todas são formadas, minhas primas todas passaram na minha frente eu sendo a neta mais velha, elas com notas boas e eu sempre ficando pra traz, ai eu comecei a ser discriminada por ai, eu era muito mal criada também, muito respondona.

Portanto, antes de vir para Goiânia, a vontade de Marinete era ir para a Cidade de São Paulo, onde já havia morado, mas por não ter quem ficasse com seu filho na época com 9 anos, a mesma magoada com os parentes decidiu vir para Goiânia, aonde já tinha uma irmã por parte de mãe, com quem já tinha se informado sobre oportunidade de emprego e valor de aluguel.

Quando chegou a Goiânia, Marinete foi morar no Bairro Vila Aurora de Goiânia, de aluguel, com sua meia irmã. Pouco depois de Marinete ter ido morar com sua irmã, esta decidiu se mudar para o Setor Jardim Curitiba, na região noroeste de Goiânia, em uma casa de sua sogra que estava desocupada e o aluguel cobrado seria mais barato.

Quase sem experiência profissional e pouca escolaridade (8º série) antes de enfrentar o trabalho doméstico, Marinete pretendia trabalhar em curtume, logo desistiu, pois próximo a Goiânia não tinha este tipo de oportunidade de emprego; e um segundo emprego indicado por uma conterrânea na fábrica do Arisco, lhe informaram que o trabalho era muito cansativo e mal remunerado, então a opção que lhe restou foi o emprego doméstico. Com problemas na vida conjugal no Maranhão trabalhou como balconista em uma panificadora e como garçonete em uma lanchonete, que em função de sua personalidade não deu certo,

> Eu trabalhei lá em uma panificadora. Porque lá eu ficava casada e separada, era assim um balaio mais agitado. Aí, eu fiquei separada e trabalhei em uma panificadora 4 meses, mas eu não tinha paciência com aquele clientes que conversa abobrinha: “ o pão é de hoje? Qual o preço do pão?” então, tenho o pavio curto. Aí tentei em uma lanchonete à noite como garçonete, fui servir uma mesa e o rapaz pediu pra eu abaixar mais a cabeça e eu disse que não precisava. Na hora eu entreguei a bandeja lá pro dono e vim embora, nem ganhei nem um real, o moto táxi que me levou não cobrou nada porque ele ficou com dó de mim, então eu tentei umas duas ou três coisas fora ser doméstica, só que eu não dou conta. Eu não dou conta de trabalhar com muita gente, movimento, à noite. Eu fui criada muito presa. Eu não tenho muito desenvolvimento pra trabalhar com muita gente. Eu fico baratinada. Eu sou muito mais de ficar no cantinho.

Após uma semana de chegada à Goiânia, Marinete conseguiu o emprego de doméstica, que ficou cinco anos, que a poucas semanas antes da entrevista havia saído, no Setor Bueno. Foi neste serviço que conheceu seu atual esposo, o mesmo era porteiro no prédio que trabalhava com o qual após conhecer a família e três meses de namoro foi morar no local que atualmente reside, em um barracão construído no fundo do lote do sogro, no Setor residencial Campos Elíseos.

A trabalhadora doméstica Zilda, auto-declarada negra, nasceu na cidade de Carmo do Rio Verde interior de Goiás, tem 39 anos, é casada, tem dois filhos, há 25 anos trabalha como empregada doméstica/diarista, atualmente está trabalhando no condomínio horizontal fechado Granville, localizado na região sudoeste de Goiânia e mora no Bairro Itapuã (aprovado em 1975). Nascida e criada na cidade natal, Zilda se casou aos 21 anos e por mais oito anos ficou morando em Carmo do Rio Verde, quando por decisão do marido mudaram-se para Aparecida de Goiânia. Apesar de morar há 13 anos em Aparecida, Zilda afirma que se pudesse escolher um lugar para morar com a família seria Carmo do Rio Verde, que ela afirma ser a sua cidade, o seu lugar.

A trabalhadora Zilda que iniciou no mundo do trabalho como doméstica, como a maioria das trabalhadoras domésticas brasileiras, ainda na infância, aos onze anos de idade, segundo ela,

> [...] sempre trabalhei de doméstica. Meu primeiro emprego me lembro muito bem, eu morava numa chacrinha próximo, tinha onze anos de idade, uma senhora ganhou bebê e eu estudava de manhã e saia da escola , era escola na época, e ia pra casa dela, chegava lá meio dia e pouquinho, fazia almoço assim ..., bem inexperiente, mas conseguia sim, fiquei com ela uns dois meses até o resguardo, e aí não parei mais, sempre eu trabalhei para os outros assim.

Apesar do precoce início no universo das atividades domésticas prestadas fora do domicilio próprio, enquanto atividade remunerada, Zilda afirma que isso não atrapalhou seus estudos, cursou o antigo segundo grau completo. Convicta e orgulhosa a trabalhadora afirma que era perfeitamente possível conciliar o estudo e o trabalho doméstico e ainda ajudar a mãe em casa quando chegava à tarde, "pegava no batente" cuidando de animais como porcos e galinhas que a família criava,

> **Entrevistadora:** E senhora conseguia conciliar a escola e o trabalho com apenas onze anos?
> **Entrevistada:** Conseguia, perfeitamente e ainda ajudava minha mãe em casa à tarde, quando eu chegava, lá à gente podia criar animal, porco, galinha, então à gente tinha assim... muito trabalho, eu desde nova mesmo, eu peguei no batente, foi pra valer mesmo [...].

Zilda relata que gostava de estudar e afirma que não prosseguiu os estudos "por falta de condição"- financeira, profissional e familiar. Sempre estudante de escola pública, Zilda afirma que gostava muito de ir para a escola, mesmo chegando em casa após um dia exaustivo de trabalho, se sentia entusiasmada se arrumando para ir à escola, no período noturno, onde a mesma se sentia muito bem, em função de seu bom relacionamento com colegas e professores. Porém, o que esperava do estudo que cursou para sua vida profissional não se concretizou,

> **Entrevistadora:** Qual a importância do estudo na vida da senhora?
> **Entrevistada:**[...] eu tinha comigo assim, de completar meu segundo grau, porque eu acho que o estudo é muito importante, não só pra mim como pra todos. Só que eu pensava assim que, que eu terminando o meu segundo grau, às vezes assim... eu podia assim... ter um emprego melhor sabe? Isso aí eu pensava assim.
> **Entrevistadora:** A senhora pensava em fazer o que?
> **Entrevistada:** Sabe que eu assim, nunca parei pra pensar: "eu terminando meu estudo eu quero ser isso". Mas eu pensava assim, num melhor, né? Só que até hoje não consegui assim... realizar o sonho, né? Assim... ter um emprego melhor. Mas eu acho assim, que o estudo valeu a pena sabe? Porque eu estudei, porque o pouco que eu aprendi dá para mim passar, ensinar alguma coisa para os meus filho, né? Então, pra mim o bom do meu estudo foi isso aí, hoje eu posso ter condição, não em tudo, mas um pouco de ajudar meus filho.

Aos 14 anos veio para Goiânia, em especifico para o Setor Aeroporto trazida por uma família que tinha uma fazenda em Carmo do Rio Verde, próximo à chácara que Zilda morava com os pais, para a qual ia trabalhar como empregada doméstica, do tipo residente mensalista - morando no emprego. Porém, quando tinha 17 anos a mãe faleceu e Zilda retornou a Carmo do Rio Verde para "tomar a responsabilidade da casa" e cuidar do pai e de dois irmãos, pois a irmã mais velha já era casada. Mesmo cuidando da casa e dos irmãos Zilda continuou trabalhando fora, só que agora em um bar como salgadeira, que ela afirma que era "como se fosse uma doméstica", onde permaneceu por aproximadamente 5 anos. A mesma saiu do emprego porque se casou e teve filhos e logo se mudou para Goiânia, na verdade Aparecida de Goiânia, pois em Goiânia só morou na casa de patrões.

A trabalhadora doméstica Dalva auto-declarada negra nasceu em Brejinho Nazaré no estado do Tocantins, tem 37 anos, é casada, tem três filhos é moradora do Setor Colonial Sul (aprovado em 1978), com apenas a 4º série há dez anos é trabalhadora doméstica/diarista, atualmente trabalha no Setor Bueno. Vinda de uma família numerosa de origem rural com quinze filhos Dalva se queixa de ter estudado pouco porque não teve atenção nem incentivo dos pais além de morar na "roça", fazenda. Aos quinze anos foi morar com uma irmã na cidade de Porto Nacional, onde começou a estudar à noite e trabalhar durante o dia. Este foi seu primeiro emprego de doméstica, onde fazia de tudo e logo parou de estudar, fato que justifica afirmando que era nova e que não tinha ninguém para lhe incentivar a continuar os estudos. Aos dezoito anos se casou e foi morar na zona rural de Porto Nacional em um garimpo, onde trabalhava como cozinheira. Após aproximadamente dois anos no garimpo eles voltaram para a cidade de Porto Nacional, onde foi morar com os sogros. Nesta ocasião, Dalva engravidou de sua primeira filha e ficou sendo "apenas" dona-de-casa, e teve os outros dois filhos.

No Ano de 1997, Dalva veio para Goiânia, sozinha, fugida das brigas e embriaguez do marido, deixando-o com os três filhos em Porto Nacional. Após um mês que a trabalhadora estava em Goiânia seu esposo e filhos vieram. Quando chegou a Goiânia, Dalva foi morar no Bairro Santo Antônio na casa de uma irmã e logo começou a trabalhar como empregada doméstica. Pouco tempo após seu esposo chegar a Goiânia foram juntos morar no Setor Jardim Tiradentes em Aparecida de Goiânia, na casa de uma irmã dele, onde ficaram morando aproximadamente um mês, pois compararam um lote no setor Ibirapuera em Aparecida, onde ficou morando dois anos e trabalhando como empregada doméstica na Vila Santa Tereza em Goiânia, pois seu esposo decidiu voltar para o Tocantins.

Ficaram apenas três meses em Tocantins e retornaram para Aparecida, para a casa de uma irmã do seu esposo no bairro que atualmente residem, Setor Colonial Sul, onde compraram um lote que logo começaram a construir a casa, Dalva novamente começou a trabalhar na casa de uma família no Setor Novo Horizonte em Goiânia onde ficou trabalhando uns dois anos e posteriormente trabalhou para uma família na Vila Brasília em Aparecida de Goiânia.

Dalva, ao mesmo tempo que afirma que não gostava de estudar se queixa de não ter tido incentivo e apoio dos pais para estudar, como dá aos filhos. Diz que apesar da difícil rotina e de seu limitado estudo, ajudava os filhos com suas atividades escolares no fim do dia após chegar do trabalho. Segundo a Dalva não ter estudado foi um grande erro, reconhece que se tivesse estudado mais não estaria trabalhando como empregada doméstica, que diz não ser fácil muito menos, bom, pois além de se sacrificar, sacrifica também a família, principalmente os filhos,

> **Entrevistada:** Eu não gostava de estudar.
> **Entrevistada**: Foi um erro. Aonde que eu vou pôr um erro tão grande?
> **Entrevistadora:** Mas a senhora gostava de ir pra escola?
> **Entrevistada:** Não! Não! Até gostava de ir pra escola, eu até que gostava, mas só que faltava, igualmente eu com os meus meninos, hoje em dia eu incentivo muito eles [...]. Igualmente quando eles começaram a estudar mesmo, eles falava que queria que eu ensinasse eles, eu falava: "não meus filho". Que no dia que eu chagava à tarde do serviço, cansada e tinha que fazer as coisa de casa, janta pra eles, arruma roupa deles ir pro colégio no outro dia. Aí, tinha que arrumar tudinho direitinho, era cansativo pra mim. O pai deles não é assim de dar impulso de ensinar, de ajudar eles lê a tarefa, eu ajudava lê a tarefa e era os três. Eu falava: "Não, você lê, vai lê até no final e volta do começo ao contrário que você vai entender". Aí, eles foi entendendo e já eu não tive essa oportunidade.
> **Entrevistadora:** Então o que o estudo ou a falta de estudo representa na vida da senhora?...O que a senhora pensa, quando a senhora pensa: Eu Não estudei!
> **Entrevistada:** Ah! Eu penso muita coisa! E tudo foi um erro... Falta tudo! Se eu tivesse estudado [...] eu não tava trabalhava de doméstica, não é fácil! Não e bom! É muito difícil e ruim. Igual, [...] o serviço de doméstica, [...] eu ponho o pé na casa da patroa pra ter hora de entrar e hora de sair, mas não

> tem dessa. Essa que eu trabalhei oito anos, não tinha hora deu entrar nem hora deu sair. Tem hora que eu trabalhava feriado, domingo, quando fazia festa e a gente era obrigado a ir. Deixava a família, deixava meus meninos largados. Quando eu comecei a trabalhar, meus meninos era pequeno, não estudava. Até então que os três está fazendo o primeiro ano. As pessoa fala assim: "Então, a mais velha já perdeu o ano"? Não, é porque não tinha quem olhasse eles, aí eu deixei pra pôr os três no colégio juntos e tinha que espera a menor completar a idade pra pôr no colégio, aí é por isso que até hoje está os três no primeiro ano e nenhum completou o terceiro ano. Aí, quando eu comecei a trabalhar, foi muito difícil, eu deixava eles aqui dentro de casa, era dois cômodos, eu deixava eles trancado dentro de casa pra mim trabalhar. Foi luta, foi luta, não foi fácil não. Igualmente, eu trabalhava nessa Maria José, eu saí de lá umas três vezes e retornei de novo, porque ela sempre dava uma oportunidade pra mim. Ela me mandava trabalhar de manhã até meio dia, aí como de manhã até meio dia pra mim já tava ficando pesado, por causa dos meninos, ela mandava eu levar os menino, aí eu não queria levar os menino, pra não atrapalhar o serviço....Não foi fácil! Difícil.

Diante do profundo arrependimento de Zilda expresso em sua dificuldade de ajudar os filhos na realização das atividades escolares, fica evidente que a falta de estudo além de limitar o horizonte profissional da mulher brasileira que parte para o emprego doméstico, compromete de várias formas a vida dos seus filhos – afetiva, educacional, etc.-, pois quando está em casa desempenha mais seu papel de mulher dona-de-casa do que de mãe, que dá atenção, carinho e na medida do possível instrução aos seus filhos, em especifico quando se tem um companheiro que não cumpre de forma plena seu papel de pai, no mínimo garantindo o sustento de sua família, como é o caso de várias trabalhadoras domésticas chefes de família.

Migrante de estado nordestino como várias mulheres que trabalham com empregadas domésticas em Goiânia, Sabrina baiana da cidade de Santana, auto-declarada negra, tem 38 anos, é casada, tem dois filhos, segundo grau completo, residente no Setor Residencial Campos Elíseos, há dez anos trabalha como empregada doméstica/diarista. Atualmente trabalha para uma família no Setor Pedro Ludovico em Goiânia.

De origem rural, Sabrina nasceu na Fazenda Brejinho, município de Santana. Apesar de afirmar trabalhar como empregada doméstica há dez anos, ao rever sua história de vida Sabrina revela que na verdade começou a trabalhar com apenas dez anos de idade, quando foi acompanhar a mãe até a cidade de Santana onde a mãe costumava ir para dar a luz. Em uma dessas ocasiões Sabrina foi iniciada no mundo do labor doméstico fora de sua casa, fazia quase todo tipo serviço doméstico, com exceção cozinhar, pois ainda não sabia, tudo mediante ínfima remuneração. Enquanto estava na cidade trabalhando Sabrina abandou os estudos.

Assim como outras várias trabalhadoras domésticas brasileiras migrantes, Sabrina afirma que sua motivação para migrar é a busca pela melhor remuneração oferecida pelo serviço doméstico em cidades maiores. Resumindo a saga migratória de Sabrina pelo Brasil é

a seguinte: Da Fazenda Brejinho em Santana para a cidade, onde arrumou seu primeiro emprego de doméstica aos dez anos de idade; da cidade de Santana para Santa Maria da Vitória (BA); de Santa Maria para Brasília (DF) onde o salário pago pelo serviço doméstico era melhor e de Brasília para Goiânia. Segundo Sabrina nas cidades que morou na Bahia, Santana e Santa Maria da Vitória, a remuneração era muito baixa, alcançando no máximo no caso da segunda cidade um salário mínimo. Já em Brasília onde a convite de uma prima trabalhou como empregada doméstica por quatorze anos, a remuneração percebida era bem superior.

Após quatorze anos morando em Brasília, Sabrina veio para Goiânia onde se casou com um baiano. Quando veio para Goiânia morou no Setor Fama de aluguel com sua mãe, que logo retornou a Bahia. Do setor Fama Sabrina foi morar no Setor Residencial Campos Elíseos em Aparecida de Goiânia, onde reside há 8 anos.

A única goianiense entre as entrevistadas, Laudelina tem 43 anos, auto-declarada morena enquanto cor e negra enquanto raça, é casada, tem quatro filhos, cursou até 8º série, há 13 anos trabalha como empregada doméstica/diarista mora no Setor Jardim Veneza II (aprovado em 1976) e atualmente trabalha na casa de uma família no Setor Aeroporto. Quando nasceu os pais de Laudelina moravam no setor Vila João Vaz, segundo a entrevistada seus pais mudavam muito, pois seu pai "sempre vendia e comprava em outro lugar". Deste modo, Laudelina morou no Bairro Capuava; no Setor Vila São José; no Setor Cruzeiro do Sul; em uma chácara no Setor Jardim Veneza I; na cidade de Nova Veneza (GO) com seu ex-marido; no setor Nova Era e no setor Garavelo, ambos em Aparecida de Goiânia, e atualmente mora no setor Jardim Veneza II na mesma cidade.

4.2 O MUNDO DA TRABALHADORA DOMÉSTICA: O SEU BAIRRO, A SUA CASA E SUA CORPOREIDADE

Em oposição aos bairros que trabalham situados entre os mais nobres de Goiânia e dotados de toda infra-estrutura urbana e equipamentos de uso coletivo, todas as trabalhadoras entrevistadas são moradoras de bairros periféricos da cidade de Aparecida de Goiânia, carentes de infra-estrutura (água, esgoto e asfalto) e da maioria dos equipamentos urbanos de uso coletivo (escolas, creches, posto policial, áreas de lazer como praças e parques, hospitais e postos de saúde, comércio, etc.). Além de residirem em bairros periféricos distantes das principais centralidades comerciais da cidade, todas as entrevistadas moram em áreas pouco valorizadas do setor, do ponto de vista do valor do solo urbano, pois ficam distantes das avenidas principais que reúnem os poucos estabelecimentos comerciais e infra-estrutura como asfalto,

que em muitos casos se limita à linha do ônibus que atende o setor. Do ponto de vista da paisagem os bairros chegam a se confundirem (Figura 11).

Quando questionadas sobre por que foram morar em Aparecida de Goiânia e no bairro que atualmente residem e se gostavam dos mesmos às respostas foram unânimes: tanto morar em Aparecida de Goiânia, quanto mais precisamente no bairro em que moram, não foi uma escolha, um sonho planejado enquanto local de moradia, mas o local em que tiveram condições de comprar o lote e construir suas casas (segurança e estabilidade), ou no qual tinham laços de parentesco, portanto, por isso gostavam, pois se tivessem condições de sustentar o custo de vida a maioria gostaria de morar em Goiânia ou na cidade natal.

> **Entrevistadora:** Por que vir morar aqui em Aparecida de Goiânia e aqui no Bairro Itapuã?
> **Entrevistada:** Aqui foi assim, meu esposo tinha uma irmã que morava aqui próximo, no Parque das Nações. Inclusive ele veio na frente pra trabalhar. Aí, ele alugou uma casa pra gente morar no Parque das Nações, que é próximo daqui. Lá nós moramos de aluguel mais ou menos uns dois anos. Aí, nós vendemos a nossa casa lá em Carmo do Rio Verde e compramos aqui. Foi o único lugar mais próximo que nós conseguiu comprar e que o dinheiro deu na época. Foi aqui. Aqui ficamos. Foi influenciado mesmo pela família do meu esposo que já morava aqui em Aparecida.
> **Entrevistadora:** Como a senhora se sente morando aqui no Itapuã e em Aparecida? A senhora gosta?
> **Entrevistada:** Na verdade, eu pra ser sincera mesmo, eu não gosto. Moro porque é o lugar que a gente tem pra morar. Tem o serviço, mais se fosse o caso, assim, deu escolher mesmo [...] o lugar pra mim morar, eu queria era Carmo do Rio Verde, que é a minha cidade, tanto eu como meu esposo. (Zilda)

#

> **Entrevistadora:** A senhora gosta de morar aqui? Por quê?
> **Entrevistada:** Gosto, porque é bom, tranqüilo. Nunca fui prejudicada por ninguém, nunca prejudiquei ninguém também, [...].
> **Entrevistadora:** A senhora gostaria de morar em outro lugar?
> **Entrevistada:** Eu gostaria de morar em Goiânia, no Novo Horizonte.
> **Entrevistadora:** Por que a senhora gostaria de morar nesse bairro em Goiânia?
> **Entrevistada:** Eu gostaria de morar lá em Goiânia porque eu acho que lá em Goiânia é melhor do que aqui. Tem asfalto, a gente mora mais próximo das coisas, supermercado e das coisas. Aqui é muito longe. (Dalva)

#

> **Entrevistada:** Por que você veio morar aqui em Aparecida de Goiânia e neste bairro?
> **Entrevistada:** Porque o lote aqui era mais barato. Lá em Goiânia ninguém dá conta de comprar um lote. Lá é muito mais caro.
> **Entrevistadora:** Como é que você se sente morando, vivendo, aqui em Aparecida, você gosta de morar aqui? Por quê?

> **Entrevistada:** Aqui eu não gosto, moro porque é o jeito. Igual assim, se eu for morar lá em Goiânia eu tenho que pagar aluguel, se eu for vender aqui não dá para comprar lá em Goiânia. Então, tem que continuar ficando aqui mesmo.
> **Entrevistadora:** Por que é ruim morar aqui?
> **Entrevistada:** Porque aqui prefeito mesmo não traz benefício nenhum pro município, não é asfaltado, é essa poeira aí. Aqui é ruim por causa disso. O município de Aparecida eu acho muito devagar.
> **Entrevistadora**: Tem algum bairro em específico que você gostaria de morar em Goiânia?
> **Entrevistada:** Se eu tivesse grana eu gostaria de morar lá no Urias, porque eu já morei lá e eu acho muito bom. Sossegado. (Sabrina)

#

> **Entrevistadora**: Como é viver aqui, a senhora gosta?
> **Entrevistada:** Olha, eu gosto pelo seguinte, porque é meu, eu gosto do lugar porque é tranqüilo também, não tem assim... bagunça. Tem lugar que você vê tiroteio, aqui é parado, quieto, mas é ruim por outro lado. Agora não, porque agora ainda tem o CAIS[41] aqui, mais perto, adoeceu, põe no carro e leva.
> **Entrevistadora:** Então a senhora gosta de morar aqui no bairro?
> **Entrevistada:** Gosto, eu acostumei.
> **Entrevistadora:** Gostaria de morar em outro lugar?
> **Entrevistada:** Em Goiânia, onde que eu morava mesmo, no bairro Capuava. (Laudelina)

Analisando a relação classe, renda e lugar, Santos (1996, p. 85) afirma que a cidade cria condições para o empobrecimento da sua população:

> Há, em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa em que mora, isto é, para mudar de bairro, e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Nesse caso, pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos [e com menor qualidade], tudo isso contribuindo para que sua pobreza seja maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor

A trabalhadora Laudelina, há quinze anos moradora do Jardim Veneza II, totalmente desprovido de infra-estrutura urbana e equipamentos urbanos de uso coletivo, afirma ainda morar neste bairro em função da saúde do seu esposo, paciente renal crônico, em detrimento de sua satisfação ou de suas filhas adolescentes:

> Meu esposo em 2000 perdeu os dois rins, então ele é renal crônico, [...] muita das vezes eu falo: "João a gente tinha que mudar". Inclusive a gente tinha dois carros. Nós tivemos que vender um carro. Era pra trocar o carro em uma casa bem mais pra lá, mais pra perto de tudo, porque tem as meninas. Não é fácil sair. Tudo tem que resolver no centro, então já estava tudo combinado da gente dar esse carro mais uma quantia em dinheiro e sair

[41] CAIS: Centro de Atendimento Integrado de Saúde.

> daqui. Só que ai eu conversando com a médica do meu esposo, ela falou assim: "Laudelina, o seu esposo ele está muito bem, o lugar que ele mora como que é?" Eu falei que era quieto e perto da família. A família praticamente toda dele mora aqui, [...] é o bolo. Ela falou assim: "Olha, presta atenção, televisão e cama não faz bem pra ninguém, se ele mudar de perto da família dele ele pode entrar numa depressão, ele pode ficar só assistindo televisão deitado em uma cama, não vai ter lugar pra ir, então antes vocês se sacrificar um pouquinho e ficar perto da família dele, de que sair de perto e ele dá um problema maior. Então, isso é tudo um ponto que você tem que pensar", então eu falei: "Não, já que a gente não pode mudar daqui João, pra não sair de perto da sua família, então vamos murar". A gente vendeu o outro carro, murou [a casa] e colocou portão. Sair como? Se sair daqui vai prejudicar a saúde dele, então, antes sofrer um pouquinho a mais, mas ter ele por perto.

Na verdade, Laudelina desde o momento da escolha do local para morar sua opinião não foi levada em consideração, deste modo Laudelina se "acostumou" com o bairro e com dificuldades cotidianamente enfrentadas por ela e sua família,

> **Entrevistadora:** Por que vir morar aqui?
> **Entrevistada:** Porque quando a gente morava no Nova Era meu esposo fez um acerto na firma e dava pra gente comprar um lote no Mansões Paraíso. [...] só que meu sogro já tinha reservado esses dois lotes para o meu esposo e eu não sabia. Quando o meu esposo falou para ele que estava comprando um lote lá no Mansões Paraíso, ele falou: "Não! você não pode comprar lá! porque eu já reservei o lote aqui pra você. Eu já conversei com o Manoel, já segurei. Então, você vem ficar com esse lote." E ele não me contou. No outro lote era só fechar o negócio. Ele não foi fechar o negócio e não me falou nada. Quando eu chamei ele pra gente fechar negócio, ele falou: "Não eu já comprei o lote lá perto da minha mãe". Quase que eu morro, até hoje eu ainda pego no pé dele, porque esse lugar aqui é esquecido, é longe. Ele saiu do trabalho e fez outro acerto e começou construir aqui. No início a gente morava só em dois cômodos, era o caixote quase inteiro da casa. Nós ficamos em dois cômodos uns dois ou três anos [...]. Não tinha energia, nem previsão de energia. As ruas aqui era só mato, era um matagal mesmo. Não tinha rua direito, tinha "trieiro", o capim tampava a gente quando passava. Morador podia contar, era um aqui, outro bem longe.

Apesar de o bairro que Laudelina morar existir há mais de quinze anos, este é totalmente desprovido de infra-estrutura urbana, realidade vivida por inúmeros outros bairros da cidade de Aparecida de Goiânia que surgem de forma ilegal, do ponto de vista do não reconhecimento e aprovação da prefeitura da cidade, mediante um projeto de regularização do loteamento. Informação que não é repassada para a população carente, que tomada pela conquista da segurança de um local de moradia próprio acabam concordando, sem se preocupar com estas questões inicialmente, uma vez que muitos loteamentos que começam clandestinos acabam um dia se regularizando.

Sobre as dificuldades básicas enfrentadas no dia-a-dia por sua família e pelos demais moradores do bairro, em função do local de moradia, Laudelina diz que a alternativa é

recorrer às centralidades da cidade de Aparecida ou outros bairros próximos com algum comércio ou ainda "dar um jeitinho":

> [...] tudo aqui, banco, alguma coisa que a gente quer, é no Garavelo. Então, se quer um pão ou você compra o pão para o outro dia ou então tem que animar levantar de manhã e ir no armazém ou no Parque das Nações ou no Buriti Sereno. Tirando daí não tem outra coisa, a não ser que você faz um bolo, faz alguma coisa pra não precisar sair de manhã. Às vezes deixa uma massa de pão de queijo amassada de manhã enrola, põe no forno e pronto. Não é fácil você morar em um lugar que se você precisar de uma caixa de fósforo você tem que se animar [a percorrer uma longa distância].

Zilda é insatisfeita com o local de moradia em função da ameaça à segurança e educação dos filhos, devido ao alto índice de violência registrado no bairro e na cidade de Aparecida como um todo:

> **Entrevistadora:** Qual o motivo principal de a senhora não gostar do bairro?
> **Entrevistada:** Eu acho muito pesado criar meus filhos aqui. Uma responsabilidade muito grande. [Aqui eles são criados] muito preso, muito seguro, e lá não [em Carmo do Rio Verde]. Lá é um lugar, [...] uma cidade tranqüila, calma. Os menino sai pro colégio e agente não fica com aquela preocupação. Igual, eu tenho os dois, um estuda de manhã e o outro à tarde, se eu chegar do serviço e demorar um pouquinho a chegar do colégio, eu já fico preocupada pela violência que é aqui. Então, o motivo maior é esse.

Também preocupada com seu único filho, Marinete afirma que gostar do bairro que reside está associado à segurança de morar na casa própria, livre do aluguel, podendo desta forma ser mais autônoma profissionalmente, em relação às exigências feitas por patrões, (ao contrário do que acontece com uma trabalhadora doméstica que reside na casa dos patrões), e por seu filho gostar do bairro:

> **Entrevistadora**: Como você se sente morando aqui no Campos Elíseos? Você gosta?
> **Entrevistada:** Gosto. Não que eu não gostasse da Vila Aurora, mas uma [coisa] é você morar em um lugar estranho e outra [é] morar assim. É uma questão de segurança. Porque antes eu era sozinha. Um exemplo, se eu tivesse de aluguel hoje eu não teria pedido conta, sem outro serviço. Eu teria visto outro serviço e saído de lá numa quinta-feira ou numa sexta-feira e já pegando outro serviço, mas lógico que na segunda-feira porque a gente tem que ter cabeça. Hoje em dia é segurança, é família, é bom pro meu filho. Acho que nem é bom pro meu filho. É ótimo. Aqui ele fez um local dele mesmo. [...] foi uma realização uma segurança [...]. Foi um pouquinho de cada coisa.

Deste modo, a satisfação ou a insatisfação com o bairro de residência, por parte das trabalhadoras domésticas está associada: a satisfação de seus familiares (espacialmente filhos e esposo), em morar no bairro (vivenciando o bairro como lugar); qualidade de vida

relacionada à instalação de infra-estrutura urbana (principalmente o asfalto[42]) e equipamentos urbanos de uso coletivo (escolas, postos de saúde, hospitais, postos policiais, comércio, etc.), portanto, ao modo de vida que o bairro oferece a elas e suas famílias (o modo que as pessoas vivem em determinados lugar e tempo, como se inter-relacionam, trabalham, divertem-se, relacionam-se com seu lugar de vida). Quando questionadas sobre o que gostariam que tivesse no bairro que não tem, elas afirmam: tudo.

> **Entrevistada:** Tudo! Porque aqui falta tudo. Eu gostaria que tivesse um colégio bom, principalmente, porque não precisava da gente deslocar os filhos da gente. [Tem] muitas crianças pequenas que tem de tomar ônibus e banco também precisaria muito. Precisaria não, precisa. Porque isso faz muita falta no bairro, porque pra gente mexer, por exemplo, com banco o lugar mais perto que a gente vai é ali no centro de Aparecida ou no Buriti [Shopping]. Então isso ai faz muita falta aqui, pra nós, eu gostaria que tivesse tudo isso aqui. (Zilda)
>
> #
>
> **Entrevistada:** Um colégio perto, asfalto, supermercado perto, banco, uma área de lazer era bom. Igual, a gente [que] tem filho, fica longe, tudo aqui é em Goiânia. (Dalva)
>
> #
>
> **Entrevistada:** Eu queria a rua asfaltada, que o setor tivesse banco, porque tudo você tem que ir lá em Aparecida (centro) ou lá no Garavelo. Deveria ter aqui perto. Igual, pra pagar energia, não agora porque a gente paga na farmácia, no supermercado. (Sabrina)
>
> #
>
> **Entrevistada:** Tudo. Não tem nada. Eu acho que padaria, armazém, supermercado, tudo, pra você ver não tem nada aqui. Tem minha igreja aqui que eu utilizo (Laudelina).

Para as mulheres trabalhadoras domésticas se deslocar pelas ruas dos seus bairros de residência, tidos como potenciais lugares "porção do espaço apropriável para a vida através do corpo" é um fim em si, pois este deslocar, mesmo percorrido a pé, diretamente com seus corpos, a princípio está vazio de sentido, cumprindo apenas a função do deslocamento geométrico no espaço, ligar dois locais; e segundo que os deslocamentos feitos pelas trabalhadoras no bairro são reduzidos, apenas para atender suas necessidades mais imediatas – o pouco comércio que o bairro possui e a igreja – no geral por quatro motivos principais: 1. Pela falta de tempo da trabalhadora; 2. Pelo reduzido círculo de amizade e contato superficial com os vizinhos - que geralmente compartilham da mesma rotina de trabalhadores subalternos que saem de madrugada de casa e voltam no inicio da noite, se fecham em casa e vão cuidar

[42] Não é em vão que em toda campanha política municipal os candidatos a prefeito e vereador conquistem muitos eleitores com a promessa de asfaltar seus bairros.

de suas obrigações domésticas e familiares - às vezes se limitando ao encontro no ponto de ônibus, local de passagem em oposição ao lugar, local de permanência, vivência; 3. Má condição das ruas do bairro – poeira, buraco e lotes baldios com mato alto; 4. Ausência de locais apropriados, para o lazer fora de casa, por exemplo.

> **Entrevistadora**: Como se sente ao se deslocar pelo seu bairro? Bem, segura?
> **Entrevistada**: Me sinto bem aqui no meu bairro, apesar que meu trajeto aqui a passeio é pouco, é só até na igreja. Mas eu me sinto bem, assim. Fico bem segura. Não sei se é porque é o lugar que a gente mora, aí não tenho aquela coisa assim... Claro que a gente tem os cuidados da gente, mas não é tanto assim. A gente vai e volta naquela paz, naquela tranqüilidade.
> **Entrevistadora**: Por que a senhora acha que esses deslocamentos que a senhora realiza aqui dentro do bairro são tão poucos?
> **Entrevistada:** Não tem como eu mudar minha rotina, porque pra começar aqui não tem um lugar de lazer pra gente e eu fui acostumada assim também, de casa pro serviço, do serviço pra casa, de casa pra igreja. Pra mim é normal isso aí. (Zilda)

#

> **Entrevistadora:** Como a senhora se sente quando está se deslocando, pelo bairro? A senhora se sente bem, à vontade, segura ...?
> **Entrevistada:** Não, eu não ando segura. A gente sempre anda com medo. Sabe por quê? Um dia desses, eu tava vindo da igreja com minha filha, era cedo da noite, quando eu cheguei bem aqui na esquina, aqui pertinho, quando dei fé, de repente o homem colocou a arma na cabeça minha e dela. Eu vinha da igreja, aí, eu pensei: "Eu não posso reagir." E ele me falou: "Pára aí, pára aí". Eu falei: "Não vou parar, não!" Ele viu que eu não ia parar, ele passou. A minha filha, ao invés de correr pra frente não, ela voltou, foi para trás. Ele passou pra ela, ainda bem que ele não fez nada com ela, soltou ela. Por isso que eu falo a gente deve sempre estar na presença de Deus, buscando a força do Senhor Jesus. Quem livrou eu, né? Neste momento, [foi] o Senhor Jesus, com certeza. (Dalva)

#

> **Entrevistadora:** Como você costuma se deslocar pelo bairro e como você se sente ao se deslocar pelo mesmo?
> **Entrevistada:** Segura ninguém sente em lugar nenhum, eu costumo andar a pé, geralmente vou no supermercado, é difícil eu sair de casa. (Sabrina)

Como mencionado, em função da rotina vivida pelas trabalhadoras, longas e incertas jornadas de trabalho, longos e desgastantes deslocamentos de suas casas ao local de trabalho e da falta de equipamentos urbanos de lazer em seus bairros, limitadíssimos são os locais freqüentados pelas mulheres trabalhadoras em sues bairros. Desta forma quando questionadas sobre os locais freqüentados em seus bairros a maioria cita a igreja e a casa de parentes e amigos:

> **Entrevistada:** A única coisa que eu freqüento aqui no meu bairro é a minha igreja Assembléia de Deus, que fica [...] dois quarteirão acima daqui. (Zilda)

#

Entrevistada: A igreja.
Entrevistadora: Qual igreja, em que bairro?
Entrevistada: No Jardim Tiradentes, a Igreja Universal na rua oito.
Entrevistadora: Além da igreja a senhora costuma ir a outro lugar?
Entrevistada: Não, em nenhum outro lugar. (Dalva)

#

Entrevistada: Às vezes eu vou com meu marido num barzinho, aqui perto, no Tiradentes ou então aqui mesmo no setor. Têm uns amigos nosso ali, só que é muito difícil sair. Em outros locais que eu vou aqui é no supermercado, porque supermercado a gente tem que ir mesmo.
Entrevistadora: Por que você freqüenta estes locais?
Entrevistada: Meu marido gosta que eu acompanho ele e eu gosto de beber uma cervejinha no final de semana, mas só que é difícil, não é assim direto. É muito difícil. (Sabrina)

#

Entrevistada: Aqui no bairro eu vou à igreja. Não tem outro lugar. [Tem] a casa da minha sogra que mora aqui, mas é muito difícil. Às vezes eu chego muito cansada do serviço, eu prefiro ficar descansando aqui em casa mesmo, não saio. Em comércio quando eu vou, de vez em quando, a gente vai no pitdog[43] aqui no Parque das Nações e no salão de beleza que eu vou de vez em quando no Parque das Nações também. (Laudelina)

Deste modo, diante das limitações materiais dos bairros que as trabalhadoras residem o bairro enquanto lugar, "espaço do vivido, apropriado através do corpo", está associado ao espaço da casa - local de segurança e repouso - e à igreja – local de encontro com um grupo de pertencimento (religioso):

Entrevistada: É a igreja, não tem outro local.
Entrevistadora: E por que a senhora se sente segura e aceita na igreja?
Entrevistada: Primeiro porque lá é um lugar que a gente busca mesmo a presença de Deus, que Ele está presente ali. A gente tem toda liberdade de falar com Ele, de pedir, de agradecer. E pela igreja toda, como se diz, a igreja é todos os irmãos. Então assim, a gente [se] conhece há muito tempo e todos são muitos [bons], trata a gente muito bem. Lá é muito aconchegante, a gente se sente muito bem, muito à vontade. Então, eu acho que é por isso. (Zilda)

#

Entrevistada: Aqui não tem local nenhum, não tem uma praça. Igual, quando eu vou em algum lugar, que eu fico mesmo é sozinha em casa, às vezes eu vou aqui na igreja [católica], lá eu me sinto bem. (Sabrina)

#

Entrevistada: A igreja [evangélica].
Entrevistadora: Por que a senhora se sente bem na igreja?

[43] Sinônimo para sanduicherias muito freqüentadas em Goiânia e na RMG que, geralmente, funcionam em *traillers*.

> **Entrevistada:** Por causa das pessoas da igreja, os obreiros, o pastor, são ótimas pessoas. Eu [me] sinto à vontade porque eu estou ali buscando a presença de Deus. Eu estou à vontade porque eu estou invocando a presença do Senhor Jesus. (Dalva)
>
> #
>
> **Entrevistada:** A minha igreja, não tem outro lugar.
> **Entrevistadora:** Por que a senhora se sente bem na igreja, como é o relacionamento da senhora com as pessoas que freqüentam a igreja?
> **Entrevistada:** Meu relacionamento com o pessoal da minha igreja é muito bom, inclusive com os meus vizinhos. Eu [me] sinto bem na igreja, porque lá é um momento de reflexão, é um momento de adoração. Quando eu estou na minha casa, eu estou com a minha família e estou bem, mas quando eu estou na igreja, eu [me] sinto bem. Às vezes é dia de ir pra igreja e eu não vou, eu já sinto falta. (Laudelina)

Por mais que o bairro de residência seja cheio de problemas e fique distante do almejado por essas suas moradoras, do ponto de vista da infra-estrutura e equipamentos de uso coletivo, ao retornarem de um longo e exaustivo dia de trabalho em um lugar estranho da metrópole, ao chegarem ao bairro de residência, após passar por vários lugares da metrópole vazios de sentido para elas e para muitos outros cidadãos, os vínculos afetivos que evidenciam o bairro enquanto lugar, porção do espaço apropriado todos os dias nos modos de uso, através do seu corpo, dos sentidos, dos passos enquanto moradoras emergem:

> **Entrevistada**: É um alívio porque eu vou chegar e descansar, vou ficar à vontade. Já vou começar a brincar com meus bichinhos, ali no quintal. Vou começar o meu histerismo aqui em casa pra pôr tudo no lugar, porque eu sou enjoada. É tipo um aconchego, é um sossego, é um prazer ter que chegar. (Marinete)
>
> #
>
> **Entrevistada:** Nossa! Não tem nada melhor! Não tem nada melhor, você chegar no bairro, ver pessoas conhecidas. [Chegar] em casa, nossa! Eu acho muito bom, apesar de ter tanta coisa pra arrumar, mas eu arrumo super feliz. [Me] sinto muito bem de estar na minha casa. (Zilda)
>
> #
>
> **Entrevistada:** Cheguei na roça. Cheguei na roça, na poeira. (Dalva)
>
> #
>
> **Entrevistada**: Nossa! Eu acho muito bom, mas quando você desce do ônibus e vê aquele monte de terra, quando é nessa época é terra, poeira, quando é na época de lama, você desce lá e vem com os pés todo sujo, aí não tem nem jeito. Eu acho muito ruim. (Sabrina)
>
> #
>
> **Entrevistada:** Bom, agora eu sinto diferente, mas antes eu pensava: "Ai, meu Deus, já vou voltar pra lá de novo!". Mas agora, eu falo: "Ah! cheguei na minha casa!", pelo menos é minha casa, ninguém me incomoda, é meu. (Laudelina)

Apesar de todas as mulheres trabalhadoras domésticas entrevistadas residirem em casa própria, a casa de todas elas é inacabada: falta acabamento como pintura, cerâmica, forro, reboco, área de serviço, além de móveis que sejam do gosto das trabalhadoras (mais novos) ou adquirir algum que ainda não tenha. No entanto cuidar de suas casas e dos afazeres domésticos do seu lar é uma satisfação, pois para elas suas casas representam o lugar de suas vidas, o local do repouso, da segurança da renovação:

> **Entrevistadora:** O que a sua casa representa pra você?
> **Entrevistada:** Acredito que seja tudo, sossego pra descansar, pra pensar, pra tentar ver se a situação está meio difícil, é tudo. A gente tem que dar valor no cantinho da gente, por mais simples que for, porque quando a gente não tem é bem pior. Eu acredito que eu seja muito abençoada. Quando a gente está fora de casa, a gente sente uma falta daqui que é impressionante, a gente quer estar ali, é ali que a gente está completo.
> **Entrevistadora**: Você gostaria que sua casa fosse diferente?
> **Entrevistada:** Não, eu só sonho com ela toda prontinha, colocar a cerâmica aqui na parede, uma pedra de mármore aqui; colocar meus três banquinhos que eu sonho ali do outro lado; forrar com PVC aqui porque é branquinho e fica bonitinho. É a parte do acabamento que falta, terminar de cimentar o quintal, fazer o muro pra ficar mais seguro, o que falta é realmente a parte do acabamento que é a mais difícil [cara]. (Marinete)
>
> #
>
> **Entrevistada:** Para mim abaixo de Deus e minha família, acho que é a saúde e a casa. Porque igual eu, que já morei de aluguel, o tanto que eu já sofri e hoje eu tenho a minha casa, nossa! Eu agradeço a Deus sim. Então, ela significa muito pra mim, é um pedaço da minha vida. Se eu ficar sem minha casa, eu acho que tira um pedaço de mim, porque é uma coisa que eu prezo muito, a gente ter um local da gente morar. Saber que é da gente mesmo simples como é, mas para mim significa muita coisa.
> **Entrevistadora:** A casa da senhora é como a senhora gostaria que fosse?
> **Entrevistada:** Não, infelizmente, em termo assim, de coisas dentro de casa, não é como eu gostaria que fosse. Ainda quero, pretendo ainda, uma hora que Deus me der oportunidade eu ver minha casa em modo geral do jeito que eu sonho. A decoração até agora não está como eu gostaria, meu sonho é de ver ela pintada, forrada, de piso e ter móveis novos, da época [de] hoje, como se diz, porque os meus tudo são mais antigo. Não é que me falta nada, não, mas eu pretendo, quero ver minha casa como eu sonho, arrumada, toda acabada e bem decorada. (Zilda)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Quando a senhora vem de algum lugar e chega em casa como a senhora se sente?
> **Entrevistada:** Minha casa é tudo! É o meu repouso, é o meu descanso, eu fico à vontade, eu faço o que eu quero.
> **Entrevistadora:** A casa da senhora é como a senhora gostaria que fosse?
> **Entrevistada:** Não, está faltando muita coisa pra ficar como eu gostaria, trocar todos os móveis, por a laje, mudar o piso, pôr pia na cozinha, que não tem, pôr armário na cozinha, que não tem armário embutido e arrumar o quintal todinho, cimentar. (Dalva)

#

> **Entrevistadora:** O que a sua casa significa para você? Quando você pensa em sua casa como se sente?
> **Entrevistada:** A casa da gente é o lugar melhor. Igual assim, você chegar, descansar, você ficar à vontade. Mesmo quando eu estou trabalhando eu fico doidinha para chegar em casa, porque você chega, vai descansar, toma um banho. Eu gosto de cuidar da minha casa. Eu tenho uma amiga, toda vez que ela vem aqui, eu estou limpando casa, eu estou fazendo alguma coisa, eu nunca fico parada.
> **Entrevistadora:** Quando você vem de algum lugar e chega em casa como se sente?
> **Entrevistada:** É um descanso.
> **Entrevistadora:** A sua casa é como você gostaria que fosse?
> **Entrevistada:** Não, eu gostaria que ela fosse mais arrumada, o quintal arrumado, igual, eu quero fazer a área lá na frente ainda, eu queria maior minha casa, porque têm dois quartos, sala, cozinha, eu queria crescer mais. Queria não, quero, se Deus quiser eu vou. (Sabrina)

A rotina após um dia de trabalho entre as trabalhadoras não é muito distinta. Dentre as coisas que costumam fazer, está: cuidar da alimentação da família (fazer o jantar); conversar com os filhos sobre o dia deles; lavar ou passar roupas; cuidar da saúde e alimentação de animais domésticos, etc. Apesar da dupla jornada de trabalho, uma remunerada na casa dos patrões e outra em sua casa com sua família, as trabalhadoras não se queixam da rotina. Pelo contrário, dizem cumpri-la com satisfação, e se queixam é do pouco tempo que têm para desempenhar estas atividades em suas casas, uma vez que cuidam mais da casa dos outros do que de suas próprias:

> **Entrevistada:** [...] não faço mais porque o tempo da gente, às vezes não permite. Às vezes, a gente trabalha mais fora, faz mais fora do que pra gente mesmo. Mas, o que eu faço aqui dentro de casa eu faço com muito amor, com muito carinho, porque é meu. Então, eu faço com muito carinho, cuido bem. (Zilda)

Não fica evidente na fala das trabalhadoras nenhum conflito pelo fato de transitarem entre duas realidades socioeconômicas e culturais tão diferentes: a sua, marcada pela limitação financeira, e a dos seus patrões, totalmente oposta em função do maior poder aquisitivo. Ao contrário, quando questionadas sobre o que achavam da casa dos patrões (tamanho, decoração, etc.), a maioria delas fazia questão de deixar bem claro que achavam bonito, mas que não tinham inveja das posses dos seus patrões, que não queriam nada de seus patrões para elas, fundamentadas em princípios religiosos e morais:

> **Entrevistadora:** Descreva a casa que você trabalha?
> **Entrevistada:** É bonita e grande, mas se eu tivesse dinheiro eu não faria parecida, porque eu não tenho inveja. Porque isso aí eu acho que é inveja. Igual assim, você fala assim: “Eu quero uma casa igual essa”. Para mim isso é inveja. Eu não tenho inveja. (Laudelina)

Antes de falarmos da corporeidade das mulheres trabalhadoras domésticas é valido ressaltar que segundo Milton Santos (2000) a corporeidade corresponde à subjetivação dos dados objetivos de um corpo (corpo individual e coletivo), isto é, a atribuição de valores as características corporais fenotípicas do outro de forma que esses valores se estendam a características morais, interferindo deste modo na existência (no dia-a-dia, nas práticas socioespaciais e culturais) do corpo subjetivado, uma vez que "a nossa existência tem uma corporeidade, pois agimos através do corpo" (IDEM, IBIDEM). Deste modo a corporeidade das trabalhadoras domésticas é balizada pelo conflito entre gênero (ser mulher); pela raça (ser mulher negra ou branca); e pela classe/segmento profissional (ser mulher negra ou branca, pobre e empregada doméstica). Santana (2003), se referindo a Felix Guatari (1986) afirma que esse conflito vivido pelas empregadas domésticas leva à produção de um modo especifico de subjetivação, pois

> A subjetividade não pertence a um individuo biológico, assim como não faz parte de uma instituição social. È um processo que envolve tanto a natureza extra-pessoal, extra-individual quanto a natureza intra-humana e infra-pessoal. Esse mesmo autor acrescenta, ainda, que a subjetividade não se situa no campo do individual, estando em circulação nos conjuntos sociais diferentes e é assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares.
> Existem diversos modos de viver a subjetividade. Eles oscilam entre dois extremos: em um pólo está a alienação e noutro, a singularização. O individuo humano configura sua subjetividade dentro deste continuum, podendo, inclusive, oscilar, tendo alguns momentos de vida e relações mais alienadas e outros mais singulares (SANTANA, 2003, p. 55).

De modo geral "a narrativa histórica tradicional" dá pouco espaço às mulheres, pois essa narrativa é feita, em geral, por homens. Os homens, segundo um ponto de vista misógino, avesso às mulheres, fazendo delas objeto do exercício do poder masculino. Deste modo, durante muito tempo tudo que foi dito e escrito sobre as mulheres e para as mulheres estava subjugado ao patriarcado, crença que supõe a superioridade do homem em relação à mulher. Portanto, segundo esta crença o homem tem o direito de determinar a corporeidade da mulher em função do seu sexo biológico (a sexualidade, a estética, a afetividade, a vestimenta, a mobilidade social e espacial – aonde, quando, como e com quem ir – o comportamento social, etc.), determinando seu sexo social, seu gênero. Corporeidade que se revela múltipla, uma vez que é assimétrica em função das diferenças tomadas como critério de desigualdades, diferenças referentes à classe e à raça/etnia, por exemplo.

Como mencionado, no caso da mulher negra na cultura brasileira colonial, e mesmo pós-colonial (representações sociais que surgiram neste contexto espaço-temporal persistem), além das diferenças estética (inferiorizada), intelectual, das vestimentas, da sexualidade, afetividade, o acesso da mulher negra a espaços públicos também era diferente

do da mulher branca, pois neste contexto a idéia de mulher pública em oposição a homem público, era pejorativa. Deste modo, o acesso, as conquistas espaciais e sociais se deram de forma diferenciada e desigual entre mulheres brancas e negras, ricas e pobres na história brasileira, por exemplo, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Fala-se de forma generalizada da árdua conquista do mercado de trabalho extra-doméstico por parte das mulheres, na verdade mulheres brancas (espaços desertados pelos homens em detrimento de cargos de chefia). As mulheres negras, escravizadas ou não, eram levadas a desempenhar atividades para além do espaço doméstico, como quitandeiras, lavadeiras, etc. Porém isso não garantiu que estas saíssem na frente na conquista do mercado de trabalho feminino. Ao contrário, permanecem em seus nichos ocupacionais (trabalhadoras domésticas, serventes/serviços gerais, vendedoras ambulantes, manicures, costureiras, etc.), versões hierarquicamente atualizadas das atividades desempenhadas durante a escravidão (mucamas, amas-de-leite, quitandeiras, etc.):

> Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, [...], é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. [...], ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da "inferioridade" que lhe seriam peculiares.
> Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração ("refúgios") nos supermercados, nas escolas, ou nos hospitais, sob a denominação genérica de "servente" (que se atente para as significações que tal significante nos remete) (GONZALEZ, 1982, p. 97- 98).

Sobre as dificuldades materiais enfrentadas pela mulher trabalhadora doméstica em sua dupla jornada diária, afirma Gonzalez de forma representativa:

> Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum na favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos nos cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após "adiantar" os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isto sem contar quando tem de acordar mais cedo (3 ou 4 horas da "manhã") para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então, quando tem de ir às "reuniões de pais" nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas "psicológicos" de seus filhos, que apresentam um comportamento "desajustado" que os tornam "dispersivos" ou incapazes de "bom rendimento escolar" (*Idem*, 1982, p. 98).

A invisibilidade da mulher no mercado de trabalho, somente mais visível nos últimos 50 anos, talvez "esteja associada ao racismo da sociedade brasileira, pois alguns autores têm estudado a mulher negra e as têm encontrado no trabalho fora de casa"

(RIBEIRO, 2004). Na verdade, fora de sua casa, como mencionado, um dos principais nichos profissionais para as mulheres negras e pobres no Brasil é o trabalho doméstico, desempenhado no isolamento do espaço doméstico de outrem, trabalho inclusive desvalorizado por mulheres, que podem em função do seu relativo maior poder aquisitivo delegar a outra que não possui condições materiais e simbólicas para se libertar desta condição de subalterna e, de fato, realizar suas conquistas seu socioespaciais no mercado de trabalho, fora de casa, mesmo que sob o custo de estar pagando outra mulher para substituí-la nos afazeres domésticos em sua casa, portanto subalternizando, em função do seu maior poder aquisitivo, outra categoria de mulher. Deste modo "a liberação de algumas mulheres dos trabalhos domésticos, dá-se às expensas das empregadas domésticas, portanto de outras mulheres":

> Na divisão sexual do trabalho, o homem fica com o espaço externo [o espaço de produção – de bens], com a casa e a manutenção da família. Dentro dessa concepção, o trabalho doméstico remunerado está implícito na divisão sexual do trabalho no momento em que se contrata uma mulher (a empregada) para substituir outra mulher (a patroa) que entrou no mercado de trabalho, na produção de bens, e saiu da domesticidade do lar [o espaço da reprodução – produção de seres humanos]. Desta forma, mesmo quando a mulher ocupa algum posto de trabalho do espaço masculino, ela continua, por intermédio da empregada, mantendo o espaço privado destinado à figura feminina (SANTANA, 2003, p. 51-52).

A corporeidade das mulheres negras, mais do que a das mulheres brancas é subjugada ao poder do homem (branco), pois carrega a herança de um dia ter sido uma mulher mercadoria, objeto sexual, serviçal e subserviente. Portanto são muitos os estigmas em relação à mulher negra, à sua corporeidade. Deste modo, "quando nos deparamos com a realidade das mulheres negras, intensifica-se o quadro de desigualdades e opressões, sendo entrecruzadas as questões de gênero e raça" (RIBEIRO, 2004, p. 89), uma vez que:

> O processo de socialização baseia-se, em geral, na visão de que "negro é ruim, feio e sujo" e de que "mulher deve ter lugar menos favorecido". Assim sendo, olhar-se no espelho e reconhecer características como o nariz chato, o cabelo pixaim, a bunda grande como atributos valorativos torna-se muito difícil (Idem, Ibidem).

Assim, é associado aos negros em função de características como a cor da pele (a mais escura), aliada aos aspectos sociais e culturais, não apenas á "feiúra", mas à subalternidade e à invisibilidade. Entretanto, isto ocorre de maneira ambígua e perversa: de um lado, o homem negro é rejeitado como desinteressante, de outro é enaltecido como potente e viril, ou ainda temido como violento. Já a mulher negra é rejeitada pela cor, enquanto muitas vezes, especialmente, enquanto "mulata", é vista como disponível e sedutora, cujo atributo

maior seria o de “ser quente”, mas desprovida de desejo próprio e feita apenas para “servir” ao outro (RIBEIRO, 2004).

> São estas e outras representações acerca da corporeidade da população negra, em especial da mulher negra, que limita o cotidiano de muitos homens e mulheres negros brasileiros, em particular os menos favorecidos do ponto de vista da instrução, da desalienação, pelo processo de conscientização de sua condição, de uma ideologia dominante que embarga qualquer possibilidade de reação, relegando muitos ao conformismo de aceitar e suportar o peso dessas representações preconceituosas, em muitos casos até incorporando-as (Idem, Ibidem).

A mulher trabalhadora doméstica seja negra, “mestiça” ou mesmo branca, de diferentes formas e intensidades, experiencia em seu cotidiano situações desagradáveis/preconceituosas associadas à sua condição de trabalhadora subalterna somada a um conjunto de representações sociais negativas associadas ao serviço doméstico, muitas destas representações estão associadas ao fato de inicialmente, ainda no Brasil colônia o serviço doméstico era prestado por escravizadas negras, objeto do exercício do poder de caráter étnico-racial e econômico dos senhores e sinhás brancas, portanto caracteriza-se enquanto um nicho profissional que suscita práticas invasivas no que diz respeito à constituição da corporeidade destas mulheres, expressas na constituição de sua identidade de gênero, de raça/etnia, de classe social e profissional, sendo comuns casos de: abuso sexual e moral; agressões físicas; negligência nas leis trabalhistas.

Em anúncios de jornal, nas exigências feitas em agências de emprego doméstico ou ainda em cursos de formação para domésticas dentre o conjunto de exigências e expectativas formuladas pelas patroas quando solicitam empregadas são mais de caráter subjetivo do que referentes à qualificação profissional, mais uma evidência do quanto as representações sociais associadas à profissão e ao grupo étnico-racial que predominantemente o executa, mulheres negras, ainda estão presentes no imaginário e nas praticas coletivas (KOFFES, 2001; SANTANA, 2003; SANTOS; MESQUITA & DEIAB, 2003). Se referindo aos pedidos feitos nas agências de empregos no que diz respeito à “identidade da empregada”, Koffes (2001) identifica dentre outros elementos os referentes à competência, a aparência e aos hábitos morais da candidata:

> 1) Elementos referentes à competência: experiência, prática, responsável, com expediente, experta, caprichosa, que goste de usar uniforme, que saiba ler e escrever, com informações, com um pouco de instrução, que saiba atender ao telefone.
> 2) Elementos referentes ao horário a ser comprido: pontual, que possa viajar, que não saia aos sábados à noite; que saia à noite , mas não volte tarde;
> 3) Elementos referentes ao caráter e à condição: solteira, sem filhos, sem compromisso, com filhos grandes, pessoa só, independente, senhora, moça, mocinha, maior de idade, que goste de criança, que goste de animais, boa

> aparência, boa e limpa, sem odor, com dentes, com bons dentes, com boa presença, bem apresentável, educada e alegre, educada, limpa e educada, calma, de boa formação moral, de confiança, boazinha, que não fume, que seja de fora de Campinas [que seja do interior], [...] (KOFFES, 2001, p. 241).

Sobre a exigência da cor da empregada doméstica feitas em agências de emprego doméstico continua Koffes:

> Em todos eles, consta a informação "se a patroa tem ou não preconceito racial". A agência faz sempre essa pergunta [...]. Assim, 620 patroas afirmaram não ter preconceito. A essa afirmativa quase sempre seguia-se um "mas", ao qual se acrescentava: "bem limpa" (245), prefiro branca ou mulata", " não quero muito escura", "bem asseada", acrescentando "ou", quando se pede uma empregada "branca" (236): "branca ou...bem limpa", "...ou clara", ...ou "sem odor", ...ou "mulata". Também encontrei "preto menos mulata", ou "preta bem limpa". Aparecem também as justificativas para se querer "alguém bem limpa", por exemplo: "É para dormir com minha filha, que é mocinha". Esses critérios estão ausentes quando se pede faxineira. [Considerando-se que o] ritmo de suas tarefas é intenso e a convivência com a família é menor [...] (*Idem,* 2001, p. 238-239).

Sobre os atributos de ordem moral e física:

> [...]. A palavra "limpa", em suas variantes, interconecta os dois. "Limpa" refere-se ao caráter (o que é mais explicitado) de "confiança", "boa formação moral", "responsável", "calma". E "limpa" refere-se também à higiene pessoal: "cor", "boa aparência", "bons dentes". A cor – "negra", "branca"- pode ser ora um atributo negativo ora positivo. Neste último caso, muitas pedem uma cozinheira negra, pois ainda há uma representação que associa a boa cozinheira à cor negra (*Idem,* 2001, p. 244).

Deste modo, a corporeidade da mulher trabalhadora está subjugada a um conjunto de representações sociais negativas que não se limita a sua vida enquanto trabalhadora doméstica, mas a sua vida enquanto mulher, cidadã, mãe, esposa, entre outras funções assumidas pelas mesmas, pois "a personalidade do individuo acha-se em parte modelada pelas posições que ocupa" (LINTON, 1959 *apud* CLAVAL, 2001, p. 123), portanto, ocupando as margens da sociedade, do ponto de vista das práticas espaciais (morar, circular, consumir) grande parte das mulheres trabalhadoras domésticas não se identifica com a profissão. Ao contrário, quando iniciam no trabalho o encaram como temporário, porta de entrada para o mercado de trabalho urbano (grande parte das trabalhadoras domésticas é migrante da zona rural - interior). Desde então vivem acreditando que essa condição de trabalhadora doméstica é transitória, daí a recusa e desinteresse de muitas trabalhadoras em formalizar sua situação profissional, por meio do registro na carteira de trabalho, visto como uma mácula em sua vida profissional.

De acordo com Koffes (2001) os Cursos de Formação para Doméstica promovidos pela Secretaria de Promoção Social da cidade de Campinas (São Paulo) na década de 1970 e início da década de 1980 e na apostila do Mobral (programa "educativo" de caráter nacional, que "reforça o caráter secundário do trabalho feminino na economia") vão ainda mais longe no que diz respeito à normatização do comportamento (corporeidade – correspondente a subjetivação de dados objetivos, atribuição de valores a atributos corporais, por exemplo, com o intuito de manipular as identidades sociais – de gênero,de raça/etnia, de classe social, de grupo profissional, etc. - do outro tido como inferior - corporeidade correspondente à aparência, estética, dados objetivos) da empregada na interação com a família, apresentando exigências referentes a apresentação de "documentos pessoais, à aparência física, à atitude e ao caráter da empregada doméstica" com exigências como a lealdade:

> [...]. A corporalidade ideal da empregada implica cobrir a cabeça com lenço – esconder os cabelos -, ter unhas cortadas e sem esmalte, não usar roupas decotadas, maquiagem ou perfume. Creio [...] que tais aspectos nos metem, também à redefinição de um certo valor de feminilidade, portanto, da negação da sua identidade de mulher, para afirmar, na relação com a patroa, a identidade de trabalhadora. Os aspectos ligados ao corpo seriam, além daquelas ritualizações que marcam o tempo e o espaço da casa, um meio de delimitar quem é quem nessa interação (KOFFES, 2001, p. 269).

Compreendemos que a exigência do uso do uniforme é um dos diversos elementos simbólicos cuja função seria a de mostrar quem é a mulher serviçal – trabalhadora – nas relações familiares em contraste com a mulher dona da casa, a patroa, portanto, uma das funções do uniforme e dar a visibilidade adequada à mulher empregada doméstica dentro da casa da patroa, em especial se a empregada doméstica tiver "boa aparência" se aproximando da dos donos da casa e fugindo do estereótipo de uma empregada doméstica, normalmente negra, contrastando com a cor branca da família empregadora. Sobre a exigência do uso do uniforme dizem as entrevistadas:

> **Entrevistadora:** Você já usou uniforme?
> **Entrevistada:** Já usei. Era interessante. Era até bonitinho. Tinha meia, sapatinho, cabelo bem arrumado. A unha tinha que estar pronta. Até que eu gostei. Só não saia na rua com aquele uniforme
> **Entrevistadora:** Por que você não saia na rua usando uniforme?
> **Entrevistada:** Eu achava que chamava muita atenção, porque ali estava bem pronto mesmo, uniforme, aquele lencinho...
> **Entrevistadora:** Só por chamar atenção e não por que as pessoas poderiam pensar alguma coisa?
> **Entrevistada:** No caso de pensar, não. Porque lá onde eu morava as pessoas me conheciam como uma empregada de requinte, que ganhava bem.
> **Entrevistadora:** Você acredita que o uniforme indicava isso?
> **Entrevistada:** Dependendo do lugar, tem local que você vê que você é uma empregada. Mas dá pra ganhar seus mil e poucos reais por mês. (Marinete)

#

> **Entrevistada:** A coisa que eu acho mais humilhante é a empregada doméstica usar uniforme, se fosse no meu caso eu não usava, eu acho ridículo colocar uniforme, avental e colocar aquela toquinha, eu tenho pra mim que está fazendo igual um cachorro, não tem cachorro que você coloca aquelas roupinhas? Eu acho aquilo muito humilhante, eu tenho pra mim que a gente tem que trabalhar normal.
> **Entrevistadora:** Por que você acha que tem patrão que exige que a empregada use uniforme?
> **Entrevistada:** Eu acho que é porque tem patrão que é rico e quer manter a aparência, quer se mostrar. [...] vai fazer um jantar e convidar os amigos, claro que eles vão querer a empregada vestida de uniforme. Vai servir na bandeja, tem uns empregados que fica lá na mesa esperando o patrão comer, se fosse pra mim trabalhar naquilo lá, meu Deus do céu, eu acho que isso é para humilhar e se mostrar. (Sabrina)

#

> **Entrevistadora:** Você já usou ou usa uniforme?
> **Entrevistada**: Nunca.
> **Entrevistadora:** Por que você acha que alguns patrões exigem que a empregada use uniforme?
> **Entrevistada**: Eu acho que eles quer mostrar para as pessoas que aquela é a empregada, que aquela é diferenciada, é a empregada deles. Igual lá mesmo, tem gente que usa uniforme, sai na rua de uniforme, igual a babá, é de uniforme, vai passear no shopping de uniforme, todo mundo está sabendo que é empregada, não precisa disso. Então, eu acho que o uniforme é para diferenciar, pode ser bonita como for, mas é empregada doméstica. Agora, se você veste uniforme de uma loja como as Casas Bahia tudo bem, mas o uniforme da empregada doméstica não é lá essas coisas não, é um roupão mais esquisito do mundo. (Laudelina)

Diante da fala das mulheres trabalhadoras domésticas entrevistadas verificamos que suas percepções acerca da exigência do uso do uniforme por parte dos patrões não é equivocada. Elas demonstram consciência de que o uniforme é uma forma de identificá-las como empregadas domésticas em relação às outras mulheres da casa, às patroas, seja no espaço doméstico da casa dos patrões ou mesmo em espaços públicos, pois independentemente de sua aparência, "feia ou bonita", o uniforme indica que ela é a empregada doméstica; elas percebem também que a exigência do uso do uniforme é uma forma consciente de humilhação da empregada por parte dos patrões. Por outro lado, mesmo que a patroa não exija o uso do uniforme à trabalhadora doméstica já internalizou de que no ambiente de trabalho deve "amenizar" sua feminilidade para evitar chamar a atenção dos integrantes masculinos, e até mesmo femininos, da casa:

> **Entrevistadora**: Como você costuma se vestir no local de trabalho?
> **Entrevistada**: Umas camisetas de manga, uma bermuda pra me movimentar bem, uma chinela Havaiana. (Marinete)

#

> **Entrevistadora:** Como a senhora costuma se vestir no local de trabalho? A senhora usa uniforme?
> **Entrevistada:** Não, eu nunca trabalhei num local que eles me exigisse uniforme. Eu me visto normal. Todo lugar que eu trabalho, eu tenho a roupa deu ir e levo a roupa deu ficar lá. Meu traje é esse aqui [blusa com manga, sem decote e saia com comprimento até os joelhos]. Nunca, nem quando eu era solteira, eu nunca usei bermuda, nunca usei mini-saia, nunca usei sem manga, então meu estilo é esse aqui, em qualquer lugar, aqui em casa, no meu trabalho, só que assim, eu pra ir trabalhar eu vou com uma roupa e lá eu tenho a outra deu vestir, mas assim não muda de padrão, só porque assim, às vezes, a gente suja, sua. (Zilda)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Como você costuma se vestir no local de trabalho?
> **Entrevistada:** Eu uso bermuda e camiseta. (Sabrina)
>
> #
>
> **Entrevistadora**: Que tipo de roupa você costuma usar no local de trabalho?
> **Entrevistada:** Uma camiseta e uma saia mais grossa e mais grande um pouco. Porque às vezes você tem que subir uma escada, a gente agacha, levanta. (Laudelina)

A única trabalhadora branca entrevistada, que foge ao estereótipo/padrão esperado da empregada negra, ao contrário das demais entrevistadas, todas negras, nos demonstra em seu depoimento experiências que evidenciam o incômodo das patroas com sua corporeidade (aparência e nível cultural), facilmente confundida com um dos membros ou freqüentadores da casa, principalmente nos momentos que chegava ao trabalho e quando se arrumava para ir embora evidenciando sua feminilidade e sexualidade:

> **Entrevistadora**: As patroas com que você trabalhou, elas faziam exigências em relação a sua higiene e a sua aparência (roupas, maquiagem,...)?
> **Entrevistada**: [...] em questão de roupa, não. Eu sempre gostei de trabalhar bem tampada [coberta], porque eu sei como são esses patrões. Vai que dava uma zebra de acontecer alguma coisa, mas questão de cabelo sempre bem amarradinho e higiene eu faço questão de chegar de manhã cheirosinha.
> **Entrevistadora**: Você falou da questão de bem vestida, você já passou por uma experiência desagradável?
> **Entrevistada**: Não. Só uma vez que uma falou pra mim lá em Franca [São Paulo] se eu tinha certeza que eu queria trabalhar na casa dela com esse cheirinho [perfume] era de doméstica. Eu disse que tinha e não gostei. Tanto é que nessa eu nem fui mais. Aí, depois a menina que me arrumou lá, falou que ela tem muito ciúme do marido.
> **Entrevistada:** [...] elas olham até se está com unheiro na mão. Igual, elas olharam na minha mão no meu primeiro dia. Eu estava com a unha grande aí a filha dela disse: "Mamãe olha a unha da Marinete, que unha bonita". Eu estava com dois cordão de ouro, elas perguntaram o que era aquilo, se era ouro. Eu falei que ela podia ligar lá em Imperatriz e perguntar pra minha família que eles iriam responder.
> **Entrevistadora**: Ela perguntou se era ouro?
> **Entrevistada**: Sim, porque tinha um anel aqui e outro ali e doméstica não pode ter nada.
> **Entrevistadora**: E a unha, pediram pra você cortar?

Entrevistada: Não, foi acabando no dia-a-dia, foi o dia que eu tinha feito. Minha primeira francesinha[44] estava tão bonita. Ela disse: "Mamãe, olha que unha linda!" Só que só foi linda aquele dia. Nesse tempo eu não tinha nenhum cabelo preto, era bem loira, eu era bem vaidosa. Ela chegava e dizia: "Ê Marinete das pernonas grossas!" Eu ficava pensando pra que ela me falava isso. Aqui é só o meu serviço, que importa pra que ela tem que ficar olhando detalhe em mim, quando eu chegava com uma calça ou sandália nova. Empregada lá não vale nada, porque lá na chácara um empregado colocou uma antena parabólica e colocou uma televisão de 29' a filha dela disse: "'Como é que pode? A filha da Ana colocou antena parabólica e uma televisão de 29' maior do que a nossa, tem cabimento?" Eu não entendo porque a gente não pode ter nada. Tanto é que ela não sabe que eu moro aqui, ela pensa que eu moro de aluguel, ela não sabe que eu tenho telefone fixo e celular.

Entrevistadora: Mas porque ela nunca perguntou ou porque você nega?

Entrevistada: Não, por que quando eu estava lá, eu morava lá no Curitiba. Então eu sempre deixei eles pensarem que eu estava de aluguel. Tanto é que eles devem estar achando que eu estou penando porque tem a licença do meu esposo, eles acham que eu estou lá no Curitiba. E aqui, que são duas casas, eu não deixo eles saberem de nada meu. A próxima vai saber que eu tenho marido, etc. E lá eu nunca deixei. Deus me livre deles saberem que eu tenho um televisão de 29', que eu posso tomar uma falsa coca-cola todo dia, que eu posso fazer a unha todo final de semana, quando ele faz os bicos dele final de semana que sobra uns trocadinho!

Entrevistadora: Por que você achava que tinha que esconder tudo isso?

Entrevistada: Porque eu via que a outra [empregada] falava demais e ela criticava tudo. [Então eu me] baseava pelos outros empregados e ela sempre dizia que eu era diferente. Um dia ela falou: "Você nunca quis estudar e ser outra coisa?" Eu falei que não. Ela falou que eu falava diferente. Eu falo poucas coisas erradas, mas porque minha avó batia muito na minha boca, para mim conversar direito. Até no telefone ela me corrigia. Ela falou [a patroa]: "Se você se arrumar bem arrumada e ficar aqui ninguém fala que você é empregada". Uma vez chegou uma amiga dela lá e falou assim: "A Tereza se encontra? Ela subiu sem avisar. Ela perguntou: "Você é amiga dela? Também está aguardando?"Eu já estava saindo pra ir embora, aí eu disse que trabalhava lá? Ela disse: "Ah, é? Então, tá? Aí, ela se despediu: "Tchau, vai com Deus", essas amigas mais educadas.

Entrevistadora: Você já estava saindo?

Entrevistada: Sim. Teve uma vez que eu estava saindo também, a sogra da filha dela disse: "Olha a transformação de bruxa em princesa, olha o jeito dela. Você tem o corpo muito bonito. Você nem parece aquela que estava com blusão ainda agora". Os meninos [os netos da patroa]: "Já vai embora Marinete? Está com essa roupa?" E era uma menina que eu não gostava, pequena, aquelas do tipo que faz tudo que a mãe faz. Ela falou: "Mãe você já viu que a Marinete tem celular? Mãe, a senhora já viu o relógio da Marinete? Eu disse: "O meu esposo que me deu". Entendeu? Eles prestam atenção em tudo. [...] Patrão não tem que saber de nada que você usa, só o que eles vêem mesmo e pronto. E empregada tem que ser honesta do início ao fim, porque eu sei que uma hora eu vou dar de cara com ela lá. Então porque abaixar a minha cabeça? Não sei se eu vou cumprimentar, mas não tem porque abaixar minha cabeça. Quando eu estava saindo, eu falei que qualquer coisa aqui a senhora já sabe onde é que o meu esposo está e ele sabe me encontrar. Se o objeto estiver na minha casa a senhora traz e se não tiver a gente vai providenciar em outro lugar. (Marinete)

[44] Estilo de pintura das unhas das mãos e dos pés.

Diante da fala da trabalhadora Marinete fica evidente a persistência da questão racial no âmbito do trabalho doméstico. Isto é, ainda persiste no imaginário social brasileiro a associação entre trabalhadora doméstica e negra ("serviço de preto") herança do mundo do trabalho escravo; também como uma estratégia de minimizar os conflitos de gênero entre patroa e empregada, uma vez que está posto no imaginário social brasileiro, a subalternização da mulher segundo a classe e a raça. Com o declínio do sistema escravista inicia-se a imigração da mão-de-obra branca e estrangeira que passa a ser preferência na realização do serviço doméstico, principalmente as amas de leite (iniciou-se neste momento em jornais e escolas de medicina acaloradas discussões sobre os malefícios da amamentação por amas negras) em detrimento das negras (SANTOS; MESQUITA & DEIAB, 2003), temporariamente, pois o limiar entre a feminilidade e sensualidade entre uma e outra pode estar apenas na vestimenta e nos adereços, isto é, na diferença que as duas têm em poder investir na aparência de forma que esteja mais próxima do que é tido como belo em uma mulher e para uma mulher, como nos demonstra Koffes (2001) ao relatar a história de vida de Cândida, um trabalhadora doméstica açoreana "não escrava" vivendo, portanto uma situação em que o trabalho que ela fazia era, no Brasil, realizado por negros:

> No século XIX, Expilly, durante sua estada no Brasil, contratou para os serviços domésticos de sua casa uma "não escrava", Cândida. [...].
> Na escolha, conta Expilly, houve de imediato uma "simpatia pela moça". Mas o comportamento de Cândida teria mudado logo em seguida, dando inicio à uma série de exigências: de sapato e vestimenta, que a fizessem sentir *Madame [grifo nosso]*[...]. Sonhos insensatos, os de Cândida, querer vestir as roupas que eram vestimenta da (e de) patroa.
> Um dia, este comportamento considerado insensato vai mais fortemente manifestar-se em uma cena dramática [...].
> O casal saíra, pretendendo demorar-se, mas logo Expilly retorna à sua casa porque esquecera papéis e encontra Cândida, "com os pés e pernas nuas", mas vestida com uma das roupas da dona da casa, seduzindo um rapaz açoriano.
> Após o espanto, Expilly diz a Cândida que os vestidos de sua mulher não eram destinados a realçar os charmes de sua serviçal. Cândida reage, dizendo que não era serviçal, mas dama de companhia da senhora, e que os brancos eram iguais entre si e qualquer que fosse a posição por eles ocupada, tinham direito "ao respeito dos cavalheiros" (KOFFES, 2001, p. 130-131).

Apesar de Koffes (2001) relatar um ocorrido no inicio do século XIX, quando da passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, como verificado no depoimento de Marinete, ainda persiste no imaginário social brasileiro e nos dados estatísticos de pesquisas institucionais a constatação da equivalência entre o exercício de certos trabalhos (menos qualificados), as relações de mando/obediência e as linha de cor, como é o caso do emprego doméstico. Deste modo, é compreensível, assim como fez Cândida, a maior recusa simbólica de mulheres brancas aos "serviços de negra", e a dificuldade também por parte de algumas

patroas em assimilar as profundas ambigüidades das representações sobre o trabalho e o trabalhador no que diz respeito à cor. Portanto, por mais que uma empregada doméstica tenha em comum com sua empregada a cor, há entre elas outras diferenças, que extrapolam inclusive, a interação das duas no espaço doméstico, a classe social e um conjunto de representações sociais relacionadas à "escravidão doméstica que não impõe sua marca apenas no fazer, mas também nas atitudes e comportamento daqueles que, na família, se socializam para o mando e para a disponibilidade de alguém que lhes atenda a vontade" (VON BINZER, 1980, p. 136-137 *apud* SANTOS, MESQUITA & DEIAB, 2003, p. 5). Sobre as vontades, abusos, conflitos culturais, preconceitos e humilhações expressos na conduta e na fala de quem pode mandar, declaram as trabalhadoras domésticas, quando questionadas sobre como é ser trabalhadora doméstica em um país onde a profissão é desvalorizada:

> **Entrevistadora**: Como se sente trabalhando como empregada doméstica em um país que a profissão é desvalorizada?
> **Entrevistada**: Eu acho que não deveria nem ser, porque elas precisam tanto da gente pra elas poderem andar bonita, se realizarem profissionalmente e elas precisam de alguém na casa delas, pra poder arrumar, porque, senão, elas vão chegar do emprego delas e vão ter que encarar. Eu acredito que a gente é uma ajuda pra elas e elas não vê isso.
> **Entrevistadora**: Mas por que você acha que o trabalho doméstico não é reconhecido?
> **Entrevistada**: Até no jeito das patroas chegarem, você acabou de lavar o banheiro e ela chega lá e joga sapato pro lado, escova pra outro, sorvete ali no canto da banheira. Por que não colocar tudo no lugar? Por que tira a roupa junto com a calcinha e deixar o fundo virado? Por que elas não lavam as próprias calcinhas? Por que elas não terem um pouco mais de respeito?
> **Entrevistadora**: Por que você acha que elas fazem isso, tem esse tipo de comportamento?
> **Entrevistada**: Acho que é falta de consideração com a gente mesmo, eu acho que não precisa fazer esse tipo de coisa, acho que a empregada não precisa ver certo tipo de coisas: camisinha jogada no chão. Eu acho que a empregada não precisa ver isso é uma coisa muito deles.
> **Entrevistadora**: Você imagina o motivo de não haver respeito com o trabalho doméstico e com a empregada?
> **Entrevistada**: Porque a maioria é sem estudo, moram em local bem decadente, têm vários filhos. A maioria é separada do marido, vamos dizer assim, que é um zero a esquerda, fica ali limpando. (Marinete)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Por que a senhora acha que a profissão é desvalorizada?
> **Entrevistada:** [silêncio] Eu acho que eu não sei nem explicar. Por que que não é? Eu não sei se é por ser doméstica, sabe? Acham que é uma profissão muito baixa, muito desvalorizada.
> **Entrevistadora:** Por que a senhora acha que é desvalorizada?
> **Entrevistada**: Eu acho que até pelo nome, doméstica, sabe assim? Esse nome é assim tão rebaixante, eu acho.
> **Entrevistadora:** Como assim?
> **Entrevistada:** Eu acho assim esse nome de DO-MÉS-TI-CA, eu acho que rebaixa muito a gente, sabe? Eu acho que deveria ter outro nome, parece que se tivesse outro nome seria diferente, tipo assim, uma secretaria do lar, tem é

lógico que tem, mas a maioria não fala secretaria do lar, fala é DO-MÉS-TI-CA.
Entrevistadora: Para a senhora a palavra "doméstica" lembra o que?
Entrevistadora: Não sei, parece que é um nome assim que rebaixa muito sabe? Eu não gosto.
Entrevistadora: Em que situações a senhora se sente rebaixada?
Entrevistada: Eu não gosto assim, lugar que eu to trabalhando e a patroa fala assim: "Essa aqui é MI-NHA EM-PRE-GA-DA". Nossa, parece que põe a gente lá no pó, põe a gente lá... Não sei se é por isso que é desvalorizada. Eu é que me sinto assim, né?
Entrevistadora: Mas a palavra "doméstica" faz a senhora lembrar alguma coisa, que a senhora não gosta, a senhora associa a palavra a alguma coisa?
Entrevistada: Ah, esse nome "doméstica" parece assim, muito escravizado. Lembra muito a escravidão. Sei lá, eu penso assim. Mas, eu gosto do que eu faço, tenho orgulho de trabalhar, de ser empregada doméstica e saber fazer o serviço.
Entrevistada: É o que eu ia falando. [...] E eu já tenho encontrado lugar assim, local de trabalho que eu acredito que é porque tem a gente pra arrumar. Então, até mesmo um banho que vai, sabe? Entra no banheiro pra tomar um banho e muita coisa que a pessoa não tem necessidade de bagunçar, de deixa ali de qualquer maneira a pessoa deixa...
Entrevistadora: Fala um pouco mais desse "deixar de qualquer maneira". O que a senhora já presenciou e não gostou?
Entrevistada: Ah! Em tudo, assim sabe? Peça íntima que deixa lá de qualquer jeito dentro do banheiro. É o vaso sujo sabe? [...] Trabalhando em lugar assim, que eu acho um pouco de abuso isso aí, eu acredito que é porque tem quem arruma. (Zilda)

#

Entrevistada: Já, quando eu trabalhava com a Matilde em Brasília, as filhas dela chegava e queria mandar na gente, mandar fazer serviço que não era [meu], serviço que não estava no meu roteiro de serviço ou que não era dia deu fazer e tinha que fazer, isso eu era obrigada a fazer. Já passei por várias situações.
Entrevistada: Já ouvi, esse onde eu estou mesmo, o filho dela é advogado, ele já falou assim: "Você arruma as meninas e recebe bolsa escola". Ele fala que bolsa escola é esmola, critica muito assim a raça da gente que é pobre, critica muito os pobres.
Entrevistadora: E ele sabe que os filhos da senhora recebem o Bolsa Escola? Como a senhora sente ouvindo esse tipo de coisa?
Entrevistada: Sabe, a gente se sente ofendida, quem que ouvindo aquilo ali vai se sentir bem? (Dalva).

#

Entrevistadora: Tem algum hábito/costume dos seus patrões que lhe incomoda?
Entrevistada: Tem uma coisa que eu não gosto, às vezes eu arrumei tudo, eles estão tudo sentado no sofá, na hora que eles levantar, ai ela falar para mim: "Laudelina, antes de você ir dá um espichadinha no sofá", a pessoa está levantando e não pode fazer isso? É a única coisa que me incomoda, nada mais.
Entrevistadora: O que você acha de sua patroa fazer esse tipo de coisa?
Entrevistada: É demais, está levantando é só puxar o forro e consertar.
Entrevistadora: Por que você acha que sua patroa faz isso?

> **Entrevistada**: Eu acho assim "tô pagando", e cama também, eu acho que levantou da cama tinha que arrumar, se for pra mim ir meio dia pra arrumar o quarto, eu tenho que estender a cama. Isso pra mim é a morte, você ter quase na hora de ir embora arrumar a cama. (Laudelina)

Apesar de viverem situações de preconceito no ambiente de trabalho, presentes em seus depoimentos, a maioria das entrevistadas afirma nunca ter sofrido preconceito no ambiente de trabalho. Fora desse âmbito, afirmam não perceber ter vivido situações de preconceito em função de serem mulheres ou negras. Fazem questão que frisar que com elas isso nunca aconteceu "Graças a Deus". Porém por ser pobres e em algumas situações sociais, como abertura de crediário em lojas, quando tiveram que revelar que eram trabalhadoras domésticas, sim. No entanto, percebem atitudes preconceituosas por parte da mídia, quando uma trabalhadora doméstica é representada, segundo elas, aspectos como ser negra, não ser uma mulher bonita, associada à desonestidade, de "dar moral para o patrão", ser tratada de maneira agressiva pelos patrões, a pouca escolaridade, entre outras:

> **Entrevistadora:** Você já sofreu algum tipo de preconceito por trabalhar como empregada, por ser mulher, por morar nesse bairro? Enfim você já sofreu algum tipo de preconceito?
> **Entrevistada**: Por trabalhar como doméstica eu acredito que sim. Uma vez lá no O Boticário eu fui abrir o crediário e perguntou qual a minha profissão eu respondi e teve outra vendedora que me olhou, eu falei para a vendedora que estava me atendendo e ela disse pra eu não me importar que aquele era o jeito dela.
> **Entrevistadora:** De que forma a outra vendedora te olhou?
> **Entrevistada**: Ela me olhou dos pés a cabeça. Foi a primeira vez que eu tinha ido comprar lá. A vendedora de lá e da Flavio's me falaram que as melhores pessoas pra pagar são as domésticas.
> **Entrevistadora**: Por que você acha que a outra vendedora se comportou assim quando soube que você era empregada doméstica?
> **Entrevistada**: "Uma doméstica no O Boticário comprando perfume!" Eu estava comprando dois e parcelando no cartão, o que uma doméstica quer em um lugar assim, mais requintado? (Marinete)

#

> **Entrevistadora**: Você já percebeu algum outro tipo de preconceito, por você ser mulher, negra, empregada,...?
> **Entrevistada**: Às vezes assim, quando você vai fazer alguma compra em uma loja e perguntam o que você faz, mas agora nos dias de hoje tem empregada doméstica que ganha mais do que muita gente. Agora não existe tanto preconceito, mas há tempos atrás era assim. Antigamente era assim, se você falasse que era empregada doméstica não tinha acesso a nenhum crediário, hoje não, a empregada doméstica é mais valorizada e tem certos benefícios e às vezes ganham até mais do que outras pessoas. (Laudelina)

Da mesma forma que é mais comum entre as patroas arrumar uma nova trabalhadora por indicação, em função da maior segurança, as trabalhadoras entrevistadas afirmam que nunca arrumaram serviço através de anúncios de jornal, mas apenas através de

indicações de parentes e amigas que desempenham a mesma profissão ou desempenham outros tipos de serviço doméstico, como porteiros, por exemplo. Com exceção da trabalhadora branca entrevistada, todas as demais, negras, têm membros de sua família, mães, irmãs que trabalham ou trabalharam em serviços domésticos:

> **Entrevistadora:** Tem outras pessoas em sua família que trabalham ou já trabalharam como empregada doméstica?
> **Entrevistada:** A minha mãe trabalhava agora não que ela é aposentada. As minhas irmãs trabalham duas e tem três que não trabalha. Tem uma que só cuida da casa dela, uma trabalha no hospital e a outra trabalha no salão, só eu e outra que trabalha como doméstica. (Sabrina)

Apesar de algumas queixas sobre a rotina da profissão como a jornada de trabalho, o trabalho excessivo (às vezes prestando serviço para mais de uma família dentro da mesma casa sem haver aumento na remuneração), fiscalização e controle por parte das patroas, a maioria das trabalhadoras afirmam gostar da profissão. Apenas uma delas Dalva com menor escolaridade (4º série), diz não estar satisfeita:

> **Entrevistadora:** Por que a senhora ainda trabalha como empregada doméstica?
> **Entrevistadora:** É por falta de oportunidade. Igual, se o meu marido trabalhasse, ele trabalha, mas fica envolvido é em comprar moto, as coisas dele. Se ele trabalhasse e ajudasse mais eu e meus meninos, pra mim ter oportunidade de fazer um curso de costureira, de bordado, de outra coisa, se eu tivesse oportunidade não tava nessa profissão não. Porque não é fácil não.
> **Entrevistadora:** A senhora gosta de trabalhar como empregada doméstica?
> **Entrevistada:** Não gosto não, porque é muito ruim, a gente é mandada, é obrigada a trabalhar, você estando doente ou não você tem que ir trabalhar, todo dia, chuva, sol, tem que ir, eu sei que em todos os serviços tem que ir no horário certo, mas doméstica é mais ruim, é pior. Se passar do horário de trabalho você não tem hora extra. Você só tem décimo terceiro e férias, não tem seguro desemprego, essas coisas não tem. (Dalva)

Por mais que a maioria afirme que está satisfeita com a profissão, quando questionadas sobre porque ainda exercem a profissão, apesar das dificuldades enfrentadas em função da desvalorização profissional, elas argumentam ter se acostumado com o ofício a ponto de acharem que não dão conta de fazer outra coisa. Alega falta de estudo, tempo e dinheiro para investir em outra profissão (costureira, enfermagem, etc.). Estão acostumadas com a rotina e se acomodaram:

> **Entrevistadora**: Por que a senhora gosta?
> **Entrevistada:** Acho que é até o costume né? A vida toda trabalhando disso, então eu nem me vejo em outro tipo de trabalho, você entende? Assim, eu não me vejo, parece que eu não tenho jeito pra outro tipo de trabalho a não ser do lar. (Zilda)

#

> **Entrevistadora:** Por que você ainda trabalha como empregada doméstica?
> **Entrevistada**: Porque eu não terminei meus estudos, porque hoje tem que ter curso de computação, você tem que ter algum curso para você fazer, ter estudo bom pra você ter um emprego melhor.
> **Entrevistadora**: Você gosta do que faz?
> **Entrevistada**: Eu gosto, porque é o jeito. Tem que trabalhar mesmo nesse serviço. Agora se fosse o caso para mim varrer rua, esses trem, eu não queria não. Esse solzão quente. Quando não é sol é chuva e dentro de casa não é assim. (Sabrina)

Sobre exigências por parte da patroa em relação à higiene, por exemplo, tratam com naturalidade, pois este é um direito da patroa. Porém afirmam que se sentiriam ofendidas se alguma recomendação direta fosse feita pela patroa, por isso elas se cuidam. Koffes (2001) demonstra em seu estudo que é comum as trabalhadoras domésticas verem as patroas como amigas e até mesmo figuras maternas, sendo que o mesmo não ocorre por parte das patroas, pois o que há é um paternalismo oportunista, uma vez que para se livrar das obrigações do serviço doméstico precisa da trabalhadora doméstica, de preferência satisfeita com seu ambiente de trabalho. Deste modo por traz desta atmosfera de amizade e cumplicidade paternalista entre a patroa e sua trabalhadora doméstica, estão em jogo seus interesses diferenciados e desiguais. Cautelosas ao falar de sua relação com as patroas, o que ocorre com nossas entrevistadas não é diferente do relatado por Koffes (2001):

> **Entrevistadora:** É uma pessoa assim muito simples, sabe? Muito simples, muito bacana, muito amiga, ela senta com a gente e conversa, conta as histórias dela, sabe? Passa assim, algo que acontece na vida dela.
> **Entrevistadora:** A senhora gosta desses momentos?
> **Entrevistada:** Gosto sabe? Eu me sinto bem, sabe? Quando a patroa faz isso assim comigo, porque às vezes a gente tem até condição de ajudar a pessoa em alguma coisa. [...] Parece assim, que ela não tem alguém para desabafar.
> **Entrevistadora:** Como é que a senhora se sente diante dela? Quando a senhora está com ela, assim no mesmo ambiente?
> **Entrevistada:** Eu me sinto assim familiar sabe? Eu não fico acanhada por eu ser empregada e ela a patroa. (Zilda)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** No dia-a-dia como é a relação da senhora com a sua patroa?
> **Entrevistada**: Bom, a gente conversa sobre tudo. Ela não tem esse negócio não, a gente fala sobre tudo, todos os assuntos da vida, os momentos que ela está passando ela me conta, momentos bons, momento difícil, tudo ela me fala.
> **Entrevistadora:** A senhora gosta desses momentos?
> **Entrevistada:** Gosto é ótimo. Muito bom, pra distrair a gente.
> **Entrevistadora:** Como é que a senhora se sente de ela estar compartilhando a vida dela com a senhora?
> **Entrevistada:** Penso que ela confia na gente, que ela tem total confiança, por isso que ela conta os problemas dela pra gente. (Dalva)

#

Entrevistadora: No geral, no dia-a-dia, como é seu relacionamento com sua patroa?
Entrevistada: Amiga, se tem algum problema a gente conversa, ela vai pra cozinha e fica conversando comigo, às vezes, quando ela está muito atacada do problema dela, eu sempre levo a minha carteira de motorista, eu sou motorista, eu sou tudo, então eu levo ela em algum lugar que precisa, eu levo no médico, no shopping, sou babá. Eu vou mais ou menos arrumada porque eu que se pintar alguma coisa tem que sair e não tem jeito, às vezes eu nem quero ir em certo lugar, mas ela diz : "Não, você vai comigo!" (Laudelina)

Apesar da atmosfera "amigável", os conflitos "profissionais" aparecem:

Entrevistadora: Vocês já discutiram por algum motivo?
Entrevistada: Só uma vez que eu saí mais cedo, quando eu era mais nova lá e ela disse que eu não podia ter saído. Mas eu já tinha terminado o serviço, eu ia ficar fazendo o que? Então eu fui embora. Ou então por sumir algum objeto, ela tinha mania de colocar as coisas em algum lugar e esquecer, eu largava o serviço e ia lá ajudar a procurar e o trem estava lá no canto e ela ficava tão sem graça. Aquilo já mexia comigo, para ela era tudo assim, tudo estava roubando, não diretamente, mas eu já sabia como ela fazia com os outros então eu era muito arisca.
Entrevistadora: Então porque você saiu de lá?
Entrevistada: Porque casa de avó é assim as filhas tem empregada, mas tudo tinha que ser feito lá, se ia fazer um docinho ia fazer lá, se a empregada de lá faltava eu que pagava o pato. Eu não podia sair de férias em julho porque ela vai olhar os netos, eu não tinha privilégio de nada. Agora uma filha foi morar com ela porque está de neném e o resguardo é de nove meses, nove meses vai para ter e nove meses ela vai ficar lá. Eu não estava mais dando conta do serviço eu já estava entrando em parafuso, eu dizia: "Eu não dou conta mais disso aqui! Eu sabia quando ela falou que estava grávida como ia ser, [...] não vou levar isso adiante, eu ainda agüentei um mês, mas eu não dava conta mais. (Marinete)

#

Entrevistadora: Em relação à senhora, ela fez ou disse alguma coisa que a senhora não gostou?
Entrevistada: [...] falar não, mas fazer sim [...]. Por exemplo, ela, no sábado mesmo que foi combinado da gente trabalhar até 12:30 h o máximo uma hora, ela nunca cumpriu sabe? D'eu sair esse horário, então ela sai de manhã e fala tal hora, eu chego. Ela vai chegar é depois de uma hora e meia, duas, depois [do combinado]. A única coisa assim, que ela faz que eu fico chateada é isso aí.
Entrevistadora: Isso costuma acontecer só no sábado ou é comum ela não cumprir o horário combinado?
Entrevistadora: É comum. Mas assim, meio de semana tudo bem, eu entendo, porque ela tem a escola. Mas igual sábado, ela não vai pra escola nem nada, deveria saber que a gente tem casa e despachar a gente mais cedo. Ela enrola muito. Ela gosta muito assim, da gente ficar em volta dela, ela não vê muito o lado da gente não. (Zilda)

#

Entrevistadora: Vocês já discutiram por algum motivo?

> **Entrevistada**: Só por causa de um sábado. Eu trabalhava um sábado sim outro não, aí um sábado que ela queria eu ia, às vezes era um sábado que eu precisava.
> **Entrevistadora**: Ela faz ou diz coisas que você não gosta?
> **Entrevistada:** Às vezes, igual no dia da faxina mesmo, às vezes eu estou ocupada e ela fala: "Laudelina, puxa esse negócio pra mim pra cá", então eu penso, "por que não traz, eu estou ocupada". Quer dizer, eu estou ocupada com alguma coisa e não tenho que ir lá e puxar. (Laudelina)

Ser mulher para as entrevistadas é bom, porém não é fácil em função de suas responsabilidades serem maiores do que a de um homem e está associado aos papéis sociais culturalmente delas esperado, ser mãe, esposa, encarar a dupla jornada de trabalho de trabalho. As diferenças que percebem entre a vida das mulheres está relacionada à condição financeira e beleza, sendo as mulheres ricas e bonitas as mais poderosas. A maioria das entrevistadas afirma ter um bom relacionamento com os filhos e com o esposo, apesar do pouco tempo que tem para estar com eles:

> **Entrevistadora:** Como é ser mulher?
> **Entrevistada:** É bom ser mulher. Ser esposa, ser mãe, ser dona de casa. Só acho rotineira a vida de mulher, em tudo. O trabalho é muito rotineiro, mas eu gosto, eu acho bom ser mulher. (Zilda)

#

> **Entrevistada**: Ser mulher não é fácil, é difícil, se fosse pra mim escolher o sexo seria homem. Ser mulher é difícil em todos os sentidos da vida, ser mãe, de ser dona de casa, de cuidar de casa e ainda trabalhar fora não é fácil. Isso é muito difícil para a mulher. (Dalva)

#

> **Entrevistada**: Eu acho que a vida da mulher é mais corrida do que a do homem. O homem só vai para o trabalho, volta para casa, chega toma banho e mulher não. Mulher é sempre corrido, mulher nunca descansa. (Sabrina)

A maioria das mulheres entrevistadas afirma estar insatisfeita com a situação financeira e com a aparência pessoal, principalmente com o peso e por não poderem andar sempre "arrumadinha", isto é, usando roupas e acessórios que queiram, em função da limitada condição financeira. Como era de se esperar, entre as trabalhadoras negras a insatisfação com a aparência é maior, reflexo da interiorização da ideologia do padrão estético belo ser o branco, e no caso da população negra, principalmente as mulheres, as belas são aquelas que tentam se adequar a algumas características, como peso, traços faciais finos (nariz e lábios) e cabelos (alisados, escovados, implantados) que se aproximam do ideal de brancura para então ser aceita como bela. Segundo Gomes (2006 *apud* SOUZA, 2007) a hierarquização dos sujeitos e seus corpos segundo sua cor, principalmente veiculado pela mídia - "importante transmissora de valores, conhecimentos, crenças e modelos de conduta" -, produz-se um tipo

de violência que afeta várias instâncias da vida de suas vítimas, traz conseqüências sociais, econômicas, políticas e, sobretudo, psíquicas, interferindo no complexo campo das escolhas afetivas, do desejo e da identidade:

> **Entrevistadora:** Qual sua cor?
> **Entrevistada:** Negra, marrom, sei lá.
> **Entrevistadora:** Qual sua raça?
> **Entrevistada:** É negra mesmo.
> **Entrevistadora:** Como se sente em relação a este assunto?
> **Entrevistada:** Eu me sinto normal, não tenho preconceito.
> **Entrevistadora:** E nem percebe o preconceito?
> **Entrevistada:** Também nem percebo, sou feliz com minha cor.
> **Entrevistadora:** Já foi discriminada em função de sua cor/raça?
> **Entrevistada:** Até hoje graças a Deus não. Inclusive eu já fui foi assim muito, elogiada pela idade que eu tenho e pela cor.
> **Entrevistadora:** Quando as pessoas em diferentes locais olham para a senhora isso lhe incomoda?
> **Entrevistada:** Incomoda por causa assim, desse preconceito que eu tenho. Eu acho assim, que está me vendo muito feia, vendo tudo quanto é defeito que eu tenho sabe? [...] Aí me incomoda.
> **Entrevistadora:** Então a senhora logo imagina e pensa que elas estão te olhando por algum motivo específico, que tipo de motivo?
> **Entrevistada:** Tudo, acho que está me achando muito bochechuda, o nariz muito grande, o olho muito inchado, tudo isso vem na minha cabeça [...] eu acho que é por isso [...].
> **Entrevistadora:** Quando você se olha no espelho gosta do que vê?
> **Entrevistada:** Infelizmente eu tenho que dizer não.
> **Entrevistadora:** Gosta de sua aparência, cabelo, corpo, cor da pele, nariz, lábios...
> **Entrevistada**: Não, não, não gosto de nada.
> **Entrevistadora**: Por quê?
> **Entrevistada:** Ah, eu não sei, eu não sei explicar isso ai, sabe?
> **Entrevistadora:** A senhora gosta da cor da senhora?
> **Entrevistada:** Não, até que minha cor não me incomoda não.
> **Entrevistadora:** E os traços?
> **Entrevistada:** Mas meus traços sim, quando eu não me olho no espelho, eu acho meu olho muito feio, meu nariz muito grande. Eu mesmo ponho defeito em mim, sabe? Inclusive eu não sou muito nem de olhar no espelho, não sou.
> **Entrevistadora:** Como é que a senhora gostaria de ser?
> **Entrevistada:** Ah, pelo menos assim mais modelada [risos]. Na verdade eu não queria mudar minha aparência eu queria era tirar isso de dentro de mim [não gostar de sua aparência]. Porque às vezes eu me vejo assim é por causa disso que eu tenho dentro de mim. Por que até hoje eu nunca vi ninguém pra falar assim, que [me] acha assim horrorosa, feia assim, igual eu me sinto. Não sei nem explicar o que é que eu tenho para mim sentir assim, eu queria que isso desaparecesse da minha vida sabe? Para mim olhar no espelho e me ver assim. ... [com um ar de tristeza, diminui a entonação da voz].
> **Entrevistadora:** E na infância como era sua relação com o cabelo?
> **Entrevistada:** Ah! Era bem curtinho sabe? Cortava curtinho, depois é que eu fui crescendo que eu fui deixando crescer um pouquinho, mas era cortadinho, cuidadinho, só porque era baixinho. Mas eu não me lembro assim, nem de quando eu era criança que eu estudava de nenhum preconceito sobre isso aí não, de abuso pra mim dizer que eu tenho um trauma, não me lembro, não me lembro mesmo, eu até já parei pra pensar assim, se às vezes isso vem lá de trás né? Mas não me lembro, é uma coisa de dentro de mim mesmo.

Entrevistadora: Como gosta de se vestir, arrumar o cabelo, usar maquiagem. Quando está em casa ou para sair?
Entrevistada: Minha roupa é simples, eu não gosto de nada assim chamativo, que chama atenção Só não gosto assim, de roupa curta, sabe? Saia é abaixo do joelho, não sou muito de vestido, é saia e blusa, não uso blusa sem manga, sempre é assim [me mostra a que está usando], de manga, eu estava falando do cabelo né? E às vezes eu arrumo meu cabelo assim [estava usando bobs para alisar os cabelos], mas é raridade eu deixar meu cabelo solto, inclusive meus meninos por eles eu andava só de cabelo solto.
Entrevistadora: Por que a senhora não deixa solto?
Entrevistada: Não gosto, não me sinto bem, então eu arrumo assim, mas eu sempre gosto assim, amarro [o cabelo] pra trás. E não me maquio, não passo absolutamente nada, nem uma base na unha. (Zilda)

#

Entrevistadora: Qual sua cor?
Entrevistada: Bom, uns falam que é pardo outros que é morena, então está no meio.
Entrevistadora: Qual sua raça?
Entrevistada: Eu acho que é raça negra.
Entrevistadora: Como você se sente em relação a este assunto "raça negra"? O que você percebe, ouve sobre este assunto?
Entrevistada: Olha deixa eu te falar, eu às vezes nem dou moral para o que falam. Às vezes existe muita piadinha de negro, mas eu nem.... Eu acho é graça sabe?
Entrevistadora: Você "entra na onda"?
Entrevistada: Eu entro na onda e não me incomodo de maneira nenhuma.
Entrevistadora: E por que você acha que existe o racismo e a discriminação contra o negro na sociedade brasileira?
Entrevistada: A maioria das pessoas pensam assim, que eu já ouvi comentários, que a pessoa negra a maioria é macumbeiro [...] principalmente baiano negro [...] inclusive até aqueles "olundum", isso tudo faz parte, então já é tipo um costume, a cultura, isso tudo vai para a parte do espiritismo [...].
Entrevistadora: Mas no geral por que no Brasil se ouve falar do racismo e do preconceito contra os negros, só por causa da religião?
Entrevistada: Eu acho que vem lá de trás, desde a escravidão. Igual as meninas no meu serviço tem umas que são moreninhas, elas falam: "Ah! está pensando que eu sou escrava Isaura. Eu não sou escrava Isaura, eu já fui libertada pela Lei Áurea". Às vezes elas comentam comigo: "Nossa no seu serviço não é assim? Eu falo não, no meu serviço não é não.
Entrevistadora: Quando você se olha no espelho você gosta do que vê?
Entrevistada: Eu gosto, porque se eu não gostar de mim é difícil. Às vezes eu penso que poderia estar melhor, eu poderia me cuidar mais, em termos de cabelo, pele, acho que a pessoa tem que preocupar mesmo. Mas assim...contrariada assim, de falar que sou morena, assim não.
Entrevistadora: Então você gosta de sua aparência, seu cabelo, seu corpo?
Entrevistada: Dá trabalho puxar esse cabelo e tudo, mas eu gosto assim mesmo, não fico revoltada. (Laudelina)

Fica explicito na fala das entrevistadas o conjunto de representações sociais negativas referentes à população negra existente na cultura brasileira, tanto no que diz respeito às manifestações culturais negras quanto à corporeidade negra, não compartilhadas por elas, quanto à rejeição de aspectos estéticos, levando a problemas psicológicos (complexo

de inferioridade), reflexo da violência simbólica sofrida pelas mulheres negras brasileiras, principalmente as menos favorecidas financeiramente e culturalmente. Sofrimento que se estende inclusive a forma que estas mulheres sentem nos diferentes locais e situações sociais que enfrentam ou vivenciam. Se referindo a autores como Souza (1997), Inocêncio (1999) e Gomes (2003), Souza (2007) comenta as artimanhas utilizadas para discriminar a população negra, dentre elas a ideologia da inferiorização estética, "em que aspectos corporais são tomados pela cultura e recebem um tratamento discriminatório":

> A estética é uma construção cultural do modo de ver as coisas e não as coisas em si mesmo (Souza, 1997) e onde também perpassam concepções racistas e sexistas. A estética, além do significado do belo, é também a forma de olhar, a estética do olhar, e não apenas do aspecto contemplador. A cultura hegemônica se pauta em demasia na estética, nos modelos de beleza enquanto símbolos de progresso, de avanço, de modernidade. A estética, para Inocêncio (1999), desempenha um papel modelador das sociedades multirraciais em articulação com o racismo e, a partir desta, polariza o ruim e o bom, o liso e o crespo, o feio e o bonito.
> Um exemplo mais contundente sobre a relevância da estética na dinâmica das relações sociais são as piadas, os comentários pejorativos sobre os sinais diacríticos do(a) negro(a) como o cabelo, a cor da pele, o nariz ou o corpo, dentre outros. Não estamos isentos(as) de presenciar no cotidiano associações do cabelo crespo com distúrbios mentais, sujeira, tratado com escárnio e espanto (SOUZA, 2007, p. 34).

Deste modo é compreensível, o que não quer dizer aceitável, a dificuldade das duas trabalhadoras entrevistadas em afirmar uma identidade racial negra, aceitando e não vivendo com naturalidade e orgulho sua condição de mulher negra, aceitando aspectos corporais estigmatizados, como o nariz, e em especial os cabelos. Segundo Perrot (2007), "a mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências" sendo que "os cabelos são o símbolo da feminilidade, condensando sensualidade e sedução e atiçando o desejo". A autora fala da mulher européia branca de cabelos lisos e longos de cultura judaico-cristã, neste contexto cabelos "ondulados e drapeados" eram associadas a feiticeiras; cortar ou raspar os cabelos de uma mulher significava destruir a imagem da feminilidade. Consideradas as particularidades de cada época sabemos que a imagem do cabelo longo e liso como belo e símbolo de feminilidade ainda persiste em nossa cultura ocidental de origem judaico-cristã. Portanto, é compreensível a obsessão das mulheres negras em domar seus cabelos, alisando-os como forma de se sentirem mais femininas, menos rejeitadas e mais seguras, como mostra hooks (2005), ao analisar o processo de apropriação por parte da indústria da "beleza" do ritual de transformação (alisamento) dos cabelos das mulheres negras, antes feitos na intimidade de um salão de beleza ou na cozinha de casa por elas mesmas,

> Dentro do patriarcado capitalista – o contexto social e político em que surge o costume entre os negros de alisarmos os nossos cabelos -, essa postura representa uma imitação da aparência do grupo branco dominante e, com freqüência, indica um racismo interiorizado, um ódio a si mesmo que pode se somado a uma baixa auto-estima.
> O alisamento era claramente um processo no qual as mulheres negras estavam mudando a sua aparência para imitar a aparência dos brancos. Essa necessidade de ter a aparência mais parecida possível à dos brancos, de ter um visual inócuo, está relacionada com um desejo de triunfar no mundo branco. [...].
> Apesar das diversas mudanças na política racial, as mulheres negras continuam obcecadas com os seus cabelos, e o alisamento ainda é considerado um assunto sério. Por meio de diversas práticas insistem em se aproveitar da insegurança que nós mulheres negras sentimos a respeito de nosso valor na sociedade de supremacia branca.
> [...] as mulheres negras percebem seu cabelo como um inimigo, como um problema que devemos resolver, um território que deve ser conquistado. Sobretudo, é uma parte de nosso corpo de mulher negra que deve ser controlado [...].
> Aos olhos de muita gente branca e outras não negras, o *black* parece palha de aço ou um casco. As respostas aos estilos de penteado naturais usados por mulheres negras revelam comumente como o nosso cabelo é percebido na cultura branca: não só como feio, como também atemorizante. Nós tendemos a interiorizar esse medo. O grau em que nos sentimos cômodas com o nosso cabelo reflete os nossos sentimentos gerais sobre o nosso corpo (HOOKS, 2005, p. 3-5)

Assim, alisar os cabelos é para a maioria das mulheres negras "uma estratégia de sobrevivência: é mais fácil de funcionar nessa sociedade com o cabelo alisado. Os problemas são menores". Estratégia que sabota nossos esforços por construir uma individualidade e uma identidade. É evidente em falas anteriores e na fala seguinte das mulheres negras entrevistadas a obsessão em controlar seus cabelos, por meio do alisamento, evidenciando o quanto "o grau em que nos sentimos cômodas com o nosso cabelo reflete os nossos sentimentos gerais sobre o nosso corpo[reidade]", revelando um desejo "de ter um visual inócuo" (HOOKS, 2005),

> **Entrevistadora:** Você se preocupa com a sua aparência? Roupas, cabelo, calçados, ou mesmo com sua cor de pele de forma diferente conforme o local que você vai?
> **Entrevistada:** Eu com roupa e calçado não, inclusive até a psicóloga mesmo me falou que essa coisa que eu tenho comigo de não gosto de usar roupa nova, nem calçado novo, eu compro e fico toda vida guardando sabe?
> **Entrevistadora:** Por quê?
> **Entrevistada:** Eu não gosto de usar roupa nova, assim a primeira vez. Quando eu compro para ir para o trabalho é roupa simples, tudo bem, mas se for uma roupa mais chique assim, que o local que eu vou é para a igreja, mais uma roupa assim...melhorzinha eu tenho muita dificuldade em vestir.
> **Entrevistadora:** Por que, como a senhora sente quando veste uma roupa nova?
> **Entrevistada:** Parece que todo mundo está me olhando, me achando exibida, então eu não gosto [...] a psicóloga [...] falou pra mim a respeito disso aí também. Mas assim, a única coisa que me preocupa quando eu falo assim: "Eu tenho que ir em tal lugar" é o cabelo.
> **Entrevistadora:** A senhora sempre alisou ele?

> **Entrevistada:** Não, sempre não sabe? Assim, quando eu era mais jovem até que eu cuidada mais bem, mas depois não, hoje mesmo um dos meus filhos falou: "Mamãe a senhora só arruma o cabelo quando a senhora tem um lugar pra ir", igual essa viagem que eu vou faze agora, foi que eu arrumei, estou arrumando ainda, mas eu não arrumo sempre não, ás vezes eu sou um pouco desleixada comigo, mas [o que] me incomoda quando eu falo assim, " Eu tenho que ir em tal lugar", a única coisa que vem é o cabelo". (Zilda)

Por parte da trabalhadora branca também fica evidente uma baixa auto-estima e insegurança em função não de características étnico-raciais, mas de classe (presente também na fala das trabalhadoras que enfatizam elementos étnico-raciais de sua corporeidade). Por um lado há o desejo de investir na aparência, como forma de "ter um visual inócuo" em qualquer lugar e situação social que se encontre no que diz respeito às diferenças de classe expressas nos cuidados com o corpo e com a aparência (roupas, adereços, cuidado com os cabelos, com a pele e com o corpo), e por outro há a limitação financeira,

> **Entrevistadora**: Você se preocupa com sua aparência?
> **Entrevistada:** Eu sou assim, se eu pudesse eu andava arrumadinha, só que ultimamente eu relaxei bastante [...] mas quando eu saio até que eu dou uma arrumadinha, mas tem dia que eu me olho e não dá vontade nem de chegar perto do espelho.
> **Entrevistadora:** E você tem essa preocupação de forma diferente, dependendo do lugar que você vai?
> **Entrevistada:** Por isso que eu não saio, porque pra mim sair eu vou querer sair bem arrumada, porque chegar em um local que as pessoas vão ficar me olhando assim eu prefiro não ir, eu não.
> **Entrevistadora:** Quando as pessoas em diferentes locais te olham isso lhe incomoda? Você sente uma diferença?
> **Entrevistada: S**e eu estiver desarrumada sim, mas se eu estivar arrumadinha pode ser no Flamboyant, mas se eu estiver desarrumada é um problema.
> **Entrevistadora:** O que é estar arrumadinha para você?
> **Entrevistada:** Tipo uma roupinha que a gente se sente bem, não sou muito de soltar o cabelo, mas soltar o cabelo. Eu gosto muito de saia, vestido, mas de um tempo pra cá eu me apeguei tanto com calça é ate estranho. Teve uma época que eu só usava vestido e agora só calça. Eu não posso ver uma calça, de preferência justinha, uma blusinha que não mostre a barriga, um perfuminho, maquiagem só pinto o olho e batom, que em questão de segundo eu já tiro, a unha pronta e a sobrancelha. (Marinete)

Se pegarmos os classificados de emprego de qualquer jornal de grande circulação constataremos que não é comum em anúncios que pedem uma trabalhadora doméstica surgir expressões como "boa aparência", "ótima aparência", que em nossa cultura, racista, já sabemos significar "não se apresente candidatas negras, não serão admitidas". Esse tipo de exigência é comum em funções em que a candidata vai lhe dar diretamente com o público – recepcionistas, vendedoras, etc. -, pois sua "boa aparência" representa a empresa. Mulheres pretas e pardas quando admitidas é porque se submetem a padrões estéticos brancos - forjam uma "boa aparência" -, por exemplo, alisando seus cabelos. De forma coerente com o que se espera da corporeidade de uma trabalhadora doméstica, no critério aparência, por parte da

maioria das patroas, no imaginário das trabalhadoras domésticas entrevistadas a boa aparência exigida delas está relacionada apenas a higiene da candidata e não a beleza física e a feminilidade. Em situações em que a aparência da candidata é "boa", esta chega a passar por situações de humilhação sobre suas reais intenções ao se candidatar ao trabalho doméstico, chegando a dificultar sua permanência e boa convivência tanto com as patroas quanto com os membros masculinos da casa:

> **Entrevistadora:** A aparência, ela é importante na profissão que a senhora desempenha?
> **Entrevistada:** [silêncio] Como que eu posso dizer? Eu acredito que não, porque igual eu te falei, eu não me acho bonita e eu não tenho dificuldade. Nunca, nunca fui rejeitada de trabalho pra dizer assim que foi pela minha aparência. (Zilda)
>
> #
>
> **Entrevistadora**: A aparência é importante na profissão da senhora?
> **Entrevistada:** Acho que não, porque você vai trabalhar entra no serviço e só sai de tarde, pra que aparência?
> **Entrevistadora:** A senhora acha que a aparência é importante para os patrões?
> **Entrevistadora:** Acho que não, eles só perguntam se você sabe fazer isso ou aquilo. O importante para eles é saber fazer as coisas que é bom pra eles, arrumar a casa, fazer comida. (Dalva)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** A aparência é importante na profissão que você desempenha?
> **Entrevistada:** Pra mim é, e para o patrão também é. Porque eu já trabalhei em uma casa e [...] chegou uma mulher lá procurando serviço e ela estava com os pés sujos, unha suja aí eles não quis, só por causa da aparência da pessoa, porque tem patrão que olha, a primeira coisa, os pés, se está limpo, porque se a pessoa não cuida nem dela... (Sabrina)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Você acha que a aparência é importante na profissão que você desempenha?
> **Entrevistada:** É importante, por exemplo, uma pessoa ir de qualquer maneira procurar um trabalho, ela não vai conseguir nunca, descabelada, às vezes não cuida bem dos dentes, aparência física, então eu acho que a pessoa olha tudo. Não é porque é empregada doméstica que não olha. (Laudelina)

O conjunto de idéias associadas pelas trabalhadoras entrevistadas a uma "boa empregada doméstica" corresponde as representações paradigmáticas expressas na fala de patroas, nas exigências feitas em anúncios de jornal, nas orientações dadas em cursos de formação ministrados por agências de emprego doméstico e por instituições religiosas assistenciais e no passado pelo Mobral, prevalecendo exigências de caráter subjetivo referentes principalmente à moral e à aparência física (higiene pessoal) das trabalhadoras em

detrimento de quesitos profissionais: ser honesta, limpa, fiel, calma, carinhosa, que goste de criança, etc., do que se espera ser uma boa trabalhadora doméstica [45]:

> **Entrevistadora:** O que é ser uma boa empregada doméstica?
> **Entrevistada:** Para mim quando os patrão fala que um a empregada é uma boa empregada, é quando ela faz de tudo, faz coisas que não está no alcance dela, passar do horário, chegar antes do horário, trabalhar feriado, fazer coisa que não está no roteiro dela. (Dalva)

#

> **Entrevistadora**: De acordo com sua experiência profissional o que é ser uma boa empregada doméstica?
> **Entrevistada**: Eu acho que patrão por mais que fala que gosta do seu empregado, ele não gosta. [...] Se você for uma empregada, você pode trabalhar 20 anos, se você apresentar um péssimo trabalho você é despedida. Você é colocada no seu lugar, então eu acho que para ser uma boa empregada doméstica você tem que fazer o seu serviço bem feito. Não é só chegar lá e fazer de qualquer jeito e ir embora, você está sendo paga pra fazer uma coisa bem feita. (Laudelina)

O mundo da mulher trabalhadora doméstica brasileira, sintetizado na história de vida das cinco entrevistadas, no seu precário bairro de residência, em sua casa inacabada, porém própria, e em sua corporeidade estigmatizada (mulher, pobre, negra e trabalhadora doméstica) a realidade sobrevivida por outros seguimentos sociais e profissionais culturalmente subalternizados, portanto "cidadãos mutilados" (SANTOS, 1999), incluídos marginalmente na sociedade brasileira, pois se "viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais" (SANTOS, 1996). No caso em questão o que se tem a assumir e viver é o direito a não existência digna, destituída do "direito à cidade", isto é, a um trabalho menos explorado, mais profissional e humano, à educação ("capaz de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo"), à saúde, a um local de moradia com acessibilidade a bens e serviços, a divertir-se.

[45] Os depoimentos a seguir e a história de vidas das trabalhadoras domésticas entrevistadas apresentam aspectos comuns a história de vida de Santa Zita, "a santa de avental" "a serva fiel", padroeiras das empregadas domésticas, "cuja história de vida revela elementos que fazem parte, muitos deles, da quase totalidade da vida real das empregadas domésticas no Brasil". Na história de Santa Zita "o trabalho doméstico aparece como 'função' e como 'missão' a ser desempenhada com um 'espírito de obediência', 'amor e alegria'" (KOFFES, 2001). Segundo livreto publicado pela Irmandade de Santa Zita, intitulado "Zita, a serva fiel" e como epígrafe, "Mãos no trabalho. Em Deus o coração", Koffes (2001) resume a história de vida de Zita. Zita nasceu em uma pequena cidade italiana. Desde muito pequena foi iniciada nos afazeres domésticos e com apenas 12 anos deixou sua terra para ir em busca de trabalho. Foi para Luca, para casa de uma família a quem, dali em diante, ela serviria e onde morreria aos 60 anos de idade. Sua história é pretensamente um mito, mas compõe uma referência atemporal, apontando um caminho (um modelo cristão) a ser seguido pelas empregadas domésticas. Isto é, o "como foi" e o "como deveria ser" (KOFFES, 2001).

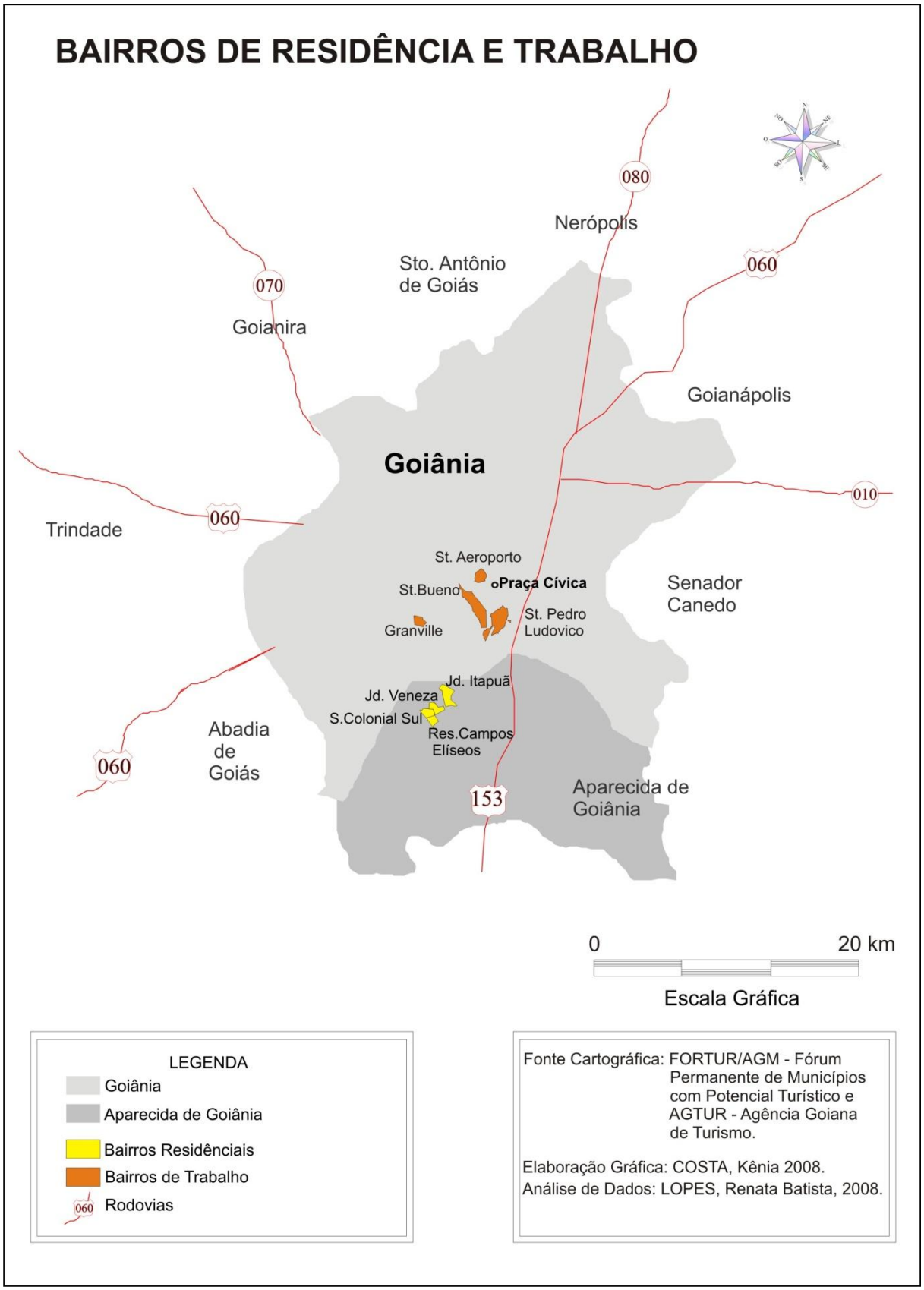

Figura 11. Mapa de Residência e Trabalho das entrevistadas

IMAGENS DOS BAIRROS DE RESIDÊNCIA

Figura 12. Jardim Veneza - bairro de residência da entrevistada Laudelina.
Fotos: LOPES, 2008.

Figura 13. Jardim Itapuã - bairro de residência da entrevistada Zilda.
Fotos: LOPES, 2008.

Figura 14. Residencial Campos Elíseos - bairro de residência das entrevistadas Marinete e Sabrina. Fotos: LOPES, 2008.

Figura 15. Setor Colonial Sul - bairro de residência da entrevistada Dalva.
Fotos: LOPES, 2008.

4.3 O MUNDO DOS PATRÕES: O BAIRRO NOBRE E A CASA DOS PATRÕES

Enquanto migrantes pendulares, as trabalhadoras domésticas entrevistadas (quatro empregadas e uma diarista) enfrentam todos dos dias longos, distantes e desconfortáveis deslocamentos de suas casas, em bairros periféricos da cidade de Aparecida de Goiânia[46] , até os Bairros que trabalham em Goiânia, onde há oportunidades de emprego. Sobre os efeitos da migração pendular na qualidade de vida do migrante Chaveiro; Calaça e Silva, afirmam:

> [...]. Lugares de intensos movimentos e lugares lentos espelham o sentido dos fluxos e denotam a relação entre os objetos e o espaço. Por isso, é que a migração pendular penetra na qualidade de vida do citadino, enfronha-se [entranha-se] nos seus músculos, no seu sentido, liga-se ao seu sistema nervoso, demarca o seu tempo cotidiano. Ao fazer isso, esclarece o tempo do mundo se tornando tempo do ser pela mediação do espaço metropolitano.
> O pêndulo causado pelo deslocamento diário, efetivado pelos trabalhadores define a rede de ligação entre a metrópole e o seu entorno, ou entre a periferia proletária e as suas centralidades. Essa rede além de transformar o espaço numa realidade complexa, pois inclui nele os fluxos, interfere na saúde do corpo, no custo da viagem, na apropriação das empresas de transporte, na dificuldade da gestão do sistema viário, no meio ambiente urbano e em outros eventos como o engarrafamento, as colisões de veículos, a agonia.
> Essa idéia, de que o trabalhador ao migrar leva consigo o corpo, e este não existe sem a sua subjetividade, esclarece outro aspeto importante do efeito da migração pendular na vida: o desgaste físico entranha-se nos sentidos, na percepção, na sexualidade e no afeto (*Idem*, s/d p. 2).

Sobre a migração pendular entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, continua os autores:

> Pelo tamanho da população e pela ligação com a capital, cria-se entre Aparecida e Goiânia, um movimento pendular intenso. Por essa razão os terminais de transporte coletivo do Cruzeiro do Sul e da Vila Brasília, que se colocam no entreposto entre Aparecida e Goiânia, estão entre os que mais freqüentados por passageiros. Da mesma maneira, que a Av. Rio Verde que estabelece uma das principais ligações do município vizinho com Goiânia, se coloca como uma das primeiras em termos de trânsito, barulho e movimentação de pessoas (CHAVEIRO; CALAÇA & SILVA, s/d, p.4).

Deste modo, ao migrante realizar a mobilidade pendular todos os dias para garantir sua sobrevivência, "entrega o seu corpo à diferentes contingências e sofrimentos que lhe adoece, dilapida a tranqüilidade, o envelhece precocemente e o torna refém da própria vida que lhe é possível": enfrentando longos e desgastantes percursos para efetivar a migração, tendo que levantar muito cedo (entre 4:00 e 6:00 horas da manhã), "horário que os obriga a pernoitar mais cedo, ou então diminuir o tempo de sono exigindo mais do corpo"; e

[46] Segundo dados do FIBGE (2003) sobre "Deslocamentos para trabalho e estudo 2000", Aparecida de Goiânia, com 74.255 habitantes trabalhando ou estudando fora do município (22% dos habitantes), certamente em Goiânia, representa 44,7% do total do Estado (ARRAIS, 2005).

elevados gastos com transporte, levando muitos trabalhadores a se sacrificarem ainda mais se deslocando de casa para o local de trabalho e do local de trabalho para a casa, a pé ou de bicicleta, não por opção aeróbica, mas para economizar o dinheiro gasto com a tarifa do transporte, que tem pesado no orçamento de famílias pobres que dependem do deslocamento para trabalhar em Goiânia (CHAVEIRO; CALAÇA & SILVA, s/d; ARRAIS, 2005).

Ao falar de segregação/exclusão socioespacial e migração pendular (da luta individual pelo direito à cidade) é inevitável falar do sistema de transporte coletivo urbano, em particular da falta de qualidade deste, um dos principais problemas enfrentados pela maior parte da classe trabalhadora brasileira cuja mobilidade depende do mesmo nas principais capitais e Regiões Metropolitanas brasileiras. De acordo com Santos (1996), o indivíduo vai ter maior ou menor mobilidade de acordo com o lugar em que se encontra no espaço urbano, isto é, de acordo com o seu local de moradia. Na maioria das vezes, quanto maior a distância da área central, menor é a mobilidade, pois os equipamentos urbanos de bens e serviços vão se escasseando em direção às periferias. Deste modo, a mobilidade e acessibilidade da população de baixa renda, em função de sua desprestigiada localização no espaço urbano/intra-urbano, tornam-se limitadas e controladas (tempo e espaço) (PEIXOTO, 2000). Conseqüentemente, o tempo reservado ao descanso e a família fica prejudicado, o lazer praticamente não existe:

> **Entrevistadora:** Além de ir trabalhar em que situações você costuma ir a Goiânia?
> **Entrevistada:** Sou muito de ficar dentro de casa, ainda mais quando eu sabia que tinha que levantar cedo no outro dia tipo 5:30 h da manhã. Isso pra mim já era um *estress* muito grande. Às vezes, quando eu saio em um instante o meu esposo já está chamando para ir embora, ou porque no outro dia já é segunda ou então porque é domingo. Eu tenho que dormir mais por que segunda-feira começa. (Marinete)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Para passear você costuma ir a Goiânia?
> **Entrevistada:** É difícil eu passear. A gente fica cansada de pegar ônibus todo dia, chega final de semana a gente só quer descansar.
> **Entrevistadora:** Mas quando acontece de você ir, aonde você vai?
> **Entrevistada:** Eu vou no Garavelo, em Aparecida [Setor Central]. (Sabrina)

Sobre a limitada acessibilidade e mobilidade dos pobres moradores da maioria das cidades brasileiras, verificada na fala da entrevistada, diz Santos:

> Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos. É o mesmo que se dá com os transportes. Caros e ruins. Ruins e demorados. Como conciliar o direito à cidade e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho que tomam horas e horas? A mobilidade das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou uma *benesse* ocasional? Como

> há linhas de ônibus rentáveis e outras não, a própria existência dos transportes coletivos depende de arranjos nem sempre bem-sucedidos e nem sempre claros entre o poder público e as concessionárias. Aliás, com o estímulo aos meios de transporte individuais, as políticas públicas praticamente determinam a instalação de um sistema que impede o florescimento dos transportes coletivos (*Idem*, 1996, p. 47).

As trabalhadoras entrevistadas, no momento da entrevista estavam trabalhando nos Bairros: Setor Bueno, Setor Aeroporto, condomínio horizontal fechado Granville e Setor Pedro Ludovico. Estando todos localizados nas regiões mais ricas de Goiânia, a Região Central, a Região Sul e a Região Sudoeste, isto é, onde está concentrada a maior parcela da população goianiense com renda média superior a 20 salários mínimos, portanto, a elite goianiense (ARRAIS, 2004). Deste modo, como a maioria dos trabalhadores brasileiros que moram em bairros com difícil localização, acessibilidade e mobilidade o percurso das trabalhadoras de suas casas ao local de trabalho, é feito diariamente utilizando transporte coletivo público, cheio de problemas como atraso, superlotação, despreparo e stress dos motoristas. Preocupadas com a imprudência e violência no trânsito, violência dentro dos ônibus (roubo), distraídas na conversa com um conhecido, dormindo (quando conseguem se sentar) ou preocupadas com problemas pessoais às trabalhadoras afirmam que quase nada na paisagem chama sua atenção. Acomodadas e dispersas a maioria das trabalhadoras nem saberiam descrever seu deslocamento até o local de trabalho, citando nome de bairros ou ruas, por exemplo. Muito menos saberiam traçar uma rota alternativa a dos ônibus se tivessem autonomia para se deslocar, como demonstra as trabalhadoras Dalva e Laudelina, a primeira o marido a leva de moto, e a segunda que tem carro e é habilitada e esporadicamente o utiliza para se deslocar até o local de trabalho. Sobre as condições do transporte coletivo utilizado dizem as trabalhadoras domésticas:

> **Entrevistadora:** Quais são as condições do meio de transporte que a senhora utiliza? O que a senhora acha?
> **Entrevistada:** Horrível em tudo, muito tumultuado, inclusive a gente vai para o ponto e ás vezes fica horas ali, passa ônibus muito cheio e não pára. Se a gente não sair mais cedo até chega atrasado no trabalho. Então, eu acho assim, muito ruim esse transporte nosso, acho que deveria ser melhor. (Zilda)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** A senhora saberia ir da casa da senhora por outro caminho que não fosse o do ônibus?
> **Entrevistada:** Não, infelizmente não sei, a não ser de ônibus... (Zilda)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** A senhora saberia chegar ao local de trabalho da senhora por outro caminho diferente do feito pelo ônibus?
> **Entrevistadora:** Sei, porque eu vou de moto com o meu marido, então eu sei. (Dalva)

#

> **Entrevistadora:** Quando a senhora vai de carro o caminho que a senhora faz é o mesmo do ônibus?
> **Entrevistada:** De maneira nenhuma, eu conheço essa Goiânia de ponta a ponta, então eu sei por onde o trânsito é menor, eu sei por onde tem menos semáforo, eu sei por onde eu posso chegar mais rápido. (Laudelina)

Semelhante ao relatado pelas trabalhadoras quanto ao desconhecimento do espaço diariamente percorrido, Lacoste (1998) ao falar da miopia e sonambulismo no seio de uma espacialidade tornada diferencial, afirma que o desenvolvimento das trocas do trabalho, o crescimento das cidades, fazem com que para cada um o espaço (ou espaços) limitado do qual ele pode ter o conhecimento concreto não corresponda mais que a uma pequena parte somente de suas práticas sociais, pois:

> As pessoas, cada vez mais diferenciadas profissionalmente, são individualmente integradas (sem que elas tomem claramente conhecimento disso) em múltiplas teias de relações sociais que funcionam sobre distâncias mais ou menos amplas (relações de patrão e empregado, vendedor e consumidores, administrador e administrados...). Os organizadores e os responsáveis por cada uma dessas redes, isto é, aqueles que detêm os poderes administrativos e financeiros, têm uma idéia precisa de sua extensão e de sua configuração; [...].
> Em contrapartida, na massa dos trabalhadores e dos consumidores, cada qual só tem um conhecimento bem parcial e bastante impreciso das múltiplas redes das quais ele depende e de sua configuração. De fato, no espaço, essas diferentes redes não se dispõem com contornos idênticos, elas "cobrem" territórios de portes bastante desiguais e seus limites se encavalam e se entrecruzam.
> Hoje, é sobre distâncias bem mais consideráveis que, a cada dia, as pessoas se deslocam; seria melhor dizer que elas são deslocadas passivamente, seja por transportes comunitários, seja por meios individuais de circulação, mas sobre eixos canalizados, assinalados por flechas, que atravessam espaços ignorados. Nesses deslocamentos quotidianos de massa, cada qual vai, mais ou menos solitariamente, em direção ao seu destino particular, só se conhecem bem [?] dois lugares, dois bairros (aquele onde se dorme e aquele onde se trabalha); entre os dois existe, para as pessoas, não exatamente todo um espaço (ele permanece desconhecido, sobretudo se é atravessado dentro de um túnel de metrô), mas, melhor dizendo, um tempo, o tempo de percurso, pontuado pela enumeração dos nomes de estações (p. 45).
> [...]. Hoje, nossos diferentes "papéis" se inscrevem cada um em migalhas de espaço, entre os quais nós olhamos sobretudo nossos relógios, quando nos fazem passar, a cada dia, de um a outro papel. Se os sonâmbulos se deslocam sem saber por que num lugar que eles conhecem, nós não sabemos onde estamos nos diversos locais onde temos algo a fazer. Vivemos, a partir do momento atual, muna espacialidade diferencial [...] (LACOSTE, 1998, p.45-49).

Apesar dos sofrimentos e contingências vividos pela população de baixa renda ao utilizar diariamente o transporte coletivo urbano de baixa qualidade, o mesmo pode ser pensado enquanto um lugar, que segundo Carlos (1996) corresponde a uma porção do espaço que contém a dimensão da vida e reflete o vivido. Peixoto (2000) defende que o sistema de

transporte coletivo - pontos de ônibus, os ônibus e os terminais - somados a uma sociabilidade construída e compartilhada dia-a-dia pelos mesmos usuários (a mesma linha e mesmo horário) pode ser transformado pelo uso diário, por meio da apropriação e atribuição de significado, em lugar, pois ocupa uma parte significativa do cotidiano das pessoas - "as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho que tomam horas e horas" -, portanto, contém a dimensão da vida e reflete o vivido. Assim, é possível pensar que as relações que se estabelecem entre as pessoas que habitualmente utilizam o transporte coletivo revelam uma prática vivida e criam laços de identidade, dando a seu uso o sentido de lugar. Partindo do conceito de lugar proposto por Carlos (1996), "o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo", Peixoto (2000) afirma:

> A categoria lugar, articulada à categoria cotidiano revela, através do dia-a-dia, as relações que as pessoas mantêm com o espaço de sua vivência, onde habitam, trabalham, divertem-se e locomovem-se. A constante super lotação dos ônibus, os atrasos, o encontro diário das pessoas nos pontos de ônibus, as conversas com os outros passageiros [desabafos, trocas de experiências de vida,...], o "bom dia" para o motorista são situações corriqueiras que, a principio, parecem ser banais. No entanto, é através dessas relações que as pessoas vão estabelecendo elos umas com as outras em seus dia-a-dia e o ônibus transforma-se, de um espaço aberto e sem valor, em um lugar (*Idem*, p. 151).

Deste modo, um potencial "não-lugar", em função da coerção social relativa ao tempo de permanência diário dentro de um ônibus, que a classe trabalhadora limitada financeiramente é submetida, pode se converter em um lugar, em um espaço que faz parte de suas vidas. Segundo Augé (1994) o "não-lugar" corresponde diferentemente do conceito de lugar (espaço antropológico, um espaço existencial, "lugares de memória"), a "um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico", isto é, locais de trânsito e ocupações provisórias, locais da não-fixação: aeroportos, meios de transporte, supermercados, auto-estradas, entre outros espaços constituídos em relação a determinados fins, espaços da "supermodernidade" marcados pelas vivências solitárias e anônimas. Por outro lado, Carlos (1996) firma que "o não-lugar não é a simples negação do lugar", a diferença entre os dois está no processo de constituição de cada um. Enquanto o lugar se caracteriza como uma porção do espaço vivido, resultado da acumulação dos tempos, vinculado ao conhecido-reconhecido, portanto ao espaço de identificação, o "não-lugar" é resultado da apropriação e transformação rápida de uma porção do espaço por uma atividade produtiva, como o turismo, produzindo um novo espaço e/ou novas formas de uso deste espaço produzindo um sentimento de estranhamento para um grupo de pessoas cujo aquela

porção do espaço foi um lugar ou para outro grupo que se vê, por algum motivo, excluído daquele novo espaço, portanto o espaço da não-identidade é o não-lugar.

Então, como sonâmbulas, sendo deslocadas pelas linhas do transporte coletivo urbano, as trabalhadoras entrevistadas são levadas ao bairro em que trabalham. Com uma realidade socioeconômica totalmente oposta a do seu bairro de residência. São bairros que possuem o que há de melhor em infra-estrutura – bens e serviços – localização e acessibilidade, portanto, uma realidade que desperta na trabalhadora um sentimento de não pertencimento, pois ali são simples prestadoras de serviço, deste modo sendo o bairro de trabalho um lugar vazio de sentido do ponto de vista das possibilidades do uso e do consumo, pois "o espaço tem uma significação diferente segundo o nível de renda e classe social a que se pertence. Os sentimentos são relativos às dificuldades de sua rotina profissional:

> **Entrevistadora:** Como a senhora se sente quando chega ao bairro que a senhora trabalha?
> **Entrevistada:** Pra dizer a verdade eu nunca tive lugar desagradável de trabalhar. Só nesse que eu estou porque é um condomínio fechado. Geralmente quando tem alguém junto comigo eu falo assim: "Estamos entrando para o cativeiro". Sei lá, não sei se é porque é um condomínio fechado, casa muito pertinho uma do outro.
> **Entrevistada**: [...] não dentro do condomínio, mas no bairro onde a gente passa todo dia, de ida e volta é um lugar muito isolado lá. Falta muito assim, policial, porque inclusive direto está acontecendo roubo, com as domésticas, na nossa trajetória de ida e volta, porque lá são muitas que sobe e desce, às vezes nunca dá certo de subir de duas de três ou de descer. Então, eu acho lá muito isolado e precisaria mais de segurança. A única coisa que eu tenho para falar de lá é disso.
> **Entrevistadora:** E lá dentro do condomínio?
> **Entrevistada:** Lá dentro não, lá dentro é muito bom, seguro, sem problema nenhum, mas saiu fora... (Zilda)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Como a senhora se sente quando chega ao bairro que a senhora trabalha, lá no Setor Bueno?
> **Entrevistada:** Quando eu chego, eu falo: "Ai meu Deus, mais um dia!" (Dalva)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Como à senhora se sente quando chega ao bairro que a senhora trabalha?
> **Entrevistada:** Eu penso: "Ai meu Deus, vai começar tudo de novo!" A mesma coisa, o mesmo serviço, eu trabalho muito tempo lá, tem uns quatorze anos com a mesma família, até os passarinhos eu conheço. (Sabrina)

Para a maioria das trabalhadoras os locais freqüentados no bairro que trabalham se limitam à casa dos patrões, e afirmam que não gostariam de freqüentar outros locais. Quando

freqüentam outros locais além da casa dos patrões são supermercados, panificadoras e "verdurões", estabelecimentos comerciais que estão relacionados à sua rotina de trabalhadora doméstica (levar o pão para o café da manhã dos patrões, comprar verduras para o almoço, etc.). Os supermercados em função de serem maiores e oferecerem melhores preços e qualidade dos produtos, do que o precário comércio dos bairros periféricos que residem, acabam sendo um local freqüentado em função de interesses próprios, "aproveitar as promoções", daí ser comum observar mulheres carregando várias sacolas de supermercado em ônibus lotados no final do dia:

> **Entrevistadora:** Em quais locais você costuma ir no bairro que você trabalha?
> **Entrevistada:** Só no supermercado, no Marcos Serrinha que é lá mais em cima. Eu subia, logicamente, para pegar uma promoção, principalmente nas quintas-feiras.
> **Entrevistadora:** Então você só ia ao supermercado para comprar coisas para você? E para os patrões, você não ia à local nenhum?
> **Entrevistada:** Ia sim, no verdurão e na panificadora, praticamente todo dia. (Marinete)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Quais locais você costuma freqüentar no bairro que trabalha?
> **Entrevistada:** De vez em quando eu vou no supermercado, quando falta alguma coisa e minha patroa pede eu vou lá e busco. (Sabrina)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Tem algum local que a senhora costuma freqüentar no bairro que trabalha?
> **Entrevistada:** Não, terminou o meu serviço eu fico louquinha para chegar em casa. (Laudelina)

Assim como o espaço de circulação das trabalhadoras é limitado nos bairros que trabalham, o é o número de pessoas que se relacionam nestes bairros, isto quando não se limita à família que presta serviço. Na verdade, as poucas pessoas que as trabalhadoras se relacionam, se comunicam, são também trabalhadores que assim como elas estão ali apenas de passagem, portanto havendo um processo de identificação de classe: a balconista da panificadora, a caixa do supermercado, o porteiro, a faxineira, outras trabalhadoras domésticas ou outros profissionais que descem no mesmo ponto de ônibus e têm em comum um caminho a percorrer a pé até o local de trabalho:

> **Entrevistadora:** Com quais pessoas você se relacionava no bairro onde trabalha?
> **Entrevistada:** Só mesmo com as pessoas que trabalham ali mesmo. Coincidia da gente pegar o ônibus. A gente conversava no ponto [...]. As donas mesmo dos apartamentos eu não queria nem passar perto. (Marinete)
>
> #

> **Entrevistadora:** Com quais pessoas a senhora costuma se relacionar no bairro que trabalha?
> **Entrevistada:** É a faxineira do prédio e o porteiro mais a porteira. (Dalva)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Com quais pessoas você costuma se relacionar no bairro que você trabalha?
> **Entrevistada:** Só lá dentro de casa mesmo, com os filhos da minha patroa e ela. Não conheço ninguém lá. (Sabrina)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Com quais pessoas a senhora costuma se relacionar, conversar no bairro que a senhora trabalha?
> **Entrevistada:** Com as meninas que trabalha lá, a gente conversa muito, não precisa deu sair pra comprar nada. Às vezes eu saio pra comprar um pão, mas é só atravessar a rua. Também a gente conversa muito com as meninas da padaria, que às vezes elas estão chegando no serviço e a gente desce junto. É uma distância longe então dá pra conversar muita coisa. (Laudelina)

Para a trabalhadora Marinete que percebe o bairro como um local "bonito e privilegiado": **"**é um bairro muito limpo, eu dizia que lá realmente as pessoas podem então, não pode ter nem um lixinho na rua, muita coisa lá é como se só lá que existisse". Acostumada a viver em um "espaço sem cidadãos", espaços destituídos dos "fixos" sociais (áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e a vida individual) como se as pessoas nem lá estivessem (SANTOS, 1996). Na fala de Marinete aparece a percepção de que o espaço é "[desigualmente] e diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana". Ser identificada como trabalhadora doméstica no bairro que trabalha, fora do ambiente de trabalho, independentemente do uso do uniforme, mas por outros elementos na aparência que em função da localização (bairro nobre), suscita a corporeidade de uma trabalhadora doméstica pode ser uma experiência desagradável:

> **Entrevistadora:** Como você se sentia nesses locais que você ia com os seus patrões?
> **Entrevistada:** Eu não gostava.
> **Entrevistadora:** Por quê?
> **Entrevistada:** No verdurão, eu não gostava porque eu ia trabalhar com uma roupa bem simples, então, eu me sentia muito desarrumada pra ir andar lá no Setor Bueno. Eu ia meio com vergonha, comprava as coisas e voltava. Só que eu me sentia sem jeito. Na panificadora eu já ia na parte da tarde, então eu ia arrumadinha. Eu tinha vergonha de sair com aquela roupa porque muitas das vezes minha roupa ficava manchada da pia eu saia e ficava tampando a mancha. (Marinete)

Vítimas de experiências desagradáveis no que diz respeito aos encontros com os moradores do local de trabalho (condomínios principalmente), como ser ignorada, invisibilizada, muitas trabalhadoras evitam estas situações, em específico nos elevadores

(muitos condomínios não estabelecem normas de que a trabalhadora doméstica só deve usar o elevador de serviço, quando este existe, havendo então momentos de encontro e confronto simbólico entre os opostos sociais e culturais), sendo sua condição de trabalhadora doméstica identificada em função de sua corporeidade (as roupas, o calçado, os adereços, os cabelos, a pele, etc.) contrastante com a dos moradores, financeiramente favorecidos:

> **Entrevistadora:** Qual elevador você costuma usar?
> **Entrevistada:** Eu usava os dois, mas lá tinha uma lei que a doméstica não podia usar o social.
> **Entrevistadora:** Você não se sentia incomodada ou mais a vontade de usar um ou o outro?
> **Entrevistada:** Eu pegava o que vinha primeiro, mas quando eu ia descer ou subir que vinha algum morador com aqueles perfumes, aquelas rouponas e elas diziam: "Oi!" E eu estava levando um cafezinho para osmeninos lá em baixo [na portaria], e elas diziam: "Que cafezinho cheiroso!" Aquilo pra mim era um tédio, eu não via a hora do elevador descer e eu sair dali de dentro. (Marinete)

#

> **Entrevistadora:** Qual elevador a senhora costuma usar?
> **Entrevistada:** Qualquer um, o social ou de trabalho, eles não impõem. Só não pode carregar cachorro.
> **Entrevistadora:** A senhora se sente diferente em um elevador ou em outro em função das pessoas que a senhora compartilha o elevador?
> **Entrevistada:** Eu sinto mais a vontade quando eu estou com a turma do trabalho, quando a gente sobe com uma pessoa que é do prédio você já fica assim meio... Agora quando é a gente do trabalho a sente mais a vontade.
> **Entrevistadora:** Por que a senhora não se sente à vontade com o pessoal que mora no prédio?
> **Entrevistada:** Porque eu gosto de subir ou sozinha ou com o pessoal do trabalho. Dependendo da pessoa eu até deixo subir primeiro, eu invento que vou tomar um cafezinho com as meninas e depois eu subo.
> **Entrevistadora:** Quando a senhora faz isso é por que é pessoa que a senhora já conhece?
> **Entrevistada:** Conheço e sei que é meio enjoadinho, ou é coisa minha, mas conversam comigo, me cumprimentam normal mesmo assim, mas não tem muita afinidade, então não tem... (Laudelina)

No contexto da casa grande a convivência das escravizadas domésticas e seus senhores era permeada de ambigüidades, num equilíbrio de antagonismos (momentos de aproximação e distanciamento, de violência e doçura), ambigüidades que na contemporaneidade permeiam a convivência entre trabalhadoras domésticas e seus patrões. Apesar dos laços sentimentais (de amizade, familiaridade, cumplicidade, fidelidade, etc., necessários à boa convivência com uma estranha que compartilha da intimidade da família) evidenciados nos depoimentos das trabalhadoras (por exemplo, convites para a trabalhadora almoçar na mesa com os patrões) com suas patroas em específico, fazendo com que a casa dos patrões seja praticamente sua "segunda casa", é nos momentos de conflito, de suspensão da atmosfera de paternalismo e predominância da relação de poder característica de uma relação

hierárquica que comportamentos constrangedores associados às representações sociais negativas relativas à corporeidade da trabalhadora doméstica emergem: a desconfiança do roubo, o assédio sexual e moral, reminiscências do regime escravocrata presentes na atual situação da instituição do emprego doméstico no Brasil:

> **Entrevistada:** Eu já coloquei a determinação no primeiro dia que eu não ia abrir porta de guarda-roupa pra poder arrumar nenhum tipo de roupa a não ser que ela ficasse sentada lá no quarto e esperasse, eu limpava na presença dela. Então isso aí foi coisa que eu coloquei do qual ela falou que eu fui a primeira pessoa que falei isso pra ela, eu falei não arrumo de maneira alguma. Mas eu mesma sou desconfiada. Às vezes um envelope ali com dinheiro, às vezes uma coisinha assim que você sabe. Uma coisinha torcidinha para ver se aquilo ali distorce certos truques. Só que graças a Deus eu passei em todos os testes eu me sinto aprovada. (Marinete)
>
> #
>
> **Entrevistada:** [...] eu já fui testada. Eu fui trabalhar numa casa, eu era jovem, bem nova, então a mulher deixava assim. Eu sei que era para me testar, deixava assim, dinheiro à vista, sabe? Tipo assim, em cima da mesa, em cima do criado. Eu sabia que ela deixava era para isso, porque já aconteceu com outras pessoas, sabe? Dela fazer isso testando, então quando eu entrei lá eu sabia que ela era assim, então acontecia comigo, eu pensava assim: "Se nunca acontecer, tudo bem, mas se acontecer é porque está me testando, então eu já fui testada sobre isso aí, sabe?
> **Entrevistadora:** Mas acusada nenhuma vez?
> **Entrevsitada:** Não, acusada não.
> **Entrevistadora:** Gracinha de patrão também não? Nenhuma cantada, nada disso já aconteceu?
> **Entrevistada:** Não, já, isso aí muitas vezes, inclusive em um dos serviços que eu arrumei, eu tive de sair por causa do patrão.
> **Entrevistadora:** Mesmo o patrão sendo casado?
> **Entrevistada:** Casado e era assim.
> **Entrevistadora:** Aconteciam coisas muito constrangedoras?
> **Entrevistada:** Constrangedoras mesmo, na adolescência, até depois deu casada num serviço, que eu já casada trabalhava num serviço e o patrão era desse jeito sabe?
> **Entrevistadora:** Como é que você se sentia?
> **Entrevistada:** Nossa é horrível! É horrível, porque quando a pessoa tem isso em mente ela não importa se a pessoa é casada ou se ele mesmo é casado, às vezes leva de qualquer maneira, mas assim, a gente que tem respeito pela gente mesmo, né? Pelo patrão, pela patroa, por exemplo, pelo esposo, é constrangedor, é horrível, nossa você não consegue ficar não, não consegue, e mesmo que a gente fala poucas e boas para a pessoa, você não sente bem, eu mesmo não dava conta.
> **Entrevistadora:** Das vezes que isso aconteceu você conseguia permanecer no trabalho?
> **Entrevistada:** Não, pouco tempo, eu saía, nos dois locais que aconteceu isso.
> **Entrevistadora:** E os filhos dos patrões, na adolescência?
> **Entrevistada:** Eu trabalhei num lugar, que tanto o pai como o filho. Na época eu era um pouco mais velha do que o filho, ele estava assim igual os meus meninos, e o pai dele era fazedor de gracinha assim também sabe? E o filho também, sabe?
> **Entrevistadora:** Você pode comentar esses acontecimentos?

> **Entrevistada:** Às vezes, depois do trabalho queria me levar em casa, sabe? Eu sabia que não era com boa intenção. Ás vezes eu estava tranqüila na minha cozinha lá, eles passava e pegava em algum local do meu corpo, é já aconteceu isso comigo, às vezes você levava até aquele susto assim, então é constrangedor. Você não consegue só mesmo quem está passando por isso. É horrível. (Zilda)

#

> **Entrevistada:** Eu acho que por mais que seja valorizado o emprego doméstico, mas não é tanto. Igual, quantas empregadas..., comigo nunca aconteceu, mais acontece de ser acusada, às vezes o patrão não quer mandar a empregada embora e fica inventando desculpas e inventa uma calúnia: "Ah, você fez isso, você roubou aquilo". Só para a pessoa pedir conta e eles não ter nenhuma obrigação de fazer nenhum acerto, a gente vê muito isso aí. (Laudelina)

A relação patroa-trabalhadora doméstica fora do ambiente doméstico, em espaços públicos seja para o lazer ou como extensão do serviço prestado no ambiente doméstico, ("acompanhante") por um lado é uma forma de ampliar o horizonte geográfico e cultural das trabalhadoras, e mesmo de outros membros de sua família, como os filhos (conhecer novos locais na cidade e viver situações sociais que sem a patroa dificilmente aconteceria em função de sua limitada condição financeira ou porque não se sentiria a vontade em ir), mas por outro lado, tornar a relação pública, pode acentuar na mulher trabalhadora doméstica o sentimento de inferioridade que sua corporeidade suscita ao ser identificada, confrontada e até mesmo associada à da patroa no espaço extra-doméstico:

> **Entrevistadora:** Você e sua patroa, pensando nas patroas anteriores também, costumam sair juntas?
> **Entrevistada:** Eu tive uma que eu trabalhei com ela quatro anos e meio. Inclusive foi essa que eu sai para cuidar do meu irmão, [...] eu saía muito com ela. Quando ela ia no *shopping* ela me levava, inclusive dia de sábado, quase todo sábado eu levava meus meninos, que ela pedia para levar, para passear com os meninos, às vezes tinha circo aqui na cidade ela ia levar as meninas dela, levava os meus meninos junto, então eu acompanhava muito ela nesse sentido sabe? Às vezes tinha aniversário para ir e ela pedia para mim levar os meninos. Então nós saía muito por causa dos meninos. Mais eu mesmo, ficar andando além de por causa dos meninos, não era muito não.
> **Entrevistadora:** Como é que a senhora se sentia quando isso acontecia?
> **Entrevistada:** Às vezes eu ficava até envergonhada sabe assim? Sei lá parece que as pessoas ficavam olhando. Qualquer pessoa que olhar vê que é empregada.
> **Entrevistadora:** Como assim dá pra olhar e ver que é empregada?
> **Entrevistada:** Não sei, é diferente. Não sei se é eu é que faço essa diferença, sabe? Mas às vezes, eu ficava assim até envergonhada da maneira que eles me tratava. E eu com meus filhos, assim, muito bem sabe? Eu ficava com vergonha por isso. Parece que eu sentia que eu não merecia aquilo eu ficava envergonhada. Mas achava bom pelos meus filhos porque às vezes coisa que eu nunca dei conta de dar para eles, proporcionar para eles, ela fazia isso. Então eu achava muito bom aquilo, mas ficava envergonhada.
> **Entrevistadora:** Se você pudesse preferiria sair sozinha com seus filhos sem a presença de sua patroa?

Entrevistada: Não, eu até preferiria porque eu toda vida nunca tive condições boa de fazer isso, então quando elas me convidava, eu achava muito bom e gostava de sair, só porque eu me sentia igual eu estou falando. Me tratava muito bem e eu ficava envergonhada, sabe? Parecia assim que eu não merecia aquilo, mas eu achava bom. Não por eles dar as coisas para os meus filhos. Só por isso sabe? Mas é porque eu achava bom mesmo. Era agradável estar junto assim. (Zilda)

#

Entrevistadora: Você e sua patroa costumam sair juntas?
Entrevistada: No supermercado, eu me sentia normal. Muitas patroas quando chega nos lugares, põe a empregada para fazer isso e aquilo, carregar carrinho. Com ela não, é como se a gente fosse duas amigas.
Entrevistadora: A senhora prefere sair sozinha ou acompanhada por ela?
Entrevistada: Sozinha. Patroa basta ela dentro de casa. Sair para rua acompanhada de patroa não. (Dalva)

#

Entrevistadora: No geral, no dia-a-dia, como é seu relacionamento com sua patroa?
Entrevistada: Amiga, se tem algum problema a gente conversa. Ela vai para cozinha e fica conversando comigo, às vezes quando ela está muito atacada do problema dela. Eu sempre levo a minha carteira de motorista, eu sou motorista, eu sou tudo. Eu levo ela em algum lugar que precisa, eu levo no médico, no shopping, como se fosse uma babá. Eu vou mais ou menos arrumada porque se pintar alguma coisa tem que sair e não tem jeito, às vezes eu nem quero ir em certo lugar, mas ela diz: "Não, você vai comigo!".
Entrevistadora: Você e sua patroa costumam sair juntas?
Entrevistada: Só quando precisa eu levo, às vezes eu levo no médico, na costureira, comprar algum negócio, então eu falo: "E na hora que eu chegar?" Ela diz: "Não, faz o que der", ai eu vou. Então ela sempre me pede para levar a carteira de motorista, porque se ela precisar.
Entrevistadora: Você gosta de sair junto com ela?
Entrevistada: Gosto, pelo seguinte, ela é uma pessoa que fica muito dentro de casa ou dirigindo, às vezes anda e cai, ela tem esse problema, apesar dela ser nova não tem muito costume de ficar andando, então às vezes ela pega no meu braço e vai.
Entrevistadora: Sobre a roupa, ela te avisa que vocês vão sair?
Entrevistada: Eu já vou com uma roupa que me cabe em qualquer lugar, todo dia, uma calça jeans, um sapato, eu gosto sempre de estar com o cabelo escovado.
Entrevistadora: Quando você sai junto com sua patroa, por exemplo, no shopping, você gosta?
Entrevistada: Eu gosto eu estando com ela eu não me sinto inibida, eu acho que é porque quando você vê pobre, você sabe que é pobre, o estilo é outro, não adianta. Eu estando com ela eu sei que eu estou como empregada e me sinto como empregada, e não me incomodo, eu estou tipo uma dama de companhia dela, então tudo bem, me sinto bem. Eu acho que as pessoas me vêem como pobre, todo mundo conhece, o pobre e o rico, eu não me importo de ser reconhecida no Flamboyant como pobre, mas é porque você fica meia constrangida, é como se aquele lugar fosse restrito para gente mais... [pobre]. (Laudelina)

No depoimento das trabalhadoras fica evidente que “a capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam juntos” (SANTOS, 1996). Transitar entre o mundo de privilégios dos patrões (o bairro nobre, a casa grande e bonita, a alimentação rica e diversificada, as roupas e calçados de marca, a profissão de prestigio, a escola de qualidade para o filho, etc.) e o seu da escassez (o bairro pobre, a casa inacabada, se alimento e vestindo conforme o apertado orçamento permite – às vezes sendo chamada de brega -, a escola pública para os filhos, a dupla jornada de trabalho, etc.), e mais, pertencer a um segmento profissional “especial” historicamente marginalizado, cujo trânsito na cidade é limitado e fragmentado, pois por falta de recursos não pode utilizar a metrópole toda, constituindo uma pequena cidade com sua espacialidade diferencial, enquanto pertencente a um grupo inviabilizado e segregado.

IMAGENS DE ALGUNS DOS BAIRROS DE TRABALHO

Figura 16. Setor Bueno bairro de trabalho das entrevistadas Marinete e Dalva.
Fotos: www.skyscraoercity.com. Acesso em: maio de 2008.

ST. AEROPORTO

Figura 17. Setor Aeroporto bairro de trabalho da entrevistada Laudelina.
Fotos: www.skyscraoercity.com. Acesso em: maio de 2008.

DESLOCAMENTO DAS ENTREVISTADAS

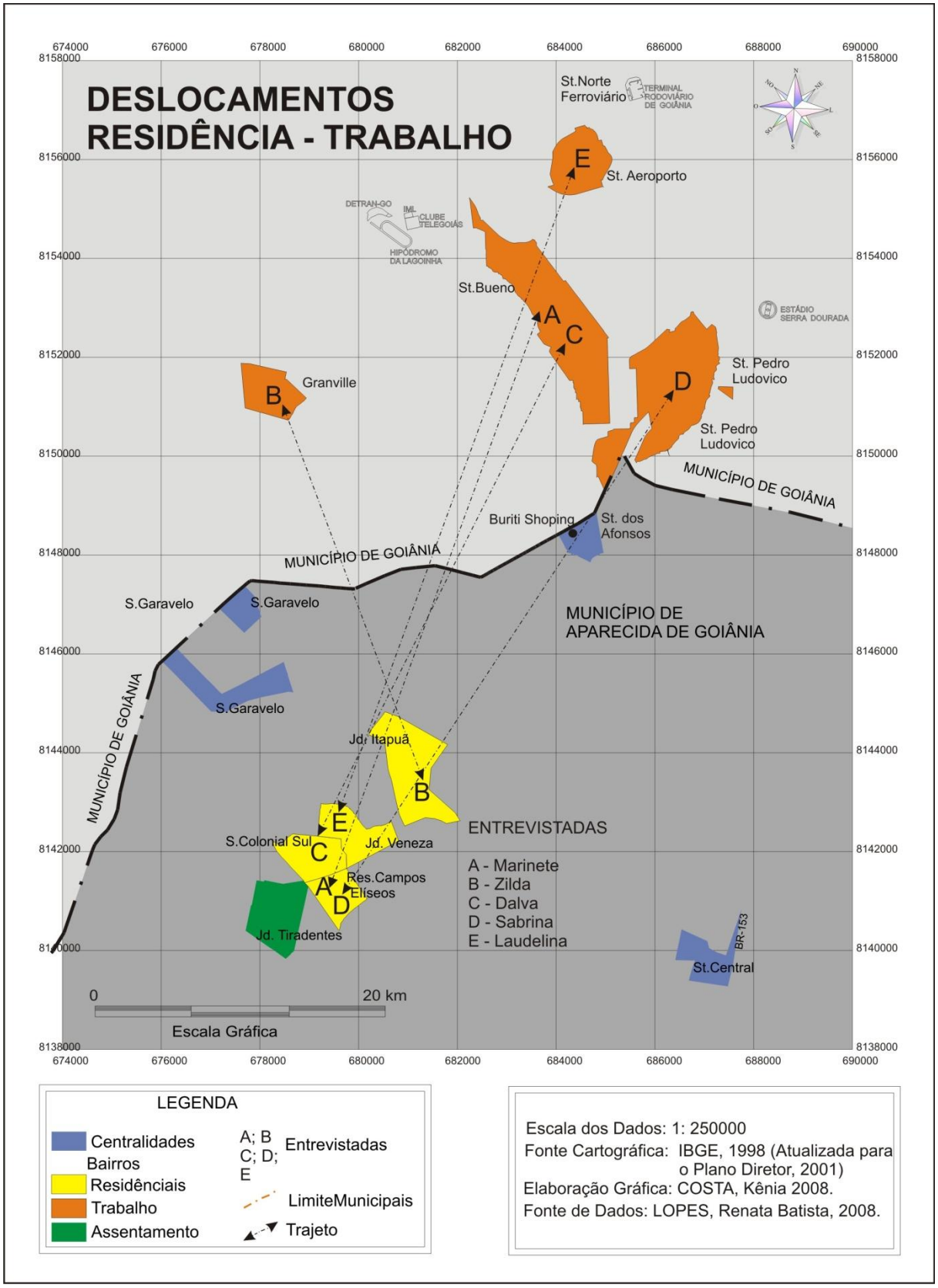

Figura 18. Mapa de Deslocamento das entrevistadas entre Aparecida de Goiânia e Goiânia.

4.4. O TEMPO LIVRE DA MULHER TRABALHADORA DOMÉSTICA: O LAZER

Como mencionado, uma metrópole não pode ser considerada um lugar, uma porção do espaço geográfico apropriada e vivida através do corpo, mas um conjunto de lugares, pois as diversas ordens ou classes de cidadãos ("mutilados", "consumidores", etc.) vivem a metrópole de forma diferente e desigual, isto é, segundo a posição financeira, étnico-racial, de gênero e orientação sexual (consideradas nas múltiplas possibilidades de conjugação) do indivíduo na sociedade, portanto, a metrópole está cheia de lugares vazios de sentido para os diferentes grupos com trajetórias socioespaciais particulares, deste modo a utilizando parcialmente como se estivesse constituindo dentro da metrópole sua pequena cidade, seu repertório de lugares, sua "espacialidade diferencial" por meio de uma "mobilidade também diferencial". Do ponto de vista da classe-renda "o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana":

> Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, freqüência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes faltam (SANTOS, 1996, p. 81).

Deste modo, não basta localizar a pobreza no espaço (identificar e espacializar geometricamente), mas identificar a acessibilidade (tempo, freqüência, preço) dos pobres, isto é, a sua possibilidade de usar e consumir o espaço não uniforme da metrópole, sua espacialidade definida por suas práticas espaciais, pois "nem todos os indivíduos são 'imóveis', ou, em outras palavras, nem todos os cidadãos são desprovidos de mobilidade espacial dentro da cidade", porém esta mobilidade espacial está associada à localização e acessibilidade do indivíduo, ela é diferencial, nesse sentido contribui Garcia (2006):

> Há diferenças, entretanto, do ponto de vista de classe no uso dos equipamentos mecânicos de circulação na cidade. As mulheres que só circulam de carro ou táxi para realizar as tarefas comuns a todas as classes, vivem experiências bem diferentes daquelas que usam ônibus, trens ou outros meios coletivos. Se, de um lado, as mulheres de classe média e alta, têm um sobre trabalho no encurtamento das distâncias, que possibilita a realização de maior número de tarefas, do outro, gozam do conforto desses equipamentos. Enquanto isso, as mulheres das classes populares têm aumentado seu sobretrabalho, com longas distâncias percorridas em transportes coletivos desconfortáveis (quentes, velhos, inadequados para pessoas deficientes, baixas, grávidas, etc.). Além disso, os membros da

> classe trabalhadora são obrigados a longas esperas, como é comum nas periferias, seja no sentido geográfico ou sociológico, o que eleva o tempo de fato dedicado ao trabalho (GARCIA, 200, p. 106).

A não ser para ir trabalhar são poucas as ocasiões que as trabalhadoras domésticas entrevistados vão a Goiânia. Mesmo na cidade de residência, Aparecida de Goiânia, são poucos os deslocamentos, o que podemos concluir acontecer em função da rotina profissional, da limitação financeira, da local de moradia e da dificuldade de mobilidade e acessibilidade. As situações citadas pelas entrevistadas para se deslocarem de seus bairros até Goiânia estão, no geral relacionadas à falta de serviços públicos (tratamento de saúde e serviço bancário principalmente) e de estabelecimentos comerciais (supermercados e lojas de vestuário, calçados, cama, mesa e banho) e feiras, ou visitar algum parente; enfim, em busca de bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam. Na cidade de residência, os locais freqüentados para atender às mesmas necessidades citadas são as centralidades da cidade, o setor Garavelo, o Buriti Shopping (setor dos Afonsos) e o setor Central (centro histórico). Isto é, os bairros com maior acessibilidade, atendidos por serviços públicos e privados variados:

> **Entrevistadora:** Em que situações você costuma ir a Goiânia?
> **Entrevistada:** É para ir ao médico, ou para pagar alguma coisa, ou alguma promoção de supermercado, por que procuro promoções. Quando eu trabalhava, às vezes eu vinha com sacolas pesadas, às vezes era uma promoção das mais bobas, mas eu vou atrás mesmo. O meu esposo às vezes até briga comigo diz que eu faço questão de cinqüenta centavos, em venho sofrendo, mas eu vou atrás mesmo. (Marinete)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Que tipo de lugar, estabelecimento comercial, médico, etc., a senhora utiliza aqui em Aparecida?
> **Entrevistada:** Ultimamente médico era aqui, agora que está com uns quatro meses que eu trato com uma médica do hospital de medicina alternativa, então lá é Goiânia, né? Então eu tenho que deslocar daqui para ir em Goiânia, para pegar chequinho, então os exame que eu faço é em Goiânia. Inclusive a maioria deles eu faço lá no setor Aeroporto, agora além disso eu saio mesmo para comprar alguma coisa lá no centro, mas não tem o local certo não, sabe? Aonde der certo eu compro. Geralmente eletrodoméstico eu procuro mais é o Buriti, ali eu acho que é Aparecida, né? Eu procuro mais alí, porque eu acho que tem todas as lojas. É o lugar que eu estou acostumada comprar então, eletrodoméstico eu procuro mais é no Buriti. (Zilda)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Em que situações a senhora costuma ir a Goiânia, além de trabalhar é claro?
> **Entrevistada:** Fazer compra, em loja de roupa ou supermercado, só.
> **Entrevistadora:** A senhora costuma ir em que locais em Goiânia para fazer compras?
> **Entrevistada:** Na feira Hippie. (Dalva)

#

> **Entrevistadora:** Em que momentos/situações você costuma ir a Goiânia?
> **Entrevistada:** Quando eu vou comprar, por exemplo, forro de cama, às vezes eu vou visitar minhas irmãs, quem mora aqui em Aparecida é só eu.
> **Entrevistadora:** Elas moram onde em Goiânia?
> **Entrevistada:** Uma mora na Fama, a outra mora no Recanto do Bosque e duas lá no Estrela Dalva. Igual eu vou do trabalho para casa, às vezes vou no médico tem que levar os meninos lá em Goiânia. (Sabrina)

#

> **Entrevistadora:** Em que situações a senhora costuma ir até Goiânia?
> **Entrevistada:** Tem a medicação do meu esposo, às vezes precisa comprar alguma coisa que não tem por aqui, igual uma coisa da igreja, dentista, banco e compra é no Garavelo, então eu nem saio muito longe. (Laudelina)

Em estudo sobre modos de vida urbanos, produto das relações sociais da/na cidade capitalista, Ramos (1998) afirma que os modos de vida podem ser entendidos enquanto práticas sociais que se dão no âmbito e em relação com o modo de produção dominante, mas que também se fazem no cotidiano de cada um e de todos em conjunto. São características de grupos sociais determinados segundo indicadores de renda, instrução, profissão, sexo, estado civil, entre outros. São também formas de relação entre sujeitos sociais, considerando todas as dimensões da vida, tanto econômicas quanto culturais. E mais se pode afirmar que eles constituem tentativas de manutenção de identidades sociais numa sociedade de massa, onde a vida é "programada por pequenas alternativas bem circunscritas, limitadas por um tempo e espaço homogêneos, sem cortes aparentes, revelando-se nos modos de morar, no uso da cidade e nas relações entre vizinhos, habitantes desta cidade." (CARLOS, 1997, p. 210 *apud* RAMOS, 1998, p. 33).

O cotidiano inclui o homem inteiro em seus diferentes momentos: o da vida privada, o dos lazeres, o do trabalho. Com a programação do cotidiano não é diferente, envolve todos os aspectos do modo de vida. Dentre estes momentos do modo de vidas das trabalhadoras domésticas, delimitados por suas práticas espaciais, nos deteremos ao lazer.

Fazendo referência a Lefebvre (1991) Ramos (1998) afirma que ao buscar uma definição mais adequada para a palavra lazer, o autor descobre que a palavra é antiga, mas o seu uso generalizado é recente, histórica e socialmente datado. Com advento do cristianismo as concepções de trabalho e lazer passam a ter novos sentidos. O trabalho como atividade menor é destinado aos escravos, agricultores, comerciantes e militares e o lazer como privilégio de classe, dos filósofos e detentores do poder de mando (CARMO & SALOMÃO, 2005). Com o advento do capitalismo a divisão do trabalho é responsável por esse fenômeno, uma fez que separa produção e festa, trabalho e lazer. No Brasil o surgimento do lazer tem

forte vinculo com o momento de urbanização da sociedade, isto é, com o momento de transição de um "mundo rural" para um "mundo urbano" (RAMOS, 1998). Segundo Dumazedier (1980 *apud* PAIM & STREY, 2006, p. 3) o lazer é definido,

> [...] por oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana, como: o trabalho profissional; o trabalho suplementar ou trabalho de complementação; os trabalhos domésticos (arrumação da casa, a parte diretamente utilitária da criação de animais destinados à alimentação); atividades de manutenção (as refeições, os cuidados higiênicos com o corpo, o sono); atividades rituais ou ligadas ao cerimonial resultante de uma obrigação familiar, social ou espiritual (visitas oficiais, aniversários, reuniões políticas, ofícios religiosos) e as atividades ligadas aos estudos.

Deste modo, enquanto tempo, o lazer é identificado com o "tempo livre", ou o tempo do não trabalho, durante o qual pode se dedicar a atividades de predileção pessoal. Enquanto atitude é o descompromisso, a liberdade, a felicidade, o prazer, a expressão do ser humano. Intimamente relacionado a uma dimensão básica do homem, o lúdico, o lazer figura entre as necessidades essenciais do ser humano, as chamadas necessidades antropológicas (RAMOS, 1998).

Muito confundido com o tempo livre, Carmo e Salomão (2005) afirmam que Elias e Dunning (1992) em sua teoria do lazer propõem, a partir de fatos observáveis, a distinção mais permanente e nítida entre tempo livre e o lazer. A conceituação proposta pelos autores opõe o lazer às rotinas da vida social (atividades que são executadas de forma rotineiras). Assim, as atividades desenvolvidas durante o tempo livre são variadas, sendo apenas uma parcela do tempo livre dedicada ao lazer. Elias e Dunning (1992) apresentam uma tipologia do tempo livre que permite identificar as propriedades singulares do lazer, classificando-os de acordo com o grau de rotina, agrupando-as em três subconjuntos (CARMO & SALOMÃO, 2005):

> 1) *Rotinas do tempo livre* – provisão rotineira das próprias necessidades biológicas e cuidados com o corpo (comer, beber, descansar etc.); Governo da casa e rotinas familiares – conservar a casa em ordem, lavar roupa, cuidar dos animais etc. Estas atividades além de rotineiras são pouco prazerosas.
> 2) - *Atividades de formação e autodesenvolvimento* – trabalho social voluntário, estudo, *hobbies*, atividades religiosas, atualização de conhecimento etc.
> As atividades dedicadas ao autodesenvolvimento pessoal, mesmo podendo até ser gratificantes, exigem, contudo, disciplina e em grande medida, a manutenção da conduta civilizada, que reprime manifestações espontâneas.
> 3) *Atividades de lazer* -encontros sociais formais ou informais, jogos e atividades miméticas, como participante o [ou] expectador, e miscelânea de atividades esporádicas prazerosas e multifuncionais, como viagens, jantares em restaurantes, caminhadas, etc. (*Idem*, p. 112).

Portanto, as típicas atividades de lazer são aquelas mais associadas à destruição da rotina, sendo três os elementos básicos de lazer propostos por Dunning (1999): sociabilidade

(integração amigável entre as pessoas); mobilidade (atividades que movimentam o corpo); e o despertar para a imaginação emocional. Estes três elementos parecem corresponder a duas classes de eventos de lazer: atividades sociais e atividades miméticas (atividades diversas, como esporte, entretenimento, cultura e artes) (CARMO & SALOMÃO, 2005).

Do ponto de vista mais geral, do entendimento do tempo livre enquanto sinônimo de tempo dedicado ao lazer, o tempo livre também é regido por coerções sociais, conseqüência da transformação do espaço urbano em mercadoria, obedecendo à lei do lucro. A urbanização nas últimas décadas não levou em consideração as condições de manutenção da vida humana, pelo menos dentro da concepção de que o lazer faz parte do humano como capacidade criadora e libertadora. Assim, o próprio lazer se tornou objeto de consumo, bem como os espaços a ele destinados (RAMOS, 1998), acentuando a questão da segregação do espaço urbano segundo níveis de renda, pois

> [...] o uso do espaço não é absolutamente democrático, agravando as diferenças de classes, ao mesmo tempo que as expõe. Apesar da proximidade física, os habitantes urbanos estão cada vez mais isolados entre si e tornando-se cada vez mais passivos, inclusive diante do lazer. O espaço destinado ao lazer é explorado pela iniciativa privada, transformando-se em mercadoria e excluindo a maioria da população de seu usufruto (RAMOS, 1998, p. 37).

Segundo Paim e Strey (2006), o lazer é um fato social de alta importância, condicionado evidentemente pelo tipo de trabalho, que por sua vez exerce sua influência sobre ele. Ambos formam um todo. O trabalho só será humano se permitir ou suscitar um lazer humano. A melhoria das relações humanas dependerá do estabelecimento de um equilíbrio das atitudes ativas, durante o trabalho e o lazer. No caso das trabalhadoras domésticas as limitações sócio-econômicas, distância entre local de moradia e locais de lazer, transporte caro, sem qualidade e limitado nos finais de semana e feriados (dias da semana que potencialmente a classe trabalhadora teria para se dedicar a atividades de lazer) contribuem para que o "lazer conformista" seja praticado por grande parte da população. Equipamentos de lazer denominados "intelectual" (visitas a museus, uso de bibliotecas, freqüência ao teatro, ao cinema, etc.) são de difícil acesso ou custeio, em específico para as pessoas de classes inferiores, como as trabalhadoras domésticas, não só pelo custo como também pela dificuldade (pobreza/limitação cultural falta de estimulo) de usufruir de teatros, centros culturais, bibliotecas, exposições de arte e mostras de cinema, recursos distantes e muitas vezes inalcançáveis para a maioria da população brasileira, que requer o domínio de um conjunto de conhecimentos que educa o gosto, em geral só apropriadas por membros dos grupos financeiramente privilegiados:

> Mulheres e homens que crescem um ambiente árido, avesso à formação criativa, vazio de espaços de convívio e encontro ou de oportunidades de acesso a bens e serviços culturais, dificilmente verão incorporados em seu dia-a-dia hábitos relacionados à prática cultural ou desenvolverão um sentido de memória coletiva relacionada a sua própria história [...] (PORTO, 2004, p. 143).

A alternativa para a população de baixo poder aquisitivo, que dentre as dificuldades está a de não poder pagar para usufruir dos equipamentos de lazer transformados em mercadoria, seria os espaços públicos (praças, ruas, parques, etc.), porém, isso não ocorre, por um motivo principal, a apropriação do lazer pelas necessidades do capital. Primeiro porque quando existentes, as formas e os espaços de lazer oferecidos pelo poder público às classes populares mantêm as características de consumo e de oposição ao trabalho produtivo, mas que serve, em última instância, aos interesses da reprodução do setor produtivo – os atrativos das praças com melhor acessibilidade, por exemplo, são destinadas a instalação de feiras comerciais e não feiras com características exclusivamente culturais (RAMOS, 1998). Sobre a apropriação de espaços públicos pela iniciativa privada afirma Santos (1996, p. 48):

> E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional?Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc) foram impunemente privatizados.
> Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os *playgrounds* ou ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais.

Cabe a observação de que não é qualquer espaço público que a iniciativa privada se interessa em apropriar e fazer do mesmo mercadoria há uma seletividade segundo a localização e acessibilidade, levando à concentração geográfica dos equipamentos de lazer. Além dos espaços privados publicizados, isto é, os espaços públicos que foram privatizados, há aqueles espaços públicos esquecidos, tanto pelo poder público como pela iniciativa privada. São espaços localizados em bairros periféricos (quando estes espaços foram pensados no contexto do "planejamento" do bairro), praças e parques principalmente, destituídos de qualquer infra-estrutura urbana que permita seu uso de forma segura e prazerosa (parquinhos para as crianças, pista de *cooper*, quadra poliesportiva, ajardinamento), tornando os espaços abandonados para a marginalidade local, deste modo, espaços estéreis de conteúdo cultural e de espaços de convivência); e muito menos, espaços destinados ao lazer cultural gratuito, bibliotecas públicas, teatros, cinemas, centros culturais, etc., destinados ao lazer popular, como ocorre na cidade de Aparecida de Goiânia, cujo principal equipamento de lazer é um

Shopping Center, o Buriti Shopping, localizado em uma das centralidades da cidade, a região do setor dos Afonsos, bairro limítrofe com a cidade de Goiânia.

Em estudo sobre as condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local de emprego Santana (2003) revela que assim como sua sexualidade, os relacionamentos interpessoais, etc., também nas atividades de lazer a autonomia da trabalhadora é reduzida. Na verdade, o lazer da empregada doméstica residente confunde-se com o trabalho e, o trabalho, com o lazer, ficando inclusive complicado definir sua jornada de trabalho. No entanto, mesmo não trabalhando como empregada doméstica, o lazer para o adolescente carente por uma série de fatores (sendo o principal o financeiro) é diferente, mais limitado no tempo, espaço e freqüência, como demonstra Martins (2004) ao analisar as práticas espaciais de dois grupos de jovens de diferentes realidades socioeconômicas (**A** moradores de bairros nobres, e **B** moradores de bairros pobres/periféricos de Goiânia), entre 15 e 19 anos no espaço intra-urbano de Goiânia. Buscando compreender até que ponto as desigualdades espaciais interferem nas práticas espaciais e na imagem que os jovens têm de Goiânia e assim "refletir sobre a realidade vivida por cada um desses grupos, suas limitações, seu locais de acesso, seu lazer, o seu deslocar na cidade, suas demandas, etc. Martins (2004) chega à conclusão no que diz respeito ao tipo de atividade de lazer (ao "momento de ócio") que nos dois grupos há predominância das mesmas atividades – ir à igreja, ao cinema, ao shopping e praticar esportes -, "as diferenças aparecem na análise dos espaços ocupados por eles para a prática destas atividades e ao volume de jovens envolvidos em algumas destas atividades" (Tabela 17 e 18).

Tabela 17 - Localização dos cinemas freqüentados pela juventude goianiense das escolas A e B – 2003

Onde	Escola A	Escola B
Centro da cidade	00	47
Shoppings	69	21

Fonte : Adaptação do questionário da pesquisa realizada nas escolas Colégio WR e Escola Estadual Juvenal José Pedroso/2003 por Martins, 2004.

Tabela 18 – Shoppings mais freqüentados pela juventude goianiense das escolas A e B

Shopping	Escola A	Escola B
Flamboyant	62	46
Goiânia Shopping	62	10
Bougainville	06	02
Araguaia	01	00
Anhanguera	00	02
Buriti Shopping	03	12

Fonte: Adaptação do questionário da pesquisa realizada nas escolas Colégio WR e Escola Estadual Juvenal José Pedroso/2003 por Martins, 2004.

Apesar de o Shopping Flamboyant (localizado no setor Jardim Goiás uma das regiões mais nobres de Goiânia) (Figura 19) aparecer como único espaço onde os jovens das duas realidades freqüentam de forma significativa e concomitante deve-se levar em consideração que parte significativa dos jovens da escola **B** só freqüenta o shopping para o lazer no cinema e da praça de alimentação. Já os jovens da escola **A**, muito mais do que os da escola **B**, o freqüenta também para o lazer consumo, principal finalidade de um Shopping Center (Tabela, 19).

Tabela 19 – Locais de outras compras de consumo de jovens da escola A e B – 2003

Onde faz outras compras de	Escola A	Escola B
consumo?		
Shopping	117	15
No centro da cidade	44	105
No próprio bairro	21	09
Em outros bairros	06	03

Fonte: Adaptação do questionário da pesquisa realizada nas escolas Colégio WR e Escola Estadual Juvenal José Pedroso/2003 por Martins, 2004.

Outras diferenças percebidas por Martins (2004) em relação aos espaços freqüentados pelos jovens da escola **A** e **B**, é que em suas folgas durante a semana os jovens da escola **B** (85) apresentam um envolvimento religioso maior do que os jovens da escola **A** (39)**;** e ainda, que os jovens da escola **A** não mostram um vínculo muito grande com as ruas e praças do bairro que moram, elas não se apresentam como opção de lazer para a maioria deles. Por outro lado, os jovens da escola **B** apresentam uma relação mais próxima com as ruas, nelas uma parte significativa deles realizam seu lazer, praticam esportes e se encontram, pois

> [...] a juventude vinculada à escola A utiliza-se dos clubes, das academias de ginástica, dos parques próximos às suas residências e às próprias dependências de seus locais de moradia. O fato de mais de 90% desses jovens terem vínculos com clubes da cidade e de gozarem de uma renda familiar elevada permite a eles a condição de acesso aos espaços privados da prática de esportes. Nesses espaços, eles praticam futebol, voleibol, ginástica, dança, natação, caminhadas e corridas. Já os jovens da escola B, desenvolvem suas atividades esportivas principalmente na escola, nas ruas do bairro e em campos e/ou quadras de bairros próximos, com freqüência irregular, vinculada normalmente aos finais de semana. (MARTINS, 2004, p. 64).

Questionados sobre o primeiro pensamento que vem em sua mentes referentes ao bairro em que moram, os jovens da escola **A** citam impressões positivas como: tranqüilidade, a boa condição de moradia, beleza, boa infra-estrutura (68%), enfim tem tudo que eles

precisam; já os jovens da escola B, citam principalmente aspectos negativos tais como: falta de infra-estrutura, abandono que gera violência e insegurança, estando as impressões positivas (13%) relacionadas aos relacionamentos afetivos desenvolvidos no bairro com familiares, amigos e namorado(a) que moram a maioria no mesmo bairro (MARTINS, 2004).

Analisando as atividades desenvolvidas nos momentos de ócio pelas trabalhadoras domésticas, verifica-se que desde a infância-adolescência até a vida adulta suas opções de lazer, em função de seu local de moradia, situação financeira e do gênero, foram limitadas, como afirma Laudelina que aos 11 anos de idade, então moradora do Bairro Capuava em Goiânia,

> **Entrevistadora:** Como era morar no Capuava, os locais de lazer?
> **Entrevistada:** Era bom, eu não tinha muitos amigos porque minha mãe deixava mais restrito. Porque ela falava que não era boa companhia. Dependendo do que a pessoa fazia, ela já deixava mais a gente brincar, a gente tinha que [ver] com quem estava brincando, com está andando. Eu era católica na época, então a gente não tinha muito passeio, de vez em quando a gente visitava um parente. (...) mas assim, o lugar que a gente freqüentava era a missa, as reuniões da igreja e não tinha muito lazer, às vezes alguma festinha a gente ia, mas sempre com uma pessoa mais velha da família não ia sozinho também não.
> **Entrevistadora:** E parques, praças...
> **Entrevistada:** Nem tinha. De vez em quando, aparecia esses parquinhos que fica mudando de lugar aí às vezes a gente ia, quando minha mãe ou meu pai levava, sozinho não. (Laudelina)

Quando se mudou para a Vila São José, também em Goiânia,

> **Entrevistada:** Só ia para escola porque lazer ainda continuou assim ainda mais restrito, porque era cheio de gente então o perigo era maior, meu pai falava que não era para nós ficar andando. Mas de vez em quando a gente ia em uma festinha de aniversário, de casamento, meu irmão levava, porque eu ainda era menor. (...) quando eu comecei a freqüentar a igreja de um pessoal que era evangélico de vez em quando eu ia com eles. Eu não tive muito lazer porque eu comecei trabalhar cedo. (Laudelina)

Na vida adulta, enquanto moradoras da cidade de Aparecida de Goiânia,

> **Entrevistada:** Aqui no meu bairro [...] meu trajeto aqui a passeio é pouco é só até na igreja, né? Mas eu me sinto bem, fico bem segura, não sei se é porque é o lugar que a gente mora, né? (Zilda)

#

> **Entrevistadora:** E para passear, para o lazer, a senhora vai em algum local em Goiânia?
> **Entrevistada:** Vou, na casa da minha irmã, no Parque Ateneu.
> **Entrevistadora:** Tem outros locais que a senhora costuma ir?
> **Entrevistada:** Não.
> **Entrevistadora:** Shopping, praça, parque a senhora não freqüenta?

> **Entrevistada:** Não. (Dalva)
>
> #
>
> **Entrevistadora:** Que locais você costuma freqüentar no bairro, região?
> **Entrevistada:** Às vezes eu vou com meu marido num barzinho, aqui perto, no Tiradentes ou então aqui mesmo no setor, tem uns amigos nosso ali, só que é muito difícil sair. (Sabrina)
>
> #
>
> **Entrevistada:** À noite a gente ia para igreja, durante o dia a gente vinha para cá, aqui pra casa da mãe dele que mora aqui perto da minha casa e para minha mãe que também mora do outro lado, passeio fora não, mais é só para família mesmo. (Laudelina)

Como demonstra Martins (2004) ao comparar as atividades praticadas por dois grupos de jovens goianienses no momento de ócio, pertencentes a duas realidades socioeconômicas distintas, que a relação e a percepção dos mesmos na/da cidade é mediada por sua localização e sua condição financeira. Situação correlata ocorre com a trabalhadora doméstica e sua patroa enquanto representantes dos dois segmentos socioeconômicos adultos. A desigualdade de acesso a espaços públicos, "semi-públicos" e privados para o lazer e consumo se da de forma diferenciada e desigual para os dois segmentos sociais. Enquanto as patroas freqüentam os melhores locais de Goiânia para a realização de diversas atividades durante o seu "tempo livre" ("atividades de formação e autodesenvolvimento e atividades de lazer" principalmente) - academias para a prática de ginástica e esportes, os melhores salões de beleza e os maiores Shopping Centers, em função de sua privilegiada localização de moradia e acessibilidade em relação a estes estabelecimentos, aliada à sua favorecida condição financeira.

Por outro lado, a mulher trabalhadora doméstica, em função de sua limitada condição financeira aliada ao local de moradia desprovida de equipamentos urbanos de uso coletivo e localização distante das áreas que oferecem estes equipamentos, (dificuldade de acessibilidade), há a limitada e controlada mobilidade ("mobilidade diferencial"), longas, incertas e desgastantes jornadas de trabalho, balizadas inclusive por sua condição de gênero subalternizado (por exemplo, enfrentando diariamente a dupla jornada de trabalho doméstico, uma remunerada e outra para a reprodução de sua família). Durante o "tempo livre" que as trabalhadoras têm elas praticamente não o dedicam á realização de "atividades de lazer e de formação e autodesenvolvimento", e sim a atividades de "rotinas do tempo livre", isto é "provisão rotineira das próprias necessidades biológicas e cuidados com o corpo (comer, beber, descansar etc.); governo da casa e rotinas familiares – conservar a casa em ordem, lavar roupa, cuidar dos animais etc." (ELIAS & DUNNING, 1992 *apud* CARMO &

SALOMÃO, 2005, p. 112), atividades que além de repetitivas são pouco prazerosas. Demonstrando que atividades de lazer é privilégio de classe, principalmente porque na contemporaneidade a maioria das possíveis atividades e espaços destinados ao lazer foram transformados em mercadoria, em espaços para o consumo:

> O lazer na sociedade moderna também muda de sentido, de atividade espontânea, busca do original como parte do cotidiano, passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo que tudo que toca transformam em mercadoria, tornando o homem um elemento passivo. Tal fato significa que o lazer torna-se uma nova necessidade. Isto é, no curso do desenvolvimento da reprodução das relações sociais, produz-se uma nova atividade produtiva, diferenciada, com ocupações especializadas que produz um novo espaço e/ou novas formas de uso deste espaço. (CARLOS, 1996, p. 108).

Sobre o esvaziamento e alienação do tempo dedicado ao lazer contemporâneo, bem como da natureza das atividades praticadas enquanto lazer afirma Porto (2004):

> O lazer contemporâneo exige o consumo permanente dos bens e serviços da indústria globalizada de entretenimento, ocupando o tempo do descanso e da re-humanização do individuo com outras formas de obrigações contínuas. Por outro lado, parece cada vez mais distante a apropriação do tempo de forma prazerosa, alegre e divertida, reabastecendo homens e mulheres de uma carga produtiva cansativa e muitas vezes desinteressante. O espaço dedicado ao conforto pessoal, ao cuidado consigo própria, ao bem-estar individual ou familiar, independentemente das formas como são praticadas, está encoberto por uma atmosfera de alienação e cansaço. (*Idem,* p. 139)

Dentre estes "novos espaços" produzidos pela sociedade de consumo destinadas aos momentos de lazer está o Shopping Center:

> [...] o consumo instala sua fé por meio de objetos, aqueles que em nosso cotidiano nos cercam na rua, no lugar de trabalho, no lar e na escola, quer pela sua presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los. Numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os *Shopping-center* e os supermercados, aliás construídos à feição das catedrais. O poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Daí a sua força e o seu papel perseverante motor na sociedade atual (SANTOS, 1996, p. 34).

Sobre a natureza excludente do Shopping Center afirma Carlos (1996) que estes são "como 'templos do consumo' [que] determina quem aí entra, com que roupa, e comportamento". Questionadas sobre a parcela do tempo livre que dedicam às atividades de lazer, o Shopping Center aparece na fala das mulheres trabalhadoras domésticas entrevistadas como um espaço de estranhamento e não-identidade, em função de ser um espaço destinado ao lazer-consumo, portanto, para elas um não-lugar. Porém dependendo da localização e do público que freqüenta o shopping a sensação de não-pertencimento é amenizada, isto é, para as mulheres trabalhadoras domésticas entrevistadas ir ao Shopping Flamboyant localizado em

uma região nobre de Goiânia, muito freqüentado por suas patroas ou que freqüentam com suas patroas, não é a mesma coisa de freqüentar o Buriti Shopping, o único shopping center da cidade de Aparecida de Goiânia. Infere-se que isso aconteçe em função da maioria dos seus freqüentadores serem semelhantes do ponto de vista do nível de renda e do nível educacional. Percebemos essas idéias e impressões na fala das trabalhadoras domésticas entrevistadas:

> **Entrevistadora:** Você freqüenta algum shopping, algum parque,...?
> **Entrevistada:** Eu vou no Buriti, vou lá direto ver uma besteirinha, fazer uma continha. No Flamboyant acho que fui umas duas vezes, não fui mais por desânimo meu mesmo. Eu sou muito desanimada para sair mesmo.
> **Entrevistadora:** Mas das vezes que você foi você gostou de lá?
> **Entrevistada**: Gostei, é um local muito bonito.
> **Entrevistadora:** Você gosta de estar lá, você fica a vontade lá?
> **Entrevistada:** Não.
> **Entrevistadora:** Por que não?
> **Entrevistada:** Eu acho um lugar repugnado, eu me acho inferior ao lugar.
> **Entrevistadora:** Como é que você percebe isso?
> **Entrevistada:** Eu passo em algumas lojas vejo aquelas mulheres todas maquiadas. Eu não passo maquiagem a não ser um lápis e um batom bem clarinho e lá na frente eu já passo um lenço e limpo. Outra é que eu não uso salto. Eu fico assim olhando aquelas pessoas e aqui em Goiânia tem muita mulher bonita, com cabelos bonitos. (...) se eu não tiver um pouquinho arrumadinha eu já fico sem graça. Tem dias que é assim, a auto-estima está lá em baixo. Então chego lá no Flamboyant é uma loucura, é uma loja muito bonita só que ai você se olha e se sente um pouco... Porque as duas vezes que eu fui lá andei e tudo e percebi que tem um certo luxo que eu tenho medo.
> **Entrevistadora:** Então isso também faz com que você evite freqüentar o Flamboyant?
> **Entrevistada:** É, e ali no Buriti eu me sinto mais a vontade, eu já ando e tal. No Goiânia Shopping fui também, mas, com tudo, é o Buriti mesmo, ali eu me sinto mais em casa. No Flamboyant nem sozinha eu não vou. Certeza eu não vou.
> **Entrevistadora:** Você fala sozinha por quê?
> **Entrevistada:** Porque eu sou [...] um pouco meio medrosa pra andar, se eu quero fazer uma pergunta para uma pessoa se eu estiver sozinha às vezes eu não pergunto, tenho vergonha até de chegar em um lanche e tomar um lanche sozinha. Eu fico assim inibida. Não tenho coragem de jeito nenhum se não tiver uma pessoa para ir comigo e me puxar eu não vou mesmo. (Marinete)

#

> **Entrevistadora:** Você freqüenta algum desses locais que sua patroa freqüenta?
> **Entrevistada:** Não.
> **Entrevistadora:** Gostaria de freqüentar?
> **Entrevistada:** Só se fosse shopping. Tem mais condição de gastar, mas academia e restaurante essas coisas assim eu não...
> **Entrevistadora:** Então a senhora não freqüenta o shopping, por exemplo, por quê?
> **Entrevistada:** Mais é por falta de condição. Para mim sair daqui sozinha eu não vou eu tenho que levar meus filhos e para mim levar eles eu tenho que

ter, como se diz..., um dinheirinho na bolsa para gastar com eles lá. Então, às vezes a condição da gente não dá muito para isso. Quando tenho condição tudo bem, eu vou, mas não é muito freqüente.
Entrevistadora: A senhora costuma freqüentar shopping?
Entrevistada: Não, sabe que eu nunca fui. Pra mim sair daqui para ir passear mesmo assim, num shopping... Eu fui uma vez com meus filhos para ser sincera. (Zilda)

#

Entrevistada: Todo supermercado que eu vou em Goiânia agora tem aqui [Aparecida], que é o Bretas e o Marcos.
Entrevistadora: Então a senhora vai ao Buriti?
Entrevistada: Vou no Buriti .
Entrevistadora: Costuma ir com muita freqüência?
Entrevistada: Não.
Entrevistadora: Quando a senhora vai ao Buriti e para fazer o que?
Entrevistada: É para ir no supermercado, no *vapt-vupt*, alguma coisa assim.
Entrevistadora: A senhora gosta de ir ao Buriti Shopping? A senhora se sente bem estando lá?
Entrevistada: Gosto, eu me sinto bem, é um lugar agradável. Muito bom. (Dalva)

#

Entrevistadora: Você freqüenta algum desses locais que sua patroa freqüenta?
Entrevistada: Não, eu não vou na igreja porque ela é evangélica e eu [sou] católica. Shopping quando eu vou é no Buriti Shopping que é mais perto.
Entrevistadora: Você gosta de ir ao Buriti Shopping?
Entrevistada: Para mim gostar só se for lá com muito dinheiro. Tudo que eu vejo eu quero comprar.
Entrevistadora: Quando você ao Buriti como você se sente estando lá? Se sente à vontade para entrar nas lojas, para perguntar preços...
Entrevistada: Eu me sinto bem, ninguém me tratou mal.
Entrevistadora: Goiânia Shopping, Flamboyant você já foi?
Entrevistada: No Goiânia Shopping não, meu marido já foi, mas eu não.
Entrevistadora: Por que você nunca foi?
Entrevistada: Não teve precisão, também eu nunca quis e não tenho vontade de conhecer também não. Para mim ir lá só olhar e não ter dinheiro pra comprar, melhor ficar em casa. (Sabrina)

#

Entrevistadora: Que locais sua patroa costuma freqüentar?
Entrevistada: Shopping, salão, hidroginástica, às vezes o médico.
Entrevistadora: Você freqüenta algum desses locais sem a companhia dela?
Entrevistada: Quando minha irmã vem do Tocantins ela gosta muito de ir no Flamboyant e é o lugar que eu vou de vez em quando com ela.
Entrevistadora: Você gosta de ir ao Flamboyant?
Entrevistada: Gosto, mas... não muito. Eu prefiro o Buriti Shopping, porque aqui é povão, você fica mais à vontade. Lá é gente chique que vai. Então a gente fica mais inibida no meio deles.
Entrevistadora: Dos locais que sua patroa freqüenta tem algum que você gostaria de freqüentar?
Entrevistada: Não, nenhum.

> **Entrevistadora:** Quando você sai junto com sua patroa, por exemplo, vai ao shopping, você gosta?
> **Entrevistada:** Eu gosto, estando com ela eu não me sinto inibida. Eu acho que é porque quando você vê pobre, você sabe que é pobre, o estilo é outro, não adianta, eu estando com ela eu sei que eu estou como empregada e me sinto como empregada, e não me incomodo. Eu estou tipo uma dama de companhia dela, então, tudo bem, me sinto bem. Eu acho que as pessoas me vêem como pobre, todo mundo conhece, o pobre e o rico, eu não me importo de ser reconhecida no Flamboyant como pobre, mas é porque você fica meio constrangida. É como se aquele lugar fosse restrito para gente mais [pobre].
> **Entrevistadora:** Que e tipos de coisas que tem lá que te dizem aquele lugar não e pra você?
> **Entrevistada:** A roupa, a gente não dá conta de comprar é claro. Calçado, às vezes você compra um até melhor fora de lá, você vai lá olha tudo, mas sabe que não é pra você, naquele lugar não tem pra mim.
> **Entrevistadora:** A forma das pessoas te tratar ou de te olhar te diz alguma coisa?
> **Entrevistada:** Por mais que você pense que não, acaba acontecendo. Igual nos fomos no Flamboyant eu e meu sobrinho, e o pessoal me conhecia, porque eu já tinha ido lá com minha patroa. Quando ele entrou eles tratou ele muito bem e eu fiquei mais de fora, eu falei para ele que minha patroa ia lá. Ele é bem de situação, mas anda como se não tivesse nada, então ele entrou e o pessoal não deu muita moral pra ele, mas quem tinha dinheiro era ele, aí eu entrei o pessoal: "Ah você aqui!" Eu falei que eu tinha ido com o meu sobrinho ai eles mudaram com ele. Ele é muito enjoado, mas pra sair em qualquer lugar ele não costuma arrumar muito, mas tudo dele é nos mínimos detalhes e ele foi nas roupas mais caras, tudo mais caro, porque ele tem muito dinheiro. Então, ele foi julgado pela aparência, mas como ele sempre foi nas coisas mais caras, pagou a vista aí. Então, a aparência de uma pessoa eu acho que é essencial em qualquer lugar, um coisinha que você muda você já é mais bem visto, às vezes você vai lá de qualquer jeito, mas até no atendimento você é mais bem atendido, igual quando elas me viram [as vendedoras] me perguntaram se eu tinha ido buscar alguma coisa para aVerinha [a patroa], eu disse que não que tinha ido com o meu sobrinho. (Laudelina)

Os depoimentos das trabalhadoras evidenciam mais uma vez que, "de acordo com a capacidade de consumo, determinadas pessoas são admitidas em certos lugares, outras não. Basta observar "quem" vai "onde" quando procura opções de lazer, e ter-se-á um quadro da segregação espacial do lazer de acordo com as respectivas classes sociais" (RAMOS, 1998, p. 34). Além do viés de classe, cabe ressaltar que a pratica do lazer (tempo, espaço e modalidade) também apresenta outros recortes, como o de gênero, pois:

> [...] mesmo quando a prática do lazer é limitada pela falta de tempo, dinheiro, recursos, ou limitada pela cultura, sua necessidade está presente e cada vez torna-se mais importante para o pleno desenvolvimento do ser humano, em todas as etapas da vida. (Paim, Nogueira, Jardim & Tonetto, 2004). Para Bonalume (2002), esse lazer precisa superar diversas barreiras, como as ligadas à aptidão física, que exclui os portadores de deficiência, os obesos e os menos hábeis, à faixa etária e ao sexo, que o coloca, no senso comum, como um direito de pessoas jovens e, preferencialmente, do sexo masculino. Pois, sabe-se que com todas as conquistas alcançadas pelas mulheres, estas acumularam múltiplas jornadas de trabalho, o que em muitos casos leva a uma limitação do tempo destinado ao lazer (Aquino 1996). E,

> também ao nível sócio econômico, em que a discriminação aparece entre as classes sociais e dentro delas mesmas. (PAIM & STREY, 2006, p. 3).

A rotina da mulher trabalhadora doméstica é ilustrativa da situação descrita acima por Paim e Strey (2006). Responsáveis ou parcialmente responsáveis pela manutenção dos seus lares e enfrentando a dupla jornada diária de trabalho grande parte das trabalhadoras domésticas não pratica o lazer-consumo, sendo seu tempo livre dedicado ao cuidado familiar, as "rotinas do tempo livre", ao simples descanso (deitar/dormir), as práticas domésticas de lazer, muitas também rotineiras, isoladas e pouco criativas e prazerosas, como assistir televisão, subvertendo o caráter primordial do tempo dedicado ao lazer, permitir ao ser humano "momentos de descompromisso, de sociabilidade, de liberdade, de felicidade e prazer". No caso da mulher a triste evidência é a de que:

> [...] mudou a relação da mulher com o mercado de trabalho, com a função produtiva remunerada, mas não com as formas de ocupação do seu tempo livre. Ainda predominam práticas domésticas de lazer, a conversa com as amigas e vizinhas, os trabalhos manuais como costura, crochê e tricô, o cuidado com as plantas e jardins, atividades que o geógrafo Milton Santos, ao discorrer sobre as formas popular de lazer industrial, qualifica como "provindas do exercício banal da existência, criadas na emoção e geradoras de solidariedade. Sua espontaneidade é, na base da sociedade, a garantia de sua permanência, criatividade e renovação" (SANTOS, 2000a *apud* PORTO, 2004, p. 139).

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2002) sobre "A mulher brasileira nos espaços público e privado", no que diz respeito ao tempo livre, lazer e bem-estar das mulheres brasileiras, dentre as principais atividades realizadas por elas estão, "[...] descansar, assistir televisão, vídeos e novelas (16%), ouvir música (3%), conversar com as amigas e vizinhas (2% e 8%) ou freqüentar cultos religiosos (12%)" [47] (PORTO, 2004). Ainda segundo a autora, "[...] a convivência em espaços domésticos muitas vezes marcados pela violência, gravidez precoce, problemas financeiros e desemprego, que influenciam o desestimulo a práticas de lazer fora de espaços íntimos ou conhecidos (casa de parentes e amigos)" (Idem, ibidem, p. 141).

No caso das trabalhadoras domésticas entrevistadas, dentre as poucas atividades de lazer realizadas durante o tempo do não trabalho, cabe destaque aos cultos religiosos como uma das principais atividades realizadas pelas mulheres brasileiras durante seu tempo livre. Das cinco trabalhadoras entrevistadas três são evangélicas e duas católicas. Principalmente na fala das evangélicas, ir à igreja aparece como principal "atividade de lazer", "passeio", o que

[47] Segundo a autora percentuais que aumentam significativamente quando as menções incluem os três primeiros lugares de preferência para cada item e não só a primeira opção.

segundo Carmo e Salomão (2005) se referindo à classificação das atividades realizadas durante o tempo livre proposta por Ellias e Dunning (1992) se caracterizam enquanto "atividades de formação e autodesenvolvimento". Deste modo, as trabalhadoras domésticas entrevistadas, bem como milhares de mulheres pobres brasileiras não fizeram a transição engendrada pela moderna sociedade de consumo que Santos (1996) denomina "o ópio: da religião ao consumo". Consumidoras limitadas, elas permanecem tendo por "ópio" a religião:

> O papel que as religiões têm jogado como estimulo ou freio aos valores desta ou daquela civilização é hoje dado como certo. Todas travaram um combate singular, porque alicerçada na fé, para plantar nos espíritos, com as sementes da crença, um código de convivência social e, ao mesmo tempo, um moral particular, a cuja obediência todos deviam inclinar, em nome dos homens e de Deus.
> Tratava-se de uma conquista dos espíritos por meios espirituais, daí uma certa possibilidade de escolha ou, ao menos, de gradações no fervor com que as pessoas se associavam, e associam, ás diversas religiões ou seitas. (SANTOS, 1996, p. 34).

Deste modo, a única "atividade de formação e autodesenvolovimento" realizada pelas trabalhadoras domésticas, freqüentar cultos religiosos, ao invés de contribuírem para acabar ou pelo menos reduzir com alienação ela própria é duplamente alienadora, isto é, de um lado prega o conformismo com a difícil situação vivida, como desígnio de Deus, e por outro lado, mais para o ópio do consumo do que para o ópio da religião, prega a possibilidade de mudança (melhorar financeiramente, adquirir bens materiais, etc.) segundo a fé individual somado ao sacrifício de doar para a "obra de Deus" até mesmo o salário integral auferido em um mês de trabalho. Demo (2005), em pesquisa com mulheres pobres empregadas domésticas e chefes de família, revela que a alienação religiosa entre as primeiras é marcante, em especifico quando são questionadas sobre a desigualdade entre ricos e pobres (entre seus patrões e elas), demonstrando profunda inconsciência política e critica e forte atrelamento a valores morais e religiosos ("não cobiçar", "não ter inveja", "ser pobre é vontade de Deus", etc.):

> O lado religioso aflora ao se colocar a pergunta sobre o que seria importante para subir na vida: a resposta mais densa (34%) foi Deus. Esse tipo de cultura religiosa é um traço comum de nossa sociedade, sobretudo mais entre as classes mais pobres. Retomando dados do IBGE de 1996 (suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego sobre Associativismo), dentre as pessoas de 18 anos ou mais de idade, nas seis regiões metropolitanas, as entidades descritas como aquelas que melhor defendem seus interesses foram predominantemente igrejas ou cultos religiosos em 29% dos casos; os sindicatos obtiveram apenas 23%. Todavia, entre pessoas sem instrução ou com menos de quatro anos de estudo, essa preferência por igrejas ou cultos religiosos subia para 43%, enquanto descia para 16% entre pessoas com 11 anos ou mais de estudo. (DEMO, 2005, p. 123)

Do ponto de vista psicanalítico freudiano, o objetivo de vida de todo homem é ser feliz e assim permanecer, felicidade advinda da satisfação dos seus prazeres. Porém, como visto nas histórias de vida das mulheres trabalhadoras domésticas entrevistadas, nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição. Em contrapartida a infelicidade é menos difícil de experimentar. Ela pode vir de nosso próprio corpo; do mundo externo; e de nossos relacionamentos com os outros seres humanos, talvez o mais penoso do que qualquer outro. Dentre as possibilidades de defesa contra o sofrimento está o isolamento, o uso de substâncias químicas, a sublimação (deslocamento da libido) e as religiões, delírios de massa (CARMO & SALOMÃO, 2005). Se referindo a aproximações entre lazer e religião os autores afirmam que é possível identificar na esfera religiosa elementos freqüentemente associados às atividades de lazer, "fato que caminha em sentido oposto aos princípios historicamente balizadores do cristianismo, dentre este a negação do corpo, do prazer e do divertimento", e ainda:

> Ao que nos parece, os cultos/missas tem se utilizado do despertar de emoções e seus componentes (o sentimento – associado a um padrão de reação, tendo como exemplo o choro; o somático – na medida que determinado comportamento – que faz com que tomemos determinadas atitudes) para conquistar seguidores [arrebatar fieis] (CARMO & SALOMÃO, 2005, p.8).

Para as mulheres trabalhadoras domésticas entrevistadas assim como vários outros segmentos de mulheres limitadas por determinantes de gênero e classe, principalmente, não realizaram a transição "do ópio da religião para o ópio do consumo" nem do espaço privado para o espaço público, no que diz respeito às práticas espaciais de lazer. Em função de sua limitada condição financeira e por determinantes de gênero, incorporados em seu imaginário e práticas espaciais, a igreja e a religião, espaços culturalmente atribuídos à mulher pelas características consideradas femininas de docilidade, pureza e tranqüilidade percebe-se que a igreja descrita, principalmente pelas evangélicas, é vista como o lugar onde a sociabilidade e a vivência com as outras pessoas do bairro torna-se possível, pois se a diversão e o lazer fora de casa eram restritos, o ir à igreja representava uma possibilidade de usufruir de um pouco mais de liberdade e de sociabilidade.

Shopping Flamboyant
Fonte: www.skyscrapercity.com

SHOPPING CENTERS DE GOIÂNIA

Goiânia Shopping
Fonte: www.skyscrapercity.com

Figura 19. Shopping Flamboyant E Goiânia Shopping: Exemplos de não-lugar para as entrevistadas. Fotos: www.skyscraoercity.com. Acesso em: maio de 2008.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de descentralização, dos sujeitos sociais e das identidades, analisado por Hall (2003) não pode deixar de ser mencionado neste estudo. Segundo o autor o processo de descentralização se refere ao poder e ao sujeito, isto é, a como as pessoas ocupam posições diferentes, sobrepostas e às vezes até contraditórias, o que permiti, por exemplo, a análise das relações de gênero dentro das grandes cidades, ao abrir espaço para a consideração da simultaneidade de uma multiplicidade de identidades de gênero que ocorrem não só ao mesmo tempo, mas também no mesmo indivíduo, como analisado no caso das trabalhadoras domésticas no presente estudo.

E nesse âmbito as condições de existência são relevantes para a estruturação das identidades e dos papéis de gênero, pois são capazes de definir as experiências das pessoas segundo a diversidade que a própria categoria gênero compreende, posto que a "Geografia de Gênero é o lugar de encontro entre o gênero e suas variações espaciais" tais como: étnico/racial, sexual, classe social/nível econômico, faixa etária, profissão, casta, elementos culturais como: estrutura familiar, matrimônio/estado civil e religião, deste modo qualificando os fluxos e as espacialidades dos diferentes grupos sociais em movimento.

Assim, entender o significado do lugar para os gêneros requer que se considere a existência de múltiplos sujeitos que convivem numa aparente harmonia. Também, deve-se considerar que a idéia de descentramento do sujeito acarreta a coexistência de várias identidades num indivíduo e, portanto, a possibilidade de vivências e entendimentos diferenciados para cada recorte.

Centrando os estudos em uma espacialidade da vida social onde a identidade, a percepção e a atuação humana são importantes nas relações com o espaço, além de desconstruir a análise binária que dividia público e privado, já que agora a relevância é para as diferenças de representação e significação o que leva em conta as vivências de cada um e a posição que cada sujeito ocupa na sociedade e no espaço. Neste sentido, o conceito de lugar oferece uma possibilidade de acesso a experiências diárias dos sujeitos que revelam os lugares concretos que os gêneros ocupam no tempo e no espaço (PEREIRA, 2007).

Portanto, as distinções de gênero se revelam no nível existencial, permeando a vida e as práticas cotidianas das pessoas e, por isso, para que a geografia possa realmente dar respostas as questões de gênero em nossa sociedade é necessário participar da vida das pessoas e tentar compreender como as distinções se constroem e quais as implicações espaciais daí advindas.

Do pouco que participamos da vida das trabalhadoras domésticas entrevistadas e do que sabemos sobre a realidade vivida por mulheres que são trabalhadoras domésticas no Brasil, percebemos que, de modo geral suas práticas cotidianas na cidade são marcadas por uma mobilidade e espacialidade diferencial caracterizadas pela experiência da fragmentação/segregação espacial e exclusão social de classe, gênero, raça/etnia e segmento profissional. É vivendo um "infracotidiano" (um cotidiano inferior, limitado do ponto de vista das possibilidades de localização, da mobilidade, do uso e do consumo da/na cidade) somada a sua corporeidade estigmatizada que estas mulheres através de práticas espontâneas e familiares, aparentemente sem nenhuma conotação especial, que o sentido de lugar vai sendo construído.

No limitado repertório de lugares identificados na trajetória socioespacial das mulheres trabalhadoras domésticas entrevistadas aparecem a sua casa, limitada materialmente, mas para elas o espaço da segurança, da renovação, do bem-estar; o local de trabalho, materialmente contrário ao espaço de sua casa, um espaço para a maioria das entrevistadas de conflito – simbólico, cultural e econômico - de redefinição de sua condição de gênero – ser mulher - e até mesmo de ser humano, portanto, espaço da não-identificação; e a igreja, para elas o espaço da liberdade, da igualdade entre as pessoas, da esperança de que dias melhores virão, senão aqui na terra um dia em outro plano. Assim, a maioria dos potenciais lugares que compõem a cidade são para as trabalhadoras domésticas "não-lugares" e/ou espaços de estranhamento e rejeição, onde seus corpos não são bem-vindos, bem-vistos.

Por fim, é longo e prazeroso o caminho a ser percorrido pelas "Novas Geografias" dentre elas a própria Geografia de Gênero e tantas outras relativas a corporeidades estigmatizadas na sociedade (homossexuais, idosos, deficientes físicos, obesos, etc.), temáticas que são vítimas de um olhar "vesgo e enviesado" por parte de alguns geógrafos apegados e acomodados aos temas e ao modelo tradicional de fazer ciência.

Na verdade no geral a espacialidade das empregadas domésticas entrevistadas não difere muito da espacialidade dos demais trabalhadores e trabalhadoras subalternos (oriundos das classes sociais mais pobres, o que em muitas situações implica em baixa escolaridade, em subempregos e em local de moradia precário e mal localizado do ponto de vista da infra-estrutura e equipamentos urbanos de uso coletivo), isto é, limitado, pouco diversificado, às vezes limitado ao percurso casa-trabalho. No entanto, no caso específico das trabalhadoras domésticas a particularidade de sua espacialidade compreende a especificidade de seu local de trabalho, ou seja, uma casa, outro espaço doméstico diferente do seu (principalmente no que concerne aos critérios econômico e cultural) que não é o seu e que inclusive influencia na

constituição de sua identidade enquanto mulher, portanto em seu posicionamento diante da sociedade e das situações sociais por ela vividas.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, M. **Representação social: uma genealogia do conceito**. Comum, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, jul./dez. 2004, p. 122-138. Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: 10 dez. 2007.

ALVES-MAZZOTTI, Alda. J; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDRÉ, Marli E. D. Afonso de. A abordagem qualitativa de pesquisa. In.: _____. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 15-25.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás.** Goiânia: Ed. Vieira, 2004.

_____. Mobilidade e centralidade: breves reflexões sobre a problemática metropolitana. In.: MOYSÉS, A. (Coord.). **Cidade, segregação urbana e planejamento.** Goiânia: Ed. da UCG, 2005. p. 347-354.

ARRUDA, Angela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero.** Cadernos de Pesquisa, n. 117, nov. 2002, p. 127-147. Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: 15 ago. 2007.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994

BERNARDINO, Joaze. **Hierarquia e cor entre empregadas domésticas em Goiânia**. In: BARBOSA, et al. (Org.). De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2003. p. 227-242.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil:** teorias da descolonização e saberes subalternos. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2007.

BERNARDO, Terezinha. **Memória em branco e preto**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BORGES, Rogério. **Limpa, passa, cozinha**. O popular, Goiânia, 17 de fev. 2008. Magazine. Disponível em:<www.opopular.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de muro**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARMO, G. C. Moreira; SALOMÃO, A. França. Lazer e religião: algumas aproximações. In.: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR**, 9., 2005, Ponta Grossa/PR. Disponível em:<www.pg.cefet.pr.br>. Acesso em: 14 abr.2008.

CARNEIRO, Sueli. **Domésticas.** s/d. (mimeo).

_____. **A mulher negra na sociedade brasileira**: o papel do movimento feminista na luta anti-racista. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003 (no prelo)

CAVALCANTI, Lana de Souza. O conhecimento geográfico através de representações sociais de determinados conceitos elementares. In.:_____. **Geografia, escola e construção de conhecimento.** Campinas: Papirus, 1998. P. 29-86

_____. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In:_____. (Org). **Geografia da cidade:** a produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 11-32.

CENTRO POPULAR DA MULHER (CPM/UBM-GO). **Guia da mulher trabalhadora**: conquistas e desafios. Goiânia, março/2006.

CEVAM. **Caso Lucélia**, Goiânia, 17 mar. 2008. Disponível em: < www.cevam.com.br>. Acesso em: 5 jun. 2008.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. São Paulo, 2001 Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M.; SILVA, M. C. da. Migração pendular na região metropolitana de Goiânia: um estudo qualitativo (mimeo)

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Trad. de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3º ed. São Paulo: Àtica, 1995.

DEMO, Pedro. **Pobreza política de mulheres pobres**. Campinas,SP: Autores Associados, 2005.

DENCKER, A. de Freitas; VIÁ, S. Chucid da. **Pesquisa empírica em ciências humanas:** com ênfase em comunicação. São Paulo: Futura, 2002.

DOMÉSTICAS: o filme. Produção de Nando Olival e Fernando Meirelles. São Paulo: O2 filmes, 2001. DVD.

FERREIRA, Luiz Felipe. **Iluminando o lugar:** três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, n. 22 (1), jan./jun. 2002. p. 43-72

FERREIRA, M. de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FREITAS, Maria E. **Assédio moral e assédio sexual:** faces do poder perverso nas organizações. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 41, n. 2, abr./jun. 2001, p. 8-19. Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: 10 dez. 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Mulheres da cidade d'Oxum**: relações de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro em Salvador. Salvador: EDUFBA, 2006.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, Rui Rocha. **Periferia e segregação**: a produção socioespacial do assentamento Madre Germana II em Goiânia. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

GONÇALVES, Carlos Porto. **A invenção de novas geografias**. In: Território Territórios. PPGEO-UFF/AGB. Niterói, 2002. p. 257-283.

GONZALEZ, Lélia. **Racimo e sexismo na cultura brasileira**. In.: Ciências Sociais Hoje ANPOCS, 1984. p. 233- 244.

_____. **A mulher negra na sociedade brasileira**. In.: LUZ, Madel T. (Org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 89-106.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. **O corpo como estratégia de acumulação**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. In.:_____. Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Cap. 6.

HOOKS, Bell. **Alisando nosso cabelo.** Revista Gazeta de Cuba. Tard. Lia Maria dos Santos. Unión de escritores y artista de Cuba, jan./fev. de 2005.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade entre patroas e empregadas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

JACQUET, Christine. **Urbanização e emprego doméstico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.52, p. 163-219, jun. 2003. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 13 abr. 2008.

JUSTE, Marília. **Empregadas domésticas lutam para tentar equiparar direitos.** PrimaPagina. Disponível em: < http:// www.pnud.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2005.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Trad. de Maria C. França. 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1998. 263 p.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In.: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil.** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.p. 11-44.

_____. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Perseu Abramo, 2000b.

LESSARD-HÉRBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. O pólo epistemológico das metodologias qualitativas. In.:_____. **Investigação qualitativa**: fundamentos e práticas. Cap. 2.

MADEIRA, Felícia Reicher. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão. In.: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil.** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.p.45-134.

MAGNANI, José G.; TORRES, L. de Luca (orgs.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996.

MARTÍNEZ, A. S.; MOYA, J. M. R.; MUÑOZ, M. A. D**. Mujeres, espacio y sociedad.** Madri (España): Editorial Sínteses, 2005.

MARTINS, Wilmont de Moura. **"Trilhas juvenis":** uma análise das práticas espaciais dos jovens em Goiânia. 2004. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

MELO, Freud de. **Aparecida de Goiânia**: do zero ao infinito. Goiânia: Asa Editora, 2002

MOYSÉS, A; BERNARDES, G. D. Segregação urbana e desigualdade social em Goiânia: Estado, mercado imobiliário e dinâmica socioespacial. In.: MOYSÉS, A. (Coord.). **Cidade, segregação urbana e planejamento.** Goiânia: Ed. da UCG, 2005. p. 173-203.

MORAES, Antonio C. Robert. **Ideologias geográficas.** São Paulo: HUCITEC, 1988.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise.** Trad. De Álvaro Cabral. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

OLIVEIRA, Aristeu Geovani de. **A reprodução da exclusão social em áreas de expansão urbana:** um estudo de caso em assentamenos urbanos na região noroeste de Goiânia (1980 – 1998). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

PAIM, M. C. Chimelo; STREY, M. Neves. **O que mulheres e homens fazem em suas horas de lazer.** Revista Digital, Buenos Aires, Año 10 - N° 92 - Enero de 2006. Disponível em:< www.efdeportes.com>. Acesso em: 14 fev. 2008

PEIXOTO, Valéria M. Ribeiro. **A construção do espaço urbano e o transporte coletivo**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, n. 20, jan./dez. 2000. p. 137-158

PEREIRA, A. M. et al. **Setor Garavelo, uma territorialidade indefinida**: entre o ser e o nem ser. In.: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 6., 2004, Goiânia. CD-ROM.

PEREIRA, Ilaina Damasceno. **Lugares de gênero**. In.: Colóquio Nacional do NEER, 2., 2007, Salvador. CD-ROM.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história.** Trad. de Viviane Ribeiro.Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres.** Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTO, Marta. Em busca de *Kairós*. In.; VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privado.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.p.137-148.

RAMOS, Márcia Eliane. **Espaço urbano e modos de vida**: um estudo de caso sobre lazer e modos de vida em Goiânia. 1998. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

RATTS, Alecsandro J. P. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras**. Caxambu, 2003. Comunicação apresentada no 27º Encontro Anual da ANPOCS.

_____. **Trajetórias intelectuais negras:** as rotas de Beatriz Nascimento, 2006 (mimeo).

RIBEIRO, Matilde. Relações raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. In.; VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privado.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.p. 87-105.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

_____. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis, RJ:Vozes, 1978.

_____.**Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALLES FILHO, Nei Alberto. **Leituras sobre o corpo**: aspectos na história. Disponível em: <http://www.uepg.br/corpo/trab06.doc>. Acesso em: 15 jun. 2002.

SANTANA, Munich Vieira. **As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local de emprego.** 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. Disponível em:<http://bdtd.bczm.ufrn.br>. Acesso em: 7 de jan. 2008.

SANTOS, G. R. R. dos; MESQUITA, P. L.; DEIAB, R. de A. **Entre a casa e a rua:** relação entre patrões e empregadas domésticas.[on line] in: NAU-Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Disponível via WWW no URL http://www.n-a-u.org/nomedoarquivo.html. Acesso em: 01 jun. 2005.

SANTOS, Hélio. **Os dois Brasis.** Revista CartaCapital, São Paulo, ano 9, n. 216, p. 30-36, nov. 2002.

SANTOS, Lucas Maia dos. **A produção do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia e a dinâmica metropolitana de Goiânia:** de 1960 aos anos 2000. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1996.

_____. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio. **O preconceito**. Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

_____. **Ser negro no Brasil hoje.** Folha de São Pulo, São Paulo, 21 jun. 2000a. Mais! Brasil 501 D.C. p. 14-16. Disponível em: http://www.ige.unicamp.br. Acesso em: 21 jun. 2005.

_____. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Perseu Abramo, 2000b.

_____. As exclusões da globalização: pobres e negros. In: FERREIRA, Antônio Mário (Org.). **Na própria pele:** Os negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2000c.

_____. O lugar e o cotidiano. In.: _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Cap. 14.

SARQUES, Jane Jorge. **A ideologia sexual dos gigantes.** Goiânia: Editora da UFG, 1986.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL RASIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil.** Rio de Janeiro; Senac Nacional, 2007. 476p.

SEEMANN, Jörn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a geografia cultural no Brasil. In.: ALMEIDA, M. Geralda; RATTS, Alecsandro JP (Orgs.). **Geografia:** leituras culturais.Goiânia: Alternativa, 2003. p. 261-284.

SILVA, Joseli Maria. Análise do espaço sob a perpctiva do gênero: um desafio para a geografia cultural brasileira. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia:** temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro; EdUERJ, 2005 p. 173-189.

SILVA, S. Maria; LAN, Diana. **Estudios de geografia del género en América Latina**: un estado de la cuestión a partir de los casos de Brasil y Argentina. In.: Documents d'Anàlisi Geogràfica, Bellaterra (Barcelona), n. 49, 2007. p. 99-119.

SILVA, William Ribeiro da. **Centro e centralidade:** uma discussão conceitual. Formação, Presidente Prudente, n. 8, p. 107-115, 2001.

SOUZA, Lorena F. de. **Corpos negros femininos em movimento:** trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientação teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 99-1112, 1º semestre/2001.

TELES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

VAZ, M. D. A. Coelho; ZÁRATE, M. H. Veloso. **As origens culturais da casa brasileira.** Fragmentos de cultura, Goiânia, v. 9, n. 4, jul./ago. 1999. P. 839-870.

VESENTINI, Jose William. Definições/comentários sobre a Geografia.[on line]. In: **Geocrítica** – Home Page de José William Vesentini. Disponível em:<www.geocritica.hpg.ig.com.br>. Acesso em: 02 de out. 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

VISCONDE, Maria Santana Xavier. **Um lugar na metrópole:** o bairro Jardim das Oliveiras no município de Senador Canedo (GO). 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

ANEXO

Universidade Federal de Goiás

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA

Programa de Pós-graduação em Geografia

Profª Renata Batista Lopes

Questionário para agendar entrevista

Nome: _____

Idade: _____

Dia (quarta, sexta à tarde, sábado ou domingo) e horário que poderia ser entrevistada:

_____

Endereço: _____

Ponto de referência: _____

Bairro que trabalha: _____

Há quanto tempo é trabalhadora doméstica? _____

Obs:

Aluno:_____

Série:_____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TRABALHADORAS DOMÉSTICAS RESIDENTES NA CIDADE DE APARECIDA DE GOIÂNIA NO ANO DE 2007

Data da entrevista: ___/___/___

PERFIL DA TRABALHADORA

1. Cor/raça
2. Idade: _____
3. Estado civil:_____
4. Filhos:_____
5. Escolaridade:
6. Naturalidade:_____
7. Bairro de domicilio: _____

MIGRAÇÃO

1) Fale sobre sua vida em cada uma das cidades que morou: condições de trabalho, estudo/escola, local de moradia, a casa, convivência familiar, lazer, locais freqüentados, grupo de amigos, etc.
2) Quais foram os fatores que levaram às mudanças de cidade?
3) Por que vir para Goiânia?
4) Há quanto tempo mora em Goiânia?
5) Como se sente morando/vivendo em Goiânia? Por quê?

O ESTUDO/ESCOLA NA VIDA DA TRABALHADORA DOMÉSTICA

1) Gosta/gostava de estudar? Por quê?
2) Em qual escola estuda/estudava?Gosta/gostava de ir/estar lá? Por quê? O que sentia quanto estava/está lá? Como era seu relacionamento com as pessoas (professores, colegas, direção, serventes, etc.).
3) O que o estudo significa/representa em sua vida?

TRAJETÓRIA SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE GOIÂNIA

1) Bairro(s) que já morou na região metropolitana? O que pensa sobre esses(s) bairro(s)? Por que mudou?
2) Que locais costuma freqüentar/ir em Goiânia fora do horário de trabalho – durante a semana e nos finais de semana? Por que freqüenta estes lugares? Como se sente quando está lá? O que mais lhe faz sentir bem nestes locais – o relacionamento com as pessoas, o jeito de ser das pessoas, a forma como te tratam, olham, etc.? Que pessoas freqüentam estes locais? Com quem costuma ir a estes lugares?
3) Qual o meio de transporte que costuma utilizar para se deslocar/ir até estes locais? Fale um pouco sobre o trajeto, como se sente o que pensa e o que você vê durante este trajeto?
4) Além dos locais de trabalho, lazer e religião o que gostaria de ir/conhecer/freqüentar e não vai? Por que não vai a esses locais?

TRAJETÓRIA SOCIESPACIAL NA CIDADE DA APARECIDA DE GOIÂNIA E NO BAIRRO DE RESIDÊNCIA

1) Por que veio morar neste bairro?

2) O que você sente quando vem de algum lugar (trabalho, etc.) e chega ao seu bairro?
3) Gosta de morar neste bairro? Por quê? Em qual bairro/setor de Goiânia gostaria de morar? Por quê?
4) O que gostaria que tivesse no bairro que não tem (comércio, bancos, shoppings, hospitais, academias, etc.)?
5) Quais locais costuma freqüentar/ir no bairro (bares, salões de beleza, templo religioso, boates, lanchonetes, praças, casa de amigos/parentes, academia, escola, etc.? Por quê freqüente estes locais? O que eles representam/significam para você?
6) Você tem parentes que moram no bairro?
7) Como costuma se deslocar pelo bairro – a pé, de bicicleta, etc.? Como se sente se deslocando pelo bairro – bem, à vontade, segura, etc.? Por quê?
8) Qual o local que mais se sente à vontade, respeitada, aceita no seu bairro? Por quê? Como se sente/O que sente quando está lá?

ESTAR EM CASA

1) O que sua casa significa/representa para você (use adjetivos)
2) Descreva sua casa (cada cômodo), móveis, decoração, paredes, etc. Ela é como você gostaria que fosse? O que falta? Como gostaria que fosse?
3) Qual a importância de ter privacidade em casa? Você tem?
4) Qual cômodo você mais gosta de estar/ficar? Como você se sente quando está lá?
5) Quanto você vem de algum lugar e chega em casa como você se sente?
6) Você se sente bem quando está em casa? Qual a sensação?
7) Quanto está ou chega em casa do trabalho o que costuma fazer? Gosta do que faz? Por quê?
8) Quando está em casa o que gosta/e não gosta de fazer? Com que gosta de estar?

ESTAR NO BAIRRO QUE TRABALHA

1) Que tipo de transporte costuma utilizar para ir ao trabalho? Descrever trajeto de sua casa ao local de trabalho? Você saberia chegar ao trabalho vindo de sua casa por diferentes caminhos?
2) Quais são as condições deste meio de transporte? Já passou por experiências desagradáveis? Quais?
3) Como você se sente quando chega no(s) bairro(s) em que trabalha?
4) Com quais pessoas se relaciona no bairro que trabalha? Em quais locais costuma ir neste bairro? Por que vai a estes locais? Gostaria de ir/freqüentar outros? Como se sente nestes locais?
5) O que você pensa do bairro? E das pessoas que moram no bairro? Como elas te tratam, te olham (lhe ignoram, lhe cumprimentam, etc.)?
6) Você sente que as diferentes pessoas com as quais você se relaciona e encontra no bairro onde trabalha te olham ou te tratam de forma diferente? Por que você acha que isso acontece? Como você se sente?

ESTAR NO LOCAL DE TRABALHO

1) Como se sente quando chega ao local de trabalho?
2) Caso trabalhe em apartamento, usa o elevador? Qual (serviço ou social)? Por quê? Como se sente usando um ou outro? Prefere usar um deles? Por quê?
3) Descreva a(s) casa(s) em que você trabalha (objetos, tamanhos, cores, decoração, etc.). O que você pensa dela/Como você se sente em relação a ela?

4) Como é seu acesso aos cômodos da casa, aos objetos, à comida (é regulado o que e quando você pode e não pode comer)? Na hora do almoço você almoça após os patrões? Como se sente em relação a esses hábitos dos patrões?
5) E as pessoas que moram ou freqüentam a casa? Como elas te tratam? Já falaram e/ou fizeram alguma coisa (comentários, acusações, piadas, etc.) que de alguma foram te incomodou (relacionada a ser mulher, empregada doméstica, pobre e/ou negra, etc.)? Como foi? E diretamente a você, já vivenciou alguma experiência desagradável no local de trabalho?

SER TRABALHADORA DOMÉSTICA

1) Por que trabalha como empregada doméstica? Gosta do que faz?Por quê?
2) Normalmente como você consegue emprego?
3) Já sofreu algum preconceito por trabalhar como empregada doméstica, por ser mulher, por morar neste bairro, enfim já sofreu algum tipo de preconceito?
4) Tem outras pessoas em sua família que trabalham como empregada doméstica?
5) O que/como e onde você percebe sobre o que as pessoas pensam sobre o trabalho doméstico e sobre a mulher que trabalha como empregada doméstica? O que você pensa sobre o que as pessoas pensam, falam ou mesmo sobre a imagem que a televisão divulga sobre as empregadas domésticas? Elas são parecidas com a vida real? Por que acha que isso acontece?

A RELAÇÃO COM A PATROA: A MULHER PATROA NA PERCEPÇÃO DA MULHER TRABALHADORA DOMÉSTICA

1) Descreva sua patroa (aparência, idade, profissão, jeito de ser, tratar as pessoas).
2) Como é a relação/o jeito de ser de sua patroa com as pessoas da família (filhos, marido, pais, etc.)?
3) No geral como é sua relação com sua patroa? Como se sente diante dela? Por quê? Vocês já discutiram por algum motivo?
4) Ela faz ou diz coisas a você que não gosta? Por quê?
5) As patroas costumam fazer exigências em relação à sua higiene, roupa que usa no local de trabalho, o uso/cuidado com o cabelo, as unhas, maquiagem, etc? Estas exigências te incomodam/O que pensa sobre estas exigências? Por que acha que elas são feitas? Como se sente em relação a elas?
6) Vocês costumam sair juntas? Aonde costumam ir? Como você se sente quando isso acontece?
7) Você prefere sair sozinha ou acompanhada por sua patroa? Por quê?
8) Quais locais sua patroa costumar ir/freqüentar (shoppings, salões, igrejas, restaurantes, lojas, clubes, viagens, academia, universidade, etc.)?
9) Você freqüenta algum destes lugares que sua patroa freqüenta? Quais? Gostaria de freqüentar? Por que não freqüenta? Como se sente quando está neles?

AUTO-REPRESENTAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA DOMÉSTICA

1) Você sente que dependendo do local que você está/vai às pessoas te olham ou te tratam de forma diferente da que trata ou olha para outras pessoas? Por que pensa que isso acontece? O que acredita que leva a diferença de tratamento, atenção dadas a diferentes pessoas por uma mesma pessoa em um mesmo local, estabelecimento? Isso acontece/aconteceu com você? Como foi?
2) A aparência é importante na profissão que você desempenha? Você se preocupa com sua aparência (roupas, cabelo, calçados, cor de pele, etc.) de forma diferente

conforme o local que você vai? Por quê? Como costuma se vestir no local/horário de trabalho? Usa uniforme? Como se sente ao usá-lo? Por quê?

3) Quando as pessoas em diferentes locais te olham isso lhe incomoda? Você logo imagina/pensa que elas estão te olhando por algum motivo em especifico? Em que locais isto ocorre com mais freqüência?
4) Quando você se olha no espelho gosta do que vê? Gosta de sua aparência (cabelos, corpo, cor da pele, olhos, nariz, lábios, etc.)? Por quê? Como gostaria que fosse? E o cabelo como costuma usá-lo?
5) Como gosta de se vestir, arrumar os cabelos, se arrumar (maquiagem, perfume, etc.), quando esta em casa, para sair (lazer), para ir ao trabalho, para trabalhar?
6) A forma como se sente é diferente quando está se arrumando para ir ao trabalho, a escola, se divertir, etc.? Por quê?
7) Qual sua cor? Qual sua raça? Como se sente em relação a esse assunto? Por quê?
8) Já foi discriminada em função de sua cor de pele/raça? Onde? Como aconteceu/Em que situação? Qual era a cor da pessoa?
9) Como é ser mulher? Por quê?
10) Você é casada? Como é seu relacionamento com seu marido? Como ele lhe trata (com carinho, respeito, lhe apóia em seus sonhos e decisões, etc.)?
11) Você tem filhos? Como é seu relacionamento com eles (carinho, respeito, etc.)? Você se orgulha deles?
12) Quando está no trabalho com quem ficam seus filhos?
13) Como é seu relacionamento com seus pais?
14) Como foi sua infância? Teve muito tempo para brincar, estudar, etc.)?
15) O que gostaria de fazer enquanto mulher que você não faz? Por quê?
16) Como é a vida das mulheres? Há diferenças? Por quê?
17) Gostaria que sua vida fosse diferente? Em quais aspectos (profissional, familiar, etc.)?
18) Como sente sendo, trabalhando como empregada doméstica em um país que a profissão é desvalorizada?